

2017
RELATÓRIO E CONTAS
BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.



ÍNDICE

Principais Indicadores	3
Apresentação do Relatório e Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	4
O Banco BIC Português, S.A.	7
Órgãos Sociais	7
Estrutura Organizativa.....	16
Estrutura Acionista.....	17
Universo BIC.....	18
A Marca EuroBic	19
Marcos Históricos	22
Principais Acontecimentos em 2017	23
Canais de Distribuição	27
Capital Humano.....	29
Demonstração Não Financeira	37
Enquadramento Macroeconómico	47
Áreas de Negócio	63
Banca Comercial.....	63
Área Internacional e Financeira	72
Mercado de Capitais	79
Análise Económico-Financeira	84
Gestão dos Riscos	94
Proposta de Aplicação dos Resultados	112
Demonstrações Financeiras e Anexo	113
Certificação Legal das Contas	210
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	217
Adoção das Recomendações do Financial Stability Forum e do Committee of European Banking Supervisor Relativas à Transparência da Informação e Valorização de Ativos	218

Principais Indicadores

Montantes expressos em milhares de euros

	2016	2017	Var. (%) 2017/2016
Ativo total líquido	6.476.549	7.090.907	9,5%
Volume de negócios:	9.646.152	10.146.038	5,2%
Crédito a clientes (bruto)	4.199.299	4.462.137	6,3%
Garantias prestadas e créditos documentários abertos	307.564	334.091	8,6%
Recursos de clientes	5.139.289	5.349.810	4,1%
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	707.114	657.376	-7,0%
Recursos de instituições de crédito e de bancos centrais	626.088	943.749	50,7%
Situação líquida	476.947	524.662	10,0%
Rendibilidade			
Margem financeira	127.376	128.924	1,2%
Produto bancário	169.352	169.768	0,2%
Produto bancário / Ativo líquido médio	2,5%	2,4%	-
Produto bancário por colaborador	115	115	0,0%
Resultado do exercício	(22.669)	25.029	210,4%
Rendimento integral do exercício	(10.090)	47.715	572,9%
Rácios de eficiência			
Custos de estrutura / produto bancário ⁽¹⁾	67,4%	64,9%	-
Custos com o pessoal / produto bancário	32,4%	40,4%	-
Capital			
Rácio de adequação de fundos próprios	13,4%	13,4%	-
Rácio <i>Core Tier I</i>	11,9%	12,3%	-
Rácio de adequação de fundos próprios ⁽²⁾	n.a.	14,0%	-
Rácio <i>Core Tier I</i> ⁽²⁾	n.a.	12,9%	-
Qualidade do crédito			
Rácio de crédito com incumprimento ⁽³⁾	5,1%	5,1%	-
Rácio de crédito em risco ⁽³⁾	7,4%	7,3%	-
Rácio de crédito em risco, líquido ⁽³⁾	1,3%	0,8%	-
Rácio de crédito <i>non-performing</i> (NPL)	9,6%	9,3%	-
Rácio de crédito <i>non-performing</i> (NPL), líquido	3,5%	2,8%	-
Rácio de cobertura de crédito com incumprimento ⁽³⁾	120,7%	128,0%	-
Rácio de cobertura de crédito em risco ⁽³⁾	82,9%	88,4%	-
Rácio de cobertura de Crédito <i>non-performing</i> (NPL)	63,8%	69,7%	-
Rede de distribuição (nº) ⁽⁴⁾	219	196	-10,5%
Número de Colaboradores ⁽⁵⁾	1.474	1.477	0,2%

⁽¹⁾ Excluindo efeitos extraordinários ao nível dos custos operacionais e do produto bancário

⁽²⁾ Incluindo o resultado do próprio ano

⁽³⁾ Rácios calculados de acordo com Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal.

⁽⁴⁾ Inclui Agências, Gabinetes de empresas, Centros de *Private Banking* e Centros de Investimento

⁽⁵⁾ Inclui Órgãos Sociais exceto Assembleia Geral

Apresentação do Relatório e Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Durante o exercício de 2017, Portugal registou uma evolução positiva do seu enquadramento macroeconómico. O crescimento da economia acelerou com os contributos de todas as componentes da procura - consumo, investimento e exportações. De realçar, no entanto, o contributo decisivo do investimento que, em todas as suas rúbricas, registou uma forte aceleração em 2017 em comparação com o ano anterior. O bom desempenho da economia portuguesa em 2017 permitiu uma redução muito significativa da taxa de desemprego que baixou de 11,1% para 8,9%. A política monetária, caracterizada por um elevado grau de acomodação, teve um claro efeito expansionista e aliviou, na Área do Euro, as tensões existentes nos mercados de dívida soberana. A evolução das finanças públicas, por seu turno, contribuiu para a redução do prémio de risco-país, o que se traduziu numa progressiva redução das *yields* da dívida pública e na melhoria do *rating* soberano. A aceleração da atividade económica mundial, em particular nos Estados Unidos e na União Europeia, contribuiu decisivamente para a aceleração do comércio internacional e, conseqüentemente, para o aumento da procura externa em Portugal. Porém, esta recuperação da economia não se traduziu ainda numa expansão da atividade financeira nacional. De acordo com a informação facultada pelo Banco de Portugal, continuámos a assistir, em 2017, à contração do volume de empréstimos concedidos pelo setor financeiro às Sociedades não Financeiras e aos Particulares. Todavia, a solidez do sistema financeiro nacional melhorou. O peso dos empréstimos *non-performing* reduziu-se, o que se refletiu numa progressiva melhoria da qualidade do crédito para o conjunto do setor. Registou-se igualmente uma melhoria significativa na solvabilidade e na rendibilidade do sistema.

Contrariamente à evolução observada no conjunto do setor, em 2017, o EuroBic registou uma evolução positiva do seu nível de atividade. O volume de negócios do Banco aumentou em cerca de 500 milhões de euros (+5,2%), permitindo que o seu ativo total se expandisse para 7,1 mil milhões de euros (+9,5% face a dezembro de 2016). Neste contexto, é de realçar a evolução muito positiva do crédito à habitação que registou um aumento de quase 37% durante 2017, uma evolução que permitiu reforçar de forma significativa a presença do EuroBic neste segmento. Num ambiente de forte concorrência, caracterizado por descida das taxas de juro e estreitamento dos *spreads*, o EuroBic manteve a sua margem financeira, tendo-a ampliado ligeiramente em 1,5 milhões de euros. O produto bancário corrente do Banco aumentou em 9,3 milhões de euros (+ 5,8%). Este resultado deve-se, em grande parte, ao esforço desenvolvido pela rede comercial na expansão da atividade do Banco, a par da criteriosa revisão das taxas ativas e passivas praticadas e à revisão do preço relativo aos produtos e serviços oferecidos pelo Banco. Em termos de qualidade do crédito, o rácio de crédito em risco baixou ligeiramente de 7,4% para 7,3% entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017. Neste período, o crédito *non-performing*, bastante inferior à média do setor, baixou de 9,6% para 9,3% do crédito

total tendo o seu rácio de cobertura aumentado de 63,8% para 69,7%, mantendo-se bem acima da média setorial, traduzindo igualmente a manutenção de uma política de reconhecimento de imparidade conservadora. A melhoria do rácio *Cost to Income*, que baixou de 67,4% no final de 2016, para 64,9% no final de 2017, evidencia a melhoria registada na eficiência operativa do Banco. A solvabilidade do Banco reforçou-se como bem ilustra a evolução do rácio *Common Equity Tier I* que, neste período, aumentou de 11,9% para 12,2%.

O desempenho positivo do Banco, acima sintetizado, permitiu que, no ano de 2017, se tenha atingido um resultado líquido de 25 milhões de euros e, conseqüentemente, os acionistas decidiram atribuir aos colaboradores cerca de 1,9 milhões de euros de participação nos lucros.

No ano transato, operou-se igualmente com grande sucesso a mudança de marca do Banco BIC Português, S.A. que, a partir do dia 27 de julho, passou a designar-se por EuroBic. Uma marca única e inconfundível que preserva a raiz fundadora do Banco e reafirma a sua vocação universal e internacional. A mudança de marca constituiu uma oportunidade ímpar de relançamento da imagem do Banco, de reafirmação dos seus valores e de definição de objetivos mais ambiciosos. O Projeto Mudança 4.0, que envolve todos os colaboradores, integra no processo de transformação iniciado com a nova marca, uma importante componente de formação e capacitação dos recursos humanos do Banco, desenvolvendo os elementos marcantes, e decisivos, para a sua identidade corporativa.

A evolução da atividade do Banco ao longo de 2017 e os resultados alcançados são certamente motivo de satisfação. Não podemos, todavia, ignorar os desafios que subsistem no setor e para a nossa instituição. A sustentação e reforço deste desempenho exigem um grande esforço de transformação do Banco, que se traduz numa melhoria significativa da sua eficiência e eficácia operacional e numa efetividade comercial acrescida, num quadro robusto de avaliação e limitação dos riscos. Nesse sentido, o EuroBic prossegue a implementação do Plano Estratégico 2020 cujo objetivo último é o de implementar um modelo de negócio centrado nas necessidades dos seus clientes, com um leque de serviços diversificado, competitivo, segmentado e ajustado às suas necessidades e implementado através de um modelo de atenção que promova e facilite a interação do cliente com o Banco através dos múltiplos canais disponíveis. Inovação, qualidade, celeridade e proximidade serão fatores chave na proposta de valor disponível, visando a maximização da satisfação do cliente. Uma presença omni-canal é chave para assegurar uma proximidade eficaz e uma resposta uniforme, tempestiva e de qualidade às necessidades dos clientes, em especial os particulares, os pequenos negócios e as PME. Nesse sentido, estão em curso iniciativas que visam reforçar e melhorar a capacidade de resposta do Banco através da sua rede de agências e de gabinetes de empresas dotadas de novas funcionalidades, do centro de atendimento dos clientes (*contact-center*) capaz de, a qualquer momento, responder às suas solicitações e do reforço da sua presença nos canais digitais. A transformação operativa e digital em curso começará a ser visível ao longo de 2018 e será uma peça chave na valorização e qualidade da oferta do EuroBic.

Esta transformação, catalisadora de inovação, contribuirá para uma maior eficiência operacional e proporcionará oportunidades de desenvolvimento de parcerias em serviços inovadores e com maior conteúdo tecnológico.

Porque a confiança, a credibilidade e a reputação são elementos estruturantes decisivos da atividade bancária, o reforço do sistema de gestão de riscos e de controlo interno do Banco tem constituído uma prioridade de enorme importância para o EuroBic. Dispor de uma capacidade efetiva de identificação e mitigação dos vários riscos a que a atividade bancária está sujeita (risco de crédito, risco operacional, risco de *compliance*, risco operacional, etc.), é fundamental para continuar a merecer a confiança em nós depositada pelos milhares de clientes que dia a dia operam connosco. Porque queremos continuar a merecer essa confiança, e a reforçá-la, em 2017 continuámos a reforçar e desenvolver os modelos de avaliação de risco de crédito, a conferir maior capacidade e eficiência aos serviços de *compliance* e a melhorar a atividade de auditoria interna e consequente capacidade de mitigação dos riscos. Um esforço sempre em curso porque sempre permanente.



Diogo Barrote
Presidente do Conselho de Administração



Fernando Teixeira dos Santos
Presidente da Comissão Executiva

O BANCO BIC PORTUGUÊS S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Jorge Manuel de Brito Pereira (Presidente)

Alberto Mendes Teles (Vice-Presidente)

José Artur Tavares Neves (Secretário) - cessou funções em 20 de outubro de 2017

Conselho de Administração

Diogo Vasco Ramos Barrote (Presidente)

Fernando Teixeira dos Santos

Rui Manuel Correia Pedras

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Manuel Alexandre Veríssimo da Luz

Pedro Miguel Godinho de Almeida e Silva

Bernardo Leite Faria Espírito Santo

José Miguel Coelho Antunes

Fernando Leonídio Mendes Teles

Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz

José António de Azevedo Pereira

Pedro Canastra de Azevedo Maia

Francisco Manuel Constantino Pinto

Vanessa Ferreira Loureiro - iniciou funções em 06 de maio de 2017

Comissão Executiva

Fernando Teixeira dos Santos (Presidente)

Rui Manuel Correia Pedras

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Manuel Alexandre Veríssimo da Luz

Pedro Miguel Godinho de Almeida e Silva

Bernardo Leite Faria Espírito Santo

José Miguel Coelho Antunes

Conselho Fiscal

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro (Presidente)

Ilídio Tomás Lopes (Vogal Efetivo)

Armando Nunes Paredes (Vogal Efetivo)

Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira (Suplente)

Secretário da Sociedade

Efetivo: Gonçalo Cerqueira Moura de Figueiredo

Suplente: Magda Sofia Martins Pires Coelho

Revisor Oficial de Contas (quadriénio 2016/2019)

Efetivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A.

Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Divulgação de Informação Quantitativa

No cumprimento do disposto no Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de junho de 2013, no artigo 115.º-I do RGICSF, e do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal, divulgamos de forma agregada e individual a composição e as remunerações auferidas no exercício de 2017 pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Mesa da Assembleia Geral e que correspondem, por não ter havido remuneração variável, ao pagamento de remunerações fixas:

Órgão	N.º de Elementos	Montante de Remunerações (euros)
Conselho de Administração	14	2.136.528
Conselho Fiscal	3	141.000
Mesa da Assembleia Geral	3	8.250
Total	20	2.285.778

ÓRGÃO	NOME	CARGO	MONTANTE DAS REMUNERAÇÕES
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Diogo Vasco Ramos Barrote	Presidente do Conselho de Administração	142.239 €
	Fernando Leonídio Mendes Teles	Administrador Não Executivo	98.000 €
	Francisco Manuel Constantino Pinto	Administrador Não Executivo	98.000 €
	Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	Administrador Não Executivo	98.000 €
	José António de Azevedo Pereira	Administrador Não Executivo	98.000 €
	Pedro Canastra de Azevedo Maia	Administrador Não Executivo	98.000 €
	Vanessa Ferreira Loureiro ⁽¹⁾	Administrador Não Executivo	64.039 €
	Fernando Teixeira dos Santos	Presidente da Comissão Executiva	252.140 €
	José Fernando Maia de Araújo e Silva	Administrador Executivo	198.203 €
	Rui Manuel Correia Pedras	Administrador Executivo	198.113 €
	Bernardo Leite de Faria Espírito Santo	Administrador Executivo	197.869 €
	José Miguel Coelho Antunes	Administrador Executivo	197.914 €
	Manuel Alexandre Veríssimo da Luz	Administrador Executivo	197.914 €
	Pedro Miguel Godinho de Almeida e Silva	Administrador Executivo	198.095 €
Subtotal			2.136.528 €
CONSELHO FISCAL	Susana Nereu de Oliveira Ribeiro	Presidente do Conselho Fiscal	51.000 €
	Ilídio Tomás Lopes	Vogal	45.000 €
	Armando Nunes Paredes	Vogal	45.000 €
Subtotal			141.000 €

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	Jorge Manuel de Brito Pereira	Presidente da Mesa	3.750 €
	Alberto Mendes Teles	Vice-presidente da Mesa	2.500 €
	José Artur Tavares Neves ⁽²⁾	Secretário	2.000 €
Subtotal			8.250 €
Total			2.285.778 €

(1) - Iniciou funções em 06/05/2017

(2) - Cessou funções em 20/10/2017

A informação requerida na alínea a) do n.º 2 do artigo 435.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 é a indicada na tabela abaixo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N.º DE CARGOS DESEMPENHADOS EM OUTRAS SOCIEDADES
Diogo Vasco Ramos Barrote	0
Fernando Leonídio Mendes Teles	2
Francisco Manuel Constantino Pinto	3
Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	6
José António de Azevedo Pereira	4
Pedro Canastra de Azevedo Maia	7
Vanessa Ferreira Loureiro	3
Fernando Teixeira dos Santos	5
José Fernando Maia de Araújo e Silva	1
Rui Manuel Correia Pedras	0
Bernardo Leite de Faria Espírito Santo	2
José Miguel Coelho Antunes	0
Manuel Alexandre Veríssimo da Luz	0
Pedro Miguel Godinho de Almeida e Silva	0

A política de seleção dos membros do órgão de administração e os respetivos conhecimentos, capacidades e competências técnicas, bem como a política de diversificação em relação à seleção daqueles e os objetivos estabelecidos no âmbito dessa política, constam da «Política de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros

dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais do Banco BIC Português, S.A.» encontra-se disponível no sítio da internet do Banco em: <https://www.eurobic.pt/eurobic/governo-da-sociedade>.

Divulgamos também de forma agregada e discriminada, por área de atividade, as remunerações dos colaboradores que cumpram um dos critérios previstos nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 115.º-C do RGICSF e do Regulamento Delegado (UE) n.º 604/2014 da Comissão de 4/3/2014.

Para efeitos de delimitação dos colaboradores a que respeita esta informação, considerou-se que o universo de colaboradores identificados e que correspondem aos colaboradores da primeira linha das Direções e dos Gabinetes que desempenharam «funções de controlo interno» durante todo o ano de 2017, a saber, Direção de Auditoria Interna, Direção de *Compliance* e Direção de Controlo de Riscos, bem como aqueles que desempenharam funções da primeira linha e com categorias diretivas de segunda linha das Direções e Gabinetes que reportam diretamente à Comissão Executiva, e ainda os que desempenharam funções de Diretor Regional, Coordenador dos Gabinetes de Empresas e Coordenador dos Centros de *Private Banking* e dos Centros de Investimento.

Assim, em 2017, o universo acima definido compreendeu 87 colaboradores.

A remuneração do universo referido indicadas nos quadros infra compreendeu apenas remunerações fixas, por ausência da remuneração variável.

Quadro 1 - Divulgação dos dados quantitativos agregados conforme disposto na alínea h) do art.º 450.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013:

Órgão	Remuneração Anual	
	N.º de Colaboradores	Montante (euros)
Funções de Controlo	3	211.806 €
Direção de Topo	24	1.702.133 €
Outras Funções	65	3.695.873 €
Total	87 (1)	5.609.812 €

(1) - Em 2017 existiu a movimentação de 5 colaboradores da Direção de Topo para Outras Funções

Quadro 2 - Divulgação dos dados quantitativos agregados conforme disposto na alínea g) do art.º 450.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013:

Área de Atividade	Remuneração Anual	
	N.º de Colaboradores	Montante (euros)
Serviços Centrais	41	2.701.682 €
Banca de Retalho	25	1.532.080 €
Banca Comercial	20	1.131.284 €
<i>Private Banking</i>	4	244.766 €
Total	87 ⁽¹⁾	5.609.812 €

(1) - Existem 3 colaboradores que em 2017 exerceram as suas funções na Banca de Retalho e na Banca Comercial

Em 2017 ocorreram três novas contratações de colaboradores que integraram aquele universo e quatro demissões.

Das quatro demissões havidas, apenas uma beneficiou do pagamento de indemnização resultante daquela rescisão antecipada no valor de 60.000 €, motivada pela extinção do posto de trabalho.

Divulgação Anual sobre a Política de Remuneração

Em 2017 procedeu-se à revisão da Política de Remuneração do Banco BIC Português S.A., autonomizando-se a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Política de Remuneração dos Colaboradores Identificados, sendo aquelas aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 31 de março de 2017, sob proposta do Comité de Nomeações e Remunerações.

O Comité de Nomeações e Remunerações é constituído por membros independentes relativamente aos membros executivos do Conselho de Administração, ao qual compete propor e preparar as decisões relativas às remunerações, que devam ser tomadas pelo órgão social competente que, no caso dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, é a Assembleia Geral e no caso dos Colaboradores Identificados, é o Conselho de Administração.

Ambas as Políticas de Remuneração encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco em: <https://www.eurobic.pt/eurobic/governo-da-sociedade>.

Devido à renúncia ao mandato de um dos membros do Comité de Nomeações e Remunerações no final de 2016, e até à nomeação de um novo Administrador para integrar aquele Comité, foi cooptado um membro dentro dos Administradores Não

Executivos, que preenchesse as condições para aquele efeito. Assim, em 2017, foi assim a composição do Comité de Nomeações e Remunerações:

Comité de Nomeações e Remunerações Mandato 2016/2019	
Composição	Francisco Manuel Constantino Pinto
	Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz ⁽¹⁾
	Vanessa Ferreira Loureiro ⁽²⁾
N.º de Reuniões realizadas em 2017	9
<small>(1) Iniciou funções em 09/01/2017 e cessou em 25/06/2017</small>	
<small>(2) Iniciou funções em 22/05/2017</small>	

1. Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

Remuneração dos membros da Comissão Executiva:

- 1.1. Na definição da Política de Remuneração não participaram quaisquer consultores externos.
- 1.2. Em 2017 os administradores executivos auferiram apenas uma remuneração fixa, paga 14 vezes, conforme definida pela Assembleia Geral.
- 1.3. Em 2017 não foi atribuída qualquer remuneração variável, sistema de prémios ou qualquer outro benefício não pecuniário àqueles membros.
- 1.4. Os membros da Comissão Executiva não beneficiam de regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- 1.5. Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato. Em caso de destituição por inadequado desempenho, não será paga qualquer compensação ou indemnização, nem existem quaisquer pagamentos previstos em caso de cessação por acordo ou por renúncia ao mandato.
- 1.6. Deste modo, a Política de Remuneração em 2017 foi compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos.
- 1.7. Todos os administradores vinculam-se ao cumprimento da Política de Remuneração, incluindo o compromisso de não celebração de quaisquer seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco, tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às suas modalidades de remuneração.
- 1.8. Em 2017 foi revisto o processo de avaliação do desempenho dos administradores executivos o qual compreende uma componente quantitativa que abrange a avaliação do desempenho do Banco (KPI Corporativos) e uma componente qualitativa que abrange a avaliação do desempenho individual dos Administradores Executivos e da coletividade da Comissão Executiva, efetuada através da avaliação de competências.

Na eventual Participação nos Lucros, a sua distribuição terá por base os resultados da Avaliação do Desempenho Global realizada com referência a todo o ano civil em causa, sendo determinada considerando as seguintes componentes:

- i) Componente quantitativa com um peso de 70%;
- ii) Componente qualitativa com um peso de 30%.

A avaliação qualitativa do desempenho de cada Administrador Executivo, bem como da coletividade da Comissão Executiva, compete ao Comité de Nomeações e Remunerações, ouvidos o Presidente do Conselho de Administração o Presidente da Comissão Executiva, que por sua vez apreciam e têm em consideração a autoavaliação efetuada por cada Administrador Executivo.

Se o Banco registar um Resultado Líquido Normalizado¹ positivo, a Assembleia Geral pode deliberar atribuir uma Participação nos Lucros aos Administradores Executivos desde que estejam cumpridos todos os requisitos regulamentares e em especial os requisitos regulamentares de liquidez e estiver também previsto o seu pagamento aos colaboradores.

A Participação nos Lucros será paga em numerário e pelo menos 50% do seu montante será objeto de diferimento pelo prazo de 3 anos.

Previamente ao pagamento da Participação nos Lucros será realizado o Processo de Ajustamento pelo Risco, o qual avaliará sobre a adequação do montante da Participação nos Lucros a atribuir em função dos riscos atuais e futuros, podendo a mesma, em resultado daquela avaliação, ser sujeita a mecanismos de redução e reversão.

- 1.9. Prevê-se que em 2018 seja paga uma Participação nos Lucros aos Administradores Executivos no montante máximo total de 944.099 €, sendo que o valor a atribuir a cada um dos Administradores Executivos não ultrapassará 100% da sua remuneração fixa anual.

Remuneração dos membros do Conselho Fiscal:

- 1.10. Os membros do Conselho Fiscal auferiram apenas uma remuneração fixa mensal paga 12 vezes ao ano.

Remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração:

- 1.11. Os membros não executivos do Conselho de Administração auferiram apenas uma remuneração fixa mensal paga 14 vezes ao ano.

Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral:

- 1.12. Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferiram uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões da Assembleia Geral definida e aprovada por esta Assembleia.

¹ Resultado Líquido Normalizado - Os custos e proveitos não recorrentes serão excluídos da computação deste indicador. Entende-se por "não recorrentes" aqueles custos ou proveitos que não tenham que ver com a atividade diária e aprovados diretamente pelo Conselho de Administração

2. Política de Remuneração dos Colaboradores Identificados

- 2.1. Os Colaboradores Identificados que mantêm uma relação jurídico-laboral com o Banco através de contrato de trabalho, não beneficiam de outras formas de remuneração que não as que decorram da normal aplicação do Acordo de Empresa ou do direito do trabalho e não beneficiaram de nenhum sistema de prémios anuais ou de quaisquer outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo de eventualmente auferirem uma participação nos lucros conforme previsto no Acordo de Empresa.
- 2.2. Os colaboradores abrangidos pelo Acordo de Empresa beneficiam de um plano complementar de pensões, de contribuição definida, para o qual concorrem, em percentagens iguais sobre a respetiva remuneração, os colaboradores e o Banco.
- 2.3. Os colaboradores beneficiam de uma remuneração fixa definida nos respetivos contratos de trabalho, não tendo auferido em 2017 qualquer remuneração variável.
- 2.4. A avaliação de desempenho dos colaboradores é anual e realizada pelo respetivo superior hierárquico.

Para os colaboradores dos Serviços Centrais e Responsáveis de 1.ª linha, a Avaliação do Desempenho é constituída unicamente por uma componente qualitativa - avaliação de Competências Core e Específicas, e para os colaboradores da Área Comercial por uma componente qualitativa - avaliação de Competências Core e Específicas - com um peso de 40% e por uma componente quantitativa com um peso de 60%,

Se o Banco registar um Resultado Líquido Normalizado² positivo, a Assembleia Geral pode deliberar atribuir uma Participação nos Lucros.

Na eventual atribuição de Participação nos Lucros, a sua distribuição terá por base os resultados da Avaliação Global Final realizada com referência a todo o ano civil em causa.

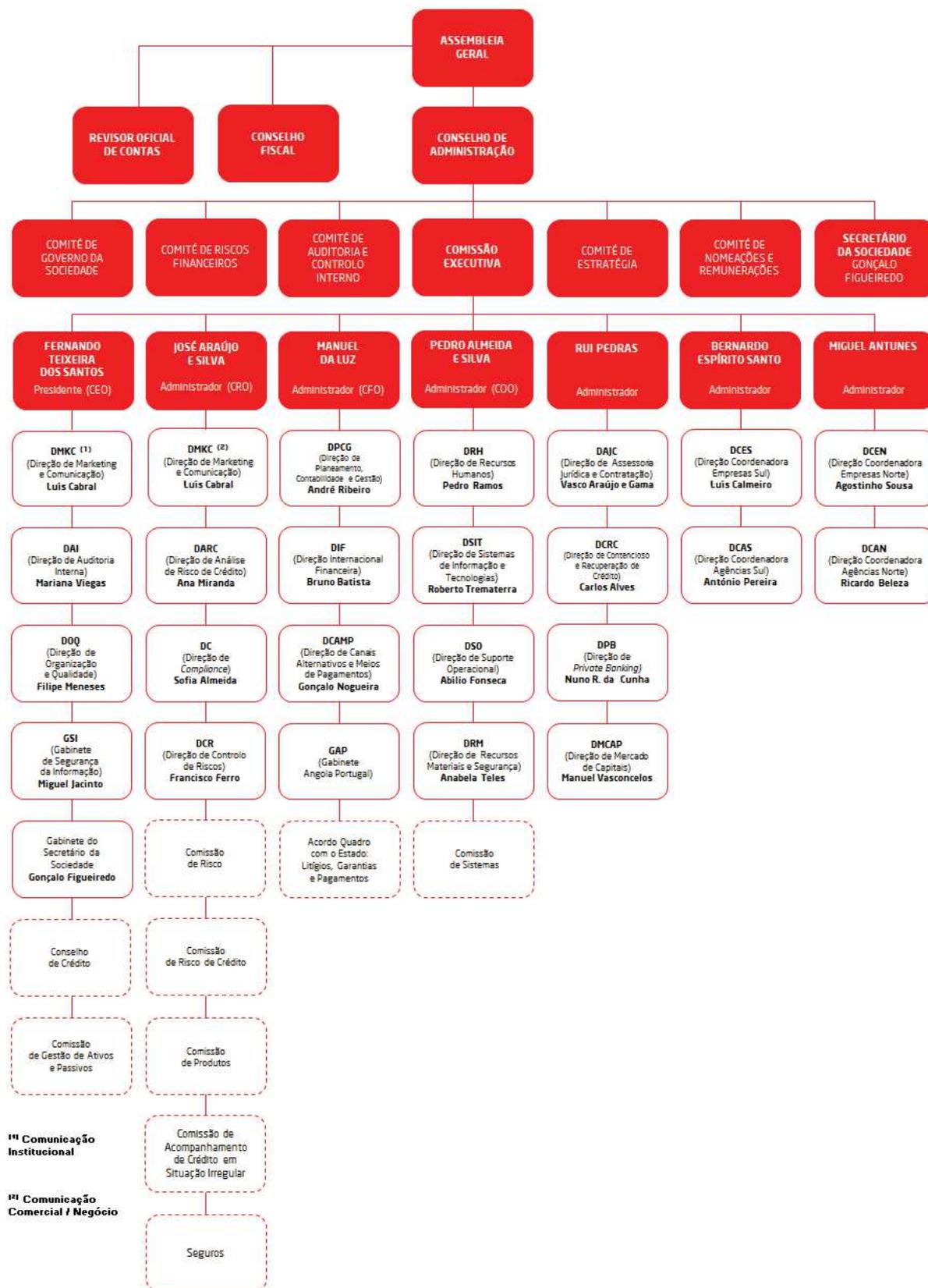
A Participação nos Lucros será paga em numerário e pelo menos 50% do seu montante será objeto de diferimento pelo prazo de 3 anos.

Previamente ao seu pagamento a remuneração variável a ser atribuída a cada um dos Colaboradores Identificados será sujeita a um Processo de Ajustamento pelo Risco, o qual avaliará sobre a adequação do montante da Remuneração Variável a atribuir em função dos riscos atuais e futuros, podendo a mesma, em resultado daquela avaliação ser sujeita a mecanismos de redução e reversão.

- 2.5. Prevê-se que em 2018 seja paga uma Participação nos Lucros aos Colaboradores Identificados, sendo que o valor a atribuir a cada um não ultrapassará 18% da sua remuneração fixa anual.

² Resultado Líquido Normalizado - Os custos e proveitos não recorrentes serão excluídos da computação deste indicador. Entende-se por "não recorrentes" aqueles custos ou proveitos que não tenham que ver com a atividade diária e aprovados diretamente pelo Conselho de Administração

ESTRUTURA ORGANIZATIVA



ESTRUTURA ACIONISTA

Em 31 de dezembro de 2017, o capital do Banco BIC Português, S.A., era detido pelos seguintes acionistas:

Estrutura acionista em 2017	% capital	Nº de ações	Montantes (euros)
Santoro Financial Holding, SGPS, S.A.	25%	26.042.500	102.607.450
Fernando Leonídio Mendes Teles	20%	20.834.000	82.085.960
Finisantoro Holding Limited	17,5%	18.229.750	71.825.215
Telesgest B.V.	17,5%	18.229.750	71.825.215
Luís Manuel Cortez dos Santos	5%	5.208.500	20.521.490
Manuel Pinheiro Fernandes	5%	5.208.500	20.521.490
Sebastião Bastos Lavrador	5%	5.208.500	20.521.490
Outros acionistas	5%	5.208.500	20.521.490
	100%	104.170.000	410.429.800

UNIVERSO BIC

O Universo BIC teve a sua origem no Banco BIC, S.A. que nasceu em Angola em 2005. Em 2008, em resultado da aposta na expansão internacional, em particular no mercado europeu, o Banco BIC Português S.A., iniciou a sua atividade em Portugal, com a mesma estrutura acionista que o Banco BIC, S.A.

Em 2012, com a aquisição do BPN ao Estado Português, o Banco BIC Português, S.A., assumiu uma posição de mercado muito mais abrangente, passando a englobar na sua atividade as linhas de negócio de banca de empresas, banco correspondente de bancos angolanos, banca de retalho dirigida a particulares e pequenos negócios e *private banking*.

O Universo BIC tem vindo desde então a reforçar a sua projeção internacional através da abertura e aquisição de outras instituições financeiras. Em 2013, adquiriu uma instituição financeira em Cabo Verde que redenominou como Banco BIC Cabo Verde S.A., e em 2014 abriu um escritório de representação em Joanesburgo (África do Sul). Em 2015, com o intuito de aproveitar as sinergias que advêm da sua proximidade a Angola e à África do Sul, os acionistas do Banco BIC Português, S.A., constituíram de raiz um banco comercial na Namíbia - o Bank BIC Namíbia, Ltd., que iniciou a sua atividade em Junho de 2016.

Em 2017, o Banco BIC Português S.A., mudou a sua marca para EuroBic, na sequência de uma obrigação legal de alteração da marca, que constituiu também um pretexto positivo para o processo de redefinição estratégica que se encontrava em curso. Esta nova marca acrescenta à raiz comum do Universo BIC a referência ao continente em que Portugal se integra e ao mesmo tempo, à moeda única europeia, projetando o Banco no contexto do setor bancário europeu.

MARCA EUROBIC

NOVA MARCA, NOVA AMBIÇÃO

O lançamento da nova marca EuroBic em junho de 2017 foi uma afirmação de vitalidade institucional e um acelerador da transformação do Banco BIC Português, S.A., numa entidade bancária ainda mais dinâmica, tecnologicamente avançada e virada para o futuro.

Esta segunda década do século vinte e um tem registado profundíssimas alterações nos hábitos e nas necessidades dos clientes bancários e, no mesmo período, verificaram-se sequelas estruturais da crise financeira, com alteração significativa no perfil de dimensão e de autonomia das principais instituições do setor.

Temos vivido um período de mutação acelerada das condições de exercício da atividade financeira, com o desaparecimento de alguns dos mais conhecidos protagonistas nacionais e o reforço de competitividade de entidades que, pela via tecnológica, estão a entrar no negócio financeiro tradicionalmente reservado aos bancos.

Mas se as consequências da crise económica e financeira que provocaram ruturas no panorama bancário nacional e internacional estão claramente mitigadas pelo desempenho recente dos bancos, isso não significa que estejamos de regresso a uma estabilidade fundada nos pressupostos do passado.

Quando as mudanças nos hábitos das pessoas e nas estruturas de serviço bancário atingem o nível que se verificou em Portugal, é sensato acomodar as consequências destes movimentos nas estratégias de negócio e nos modelos de atuação comercial, porque o futuro vai construir-se com novas lógicas e novas possibilidades.

Facto é que esta década tem sido particularmente rica em dinâmicas de transfiguração dos processos sociais mediados pela tecnologia, com a afirmação inexorável de um modelo de sociedade em rede e permanentemente *online*.

Nesta perspetiva, o desafio colocado aos bancos é de verdadeira reinvenção do modelo de relação com os clientes, procurando manter-se como eixo fundamental da vida financeira dos particulares e das empresas e desafia o *marketing* a encontrar plataformas de contacto e coincidência com os clientes, de modo a que o tempo e a oportunidade se realizem como serviço e como negócio.

MOBILIZAR E CRIAR CONFIANÇA

Todos estes factos têm introduzido no mercado bancário português a certeza da incerteza, suscitando perplexidades operativas e financeiras que só podem ser respondidas com mais talento e com mais coragem para enfrentar com otimismo o futuro da atividade bancária.

Neste quadro global, o lançamento da nova marca EuroBic foi acompanhado por um programa global de transformação das estruturas e dos processos da nossa instituição, com vista à plena assunção de uma natureza digital do negócio bancário.

O ponto de partida para esta alteração da marca, que resultou da semelhança de marcas entre entidades bancárias distintas a atuarem no mesmo mercado, constituía um passivo em matérias de *marketing* e comunicação que importava resolver.

A decisão tomada, de forma estruturada e amadurecida, dotou a instituição de uma marca poderosa nas suas evocações e significados, constituindo-se como bandeira de uma renovação competitiva que mobiliza os colaboradores e cria confiança nos clientes. A marca EuroBic é, pois, o corolário lógico de uma estratégia de reforço da imagem de modernidade, proximidade e confiança, que responde bem às circunstâncias do mercado e se traduzirá também, estamos certos, numa melhoria expressiva da qualidade do serviço ao cliente.

EuroBic é uma nova marca para uma nova fase da vida da instituição, que altera substantivamente o nome pelo qual éramos conhecidos, tornando esta instituição bancária inconfundível com qualquer outra marca a atuar em Portugal, criando assim um potencial de eficácia comunicacional ainda mais poderoso e duradouro.

Ao associar a nova marca EuroBic a um ambicioso programa de transformação operacional que mobiliza as energias internas e justifica a inovação progressiva no âmbito dos processos de negócio, pretende-se que este processo de mudança de nome constitua também uma oportunidade para o reforço da comunicação com os clientes.

EUROPA E DIGITAL

O novo nome - EuroBic - inclui, de forma predominante, a referência ao continente em que Portugal se integra e, ao mesmo tempo, à moeda única europeia, o que lhe transmite uma capacidade identificadora imediata no setor bancário europeu.

A nova marca EuroBic vai certamente reforçar a perceção muito positiva de que o Banco tem beneficiado junto de clientes, fornecedores, autoridades e outras partes interessadas, sem alienar a origem e o património de relações já estabelecidas e que se pretende preservar.

Esta mudança de marca foi preparada desde o início do ano, enquadrada no processo de redefinição da estratégia da instituição, com vista a adaptar os processos e as tecnologias a um mercado cada vez mais digital, transparente e interativo.

O programa de transformação operacional denominado internamente “Estratégia 2020” tem metas ambiciosas e mobiliza todos os colaboradores para objetivos de crescimento que visam afirmar o EuroBic pela sua dimensão relevante, base acionista forte e estável e pela gestão profissional e rigorosa.

O maior e mais duradouro de todos os objetivos da marca EuroBic é continuar a ser parceiro bancário preferencial dos clientes atuais e conquistar a preferência de novas relações de negócio, apresentando as melhores soluções financeiras e apoiando os seus planos pessoais e profissionais no sentido de crescermos juntos.

Em síntese, podemos dizer que mudámos de nome para continuarmos a crescer na nossa ambição. Porque acreditamos que crescer é orgulharmo-nos da nossa história e motivarmo-nos com o futuro. Com Angola na nossa origem e cada vez mais enraizados na Europa, ambicionamos crescer junto com as nossas pessoas, com os nossos clientes, com Portugal e as suas crescentes ligações internacionais.
EuroBic, Crescemos juntos.

MARCOS HISTÓRICOS

2008

- Constituição do Banco BIC Português, S.A., em janeiro, com sede em Lisboa.
- Início de atividade em maio e abertura do primeiro Centro de Empresas/Agência em Lisboa e Porto.

2009

- Expansão geográfica para Viseu, Aveiro, Leiria e Braga.

2010

- Abertura da Agência de Alvarenga, a primeira especialmente vocacionada para a captação de recursos.

2012

- Aquisição da rede comercial do BPN ao Estado Português e consequente fusão das duas entidades.

2013

- Primeira campanha institucional - «Mais próximo de si» - com o objetivo de apresentar o Banco BIC à sociedade portuguesa.
- Plano de valorização da rede comercial com deslocalização de Agências e expansão geográfica para os Açores, Sines, Algés e Mirandela.

2014

- Continuidade do plano de reforço e valorização da rede comercial com a abertura de mais seis Agências, um Centro de Investimentos em Lisboa, e quatro deslocalizações.
- Segunda campanha institucional - «Vença Connosco» - com o objetivo de reforçar a disponibilidade do Banco e o convite comercial para abertura de conta.
- Primeira campanha de crédito habitação em televisão desde 2008, com o *endorsement* da atriz Diana Chaves, atingindo a liderança na recordação total declarada e na televisão no mês de referência (abril).

2016

- Tomada de posse dos novos órgãos sociais.
- Campanha de crédito habitação que deu continuidade ao *endorsement* da Diana Chaves e *recall* à presença anterior da marca em televisão.

2017

- *Rebranding* EuroBic.
- Lançamento do novo *site* corporativo.
- Lançamento da *App* EuroBic para clientes particulares.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017

Janeiro

- Adiantamento e complemento de incentivos Portugal 2020
Disponibilização de um conjunto de soluções destinadas a auxiliar as empresas na fase de implementação e execução dos seus projetos, nomeadamente o financiamento complementar aos fundos europeus e a antecipação de fundos aprovados.
- Ordem de Mérito Banco BIC
Aprofundamento da associação ao golfe, através da celebração de um protocolo com a Associação de Seniores de Golfe do Norte de Portugal (ASGNP) que, adicionalmente à parceria já existente com a Associação Nacional de Seniores de Golfe de Portugal (ANSGP), possibilitou ao Banco assumir o *namings* de duas Ordens de Mérito.

Fevereiro

- Linha de Crédito Capitalizar
Lançamento da nova linha de crédito decorrente do protocolo celebrado com a PME Investimentos/FINNOVA e as Sociedades de Garantia Mútua, para reforço da liquidez e capacidade de investimento do tecido empresarial português.
- Fórum Agricultura Portugal-Angola
Realização do Fórum na Fundação Champalimaud, em Lisboa. A identificação de oportunidades de investimentos produtivos no setor agrícola em Angola, o potencial das parcerias entre empresários dos dois países e a sinalização de soluções adequadas de financiamento para projetos foram os temas centrais da iniciativa, que contou com a presença dos responsáveis ministeriais de cada país, nomeadamente Marcos Nhunga, Ministro da Agricultura de Angola, e Capoulas Santos, que tutela a pasta da agricultura em Portugal.

Março

- Depósito a Prazo “DP Easy”
Lançamento de depósito destinado a clientes particulares, com possibilidade de atribuição de uma taxa mais atrativa, nos depósitos até 100 mil euros, a clientes com um mínimo de vinculação (de pelo menos um cartão de débito).
- Linha de Apoio à Qualificação da Oferta
Renovação do protocolo com o Turismo de Portugal que promoveu para 2017 um reforço de 75 milhões de euros nesta linha de crédito. O Banco manteve assim reforçada a sua oferta às empresas do setor do turismo, nomeadamente no apoio a projetos de requalificação de empreendimentos turísticos, projetos na área da animação turística e restauração, assim como projetos de empreendedorismo.

Maior

- Feira Agrícola Ovibeja
Forte presença institucional e comercial na feira de inovação e de agronegócios que teve lugar em Beja, de 27 de abril a 1 de maio de 2017, com dezenas de expositores dos ramos agroalimentar, turismo, indústria, serviços, desportos e recreio.
- Taça de Portugal

Renovação dos direitos de publicidade e patrocínio da Taça de Portugal. A presença numa das competições mais importantes do futebol português contribuiu para a realização dos objetivos de notoriedade deste ano, e permitiu a dinamização da marca em todo o território nacional. O Banco esteve presente em vários suportes de comunicação, desde o digital até à publicidade em estádios e espaços envolventes.

- Prémios AHRESP

Patrocínio da 3.ª edição do evento que distingue os melhores do ano nos setores da Hotelaria, Promoção Turística e Restauração em Portugal, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. O canal Horeca representa um segmento com peso relevante na estrutura empresarial portuguesa e, como tal, também para o Banco, que tem na sua oferta um leque de produtos e serviços que visam responder às necessidades das empresas de pequena e média dimensão, com especial destaque para a rede Netpay.

Junho

- Feira Nacional de Agricultura

Presença como expositor numa feira de referência para o setor que é também um espaço privilegiado para contactos de negócio, onde se faz a dinamização e a divulgação da oferta de produtos e serviços úteis aos empresários do setor.

- Depósito Indexado "Banco BIC Telecomunicações junho 2017"

Diversificação da oferta e reforço do posicionamento do Banco nas soluções de poupança e investimento dos clientes particulares através da comercialização do novo depósito indexado.

- Formação à rede comercial

Lisboa e Porto foram palco de ações de formação que visaram a sensibilização da rede comercial para dois temas distintos: Linha de Crédito Capitalizar e Deveres de Informação Pré-contratual.

- 5.º Torneio de Golfe Banco BIC

A 5.ª edição do torneio anual disputou-se no campo de golfe do Vidago Palace Hotel, onde o principal anfitrião foi o Presidente da Comissão Executiva, com um convívio e o aprofundamento do relacionamento entre clientes e potenciais clientes, um dos desígnios do apoio do Banco ao golfe.

- Rock 'n' Law

Patrocínio da 9.ª edição do Rock 'n' Law que contou com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Este ano estiveram presentes no evento 1820 pessoas e foram doados 67,2 mil euros ao Projeto «Casas Primeiro da AEIPS» Associação para o Estudo e Integração Psicossocial.

Julho

- Cruz Vermelha Portuguesa - Apoio às vítimas de incêndios

Associação à Cruz Vermelha Portuguesa, com um contributo inicial de 30 mil euros, para uma conta de solidariedade para minorar os sacrifícios das populações vítimas da vaga de incêndios nas regiões de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera.

- *Rebranding* EuroBic

Na sequência de uma estratégia de reforço da sua imagem de modernidade, proximidade e confiança o Banco BIC Português, S.A., alterou a sua marca para EuroBic.

A campanha de comunicação foi lançada em duas vagas: a primeira, em julho/agosto, com imprensa, rádio e internet; a segunda em outubro/novembro

com televisão, internet, e publicidade exterior. De uma comunicação otimista, convidativa e credível, evoluímos para uma comunicação próxima, mais inovadora, sofisticada e original através da qual se reafirmou o EuroBic no mercado e se afirmou a sua nova missão: ser um banco de referência na economia portuguesa e um parceiro próximo das famílias e das empresas.

- Autenticação Forte no Serviço de *Homebanking*
Reforço da segurança do serviço de *homebanking* através da introdução do sistema de autenticação forte.

Agosto

- Disponibilização do Serviço MB *Way*
Na sequência da descontinuação do serviço MB Net, a geração de cartões virtuais passou a estar disponível apenas através do serviço MB *Way*, serviço que permite aos clientes associar os seus cartões bancários (débito e crédito) ao seu número de telemóvel e assim gerar cartões MB Net, fazer levantamentos, entre outras operações bancárias.
- Banco Oficial da Liga Portugal
O EuroBic assumiu o estatuto de patrocinador oficial da Liga Portugal e da Liga NOS, até ao final da época desportiva 2018-19.

Outubro

- Seguro EuroBic Proteção Crédito
Substituição do seguro gerido pela Mapfre pelo Seguro EuroBic Proteção Crédito, gerido pela Real Vida.
- Casa da Música - EuroBic Mecenas do Outono em Jazz
Patrocínio do ciclo «Outono em Jazz» com reforço da estratégia de mecenato cultural, neste caso na área da música, intervindo na comunidade ao possibilitar o acesso de clientes e colaboradores a concertos deste género musical.

Novembro

- Depósito Indexado “EuroBic Multisetor novembro 2017”
Comercialização do novo depósito indexado, exclusivo para clientes particulares.
- Novas Linhas de Crédito Protocolado
Comercialização de uma nova linha de crédito para armazenagem de batata dirigida aos operadores do setor agrícola que se disponham a armazenar batata de conservação produzida em território nacional; e da Linha de Crédito Investe RAM 2020 para apoio a projetos de investimento de empresas, preferencialmente PME, dos setores secundário e terciário com sede na Região Autónoma da Madeira que pretendam impulsionar investimentos produtivos nesta região.
- Empresa Promotora da Língua Portuguesa
Aquisição do estatuto de Empresa Promotora da Língua Portuguesa decorrente da celebração de um protocolo com o Instituto Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., que tem como objetivo promover a língua portuguesa no estrangeiro através do financiamento de bolsas de estudo e investigação.
- Linha de Crédito para Empresas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro
Abertura das candidaturas à Linha de Crédito para Apoio à Tesouraria de Empresas afetadas por incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro de 2017.
- Linha Capitalizar Mais (IFD)
Assinatura de segunda adenda ao Protocolo da linha de crédito com Garantia

Mútua, IFD 2016-2020, com que introduziu várias alterações a esta, nomeadamente no próprio nome, alterado para Linha Capitalizar Mais.

- Lançamento da *App* EuroBic para clientes particulares
Ficou disponível para clientes particulares a primeira *App* EuroBic a ser descarregada da *App Store* e *Google Play*. Tendo em conta a relevância estratégica deste novo serviço, teve início em dezembro uma campanha de *media* que incluiu imprensa, internet e rede mupis a nível nacional. O lançamento da *App* EuroBic é mais uma etapa do programa de redefinição estratégica do Banco, com aposta na modernização dos processos e dos sistemas, com vista a apresentar soluções cada vez mais convenientes para os clientes.

Dezembro

- Depósito Indexado “EuroBic Cabaz Mundo dezembro 2017”
Comercialização de novo depósito indexado “EuroBic Cabaz Mundo dezembro 2017”, para clientes particulares.
- Reabertura da Linha de Crédito de Apoio ao Setor da Pesca
Novo período de candidaturas para a Linha de Crédito de Apoio ao Setor da Pesca para disponibilização de meios financeiros para aquisição de fatores de produção, liquidação e renegociação de dívidas junto de fornecedores de fatores de produção ou instituições de crédito, decorrentes de dificuldades de tesouraria.
- Vídeo viral de Natal «#ÉParaSi»
Ação de rua com mensagem de Natal com divulgação e propagação de vídeo no *youtube* na noite de consoada, que contou com mais de cem mil visualizações em dois dias.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Rede Comercial

O EuroBic opera em Portugal através de uma rede de distribuição à escala nacional, servindo os seus clientes de uma forma segmentada.

No final de 2017, o Banco dispunha de uma rede de retalho composta por 181 Agências (90 na zona Norte do país e 91 na zona Sul, incluindo os arquipélagos da Madeira e dos Açores).

A Rede de Agências é complementada pela Rede de Empresas, vocacionada para as PME e Grandes Empresas e por centros especializados totalmente dedicados aos segmentos *Private* e segmento de clientes com apetência por produtos financeiros complexos.

No final de 2017, o Banco contava com treze Gabinetes de Empresas e dois Centros de *Private Banking*.

Rede de Promotores

A Rede de Promotores, rede complementar para apoio à atividade de angariação de negócio, é constituída por parceiros externos, promotores e canais agenciados. Em 2017 esta rede consolidou o forte ritmo de crescimento (37%) em volume de negócios sob gestão.

Rede Netpay

Em 2017, a atividade de captação resultou no crescimento do parque de terminais Netpay em 2,76%.

Comparativamente com o ano anterior, registou-se um aumento do número de transações e do valor transacionado de, respetivamente, 21% e 16%.

ATM

No final de 2017, o parque total de ATM do Banco era constituído por 237 máquinas, 175 instaladas em Agências e 62 em clientes.

Canais Alternativos

Em termos gerais, o tráfego *online* é significativo e tem vindo a crescer, o que resultou em 2017 no incremento de 15% na movimentação registada através dos canais à distância, quer quanto às operações, quer no que se refere aos montantes movimentados.

O ano de 2017 ficou marcado pelo lançamento da *App* EuroBic, que ficou disponível em novembro, para clientes particulares, cumprindo-se mais uma etapa de relevância estratégica no programa de redefinição e modernização dos processos e sistemas do Banco, com vista a apresentar soluções cada vez mais convenientes e que facilitem o dia-a-dia dos clientes, fazendo uso das novas tecnologias e ferramentas digitais.

No seguimento da evolução e do crescimento do Banco, foi ainda alargado o horário de funcionamento do *Contact Center*, disponível todos os dias das 8h às 23h, e reforçada a respetiva equipa, por forma a permitir a melhoria da qualidade do serviço prestado e consequentemente mais satisfação dos clientes através do cumprimento dos níveis de serviço.

Desta forma, passou a ser satisfeita a necessidade de contacto dos clientes e potenciais clientes no período noturno e ao fim de semana, garantindo, também, o apoio à navegação e execução de transações no EuroBic Net.

No *homebanking* foi ainda reforçada a segurança com a introdução do sistema de Autenticação Forte.

CAPITAL HUMANO

O Banco considera que o capital humano é um dos vetores essenciais para a criação de valor. Nesse sentido, o Banco tem vindo a adotar políticas no âmbito da gestão de recursos humanos que visam reforçar a identidade corporativa, relevando o mérito do desempenho numa continuada melhoria e qualidade dos seus colaboradores, promovendo o seu desenvolvimento quer pessoal quer profissional, o que tem permitido alicerçar as relações com os seus clientes, atingindo os objetivos estratégicos e o aumento do volume de negócios.

Em 31 de dezembro de 2017 eram 1.451, os colaboradores que desempenhavam funções no Banco, sendo que 57 destes se encontravam em regime de contrato a termo. O Banco registava ainda a presença de nove estagiários nas suas estruturas.

Tipo de Vínculo	Número de Colaboradores				
	2013	2014	2015	2016	2017
Contratos sem termo	1.266	1.327	1.353	1.377	1.394
Contratos a termo	35	61	86	72	57
Estágios	49	39	4	9	9
Totais	1.350	1.427	1.443	1.458	1.460

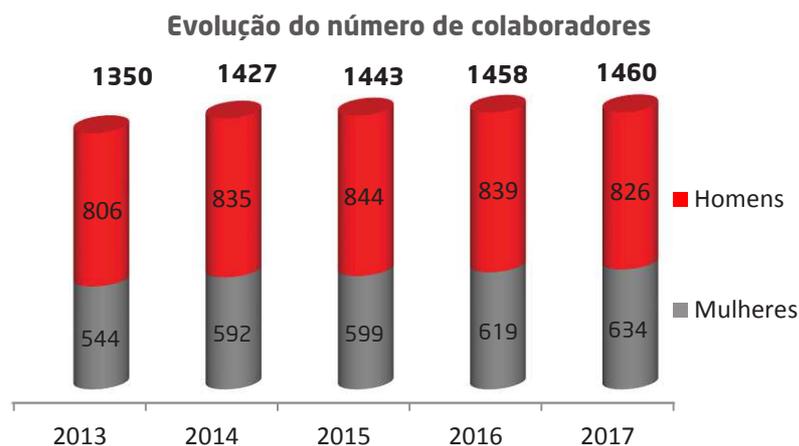
Pese embora tivessem ocorrido 54 admissões durante o ano de 2017, a quantidade total de colaboradores estabilizou, quando comparado com o ano anterior. O Banco estabeleceu como linha orientadora, no âmbito da gestão dos recursos humanos, a renovação dos seus quadros, quer apostando primordialmente no recrutamento de jovens com habilitações superiores e com elevado potencial, quer estabelecendo a abertura à realização de acordos de rescisão por mútuo acordo a pedido dos trabalhadores.

A taxa de rotatividade verificada em 2017 foi de 5,05%.

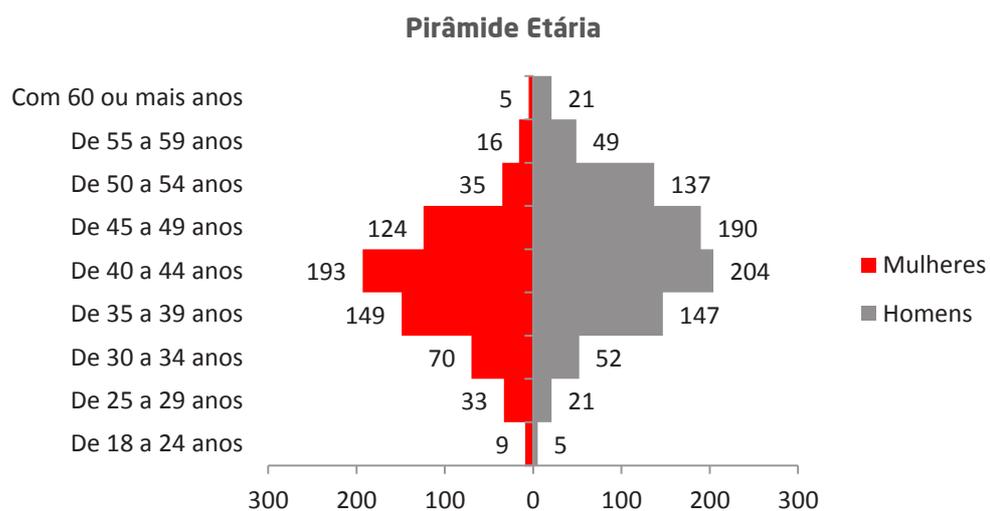
No âmbito da progressão de carreiras, o Banco continua a promover a valorização dos quadros existentes, através do lançamento de oportunidades e de forte aposta no recrutamento interno.

O Banco estabeleceu um compromisso de âmbito social, com vista a reduzir a precariedade contratual dos seus trabalhadores, reduzindo não só o tempo de permanência nesse regime de contratos de trabalho, como considerando apenas o estritamente necessário à realização de contrato de trabalho a termo. A evolução deste tipo de contratos de 2016 para 2017 registou uma redução significativa de 21%.

A distribuição do quadro, relativamente ao género, é de 57% para a população masculina e de 43% para a população feminina. Verifica-se, assim, uma tendência de convergência no que respeita ao género.



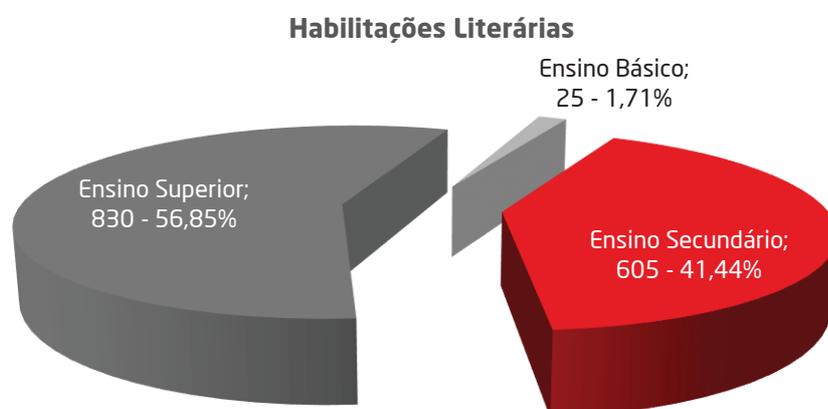
A média etária no EuroBic situa-se nos 42 anos, sendo esta inferior à média da população bancária, que é de 47 anos de idade.



Tal como em 2016, o Banco registou uma maior representatividade no domínio do grupo das categorias profissionais - Específicas e de Enquadramento - com destaque para as categorias de gerente, subgerente e gestor de cliente. Apresentando um rácio de 14 colaboradores por cada colaborador com função diretiva.

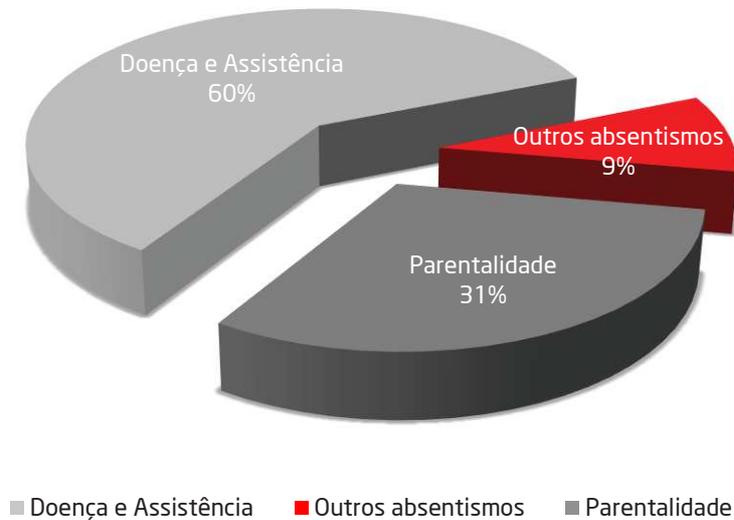
Categorias	Rede Comercial	Serviços Centrais	Total
Administrativas	291	155	446
Apoio		9	9
Diretivas	47	46	93
Específicas de Enquadramento	614	41	655
Técnicas	26	222	248
Estagiários	4	5	9
Subtotais	982	478	1.460

Os colaboradores com habilitações académicas superiores representam 56,16%.



A taxa geral de absentismo registada em 2017 sofreu um acréscimo de 0,53%, atingindo a percentagem de 3,89%. Este aumento, traduzido em horas, é de 11.285, sendo que destas, 44,25% correspondem a um “bom absentismo” nomeadamente por motivos de parentalidade.

Absentismo



Os temas regulatórios continuaram, em 2017, a merecer um destaque particular por parte do Banco, com evidência para os programas destinados a garantir o cumprimento em matérias sensíveis, como sejam, a Prevenção do Branqueamento de Capitais, na modalidade *e-learning*, com certificação pelo IFB e formação presencial, organizada pela Direção de *Compliance*, visando uma abordagem mais completa, sobre o aplicativo ARGUS, de suporte à rede comercial, incluindo o processo de abertura de conta.

A certificação internacional ICA, obtida por colaboradores da Direção de *Compliance*, as iniciativas no âmbito da Regulamentação da Proteção de Dados, a Certificação na Nota Euro e a Certificação no âmbito da DMIF II, iniciada no final de 2017, com continuidade assegurada em 2018, foram temas que contribuíram com 1.554 participantes e 29.754 horas de formação, para o apuramento final do ano de 2017.

Ainda em 2017, demos continuidade ao Programa de Formação para uma Liderança Estratégica, que tinha sido lançado no ano anterior, destinado aos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no designado 1º pilar «Cultura de Risco e de *Compliance*», concluindo-se esta componente do programa, com um módulo dedicado aos «Mercados Financeiros».

Prosseguimos ainda, no âmbito do Programa de Formação para uma Liderança Estratégica, com o 2º pilar «Conhecimentos e Competências», que contou com a participação dos elementos representativos da gestão do Banco, num conjunto de iniciativas, nomeadamente:

- Em temas de âmbito regulatório, com incidência particular no setor financeiro - «*Banking Supervision & Regulation In Praticce*», «Conferência Internacional sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo», «DMIF II», «*New Challenges for Banks In Post-IFRS 9 Era*», «Grandes Tendências da Supervisão e Regulação do Setor Financeiro em 2017 e Próximos Desenvolvimentos», «*Corporate Governance - O Impacto na Reputação e no Valor do Setor Segurador*», «*Risk*

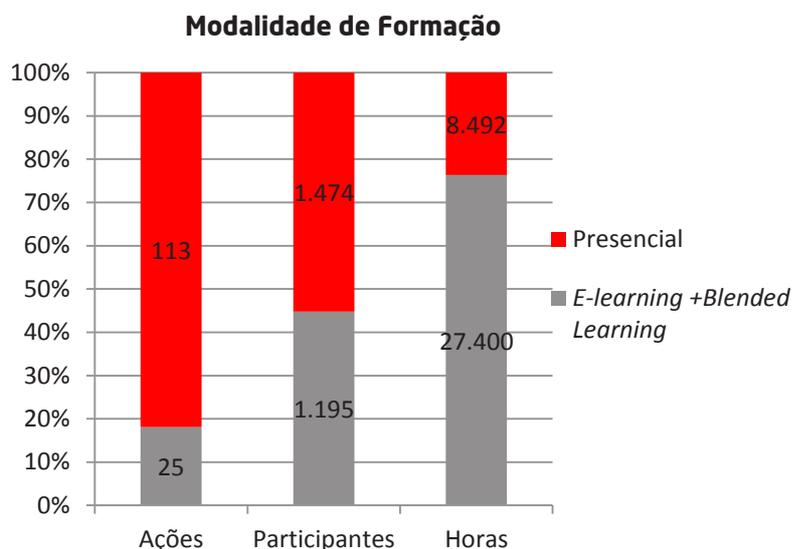
Management for Central Banks», «Reforma do Modelo de Supervisão do Setor Financeiro em Portugal no Contexto da União Europeia», «A Reforma da Supervisão Financeira», entre outros.

- Em temas relacionados com a evolução tecnológica, o novo paradigma da gestão e os novos canais ao serviço dos clientes bancários - «*Transformation in Business Banking - Fact vs Fiction*», «*Accelerating Bionic Transformation in Banks*», «*How to Reinvent Model and Internal Capabilities*», «Abertura de Conta via Canal Digital», «*Customer First - The Path to a Customer Centric Organization*», «*Strategy Leadership Summit*», «*Driving Digital Disruption with new Economic and Business*», «*Smart Simplicity*», «Principais Impactos da Revolução *Mobile/Digital*», «Flexibilidade e Proporcionalidade em *Corporate Governance*», «Portugal e a Europa - Os Grandes Desafios da Banca», «A Economia Mundial e o Sistema Financeiro», «Banca-Novos Desafios», entre outros.

Em 2017 concluímos ainda o Programa de Formação para Alta Direção, que transitou do ano anterior, destinado aos Titulares de Funções Essenciais / Responsáveis de 1ª Linha, com a realização de dois módulos formativos, um sobre «Basileia - Pacote Legislativo CRR/CRD IV» e outro, sobre «Contas, Sistemas de Pagamentos e Banca Digital».

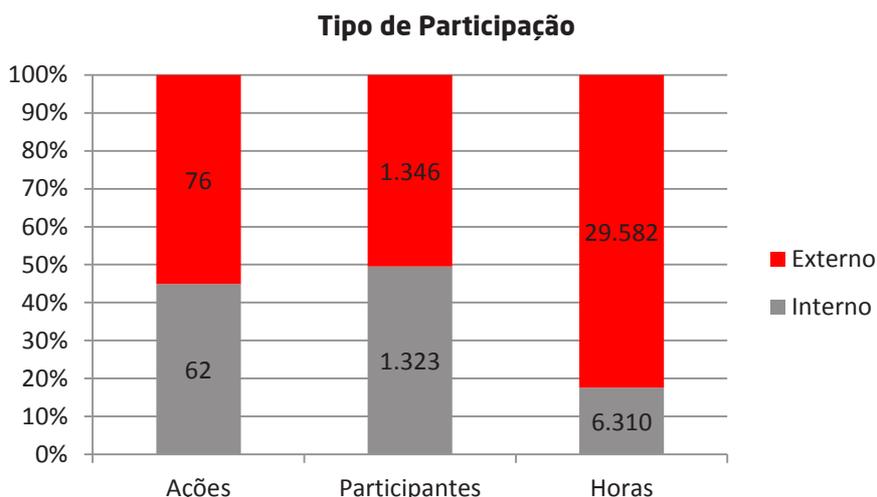
Formação Banco						
	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Ações de Formação						
Formação Interna	11	70	49	33	29	62
Formação Externa	23	30	115	117	117	76
Formação Presencial	19	86	150	134	129	113
Formação <i>E-Learning</i>	15	13	14	16	17	25
Total de Ações de Formação	34	100	164	150	146	138
Participantes						
Formação Interna	276	1.827	2.174	1544	625	1323
Formação Externa	280	871	1.917	1856	2466	1346
Formação Presencial	407	1.942	2.420	1458	2126	1474
Formação <i>E-Learning</i>	149	756	1.671	1942	965	1195
Total de Participantes	556	2.698	4.091	3.400	3.091	2.669
Horas de Formação						
Formação Interna	839	3.740	7.963	11.348	4.002	6.310
Formação Externa	1.514	18.525	23.235	19.673	20.621	29.582
Formação Presencial	1.765	5.115	22.318	12.235	18.605	8.492
Formação <i>E-Learning</i>	588	17.150	8.880	18.786	6.018	27.400
Total de Horas	2.353	22.265	31.198	31.021	24.623	35.892
Outros Indicadores						
Colaboradores alvo formação	472	906	1.247	1223	1451	1127
Taxa de participação (Colaborador Alvo/ Efetivo)	36%	70%	87%	85%	98%	77%
Custos	47.527 €	147.934 €	320.699 €	233.081 €	184.866 €	166.840 €
Efetivo Banco	1.322	1.301	1.433	1.439	1.474	1.472

Relacionando as modalidades de formação, observamos com naturalidade, um acréscimo significativo da formação em *e-learning*, com um número de horas quatro vezes superior ao do ano transato (27.400 horas em 2017 e 6.018 horas em 2016). Este facto está relacionado com as iniciativas formativas sobre temas regulatórios, sendo esta modalidade aquela que permite envolver mais colaboradores com grande dispersão geográfica.

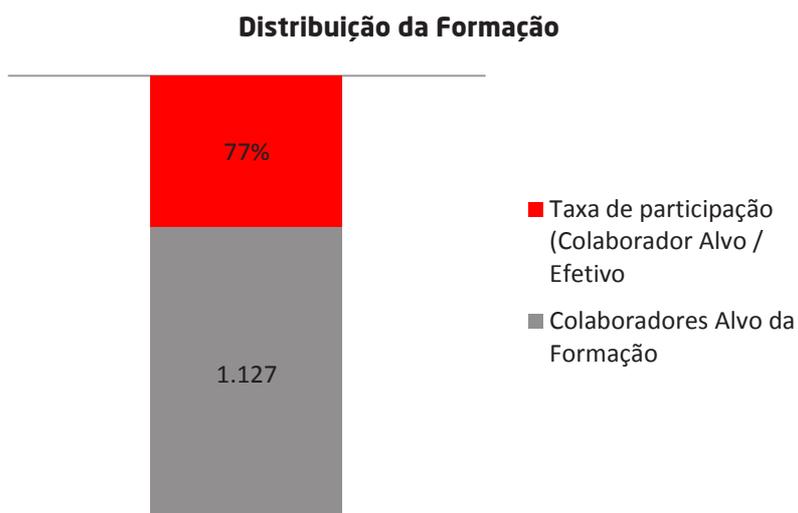


Como também seria de antever, a formação interna, organizada pelo Banco, com intervenção de várias áreas registou um acréscimo de 4.002 horas para as 6.310 horas em 2017, o que representa cerca de 37% de aumento. Processos de Espólio e Prevenção da Fraude, Crédito Especializado, Crédito Habitação e Crédito Protocolado, foram alguns dos temas assegurados por via da formação interna presencial.

No que diz respeito à Formação Externa, o Banco manteve um rácio equilibrado, garantindo-se a presença de 1.346 participantes, num total de 29.582 horas, o que corresponde a uma média por participante de 22 horas.



Observando os dados globais da formação, concluímos que foram ultrapassadas, por comparação com o ano anterior, o número total de 35.892 horas de formação, mais 46% que as verificadas em 2016. O número total de participantes foi de 2.669.



A distribuição da formação entre a rede comercial e os serviços centrais continuou a revelar uma forte concentração do investimento em formação dirigida à primeira, com 86%. A taxa de cobertura de colaboradores participantes foi de 77%.

No seguimento do lançamento da nova marca do Banco, tornou-se ainda mais urgente definir, clarificar e partilhar, entre todos os colaboradores, a Missão, a Visão e os Valores transversais ao Banco, mas acima de tudo fazer viver e reposicionar a marca EuroBic, fazendo com que todos a interpretem de igual forma para alinhar a organização e permitir a todos imergir no futuro. Um futuro assente no reforço dos pontos fortes da cultura EuroBic: relação forte com o ecossistema e foco na competitividade e nos resultados, mas acima de tudo no cliente.

Assim, no final de 2017 foi incluída no Plano Anual de Formação para 2018, uma Iniciativa de Formação Estratégica, denominada "Mudança 4.0", na qual iremos envolver todos os Colaboradores do Banco. As primeiras fases de execução desse programa serão destinadas ao Compromisso e à Identidade Corporativa, onde serão trabalhados os 3 Pilares - *Brand Mission*, *Brand Vision* e *Brand Values*.

Posteriormente, e com o envolvimento de toda a população do Banco, daremos início à chamada fase de Transformação, com abordagem aos 4 códigos considerados *core* para o Banco: Abertura, Agilidade, Colaboração e Inovação.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Nos termos do artigo 66.º B, n.º 2, alíneas a) e b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) aditado pelo DL 89/2017, de 28 de julho, as grandes empresas que sejam entidades de interesse público - que à data de encerramento do seu balanço excedam um número de 500 trabalhadores durante o exercício anual - devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira dotada de «informações bastantes para uma compreensão da evolução do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades» em diversas áreas da sua organização.

Entendemos que a contribuição da atividade do Banco na comunidade em que se insere vai para além do desenvolvimento do sistema económico português através da oferta de um serviço financeiro global. O crescimento da nossa atividade acarreta tanto a criação de oportunidades quanto responsabilidades acrescidas. Como tal, para construir riqueza nas regiões onde operamos é necessário incorporar na nossa atividade os aspetos sociais e ambientais como base do nosso relacionamento com a comunidade envolvente, ademais porque dela resultam também melhores resultados financeiros para o Banco.

Deontologia e Ética no exercício da atividade

As regras e a estrutura de governo do Banco BIC Português, S.A. foram definidas com o propósito de assegurar uma governação responsável orientada para a criação de valor.

Além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros, e Código dos Valores Mobiliários), a atividade do Banco é prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento de princípios éticos e deontológicos.

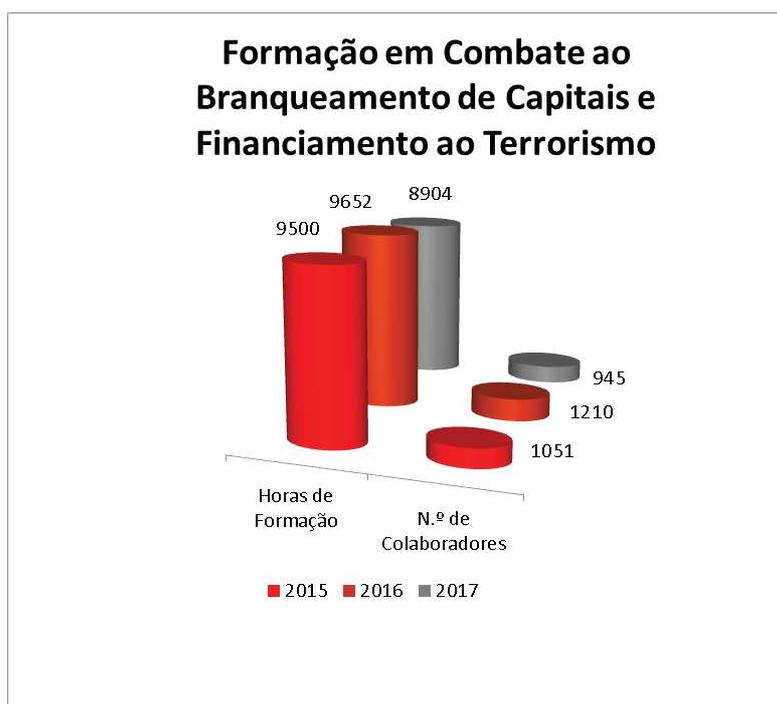
O nosso Código de Conduta estabelece e sistematiza princípios e regras de natureza comportamental, que são imperativos no exercício de toda a atividade bancária e que devem pautar a atividade de todos os colaboradores do Banco, encontrando-se disponível em eurobic.pt.

Para que estes princípios e estas regras sejam de fácil apreensão por todos, o Banco desenvolve várias ações de formação sobre algumas dessas temáticas, que passamos a enunciar:

Além de ser um aspeto que integra as atitudes e as competências pelas quais todos os colaboradores são avaliados, o Banco promoveu nos últimos três anos ações de formação sobre este tema, que envolveram 43 colaboradores e mais de 150 horas de formação.

Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

Ciente da necessidade de reprimir a criminalidade organizada e bem assim de prevenir e combater o branqueamento do produto de atividades criminosas, bem como o financiamento do terrorismo, o Banco procura dotar os seus colaboradores das ferramentas e dos conhecimentos necessários para este desiderato. Assim, nos últimos três anos despendeu nesta matéria mais de 28.000 horas na formação dos seus colaboradores.



Além das ações de formação mencionadas, e nos termos do art.º 66.º-B, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, a política de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo foi executada - durante o período objeto do Relatório de Gestão - através das diversas diligências tomadas pela UCCF (Unidade de Prevenção e Combate ao Crime Financeiro) e pela URCR (Unidade de Gestão de Riscos de *Compliance* e de Reputação), órgãos de 2º nível na dependência da Direção de *Compliance*, das quais se destacam as seguintes: o exercício efetivo dos Deveres Legais elencados na Lei 83/2017 de 18 de agosto, nomeadamente no que diz respeito aos artigos nº43 e nº47 compilação e registo da documentação respetiva, a criação de processos internos no ARGUS - aplicação informática utilizada para a prevenção e a deteção da ameaça que, através da monitorização dos dados e das transações do cliente, emite os alertas com base nas regras definidas que foram melhoradas ou atualizadas; e a adoção de medidas reforçadas de diligência no âmbito dos relatórios sobre operações suspeitas que determinam a comunicação às entidades reguladoras. Estes órgãos asseguraram ainda a divulgação das novidades legislativas e regulamentares nesta matéria bem como o acompanhamento da sua integração e implementação internas, que originou, em muitos casos, desenvolvimentos informáticos.

Combate à corrupção e às tentativas de suborno

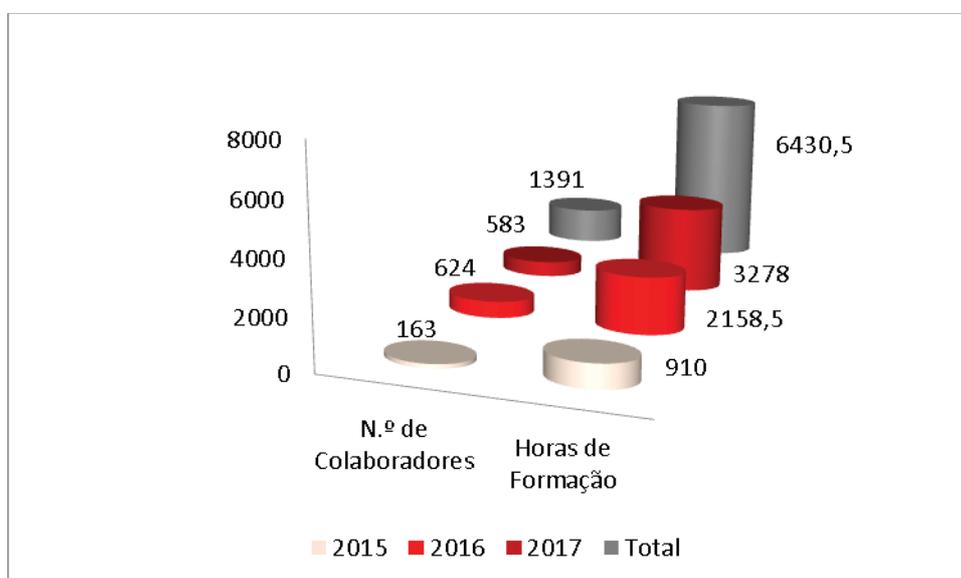
A política de combate à corrupção e às tentativas de suborno foi executada através de diligências tomadas pela URCR, das quais se destacam: a revisão do Código de Conduta; a formação sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo aos Responsáveis Setoriais de *Compliance*; a elaboração de relatório sobre o tema «Conflitos de interesses»; monitorização das operações realizadas pelas pessoas relevantes, conforme Código dos Valores Mobiliários; e a elaboração de relatório sobre o «Sistema de Controlo Interno e da Gestão do Risco e a Função de *Compliance*».

Gestão e prevenção da fraude

Atualmente temos observado uma série de eventos de fraudes, tanto no mundo corporativo como em outros segmentos da sociedade. Segundo alguns especialistas, a fraude é um evento em crescimento em todo o mundo, atingindo qualquer tipo de empresa e o setor bancário não é exceção.

O fenómeno é tanto interno como externo, e pode ser perpetrado por colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores ou outro tipo de entidades terceiras agindo de forma individual ou em conluio com outros.

Como forma de deteção e prevenção da fraude o Banco promoveu várias ações de formação como se pode verificar no seguinte gráfico:



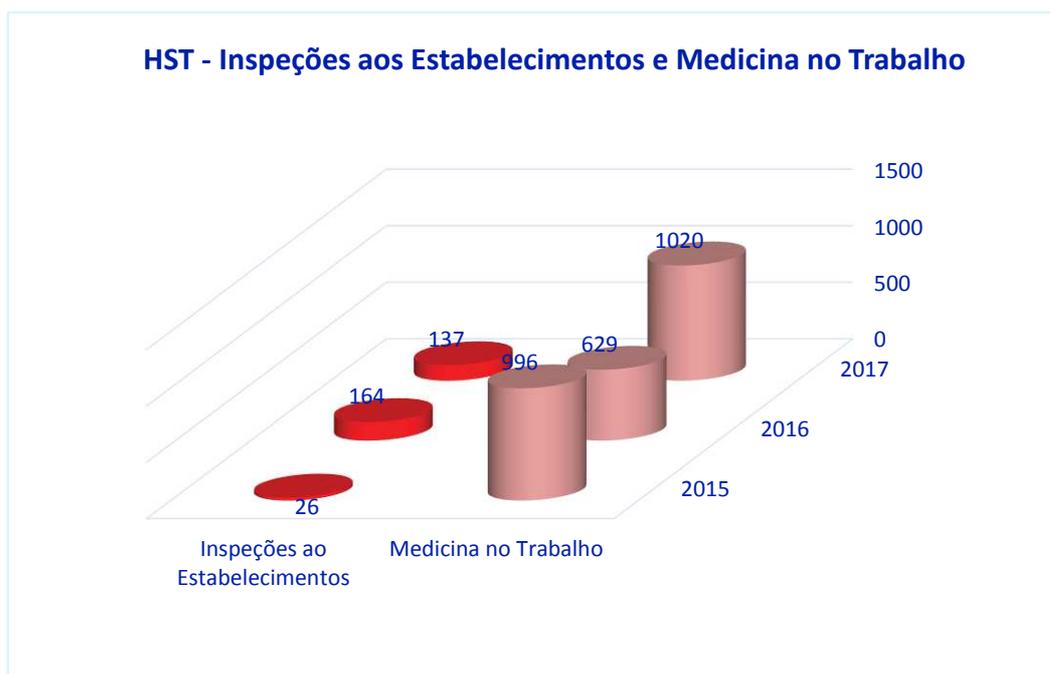
É também de relevar a ação dos órgãos de Gestão e de Controlo Interno que, cientes da curva crescente da fraude interna e externa nos planos nacional e internacional, adotam medidas de prevenção e de robustecimento do Sistema de Controlo Interno a fim de, por um lado, evitar a ocorrência deste tipo de situação, e por outro, detetar tempestivamente estes eventos, resultando, sempre que justificável, em ações de poder disciplinar visando, sobretudo, reprimir este tipo de comportamento.

Segurança e Saúde

Além do cumprimento das normas relativas à Segurança e Saúde no Trabalho, o Banco desenvolve um esforço contínuo com o objetivo de proporcionar um ambiente de trabalho seguro, saudável, limpo e produtivo.

Assim, no último triénio o Banco promoveu a realização de mais de 2600 consultas de medicina do trabalho com a realização de exames médicos que permitem aferir o estado de saúde geral dos colaboradores, a sua acuidade visual e, para os colaboradores com mais de 40 anos, o Banco proporciona ainda a realização de mamografia para as mulheres e o despiste de PSA para os homens.

No mesmo período foram realizadas mais de 320 inspeções aos estabelecimentos do Banco, procurando continuamente identificar anomalias que ponham em causa as condições das infraestruturas, quer para os trabalhadores quer para os clientes. De forma consciente são priorizadas as necessárias intervenções, tendo em conta o grau de risco que, neste momento é residual ou inexistente, não havendo necessidade de melhoramento das infraestruturas.



Ainda neste âmbito, realizámos no último triénio variadas ações de formação em Primeiros Socorros, Ergonomia e Segurança e Saúde no Trabalho, envolvendo um total de 235 participantes e mais de 1750 horas de formação.

Políticas de apoio social aos colaboradores

O Banco negociou e tem em vigor, com as duas federações de sindicatos da atividade bancária, um Acordo de Empresa que prevê a concessão de apoios e benefícios sociais aos seus colaboradores e às suas famílias.

Na área do apoio à saúde e na doença, os colaboradores dispõem dos serviços médico-sociais dos sindicatos, mais conhecidos por SAMS/SAMS-Quadros. Além deste importante apoio, o Acordo de Empresa prevê ainda a concessão de um complemento aos subsídios de doença até 12 dias/ano para fazer face àqueles períodos de doença que não são suportados pela Segurança Social. Em caso de doença de um colaborador ou membro do seu agregado familiar, o Banco disponibiliza ainda um crédito pessoal a uma taxa bonificada.

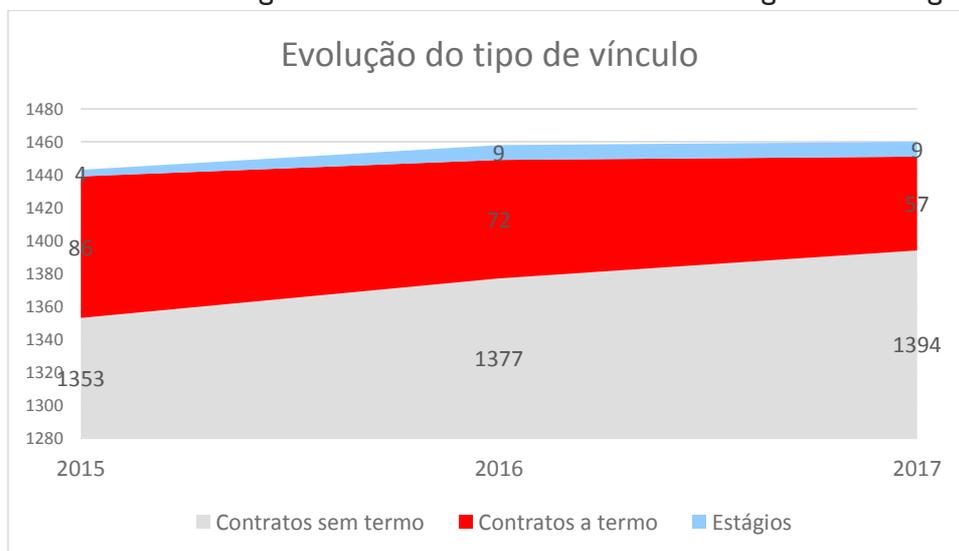
No apoio à família destacamos ainda a atribuição de um complemento ao abono de família atribuído pela Segurança Social, mesmo nos casos cujo nível de rendimentos não o contemple.

Embora na atualidade o acesso à compra de habitação própria e permanente esteja generalizado, o custo que esta tem no orçamento familiar ainda é muito significativo. Assim, o Acordo de Empresa prevê a concessão de empréstimos para a compra de casa própria a uma taxa bonificada mediante um concurso anual. Para aqueles que dela ainda não beneficiam, o Banco criou a possibilidade de acesso a este crédito a taxas mais vantajosas do que as praticadas para os clientes, permitindo assim que todos os colaboradores e as suas famílias possam ter um encargo menor com a habitação.

Como incentivo à poupança a longo prazo, o Acordo de Empresa prevê também um Plano Complementar de Pensões para o qual contribuem igualmente colaborador e Banco.

Retenção de Talento e Igualdade em Género

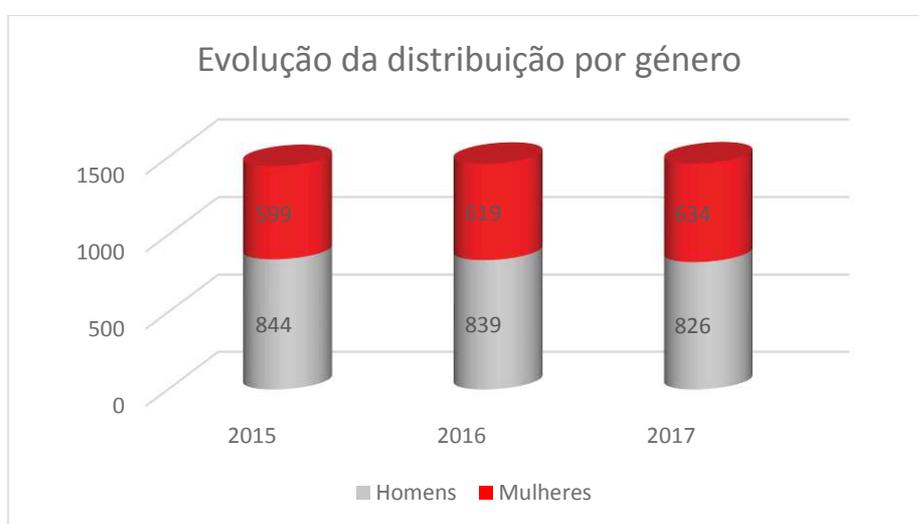
Como já referido no capítulo anterior, o Banco considera o capital humano um dos vetores essenciais para a criação de valor, e tem vindo a adotar, nesse sentido, políticas de gestão de recursos humanos que visam relevar o mérito do desempenho, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional, mantendo uma política de recrutamento e retenção consistente e suportada numa relação duradoura. Dos 1460 colaboradores que desempenhavam funções no Banco em 31 de dezembro de 2017, apenas 57 se encontravam em regime de contrato a termo e nove em regime de estágio.



No âmbito da progressão de carreiras, o Banco continua a promover a valorização dos quadros existentes, através do lançamento de oportunidades e de forte aposta no recrutamento interno.

O Banco estabeleceu ainda um compromisso de âmbito social, com vista a reduzir a precariedade contratual dos seus trabalhadores, reduzindo não só o tempo de permanência nesse regime de contratos de trabalho, como considerando apenas o estritamente necessário à realização de contrato de trabalho a termo. A evolução deste tipo de contratos de 2016 para 2017 registou uma redução significativa de 21%.

Relativamente à distribuição por género, a não discriminação e a oportunidade são dados adquiridos nas metodologias e nos processos de recrutamento, retenção de talentos, promoção de carreiras e gestão de avaliações.



A distribuição por género é de 57% para a população masculina e de 43% para a população feminina, verificando-se uma tendência de convergência no que respeita ao género.

Desenvolvimento regional e responsabilidade social

Apoio empresarial

O contributo do Banco para o desenvolvimento regional não se limita à disponibilização de produtos e serviços financeiros a empresas e cidadãos. Elaboramos também parcerias com associações comerciais, organismos públicos e empresas que partilhem a mesma vocação e complementem os serviços que oferecemos.

Em 2017 mantivemos a nossa associação a diversas Associações Empresariais e Câmaras de Comércio, como parte integrante que somos da comunidade empresarial, canalizando cerca de 35% da dotação orçamental disponível em Quotas e Donativos para quotizações.

Apoiámos o projeto «Novo Rumo a Norte - Cooperação, Empreendedorismo e Inovação» da AEP - Associação Empresarial de Portugal. Dirigido às PME da região Norte de Portugal, esta iniciativa desenvolveu o estabelecimento de uma rede colaborativa, assente em

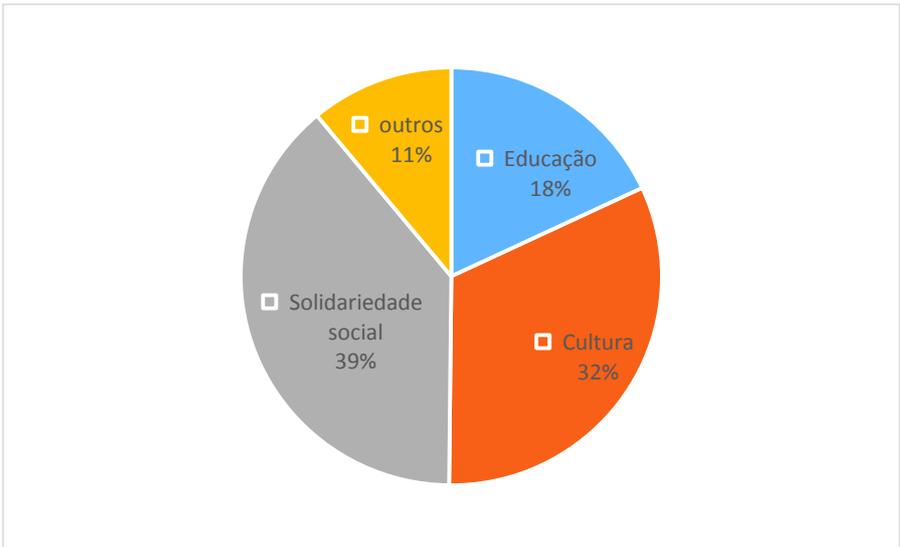
parcerias com as estruturas empresariais mais representativas da região, com o objetivo de disponibilizar instrumentos facilitadores da ação das micro, pequenas e médias empresas, promovendo uma melhor utilização dos recursos, a partilha de soluções e troca de informações no tecido empresarial. Neste âmbito, as PME foram convidadas a participar no ciclo de seminários empresariais constituído por oito *Focus Groups*, - realizados em Braga, Bragança, Vila Real, Chaves, Felgueiras, Porto, Viana do Castelo e Guimarães -, que tiveram como temas centrais a análise dos fatores críticos para a sustentabilidade das ideias de negócio, os caminhos futuros para apoio e resolução das questões relacionadas com a sustentabilidade dos projetos empresariais e informação sobre os instrumentos de apoio no âmbito dos fundos estruturais da União Europeia até 2020.

Os Protocolos estabelecidos com as Sociedades de Garantia Mútua são outra boa prática de apoio ao desenvolvimento das PME e das microempresas, fornecendo melhores condições de financiamento e potenciando a criação de valor a nível regional. Em 2017, o Banco celebrou e renovou diversos Protocolos que se traduziram em linhas de crédito:

- Linha de Crédito Capitalizar, para reforço da liquidez e da capacidade de investimento do tecido empresarial português.
- Turismo de Portugal - Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, nomeadamente apoio a projetos de requalificação de empreendimentos turísticos, projetos na área da animação turística e restauração, assim como projetos de empreendedorismo.
- Linha de crédito para armazenagem de batata, dirigida aos operadores do setor agrícola que se disponham a armazenar batata de conservação produzida em território nacional.
- Linha de Crédito Investe RAM 2020, para apoio a projetos de investimento de empresas, preferencialmente PME, dos setores secundário e terciário com sede na Região Autónoma da Madeira que pretendam impulsionar investimentos produtivos nesta região.
- Linha de Crédito para Empresas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro. Abertura das candidaturas à Linha de Crédito para Apoio à Tesouraria de Empresas afetadas por incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro de 2017.
- Reabertura da Linha de Crédito de Apoio ao Setor da Pesca para aquisição de fatores de produção, liquidação e renegociação de dívidas junto de fornecedores de fatores de produção ou instituições de crédito, decorrentes de dificuldades de tesouraria.

Solidariedade social, cultura e educação

O exercício da nossa atividade passa ainda pela inserção e intervenção na vida da comunidade e pelo apoio às suas iniciativas de solidariedade social, educação e cultura.



Em 2017 o Banco apoiou entidades e projetos distribuídos pelas áreas de solidariedade social (39%), educação (18%) e cultura (32%) com destaque para os seguintes:

Solidariedade

- Cruz Vermelha Portuguesa
Associação à Cruz Vermelha Portuguesa, através da abertura de uma conta de solidariedade para minorar os sacrifícios das populações vítimas da vaga de incêndios nas regiões de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera.
- Convento dos Cardaes
Atribuição de donativo à Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos, uma Instituição Particular de Solidariedade Social que mantém o cuidado a cegas e outras senhoras com multideficiência. A Associação é também responsável pela administração, conservação do património e animação cultural do Convento dos Cardaes.
- Liga Portuguesa Contra o Cancro
Apoio para a realização da 7ª ECTOH - *European Conference on Tobacco or Helth*, para a promoção de políticas de controlo do tabagismo na Europa e no mundo.
- Associação Acreditar
Atribuição de donativo à ação «Caminhada Santiago de Compostela». Uma caminhada a pé, desde a Casa Acreditar do Porto até Santiago de Compostela, com o objetivo de angariar o valor necessário para levar à Disneyland Paris 16 crianças, seguidas nos Serviços de Oncologia de Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira, e Açores (ilhas Terceira e São Miguel).
- Fundação do Gil
Aquisição de um aparelho para medição de tensão arterial no âmbito do projeto UMAD - Unidades Móveis de Apoio ao Domicílio, projeto de apoio a crianças com doença crónica e suas famílias, que visa promover e viabilizar o seu regresso a casa, após o internamento hospitalar, assegurando o seu acompanhamento clínico e social.

- Rock' n' Law
Apoio, pelo 4.º ano consecutivo, ao Rock' n' Law. Uma iniciativa sem fins lucrativos que une o setor da advocacia em torno de um projeto conjunto de responsabilidade social numa noite de festival, e que este ano recolheu 67,2 mil euros que foram entregues ao projeto «Casas Primeiro», da AEIPS, Associação para o Estudo e Integração Psicossocial.
- Doação de mobiliário
Apoio a 4 empresas do distrito de Coimbra afetadas pelos grandes incêndios do outono, através da doação de mobiliário e computadores (10 secretárias, 36 cadeiras, 10 armários, 8 módulos de gavetas, 3 computadores e uma mesa de reuniões).

Educação

- Fundação Cidade de Lisboa
Renovação do apoio que tem vindo a ser dado à Fundação Cidade de Lisboa, através da atribuição de duas bolsas de estudo anuais, atribuídas a estudantes de origem africana do Colégio Universitário da Cooperação - Nuno Krus Abecassis.
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa
O EuroBic adquiriu o estatuto Empresa Promotora da Língua Portuguesa decorrente da celebração de um protocolo com o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., que tem como objetivo promover a língua portuguesa no estrangeiro através do financiamento de bolsas de estudo e investigação.
- Colégio D. Diogo de Sousa
Atribuição de donativo aos melhores alunos do 12.º ano, galardoados com o prémio Monsenhor Elíseo Araújo, que homenageia o seu percurso escolar e a sua excelência pelo mérito alcançado e reconhecido.

Cultura

A par dos apoios financeiros frequentemente direcionados para as associações recreativas e culturais das diferentes localidades onde estamos presentes, apoiando a realização de festas e feiras populares, em 2017 o Banco teve também os seguintes contributos na área da cultura:

- Fundação Júlio Resende
Atribuição de donativo para a preservação e divulgação de um acervo de mais de 2000 desenhos de Júlio Resende, no âmbito da comemoração dos 100 anos do nascimento do artista.
- Casa da Música
Apoio ao Outono Jazz, momento alto do Ciclo de Jazz da Casa da Música, que decorreu em outubro e novembro com uma série de propostas distribuídas por 12 concertos.
- Círculo Artes Plásticas de Coimbra
Apoio à Anozero'17, Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, numa iniciativa que pretende contribuir para a ativação continuada da inscrição da Alta de Coimbra e da Rua da Sofia na lista de bens de Património da Humanidade da UNESCO.

Ambiente

Com o objetivo de se assumir como uma empresa responsável também no domínio ambiental, o EuroBic produziu, na área de eficiência energética, 120 auditorias com registo no portal da DGEG e lançou as bases para parceria de monitorização de consumos com o objetivo de baixar o consumo de energia no universo EuroBic.

Tratou ainda os resíduos (consumíveis informáticos, plástico e papel) procurando reduzir a sua pegada ecológica, para o que gastou (no tratamento de resíduos) um valor de cerca de 58 mil euros, inscrevendo no portal da APA o tratamento de:

2017 - Resíduos	Peso em kg
Papel	87119
Plástico	2721
Consumíveis informáticos	726
Lâmpadas	89
Equipamentos fora de uso	1520
Ladrilhos e telhas	1620
Madeira	1620
Mistura de metais	660
Outros resíduos urbanos	2940

Considerando que, através da destruição segura e confidencial da informação documental, a quantidade de papel enviada para reciclagem totalizou 87,119 t, pode dizer-se que foram poupadas 1550,72 árvores e 453,02m³ de água (quantidades necessárias para fabricar a quantidade de papel em causa), sendo essas árvores capazes de absorver por ano 8,71 t de CO₂e.

Já através do encaminhamento de resíduos de plástico para o circuito de reciclagem, que totalizou 2,721 t, pode dizer-se que houve uma poupança de 15,72 kWh de energia elétrica, 89,82 m³ de água, 59,88 m³ de aterro e 10,89 t de CO₂e.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

A economia global atravessa um momento de recuperação cíclica de elevada sincronização entre os diversos blocos económicos, com os níveis de dispersão de taxas de crescimento e de inflação a atingirem níveis muito baixos, e que se deverá prolongar no horizonte de projeção das principais organizações económicas internacionais. Ainda assim, o ritmo de crescimento da atividade económica em 2017 foi moderado quando comparado com o registado antes da crise económica e financeira. As condições monetárias e financeiras permaneceram favoráveis, com a política monetária a continuar a caracterizar-se por um elevado grau de acomodação, dado o contexto de retirada muito gradual dos estímulos associados às medidas não convencionais de política monetária, em particular nas economias desenvolvidas.

Atividade global

De acordo com a informação já disponível para o conjunto de 2017, a atividade económica global acelerou face ao ano precedente, depois de, em 2016, ter apresentado o ritmo de crescimento mais baixo desde a crise financeira internacional. As estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento do PIB mundial de 3,7% em termos reais, após de uma subida de 3,2% em 2016 e de 3,3% em 2015. Tal ocorreu num contexto de aceleração da atividade económica na generalidade dos blocos económicos, no que constituiu a mais abrangente sincronização da atividade desde 2010.

Nos EUA, a economia apresentou uma significativa aceleração no conjunto de 2017 face ao ano anterior (taxa de variação do PIB de 2,3% em 2017, contra 1,5% em 2016), ainda que permanecendo um pouco aquém do dinamismo observado dois anos antes (2,6%). A fraqueza do consumo no primeiro trimestre de 2017 acabou por revelar-se temporária, no quadro de um mercado de trabalho que se manteve robusto, enquanto o investimento empresarial continuou a fortalecer-se, refletindo, em parte, uma recuperação da atividade no setor da energia alavancada pela subida dos preços do petróleo.

Na Área do Euro, a aceleração da atividade económica teve intensidade idêntica à dos EUA, com a taxa de variação do PIB a passar de 1,8% em 2016 para 2,4% no ano passado, mas neste caso com o crescimento de 2017 a corresponder ao valor máximo de dez anos. O PIB acelerou de modo particularmente intenso na primeira metade do ano, continuando a procura interna (consumo privado e investimento) a ser o principal suporte da atividade económica, dados os desenvolvimentos favoráveis no mercado de trabalho e a elevada confiança dos agentes económicos. Contudo, a procura externa líquida deu um importante contributo para o crescimento na segunda metade do ano, num quadro de elevado dinamismo do comércio internacional e apesar do movimento de apreciação do euro. O comportamento dos diferentes Estados-membros foi bastante mais homogéneo

que no passado recente. No que toca as maiores economias, o PIB acelerou na Alemanha (em 0,6 pontos percentuais, para 2,5%), na França (0,6 p.p., para 1,8%) e na Itália (0,7 p.p., para 1,6%), enquanto na Espanha abrandou ligeiramente, mas mantendo-se com um crescimento acima da média da Área (3,1%). O ano de 2017 foi caracterizado por uma aceleração também nas economias de menor dimensão, com destaque para o dinamismo muito elevado na Irlanda, Malta, Estónia, Letónia e Eslovénia (a expansão do PIB na média destes países foi superior a 5%). Já a Grécia regressou às variações positivas do PIB, interrompendo, assim, a trajetória recessiva dos dois anos anteriores.

Em contraste, no Reino Unido, verificou-se uma nova perda de dinamismo em 2017, ainda que apenas ligeira no conjunto do ano (variação do PIB de 1,7%, face a 1,9% e 2,3% em 2016 e 2015, respetivamente). Salienta-se a desaceleração do consumo privado, em parte associada ao impacto da depreciação da libra sobre o rendimento disponível real das famílias, ocorrida na sequência do resultado do referendo quanto à permanência na União Europeia, bem como, de modo mais geral, à elevada incerteza associada ao processo de saída da União Europeia.

No Japão, a atividade económica acelerou de uma taxa de crescimento de 0,9%, em 2016, para 1,8%, em 2017. O desempenho do PIB refletiu o dinamismo do consumo privado, do investimento e da procura externa, com a economia a beneficiar do contexto favorável em termos de fluxos de comércio e investimento internacionais. Estes desenvolvimentos foram extensivos às restantes economias desenvolvidas do sudeste asiático.

Quanto ao grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, observou-se globalmente uma ligeira aceleração do PIB em 2017, repetindo-se o movimento registado no ano precedente. Estas economias continuaram a beneficiar de condições monetárias e financeiras favoráveis e, no caso das exportadoras de matérias-primas, da subida destes preços iniciada já no segundo semestre de 2016. Todavia, tal escondeu um comportamento díspar entre alguns dos diferentes blocos económicos, como se indica a seguir.

Na China, verificou-se uma aceleração marginal do PIB em 2017 para uma taxa de variação de 6,8% (mais 0,1 p.p. que no ano anterior), destacando-se o desempenho mais forte que o inicialmente previsto da procura doméstica e o robustecimento do setor dos serviços, num quadro de manutenção de um *policy mix* expansionista por parte das autoridades chinesas. Salientam-se, contudo, os receios crescentes quanto à estabilidade financeira do país a médio prazo, em virtude do elevado ritmo de crescimento do crédito nos anos mais recentes (traduzindo-se já em rácios no PIB bastante acima da norma em economias emergentes).

Igual padrão de aceleração foi visível no caso das economias asiáticas emergentes, ao apresentarem, no seu conjunto, um crescimento de 6,5% em 2017, mais 0,1 p.p. que no ano anterior.

No conjunto das economias emergentes europeias, a aceleração foi bastante mais acentuada, com o PIB a passar de um ritmo de expansão médio de 3,2%, em 2016, para 5,2%, em 2017.

No mesmo sentido, o conjunto das economias da América Latina e Caraíbas passou para um cenário de expansão em 2017 (variação do PIB de 1,3%, contra -0,7% no ano precedente). Contudo, as maiores economias deste bloco económico apresentaram um andamento díspar: o Brasil ultrapassou a recessão sentida nos dois anos anteriores (variação de 1,1% em 2017, face a -3,5% em 2016 e -3,6% em 2015), beneficiando da recuperação dos preços das matérias-primas, e respetivo setor exportador, e da redução do ritmo de contração da procura interna, enquanto o México apresentou um abrandamento da atividade económica (para 2,0% em 2017, face a 2,9% no ano anterior), num contexto de aumento assinalável da restritividade da política monetária.

Na Rússia, e à semelhança do Brasil, foi visível uma recuperação da atividade económica em 2017 sustentada tanto pela procura doméstica como externa, depois de uma queda no ano anterior (variação do PIB de 1,8% em 2017 face a -0,2% em 2016). Em paralelo, o conjunto dos restantes países da Comunidade de Estados Independentes apresentou um reforço do crescimento já evidenciado em 2016.

Finalmente, e em contraste, o conjunto das economias do Médio Oriente e Norte de África evidenciou uma significativa desaceleração da atividade económica (taxa de crescimento de 2,5% em 2017, contra 4,9% no ano anterior), enquadrada por conflitos internos e transfronteiriços em várias regiões.

Para 2018, as previsões do FMI apontam para uma nova aceleração da atividade económica global (ainda que mais modesta que em 2017), com o PIB mundial a crescer 3,9%. Esta aceleração resultará do maior dinamismo do conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento (crescimento de 4,9%), dado que as economias avançadas deverão manter o ritmo de expansão de 2017 (2,3%). Dentro do primeiro bloco de países, destaca-se a nova aceleração nos EUA (crescimento de 2,7%), contra um abrandamento marginal na Área do Euro (para 2,2%) e no Reino Unido (para 1,5%) e um pouco mais acentuado no Japão (para 1,2%). Quanto ao segundo bloco, destaca-se a continuação da recuperação prevista para o Brasil (para um crescimento de 1,8%), face a uma desaceleração marginal na China (para 6,6%) e na Rússia (1,7%).

Mercado de trabalho

Na Área do Euro, o mercado de trabalho manteve-se em ciclo de recuperação em 2017, com o emprego a prolongar a trajetória de crescimento (taxa de variação média de 1,5%, contra 1,3% em 2016) e a taxa de desemprego a manter-se em redução (para um valor médio anual de 9,1%, menos 0,9 p.p. que em 2016). Em dezembro, a taxa de desemprego atingiu já os 8,7%, o que constituiu o valor mais baixo desde janeiro de 2009, embora ainda superior ao observado nos anos que precederam a crise económica e financeira. O facto de o número de horas de trabalho ser ainda inferior aos níveis pré-crise e o emprego

a tempo parcial 'involuntário' permanecer elevado, sugere que existe ainda folga no mercado de trabalho. O movimento de redução da taxa de desemprego estendeu-se à generalidade dos Estados-membros.

No Reino Unido e nos EUA, as condições do mercado de trabalho mantiveram-se robustas em 2017, embora com algum abrandamento do emprego, espelhando o estado mais avançado do ciclo económico por comparação com a Área do Euro. O emprego registou uma taxa de crescimento de 1,3% nos EUA (menos 0,4 p.p. que em 2016, apesar da aceleração do PIB em 2017) e 0,9% no Reino Unido (1,4% em 2016), enquanto a taxa de desemprego voltou a recuar em ambos os casos (para 4,4% nos EUA e 4,5% no Reino Unido, menos 0,5 p.p. e 0,3 p.p. que em 2016, respetivamente), apesar de já se encontrar em níveis historicamente baixos - a média de longo prazo é de cerca de 6% nas duas economias.

No Japão, o emprego abrandou em 2017 para uma taxa de crescimento de 0,7% (contra 0,9% em 2016), apesar da aceleração do PIB, mas a taxa de desemprego recuou 0,2 p.p. para 2,9% (permanecendo, assim, bem abaixo da média de longo prazo, de 4,5%).

Comércio internacional

O volume de comércio internacional de bens e serviços registou uma expressiva aceleração em 2017 ao nível mundial, com uma taxa de crescimento de 4,7% (contra 2,5% em 2016 e 2,7% em 2015). Esta evolução foi reflexo do maior dinamismo no caso das economias avançadas, mas, sobretudo, das economias emergentes e em desenvolvimento, cujo contributo para o crescimento dos fluxos de comércio internacional de mercadorias foi o maior desde 2011. Uma vez que o ritmo de crescimento do comércio internacional foi superior ao do PIB mundial, o ano 2017 caracterizou-se por uma recuperação da intensidade das trocas comerciais ao nível mundial, depois de vários anos de queda.

Preços das matérias-primas e taxas de inflação

Em 2017, os índices de preços das matérias-primas compilados pelo FMI recuperaram, em média anual, depois de cinco anos consecutivos de recuo. Registaram-se ganhos de 23,1% na componente petrolífera e de 6,5% na componente não energética (variação média de -15,7% e de -1,6%, respetivamente, em 2016).

Em particular em relação ao petróleo, o preço do *Brent* em dólares por barril aumentou 23,4% no conjunto de 2017, contra uma queda de 16,0% no ano anterior. A subida dos preços refletiu, essencialmente, o forte dinamismo no segundo semestre de 2017, com o nível dos preços a aproximar-se, no final de 2017, de máximos de três anos em cotação diária. Esta evolução refletiu uma combinação de diferentes fatores: a melhoria das perspetivas de crescimento económico mundial, as perturbações na oferta nos EUA devido a condições meteorológicas muito adversas, as tensões geopolíticas no Médio

Oriente e a extensão da duração do acordo OPEP+ para a limitação da produção diária de petróleo.

No conjunto das economias avançadas, a taxa de inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), manteve-se em valores bastante baixos em 2017, ainda que em trajetória ascendente face ao ano anterior (taxa média de 1,7% em 2017, depois de 0,8% em 2016). Tal espelhou, sobretudo, a inversão de andamento dos preços de várias matérias-primas (iniciada já na parte final de 2016), uma vez que as pressões dos custos salariais e a inflação subjacente (sobretudo via preços dos serviços) se mantiveram contidas apesar do crescimento robusto da atividade económica.

Na Área do Euro, a taxa de inflação fixou-se em 1,5% em 2017, contra somente 0,2% em 2016, refletindo uma recuperação particularmente acentuada nos primeiros meses influenciada pelo comportamento dos preços dos bens energéticos e alimentares. No Reino Unido, a aceleração dos preços em 2017 foi mais intensa, como resultado da acentuada depreciação da libra desde meados do ano (a taxa de inflação passou para 2,7%, no ano passado, face a 0,6% em 2016).

Nos EUA, a aceleração dos preços no consumidor em 2017 foi um pouco menos intensa que na Área do Euro, mas com a taxa de inflação a posicionar-se já à partida em níveis mais elevados, como reflexo da fase mais adiantada do ciclo económico neste país. Assim, a taxa de inflação subiu para 2,0% em 2017, contra 1,3% no ano precedente.

No Japão, o movimento inter-anual ocorreu no mesmo sentido, mas com níveis médios da taxa de inflação bastante mais reduzidos. Esta taxa posicionou-se em 0,4% na média de 2017, recuperando um pouco face à virtual estagnação dos preços em 2016 (taxa de inflação de -0,1%).

No conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, pelo contrário, a taxa de inflação recuou um pouco, mas sem deixar de permanecer em níveis relativamente altos - como reflexo dos ritmos de crescimento do PIB também globalmente mais elevados que nas economias avançadas. A taxa de inflação média neste conjunto de países fixou-se em 4,1% em 2017, ou seja, 0,2 p.p. abaixo do verificado no ano anterior.

Política monetária e taxas de juro

Em resposta a taxas de inflação (em particular quando medidas pelos indicadores subjacentes) persistentemente abaixo dos objetivos de inflação da política monetária, conjugadas com uma intensificação da recuperação da atividade económica nas economias avançadas, os respetivos bancos centrais optaram, em geral, por uma redução muito gradual da orientação expansionista de política monetária.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as suas taxas de juro de referência inalteradas durante 2017 (em 0% no caso da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento). Em paralelo, o BCE manteve o programa de compras mensais de 60 mil milhões de euros de títulos de dívida (pública e privada) até final do ano, tendo ainda

anunciado o prolongamento deste programa pelo menos até setembro de 2018, mas com o ritmo mensal de compras a reduzir-se para metade (30.000 milhões de euros). Entretanto, face à melhoria da atividade económica e ao desaparecimento dos riscos de deflação na Área do Euro, o BCE procedeu, em junho, a uma alteração da comunicação relativamente às taxas de juro diretores, deixando de mencionar que estas poderiam ser reduzidas no futuro e passando a indicar que prevê a manutenção das taxas nos níveis atuais por um “período alargado”, mesmo para além do término do programa de compra de ativos. Em março de 2017, realizou-se a última operação da ORPAD-II, anunciada um ano antes.

Nos EUA, a Reserva Federal intensificou, durante o ano de 2017, o processo de normalização da política monetária - entendido como o retorno das taxas de juro de curto prazo e dos ativos detidos pela Reserva Federal a níveis em linha com a norma histórica. Em particular, o banco central iniciou, em outubro, a redução gradual dos ativos detidos no seu balanço através da diminuição dos reinvestimentos dos montantes respeitantes a títulos que atingem a maturidade ou vão sendo objeto de amortização e efetuou ao longo do ano três subidas de 0,25 p.p. da sua principal taxa de juro diretora (*Fed Funds rate*), que assim terminou 2017 em 1,5%. No final do ano, a Reserva Federal sinalizou outras três subidas da taxa diretora para 2018 e a manutenção do processo de redução do seu balanço nos termos já definidos, num cenário de riscos equilibrados para o crescimento económico e para a inflação.

No Reino Unido, o banco central optou por alterar uma vez a taxa de juro oficial, em novembro, subindo-a de 0,25% para 0,5%. Num contexto de elevada incerteza associada ao processo de saída da União Europeia, o Banco de Inglaterra procurou, durante 2017, estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de apoiar a atividade económica e a obrigação de atingir o objetivo de médio prazo para a inflação. O programa de medidas não convencionais de expansão monetária foi mantido nos moldes definidos no ano anterior.

No Japão, o banco central manteve a sua taxa de juro diretora de curto prazo em -0,1% e o objetivo para as *yields* das obrigações do tesouro a 10 anos em 0%. O Banco do Japão manteve também o programa de medidas não convencionais de expansão monetária de modo a garantir a necessária postura expansionista enquanto a taxa de inflação registada não satisfizer o objetivo de 2% de forma consistente.

No mercado de capitais, as taxas de juro de mais longo prazo das economias avançadas apresentaram um comportamento irregular ao longo do ano e que acabou por dar lugar, no final de 2017, a variações apenas marginais face ao nível registado no final do ano anterior. Alguns fatores geradores de volatilidade terão sido as eleições francesas e britânicas, a incerteza (inicial) acerca do ritmo de normalização das políticas monetárias nos diferentes blocos económicos, assim como a incerteza quanto à dimensão e data de implementação do pacote de estímulo orçamental anunciado pelo presidente dos EUA. Em média, as taxas permaneceram em níveis historicamente baixos, ainda que um pouco acima dos mínimos registados em meados de 2016. Este comportamento poderá ser explicado pelas atuais expectativas conservadoras quanto ao crescimento do PIB nominal

no longo prazo e pela evolução dos prémios de risco na sequência da crise económica e financeira internacional. Em valores médios de 2017, as *yields* das obrigações do tesouro a 10 anos fixaram-se em 0,37% na Alemanha, 0,52% na média da Área do Euro e 2,33% nos EUA.

Mercado cambial

Em 2017, merece destaque a reversão do movimento de apreciação do dólar norte-americano (em particular face ao euro) verificado no ano anterior. A atenuação da incerteza política na Área do Euro (em particular, com a vitória de Emmanuel Macron nas presidenciais francesas) e a sua acentuação nos EUA (investigações à Administração Trump), conjugadas na frente económica com o crescimento mais forte que o esperado da atividade económica na Área do Euro, a perspetiva de uma normalização mais rápida dos estímulos monetários do BCE, o adiamento das medidas de estímulo da Administração Trump (apenas em dezembro foi aprovada a reforma fiscal) e a confirmação da normalização gradual da política da Reserva Federal foram determinantes para o fortalecimento do euro face ao dólar a partir de meados de 2017. Destaca-se também o prolongamento da trajetória de depreciação da libra esterlina, iniciada com o referendo ao *Brexit* em 2016. Comparando a cotação média de dezembro de 2017 com o mesmo mês do ano anterior, o euro apresentava uma apreciação de 12,3% face ao dólar, 9,2% face ao iene, 7,0% face ao yuan e 4,5% contra a libra esterlina.

No conjunto de 2017, a taxa de câmbio nominal efetiva do euro (relativamente aos principais 19 parceiros comerciais da Área do Euro) aumentou 2,3%, depois de uma variação de 2,9% no ano precedente.

No que diz respeito às moedas das economias emergentes e em desenvolvimento, o ano de 2017 foi marcado por uma reação contida ao processo de normalização da política monetária nos EUA, não se tendo materializado os receios de um aperto súbito das condições financeiras globais, incluindo uma reversão de fluxos de capital e acentuadas depreciações cambiais. Para isso, terão contribuído o gradualismo e a previsibilidade da retirada dos estímulos monetários nos EUA e o facto deste processo ter sido acompanhado de uma melhoria das perspetivas para a economia norte-americana, com implicações positivas para a economia global e para os preços das matérias-primas e dos ativos financeiros. O peso mexicano apresentou alguma recuperação em termos nominais efetivos, depois da significativa depreciação no ano anterior, num contexto de uma política monetária mais restritiva e da atenuação dos receios relativamente ao futuro das relações comerciais com os EUA. Em contraste, o yuan chinês, o real brasileiro e rublo russo perderam algum valor, num contexto de políticas monetárias mais expansionistas e, em particular no Brasil, como reflexo da instabilidade política crescente.

Contas públicas

Na Área do Euro, o ano de 2017 foi caracterizado por uma nova redução quer do peso do défice público no PIB (para 1,1%, menos 0,5 p.p. que em 2016) quer do rácio da dívida

pública bruta no PIB (para 89,3%, menos 1,8 p.p. que em 2016). Estes rácios beneficiaram de uma componente cíclica favorável do PIB em termos nominais e da manutenção das taxas de juro médias sobre a dívida pública europeia num nível historicamente baixo. Em contraste, o rácio do défice estrutural no PIB deverá ter-se agravado ligeiramente em 2017.

A evolução favorável dos rácios do défice e da dívida no PIB estendeu-se à maioria dos Estados-membros. Destacam-se as significativas reduções do rácio do défice na Espanha, Bélgica, Eslovénia, Áustria, Chipre e Eslováquia e do rácio da dívida na Áustria, Chipre, Países Baixos, Alemanha, Portugal e Irlanda. Foram encerrados os processos de défices excessivos da Grécia e de Portugal, confirmando que o défice é atualmente inferior a 3% do PIB nestes dois países. A Espanha passou a ser o único Estado-membro com um rácio do défice superior ao limite de 3% estabelecido pelo Tratado de Maastricht.

No Reino Unido, continuou o processo de consolidação fiscal em 2017. Ocorreu uma nova redução significativa do rácio do défice público, desta feita em 0,8 p.p. para 2,1% do PIB, enquanto a dívida pública recuou 1,7 p.p. para 86,6% do PIB.

Em contraste, nos EUA, assistiu-se em 2017 a uma estabilização do peso do défice público no PIB (em 5,0%) - num contexto em que acabou por ocorrer um adiamento das medidas de estímulo fiscal da Administração Trump -, enquanto a dívida pública bruta manteve a sua trajetória ascendente (subiu 1,1 p.p. para 108,2%), refletindo os elevados défices acumulados nos últimos anos.

No Japão, prolongou-se em 2017 o movimento de agravamento do peso do défice público no PIB, ainda que a um ritmo menor que o verificado no ano anterior (0,2 p.p., para 4,3%). Esta dinâmica contrasta com a significativa consolidação orçamental entre 2013 e 2015. Como esperado, o rácio da dívida pública manteve a trajetória ascendente, como reflexo dos elevados défices públicos passados (subida para 239,6% do PIB em 2017, mais 0,6 p.p. que no ano precedente).

ECONOMIA PORTUGUESA

Atividade global

Em 2017, a economia portuguesa retomou o movimento de aceleração iniciado em 2014 e interrompido em 2016, ao apresentar uma taxa de crescimento real média do PIB de 2,7% (estimativa do INE), contra 1,6% e 1,8% em, respetivamente, 2016 e 2015. Tratou-se do ritmo de expansão mais elevado desde o ano 2000.

Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a forte aceleração do investimento, a componente mais penalizada pela perda de dinamismo da atividade no ano anterior. De acordo com as estimativas mais recentes para o ano de 2017, a formação bruta de capital fixo (FBCF) subiu 9,0% em termos reais, depois de uma variação de apenas 1,5% em 2016. Já o consumo privado terá

mantido sensivelmente o mesmo ritmo de crescimento do ano anterior (2,2%, face a 2,1% em 2016) e a procura externa líquida apresentou um contributo marginalmente positivo para a variação real do PIB, idêntico ao registado em 2016. A estabilização desta última componente terá ocorrido, no entanto, num contexto de significativa aceleração tanto das exportações (para 7,9%, face a 4,4% em 2016) como das importações de bens e serviços (para 7,9%, contra 4,2% em 2016).

A taxa de crescimento do PIB fixou-se num valor superior ao registado na média da União Europeia (2,3%), interrompendo-se, assim, o cenário de diferencial negativo observado desde o início da década de 2000.

Para 2018, o Banco de Portugal prevê uma expansão económica a um ritmo um pouco menor que no ano passado, com uma taxa de variação do PIB de 2,3%. O abrandamento deverá abranger todas as principais rubricas de procura agregada, embora com diferentes intensidades. Quanto à procura interna, a FBCF deverá reduzir o ritmo de subida para 6,1%, depois de desvanecido o efeito de adiamento de despesa de investimento que afetou a sua dinâmica inter-anual no período 2016-2017. O consumo privado deverá abrandar apenas marginalmente, para 2,1%, mantendo-se em linha com o andamento do rendimento real disponível das famílias, influenciado, em particular, por um crescimento moderado dos salários reais. As exportações e as importações deverão desacelerar para 6,5% e 6,7%, respetivamente. No caso das primeiras, será determinante uma ligeira moderação do crescimento da procura externa dirigida a Portugal, conjugada com ganhos progressivamente menores de quota de mercado. O menor dinamismo das importações refletirá, em boa parte, o abrandamento das rubricas de despesa interna de bens duradouros, que têm o maior conteúdo importado.

Produção e vendas

O índice de produção na indústria continuou a acelerar em 2017 (variação de 3,6%, face a 2,4% em 2016), subindo para o valor mais elevado desde 2009. Ao nível dos grandes ramos, verificou-se uma expansão de 3,9% na indústria transformadora, sustentado por todos os agrupamentos de bens (intermédios, de investimento e de consumo).

Já no setor da construção, o índice de produção apresentou o primeiro crescimento em média anual em mais de uma década, passando de uma variação de -3,9% em 2016 para 2,2% em 2017. Esta recuperação verificou-se tanto na construção de edifícios como nas obras públicas.

No setor hoteleiro, o número de hóspedes e o número de dormidas mantiveram um ritmo de crescimento intenso (variações de 8,9% e 7,4% no conjunto de 2017, respetivamente), embora abrandando um pouco face ao ano precedente (variações de 9,2% e 9,6% em 2016).

Quanto a vendas, o índice de volume de negócios na indústria subiu 8,7% em 2017 (variação de -0,8% em 2016), evidenciando a primeira expansão desde 2011. O comportamento no grande ramo da indústria transformadora foi similar, alavancado pela

forte recuperação nos bens intermédios e bens de investimento. Tendo em conta o crescimento da produção já descrito, esta evolução aponta para uma intensa recuperação do retorno unitário por unidade produzida na indústria.

Nos serviços, o índice de volume de negócios acelerou para 5,9% em 2017 (variação de 1,4% no ano precedente), atingindo assim o nível mais elevado desde 2012. A aceleração foi particularmente notória nos transportes e armazenagem, embora o ramo do alojamento e restauração se tenha mantido o mais dinâmico (variação de 10%). Em particular no setor hoteleiro, o total de proveitos cresceu 16,6%, mantendo o ritmo de crescimento do ano anterior apesar do já referido abrandamento do número de dormidas. Por seu lado, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma nova aceleração, desta feita para uma taxa de variação de 5,6% (face a 2,3% em 2016), refletindo particularmente o elevado dinamismo da componente não alimentar (mesmo excluindo combustíveis).

Beneficiando da expansão em todos os setores, o índice de volume de negócios total (indústria, serviços e comércio a retalho) evidenciou, em 2017, um significativo dinamismo (crescimento de 6,8%, face a 1,1% em 2016).

Investimento

Como já referido, as estimativas mais recentes do INE apontam para uma recuperação acentuada da formação bruta de capital fixo (FBCF) em 2017.

Esta evolução decorreu da aceleração generalizada das várias componentes da FBCF, num contexto de melhoria das condições de financiamento, de recuperação da atividade económica geral e de uma maior confiança dos empresários relativamente às perspetivas de evolução da atividade no futuro próximo. De acordo com as estimativas mais recentes para o ano de 2017, a componente de construção registou uma variação de 9,2% face ao ano anterior (contra -0,3% em 2016), a de máquinas e equipamentos uma variação de 13,0% (4,3% em 2016) e a de material de transporte uma subida de 14,1% (8,4% em 2016). As rubricas de máquinas e equipamentos e de material de transporte são as que apresentam a recuperação mais acentuada desde 2013, embora apenas a primeira tenha ultrapassado em 2017 o seu máximo histórico (registado em 2010).

Os indicadores de atividade económica de curto prazo disponíveis corroboram, globalmente, este padrão para o conjunto do ano. As vendas de cimento no mercado interno registaram uma subida de 13,2% no cômputo de 2017 (contra uma queda de 4,4% no ano precedente). O crédito a particulares para a aquisição de habitação atenuou a trajetória de recuo dos anos anteriores, com uma variação média de -2,5% em 2017 (-3,7% em 2016). As vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 10,6% e as de veículos pesados 10,1%, no conjunto de 2017 (face a subidas de, respetivamente, 13,0% e 24,4% em 2016). As importações de máquinas aumentaram, em valor, 9,0% em 2017 (subida de 7,9% no ano anterior), enquanto a produção industrial de bens de investimento cresceu 4,2% (contra uma queda de 0,2% em 2016).

Consumo e poupança das famílias

Como já indicado, o consumo privado registou, em 2017, um ritmo de crescimento semelhante ao do ano precedente, segundo as estimativas do INE.

Este comportamento do consumo ocorreu num contexto de continuada melhoria da confiança dos consumidores e de aumento do rendimento disponível, ambos favorecidos pelo crescimento do emprego e pela manutenção de uma subida moderada das remunerações por trabalhador. No entanto, as estimativas mais recentes para o ano de 2017 apontam para uma evolução díspar das componentes do consumo privado. A rubrica de serviços e de bens correntes não alimentares acelerou para uma taxa de variação de 2,1% face ao ano anterior (contra 1,0% em 2016), enquanto a de bens alimentares abrandou para 0,9% (1,6% em 2016) e a de bens duradouros para 6,0% (11,7% em 2016). Quanto a esta última rubrica, tratou-se do terceiro ano consecutivo de abrandamento, refletindo a perda de dinamismo das aquisições de automóveis pelas famílias após uma recuperação muito intensa em 2014, com o fim da intervenção da troika em Portugal.

Os indicadores de atividade económica de curto prazo disponíveis corroboram este padrão de evolução para o conjunto do ano. O crédito ao consumo a particulares prolongou a trajetória de aceleração do ano anterior, com uma variação média de 9,8% em 2017 (3,4% em 2016). Os valores movimentados em operações na rede Multibanco aumentaram 6,9% em 2017 (face a 5,8% em 2016), prolongando, assim, a trajetória de aceleração dos três anos anteriores. Já as vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos abrandaram significativamente, para 7,1% no conjunto de 2016, depois de variações de 16,2% e de 25,0% nos dois anos precedentes.

A evolução estimada para o consumo privado e para o rendimento disponível bruto das famílias ter-se-á traduzido numa pequena redução da taxa de poupança em 2017, revertendo a subida verificada no ano anterior. Considerando, neste caso, a informação disponível para os primeiros três trimestres de 2017 (em termos nominais), o consumo privado cresceu 3,3% face a igual período do ano anterior (3,1% no conjunto de 2016), enquanto o rendimento disponível aumentou 1,3% (3,6% em 2016). Consequentemente, a taxa de poupança das famílias fixou-se em 3,1% na média dos primeiros três trimestres de 2017, contra 5,8% e 5,3% nos dois anos precedentes.

Comércio externo

No conjunto de 2017, a variação em valor das exportações de bens foi de 10,1% e a das importações de bens de 12,5%, o que significou uma forte aceleração face à dinâmica observada em 2016 em ambos os casos (variação de 0,8% e de 1,5%, respetivamente). Excluindo a categoria de Combustíveis e Lubrificantes, as exportações e as importações cresceram respetivamente 9,1% e 10,7% em 2017 (variação de 2,3% e 5,1% em 2016). O andamento das exportações e das importações resultou do contributo positivo tanto dos fluxos intracomunitários (variação de 8,6% e 10,3%, respetivamente) como dos

fluxos extracomunitários (variação de 14,8% e de 20,3%, respetivamente). Salienta-se a forte recuperação destes últimos, após a quebra registada em 2016.

Neste contexto, o défice da balança comercial atingiu 13.843 milhões de euros no conjunto de 2017, subindo 2.622 milhões de euros face ao ano precedente. Este incremento foi bastante superior ao do ano precedente (510 milhões de euros) e conduziu o défice ao valor máximo dos últimos seis anos.

Tendo em conta as estimativas mais recentes para o ano de 2017, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento de 11,8% em valor e de 7,9% em volume (contra 2,5% e 4,4%, respetivamente, no conjunto do ano anterior). Por seu turno, as importações de bens e serviços apresentaram uma variação de 12,3% em valor e de 7,9% em volume (contra 1,1% e 4,2%, respetivamente, no conjunto de 2016).

Resulta destes dados que os deflatores implícitos das exportações e das importações terão interrompido, em 2017, a tendência de queda observada nos anos anteriores (variação de, respetivamente, 3,6% e de 4,1%). Contudo, tendo-se registado uma recuperação do deflator das exportações menos intensa que no caso das importações, esta evolução implica também que terá ocorrido uma deterioração dos termos de troca em 2017 (variação de -0,4%), depois de cinco anos consecutivos de melhoria.

Ainda assim, o saldo da balança de bens e serviços permaneceu positivo em 1,0% do PIB (ótica das Contas Nacionais) em 2017, recuando apenas marginalmente (0,1 p.p.) face ao ano precedente. Em paralelo e considerando, neste caso, a informação disponível para os primeiros três trimestres de 2017, o saldo da balança corrente e de capital (também na ótica das Contas Nacionais) alcançou 1,0% do PIB, valor idêntico ao do cômputo de 2016, com a acentuação do défice da balança de rendimento primário a ser compensada pelo aumento do excedente da parte das transferências correntes.

Mercado de trabalho

A taxa de desemprego média anual fixou-se em 8,9% em 2017 (contra 11,1% em 2016), acentuando, assim, a trajetória descendente verificada nos quatro anos precedentes e colocando-se já abaixo do nível observado em 2009.

O número de pessoas desempregadas diminuiu 19,2% em relação a 2016, para 462,8 mil indivíduos, com a proporção de desempregados de longa duração (12 e mais meses de duração) a recuar 4,6 p.p. para 57,5% do total de desempregados. Em sentido contrário, a população empregada manteve a tendência ascendente em 2017, subindo para 4.756,6 mil pessoas, ou seja, 3,3% acima do ano anterior. Desta forma, a taxa de crescimento do emprego continuou a ser superior à taxa de variação real do PIB.

É também de notar a subida da população ativa (variação de 0,8%) em 2017, depois da estagnação em 2016 e de vários anos consecutivos de contração como reflexo dos movimentos de saída da força de trabalho por motivos de desencorajamento e de emigração.

Preços e custos

A taxa de inflação, medida pela variação do IPC, subiu em 2017 para 1,4% (face a 0,6% em 2016), depois de vários anos de valores muito modestos. Contudo, o diferencial de inflação face à média da Área do Euro (índice harmonizado) passou de 0,4 p.p., em 2016, para 0,1 p.p. em 2017, dada a subida mais acentuada da taxa média anual na Área do Euro.

Em termos de grandes categorias, e ao contrário do ano precedente, ocorreu uma aceleração quer dos preços dos bens (variação de 0,9%, depois de uma variação nula em 2016, refletindo sobretudo a aceleração dos preços dos bens alimentares transformados e dos bens industriais energéticos) quer dos serviços (crescimento de 2,5%, depois de 1,5% em 2016). Os serviços apresentaram o maior contributo para o aumento da inflação, com o crescimento dos seus preços a continuar a ser particularmente evidente em segmentos relacionados com o turismo (designadamente, alojamento e restauração). O aumento dos preços dos bens energéticos assentou na componente de combustíveis, num contexto de subida do preço do petróleo, mas também de aumento do Imposto sobre Produtos Petrolíferos no início do ano.

O índice de custo do trabalho aumentou 2,5% no conjunto de 2017, devido a acréscimos de 2,4% nos custos salariais e de 2,7% nos outros custos do trabalho. Tratou-se de uma expressiva aceleração face ao ano anterior, período em que o índice tinha registado uma variação de 1,4%, refletindo acréscimos de 1,6% nos custos salariais e de 0,6% nos outros custos.

Quanto aos custos laborais unitários (i.e., os custos nominais do trabalho por unidade produzida), de acordo com os dados disponíveis para os primeiros três trimestres de 2017, registou-se uma subida de 1,9% por comparação com o mesmo período do ano anterior, o que representa um abrandamento apenas ligeiro face à subida no cômputo de 2016 (2,2%).

Finalmente, o índice de taxa de câmbio real efetiva calculado com base na evolução dos custos laborais unitários relativos (face a um conjunto de 37 parceiros comerciais) terá subido 2,0% em 2017, segundo as estimativas mais recentes da Comissão Europeia, depois de uma variação de 2,3% no ano anterior. Aquela subida colocou o índice no valor mais elevado desde 2013 e indica uma redução da competitividade-custo da economia portuguesa no período em causa. Tal como em 2016, esta evolução ter-se-á devido tanto à subida da taxa de câmbio nominal como ao aumento dos custos laborais unitários face aos nossos parceiros comerciais (ainda que na componente dos custos a um ritmo ligeiramente menor que em 2016).

Finanças públicas

As estimativas mais recentes da Comissão Europeia (de novembro de 2017) apontavam para um défice das contas públicas na ótica da Contabilidade Nacional de 1,4% do PIB em 2017, menos 0,6 p.p. que no ano precedente. Este recuo representa um abrandamento na trajetória de descida do défice face ao ocorrido em 2015 e 2016 (descida acumulada de 5,2 p.p.) e resulta eminentemente de efeitos favoráveis de ciclo económico sobre as contas públicas.

As mesmas estimativas da Comissão Europeia indicavam um défice estrutural (i.e., corrigido dos efeitos de ciclo económico e de medidas de cariz temporário) de 1,8% do PIB em 2017, apenas ligeiramente abaixo do valor de 2016 (0,2 p.p.) e em linha com o ritmo de descida observado entre 2015 e 2016. A evolução deste indicador sugeria, assim, uma orientação apenas marginalmente restritiva da política orçamental no período em causa.

A Comissão Europeia apontava também para um rácio da dívida pública bruta no PIB de 126,4% em 2017, equivalente a um recuo 3,7 p.p. face ao ano precedente, no que seria um retorno à trajetória de redução iniciada em 2015 e interrompida em 2016.

Em junho de 2017, o Conselho da União Europeia decidiu o encerramento do procedimento por défice excessivo a que Portugal se encontrava sujeito desde 2009, passando a situação orçamental portuguesa a ser analisada de acordo com as regras referentes ao designado braço preventivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Em setembro e em dezembro, foram anunciadas subidas de *rating* da dívida soberana nacional para 'grau de investimento' pelas agências de notação S&P e Fitch, respetivamente. Na sequência destes acontecimentos, a *yield* soberana de Portugal no prazo de referência de 10 anos atingiu em dezembro o valor de 1,83%, o mais baixo desde março de 2015, e com o diferencial face à Alemanha a situar-se também num mínimo desde essa altura (1,53 p.p.). Todavia, a *yield* nacional era ainda a segunda mais elevada da Área Euro, apenas abaixo do valor da Grécia (4,44%). No conjunto do 2017, a *yield* a 10 anos recuou para um valor médio de 3,05% (3,17% em 2016).

Já em fevereiro de 2018, o Governo português divulgou que o défice das contas públicas em 2017 terá ficado em 1,2% do PIB e a dívida pública em 126,2% do PIB (valores ainda não oficializados pelo INE e pelo Eurostat).

Endividamento

O setor não financeiro voltou a aumentar o seu *stock* de dívida bruta em 2017, ao passar para 720,8 mil milhões de euros no final do ano (valores de novembro), mais 7,1 mil milhões de euros que um ano antes. Contudo, as suas componentes apresentaram andamentos díspares.

Verificou-se uma continuação da trajetória de agravamento da dívida no setor público (aumento de 3,4 mil milhões de euros para 312,7 mil milhões) impulsionada pela

componente não empresarial (aumento de 5,1 mil milhões de euros para 270,1 mil milhões). Pelo contrário, nas empresas públicas, ocorreu uma redução do endividamento pelo quarto ano consecutivo (desta feita em 1,7 mil milhões de euros, para 42,6 mil milhões).

Também no setor privado, se observou uma subida do *stock* da dívida bruta, depois quatro anos consecutivos de redução (aumento de 3,7 mil milhões de euros, para 408 mil milhões). Esta subida deveu-se apenas às empresas privadas, que apresentaram também a primeira subida depois de quatro anos de recuo (aumento de 4,5 mil milhões de euros, para 266,3 mil milhões). Em contraste, os particulares (essencialmente, famílias e empresários em nome individual) mantiveram a trajetória de redução, ainda que a um ritmo bastante menor que nos anos anteriores (diminuição de 773 milhões de euros, para 141,8 mil milhões).

ECONOMIA ANGOLANA

A economia angolana observou algum crescimento em 2017, depois de uma contração da atividade no ano anterior, como culminar dos efeitos adversos da significativa baixa do preço do petróleo em 2014 e 2015. Recorde-se que a queda do preço do petróleo conduziu a uma redução considerável das exportações e do investimento público, a uma significativa desvalorização cambial e a pressões inflacionistas e levado a uma marcada redução do ritmo de expansão da economia. A recuperação em 2017 terá sido impulsionada, sobretudo, pelo aumento da despesa pública e por uma melhoria dos termos de troca.

As estimativas mais recentes do FMI (de outubro de 2017) apontam para uma taxa de crescimento real média do PIB de 1,5%, depois de uma variação de -0,7% em 2016. A recuperação terá resultado de contributos positivos tanto do PIB do setor petrolífero como não petrolífero. Este último terá beneficiado de alguma melhoria dos termos de troca e da atenuação dos constrangimentos no acesso a matérias-primas e bens intermédios importados devidos à limitada disponibilidade de reservas cambiais, num contexto de incremento das vendas de reservas cambiais por parte do Banco Nacional de Angola para satisfazer (ainda que parcialmente) os pedidos de meios de pagamentos internacionais por parte dos bancos comerciais.

As pressões inflacionistas, originadas em grande medida pela significativa desvalorização cambial (o kwanza havia perdido cerca de um quarto do seu valor face ao dólar até ao primeiro trimestre de 2016) e pela política monetária acomodatória (focada essencialmente no financiamento do setor público administrativo), deverão ter-se atenuado apenas ligeiramente em 2017. Tal ocorreu num contexto de estabilização da taxa de câmbio (oficial) face ao dólar, com a retoma, desde abril de 2016, da ancoragem à moeda norte-americana abandonada na segunda metade de 2014. Considerando a

evolução do IPC (para Luanda), as estimativas do FMI indicam uma taxa de inflação média de 30,9% em 2017, face a 32,4% no ano anterior - o valor mais elevado da última década.

A economia apresentou novamente défices nas contas públicas e nas contas externas em 2017, já pelo quarto ano consecutivo. Todavia, quanto aos fluxos de comércio externo, registou-se, ao contrário do ano anterior, um crescimento em volume tanto das exportações como das importações de bens e serviços: as primeiras terão crescido 1,2% em 2017 (variação de 2,0% em 2016) e as segundas 18,4% (queda de 23,1% em 2016), de acordo com as estimativas mais recentes. Com a recuperação dos termos de troca a ser virtualmente compensada pela subida do volume das importações, o défice da balança corrente terá ficado em 4,8% do PIB em 2017, valor muito próximo do registado no ano anterior, que foi de 5,1% (e contra um excedente médio anual de 10,1% no período 2010-2013).

Por sua vez, o peso das receitas públicas no PIB continuou a recuar em 2017, num contexto de nova diminuição do peso das receitas fiscais petrolíferas, enquanto o rácio das despesas públicas recuperou ligeiramente, alavancado pelas despesas de investimento. De acordo com as estimativas do FMI, as receitas públicas terão recuado 1,6 p.p. para 17,1% do PIB (contra uma média anual de 44,6% em 2010-2013) e as despesas públicas subido 0,2 p.p. para 23,9% do PIB (face a uma média anual de 40,5% em 2010-2013). Como consequência, o défice público ter-se-á agravado 1,8 p.p. para 6,8% do PIB em 2017 (em contraste com um excedente médio anual de 4,1% em 2010-2013).

Apesar da acumulação de défices públicos, a aceleração do crescimento do PIB em termos nominais levou a uma descida do rácio da dívida pública no PIB (incluindo dívida da empresa petrolífera pública Sonangol) em 2017. Segundo as estimativas disponíveis, o rácio terá ficado em 65,1% do PIB, menos 10,7 p.p. que em 2016. Ainda assim, trata-se de um valor que quase duplica o nível médio do período 2010-2013 (35,1% do PIB).

Tendo em mente a necessidade de uma correção ordenada dos desequilíbrios macroeconómicos que persistem desde 2014 e de diversificação da estrutura produtiva, o novo Governo angolano propôs um Plano Intercalar, a vigorar durante seis meses, com o propósito de definir as ações de política em antecipação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 (ainda a divulgar). O Plano protagoniza, designadamente, um incremento dos esforços de consolidação orçamental, um aumento da flexibilidade cambial e uma melhoria do clima empresarial e do governo das sociedades comerciais.

ÁREAS DE NEGÓCIO

BANCA COMERCIAL

O EuroBic desenvolve a sua atividade em Portugal com ênfase nos negócios da banca de retalho, banca de empresas e *private banking*.

Através de uma abordagem segmentada ao mercado, o Banco pretende oferecer uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros que respondam às necessidades dos clientes.

Particulares e Negócios

Durante o ano, a rede foi reforçada com duas novas Agências, nas localidades de Baião e da Sertã, e ainda, de forma a otimizar os recursos humanos e materiais, procedeu ao encerramento de 22 Agências, nas localidades de Caminha, Vila das Aves, Paredes de Coura, São Martinho do Bispo, Montalegre, Mota, Cernache do Bonjardim, Proença-a-Nova, Argoncilhe, Santa Marinha do Zêzere, Marco de Canaveses, Porto - Casa da Música, Oliveira de Frades, Sabugal, Portomar, São Mamede de Infesta, Porto Santo, Sintra - Quinta da Beloura, Pragal, Loureira, Belém e Venda Nova.

A Rede de Agências conta com 869 colaboradores distribuídos por 17 Direções Regionais e proporciona um Produto Bancário de 81,15 milhões de euros.

Esta rede gere uma carteira de 6,24 mil milhões de euros de volume de negócio (3,05 mil milhões de euros a Norte e 3,19 mil milhões de euros a Sul), com a componente de depósitos a representar 65,10% desse volume.

Evolução do Volume de Negócios

A 31 de dezembro de 2017, o Banco contava com um volume de negócios médio de 34,5 milhões de euros por Agência, apresentando a Rede de Agências um rácio de transformação de 49,11%.

Com efeito, do crescimento do volume de negócios observado em 2017, que superou os 284 milhões de euros, os depósitos registaram um acréscimo de 42,6 milhões de euros e o crédito de 240 milhões de euros. Nesta última rubrica, 232 milhões de euros derivaram do crédito habitação, produto estratégico que teve grande enfoque comercial durante o ano.

A taxa dos depósitos sofreu uma redução de 27 pontos base, refletindo o impacto decorrente da descida das taxas de referência, assim como o aumento da confiança no Banco.

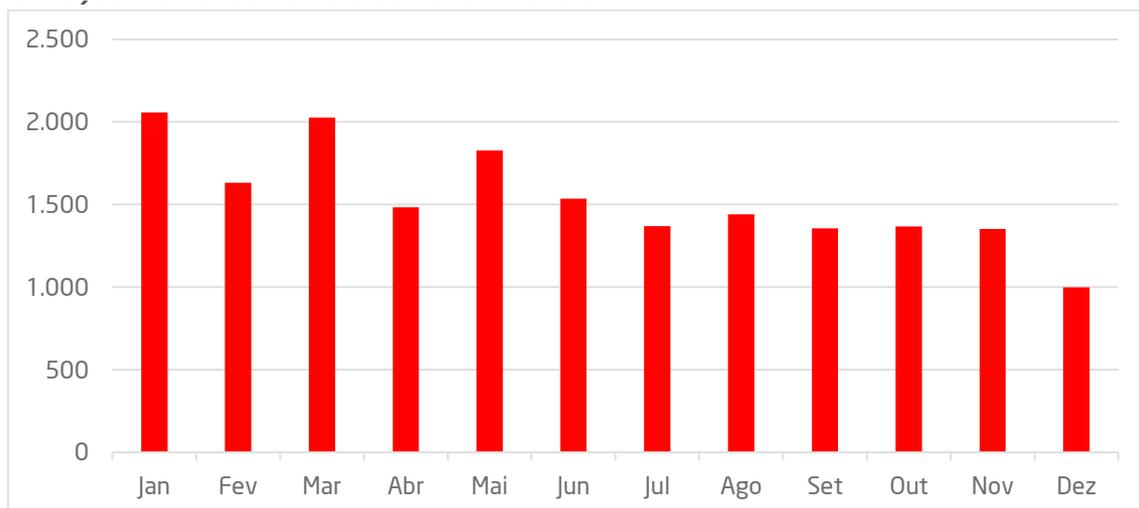
Por seu lado, a taxa ativa registou uma redução de 38 pontos base o que traduz só as atuais condições do mercado.

Canais complementares e Cross-selling

No âmbito do *cross-selling* há a registar um aumento de 2.426 cartões de crédito e débito e a instalação de 4.165 novos terminais Netpay.

O incremento da notoriedade do EuroBic, aliado à atividade comercial das Agências, permitiu ainda que a base de clientes fosse reforçada com 18.445 novos clientes.

Evolução mensal do número de novos clientes



Empresas

A Rede de Empresas do EuroBic acompanha as entidades do segmento *Medium Enterprise & Corporate*, isto é, empresas cuja faturação anual excede os 7,5 milhões de euros ou que integrem um grupo que atinja, em valores consolidados, aquele volume de faturação.

No final do período em análise não se verificou qualquer alteração à sua estrutura face ao ano transato, sendo o relacionamento comercial com os clientes efetuado através de 13 Gabinetes de Empresas, repartidos pelas Direções Coordenadoras de Empresas Norte (DCEN) e Sul (DCES):

- Na DCEN, os Gabinetes de Empresas encontram-se em Aveiro, Braga, Coimbra, Paredes, Porto e Viseu.
- Na DCES, os Gabinetes de Empresas encontram-se nos Açores, Leiria, Lisboa (três), Madeira e Santarém.

Evolução do Volume de Negócios

Num clima de elevada competitividade e num ano de 2017 marcado pela mudança de marca do Banco para EuroBic, a Rede de Empresas apresentou um volume de negócios de 3.257 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 5,05% face a 2016.

A aposta no alargamento da base de clientes tem vindo a revelar-se acertada, tendo tal dinâmica permitido o início de relacionamento comercial com 282 novas empresas, que contribuíram com cerca de 3% para o volume de negócios total, em 31 de dezembro de 2017, dando assim um contributo importante para o crescimento da atividade.

O crescimento foi mais acentuado no que respeita aos recursos de clientes, que no final de 2017 totalizavam 776 milhões de euros (mais 91 milhões de euros do que a 31 de dezembro de 2016), recuperando grande parte da quebra que se tinha feito sentir no ano transato.

A manutenção de um posicionamento mais agressivo na remuneração dos depósitos a prazo por parte de algumas Instituições de Crédito, a par de uma progressiva redução da remuneração média que o Banco tem vindo a efetuar neste produto, contribuíram para uma quebra superior a 5% no total de depósitos a prazo face a 31 de dezembro de 2016. Assim, a evolução verificada nos recursos ficou a dever-se ao assinalável crescimento dos depósitos à ordem, de quase 30%, sendo que parte se ficou a dever ao aumento da transacionalidade.

No que se refere à carteira de crédito da Rede de Empresas, esta atingiu 2.481 milhões de euros no final de 2017, mais 2,7% do que no período homólogo de 2016, sendo o crescimento ligeiramente superior no crédito por desembolso.

A Rede de Empresas fechou 2017 com uma carteira de crédito por desembolso de 2.252 milhões de euros (+2,8% face a 2016) e 229 milhões de euros de crédito por assinatura (+2,4%, que compara com a redução de 16,4% em 2016).

Evolução do Volume de Negócios

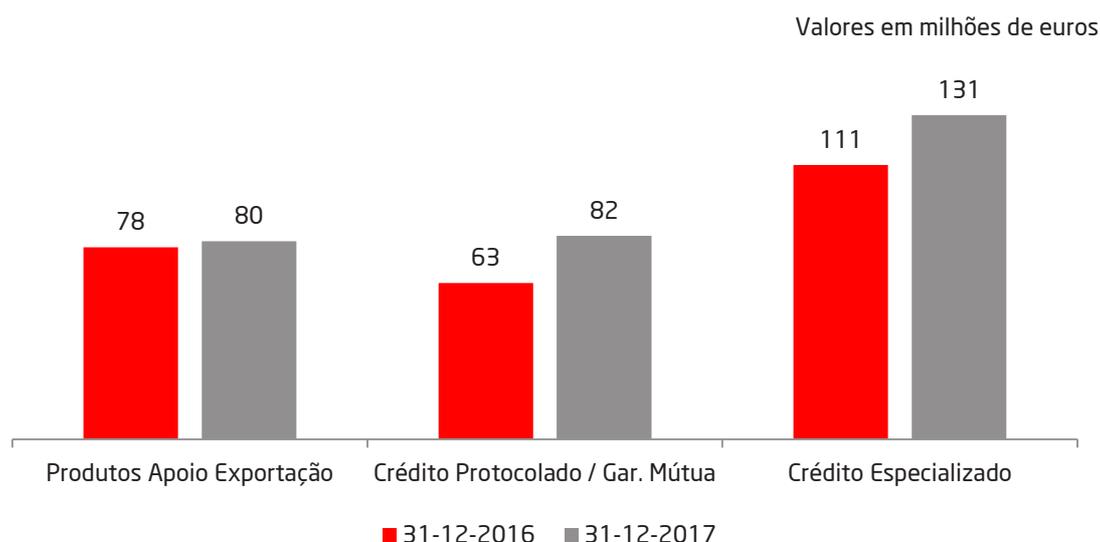
	Valores em M€		
	31-12-2016	31-12-2017	Δ%
Crédito por desembolso	2.192	2.252	2,75
Crédito por assinatura	223	229	2,44
Crédito	2.415	2.481	2,72
Depósitos	675	768	13,79
Outros recursos	10	8	-20,19
Recursos	685	776	13,27
Total	3.100	3.257	5,05

Esta evolução (do crédito) ocorreu num contexto económico favorável, com um crescimento forte da Formação Bruta de Capital Fixo, importando salientar que o mesmo foi efetuado seguindo uma política criteriosa de risco na sua concessão, visando continuar a melhorar o perfil médio de risco da carteira de crédito.

Tal como já se tinha verificado em 2016, o crescimento não foi uniforme por perfil de risco de crédito, verificando-se um acréscimo do crédito concedido a clientes de melhor risco - medido pelo *rating* atribuído internamente -, que mais que compensou a redução ocorrida no total de empréstimos a empresas de risco mais elevado.

Acresce que o crescimento foi conseguido com uma maior diversificação de setores de atividade, com uma ligeira redução do peso das cinco principais atividades económicas. Individualmente, verificou-se um acréscimo da importância relativa do crédito concedido à Indústria Transformadora e uma redução do peso dos setores da Construção e Promoção Imobiliária.

Pela aposta que tem sido efetuada pelo Banco nestas tipologias, há três componentes da carteira de crédito por desembolso que merecem destaque: Produtos de Apoio à Exportação, Operações Protocoladas e Crédito Especializado.



A Rede de Empresas manteve uma especial atenção no apoio a empresas exportadoras, registando-se em 2017 um incremento de 3,2% na atividade relacionada com o negócio internacional (para 80,1 milhões de euros), acima da taxa de crescimento do crédito por desembolso total.

A aposta na dinamização das linhas de crédito protocoladas - nas quais se insere a Linha Capitalizar - e dos créditos com Garantia Mútua (dadas as suas características intrínsecas), tem produzido resultados positivos. Depois de um expressivo crescimento de 61,9% em 2016, este tipo de operações apresentou novamente um forte crescimento em 2017, de 30,2%. Com a formalização de 126 novas operações num total de 43,4 milhões de euros, a carteira do Banco nesta tipologia de crédito ascendeu, a 31 de dezembro de 2017, a 82,3 milhões de euros.

Relativamente ao crédito especializado, a Rede de Empresas evidenciou, em 2017, uma grande capacidade de geração de negócio, com um crescimento de 18,2% face a 2016. Na locação financeira, o ano fechou com uma carteira de 92,8 milhões de euros, representando um crescimento de 7,9 milhões de euros face ao ano transato.

Quanto à componente de *Factoring* e de Gestão de Pagamento a Fornecedores (GPF), o EuroBic, através do seu segmento *Corporate*, tomou/confirmou nestes dois produtos um montante próximo dos 154 milhões de euros.

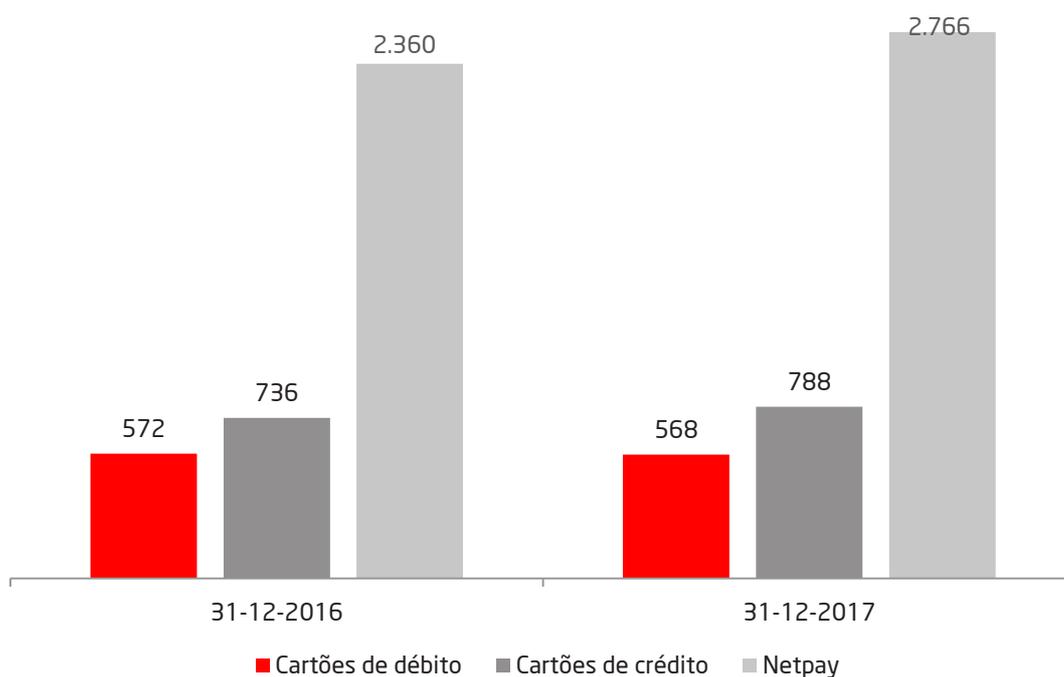
Canais complementares e Cross-selling

Relativamente ao EuroBic Net, o número de clientes com o serviço aumentou 8% relativamente ao período homólogo de 2016, tendo-se registado um acréscimo superior a 40% no número de clientes com contrato ativado durante o ano.

Sendo um dos poucos bancos em Portugal que é prestador único de serviços no que respeita à aceitação de pagamentos com TPA, o EuroBic tem no Netpay um produto diferenciador que tem vindo a apresentar um sustentado crescimento do parque instalado de terminais.

No decurso de 2017, foram instalados 702 novos terminais em clientes da Rede de Empresas. Em 31 de dezembro de 2017, o número de terminais Netpay instalados totalizava 2.766, o que corresponde a um aumento de 17,2% face a 2016.

No que respeita a cartões, o seu número ascendia a 1.356 no final de 2017 e dividia-se do seguinte modo: débito, com 568 (42%), e crédito, com 788 (58%).



Crédito vencido

A Rede de Empresas dedica especial atenção ao controlo do crédito vencido e à análise de sinais de alerta, com vista à deteção precoce de situações de incumprimento, negociando a constituição de colaterais que permitam mitigar o risco de crédito e privilegiando uma diversificação do risco da carteira por setores de atividade.

Não obstante este esforço, em 2017 verificou-se uma deterioração do rácio de crédito vencido para 5,0% (do crédito por desembolso). Esta situação ficou a dever-se a dois casos pontuais de final de ano, para os quais existem perspetivas favoráveis de recuperação dos montantes em dívida. Contudo, considerando o curto lapso temporal decorrido, ainda não foi possível reestruturar essas dívidas, o que se traduz assim negativamente no rácio de crédito vencido. Excluindo estas duas situações, ter-se-ia verificado uma melhoria do rácio para 4,4%.

Private Banking

A Direção de *Private Banking* é responsável pelo acompanhamento de clientes particulares de elevado património.

A atual conjuntura de crescimento económico global e o seu acompanhamento a nível interno, bem como o bom desempenho da generalidade dos mercados financeiros, contribuíram de forma positiva para o crescimento do negócio, tendo este aumentado 16,72%.

A angariação de clientes novos e um acréscimo dos ativos sob gestão, nomeadamente nos Fundos de Investimentos onde se obteve um crescimento de 67,46%, permitiu também um aumento nas comissões que registaram um aumento de 140,57%.

A DPB, no seguimento de uma alteração de política interna, viu reduzida a sua carteira de crédito, contudo, foi possível encerrar o ano com um crescimento no resultado líquido de 36,90%.

Para 2018, espera-se a continuidade de crescimento em todas as rubricas de negócio: novos clientes, captação de recursos, concessão de crédito e desintermediação financeira, para a qual o EuroBic apostou na formação especializada dos seus profissionais, para que, após a entrada em vigor da nova diretiva dos mercados financeiros MIFID II, possam exercer com toda a segurança e competência o aconselhamento e a consultoria financeira dos clientes, à luz do novo enquadramento do setor financeiro.

Rede de Promotores

A Rede de Promotores do EuroBic funciona como uma rede complementar para apoio à atividade de angariação de negócio, sendo constituída por parceiros externos, promotores e canais agenciados. Esta rede registou, durante o ano de 2017, um aumento do número de parcerias em 15% e um alargamento da base de clientes superior a 20%, face ao período homólogo, representando já o peso de 11% no volume de negócios das Agências do Banco.

O ano de 2017 consolida o forte ritmo de crescimento do volume de negócios sob gestão (+37%). Não obstante os excelentes contributos nas diversas vertentes de negócio, destaca-se a contribuição da Rede de Promotores na produção de crédito habitação, tendo este canal contribuído aproximadamente com 43% para o total de novos contratos celebrados em 2017, resultado direto da aposta do Banco na dinamização das parcerias, em particular com os mediadores imobiliários.

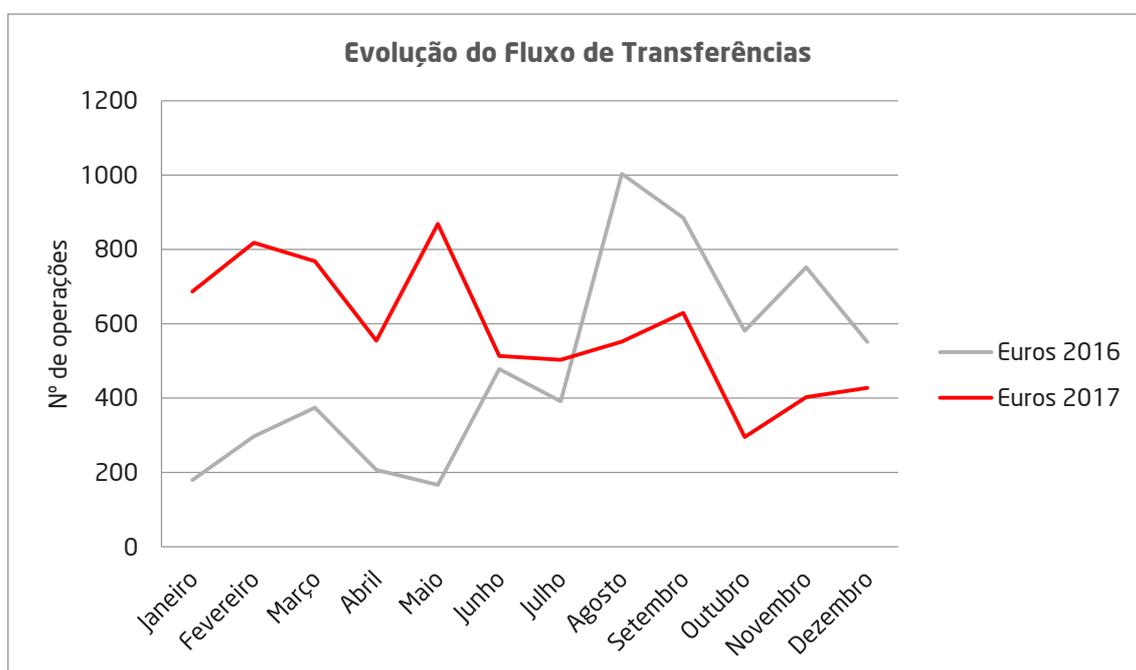
A Rede de Promotores, enquanto área responsável pela gestão e pela dinamização dos canais externos de captação de negócio do Banco, esteve presente, em conjunto com a rede comercial, em diversos congressos, feiras e convenções, a convite dos seus parceiros, com o objetivo de promover os produtos e serviços do Banco.

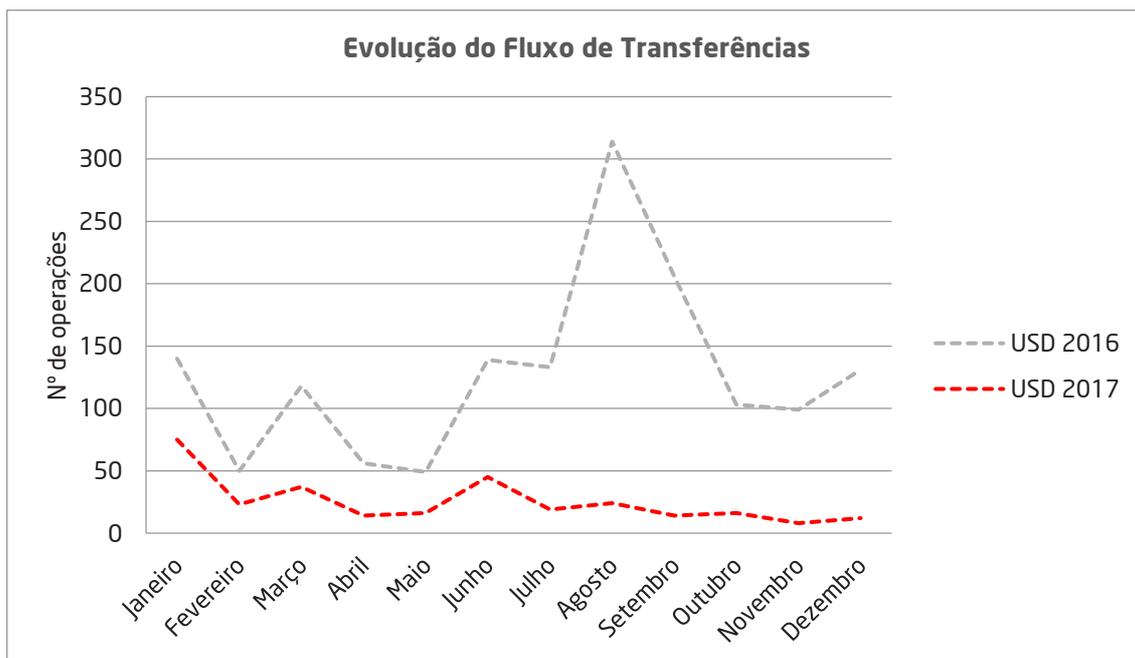
Gabinete Angola Portugal

Em sintonia com a estratégia de crescimento do Banco, o Gabinete Angola Portugal tem a missão de contribuir para a dinamização do negócio, atuando como elemento diferenciador e impulsionando o crescimento das ligações internacionais, nomeadamente no negócio bilateral entre Portugal e Angola.

O ano de 2017 ficou marcado por mudanças político-sociais que, a par do contexto macroeconómico, condicionaram o desempenho da economia Angolana.

Ao longo do ano, assistiu-se a uma diminuição do peso das importações e a uma consolidação da “desdolarização”, sendo notória a predominância de transações em euros, conforme se pode observar pela evolução dos fluxos apresentados em seguida entre o Banco e o seu principal correspondente em Angola.





A tendência de subida, registada no último semestre de 2016, manteve-se durante o 1.º semestre de 2017. Na segunda metade do ano foi registado um decréscimo das operações recebidas, ditado pela redução da venda de divisas.

ÁREA INTERNACIONAL E FINANCEIRA

Gestão de Tesouraria

A gestão da tesouraria do Banco tem como principais objetivos o cumprimento das reservas mínimas de caixa e a manutenção de níveis adequados de liquidez para fazer face às necessidades decorrentes da atividade do Banco.

O EuroBic efetua a monitorização periódica dos riscos de liquidez e de taxa de juro, sendo efetuadas análises regulares, que são apresentadas e discutidas em sede de Comissão de Gestão de Ativos e Passivos (Comité ALCO), tendo esta funções consultivas e deliberativas.

No final de 2017, a tesouraria do EuroBic incluía investimentos em aplicações financeiras de curto prazo no mercado monetário interbancário (MMI) no montante de 519 milhões de euros (654 milhões de euros em 2016), disponibilidades em OIC e no Banco de Portugal no montante de 106 milhões de euros (18 milhões de euros em 2016) e de 313 milhões de euros (205 milhões de euros em 2016) respetivamente. Em 31 de dezembro de 2017, as tomadas de fundos de outras instituições de crédito ascendem a 716 milhões de euros (425 milhões de euros em 2016).

Em alternativa aos investimentos no MMI, o Banco continuou a participar ativamente em leilões de programas de papel comercial, tendo em 31 de dezembro de 2017 subscrito cerca de 70 milhões de euros e incrementou o investimento em instrumentos de dívida, cujo valor de balanço no final do exercício de 2017 ascende a cerca de 1.901 milhões de euros (1.628 milhões de euros em dezembro de 2016).

O Banco reforçou a sua participação no programa de financiamento «*Targeted Longer-Term Refinancing Operations II*» (TLTRO II) tendo subscrito, em março de 2017, o montante de 200 milhões de euros, perfazendo o montante total em carteira de 350 milhões de euros.

No exercício de 2017, o Banco aumentou a *pool* de ativos dados como colateral (ativos elegíveis) para operações de financiamento junto do Banco Central Europeu. O Banco tinha, assim, no final do exercício de 2017, linhas de financiamento disponíveis, e não utilizadas, no valor de 1.125 milhões de euros, que permitiam uma posição de liquidez bastante conservadora (1.003 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

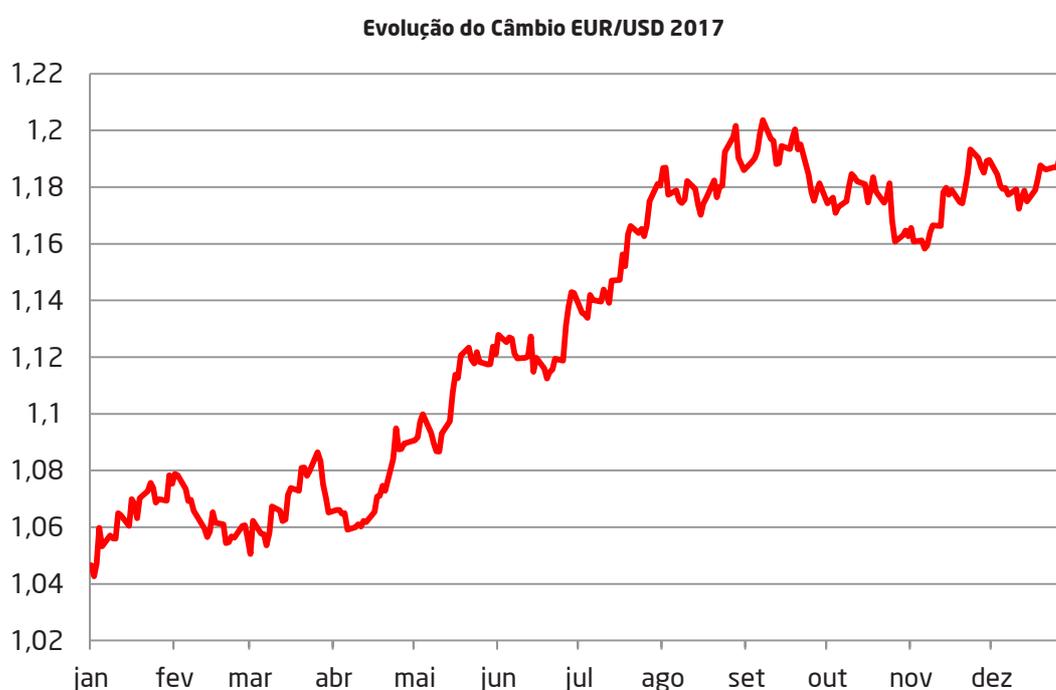
Mercado Cambial

No ano de 2017, assistimos a uma melhoria dos indicadores económicos nos Estados Unidos da América, nomeadamente os do mercado de trabalho e da atividade económica, o que sustentou a subida de 25 pb das taxas diretoras (*fed funds*) por três vezes em 2017, tendo estas terminado o ano no intervalo de 1,25% -1,50%.

O BCE, por seu lado, manteve as suas taxas diretoras inalteradas, tendo dado a indicação de que as taxas devem permanecer nos níveis atuais.

Em abril de 2017, o BCE iniciou a redução do programa de compra de ativos (*quantitative easing*) de um ritmo mensal de 80 para 60 mil milhões de euros e, no passado mês de outubro, anunciou a redução deste valor para 30 mil milhões de euros a partir de janeiro de 2018 e até ao final de setembro de 2018.

O EUR/USD iniciou o ano de 2017 com valores a rondar os 1,0460, mantendo-se abaixo de 1.1000 até maio, momento em que as eleições presidenciais francesas são ganhas por Emmanuel Macron, o que afastou os receios de um governo eurocético em França, iniciando o euro uma escalada do seu valor face ao dólar que culminou em setembro no seu valor máximo de 1,2036. O EUR/USD terminou o ano a 1,2005, próximo do seu valor máximo do ano.

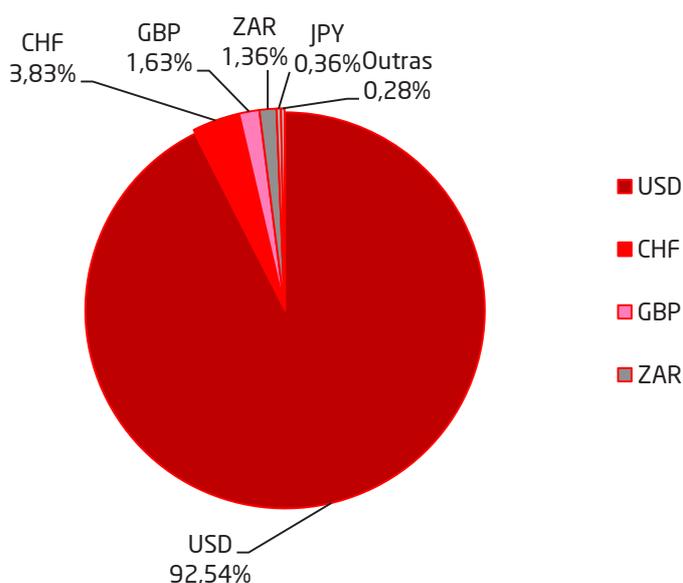


Gestão da Posição Cambial

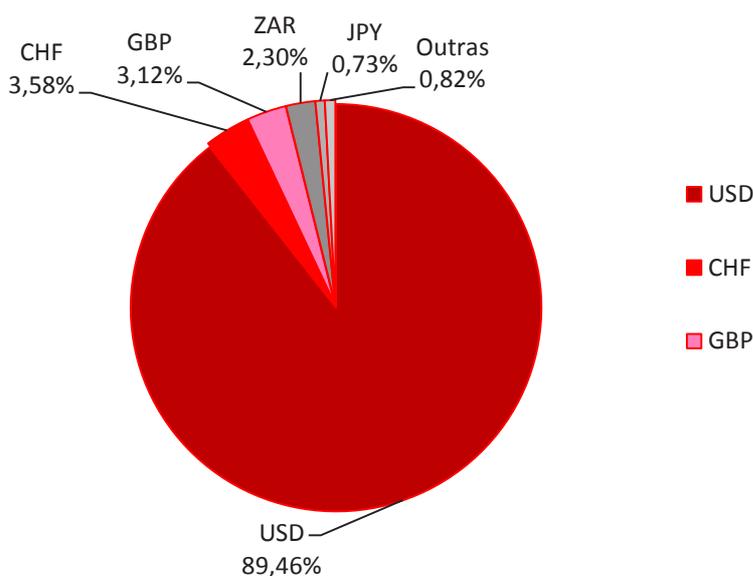
Ao longo do ano de 2017, o Banco manteve uma política de risco cambial tendencialmente nulo, sendo os lucros cambiais resultantes da cobertura das transações efetuadas com clientes e contrapartes.

O Banco transacionou as principais moedas no mercado cambial, com grande destaque para o EUR/USD.

% de divisa transacionada em 2016



% de divisa transacionada em 2017

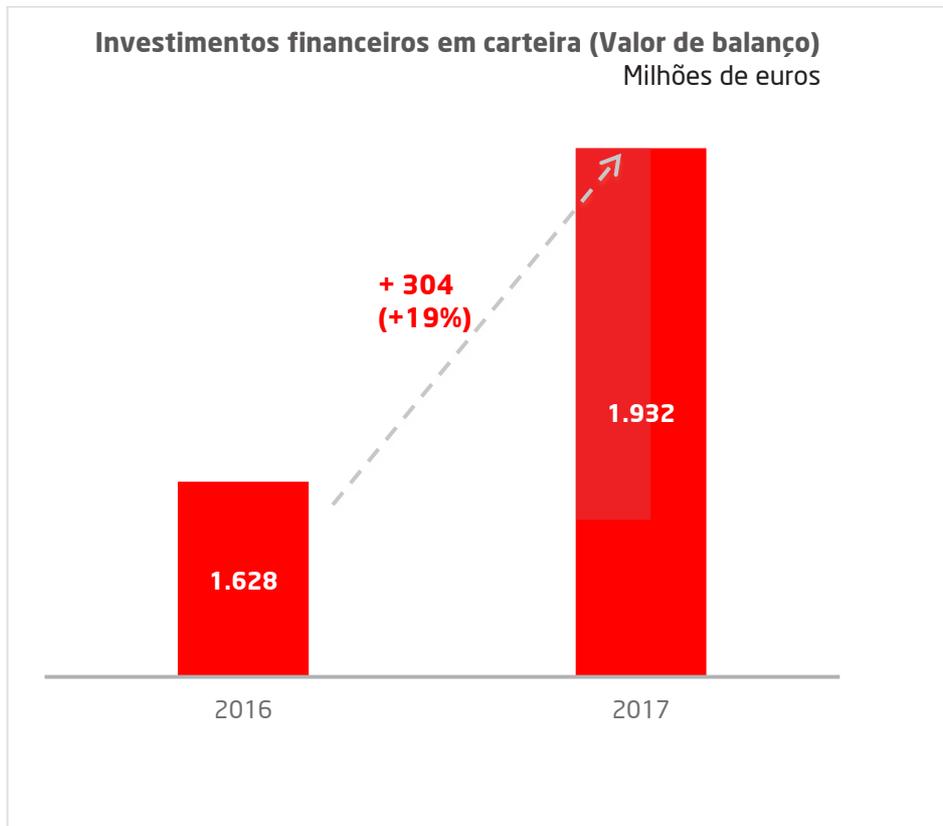


No exercício de 2017 verificou-se uma ligeira redução do resultado cambial, cujo valor ascendeu a cerca de 3 milhões de euros (3,3 milhões de euros em 2016). Esta redução deveu-se à diminuição do volume do negócio cambial com os bancos correspondentes.

Carteira própria

O investimento em instrumentos financeiros para a carteira própria do EuroBic, incluindo participações em fundos de investimento, voltou a ser reforçado em 2017, perfazendo um total de 1.932 milhões de euros (valor de balanço) em 31 de dezembro de 2017. Este

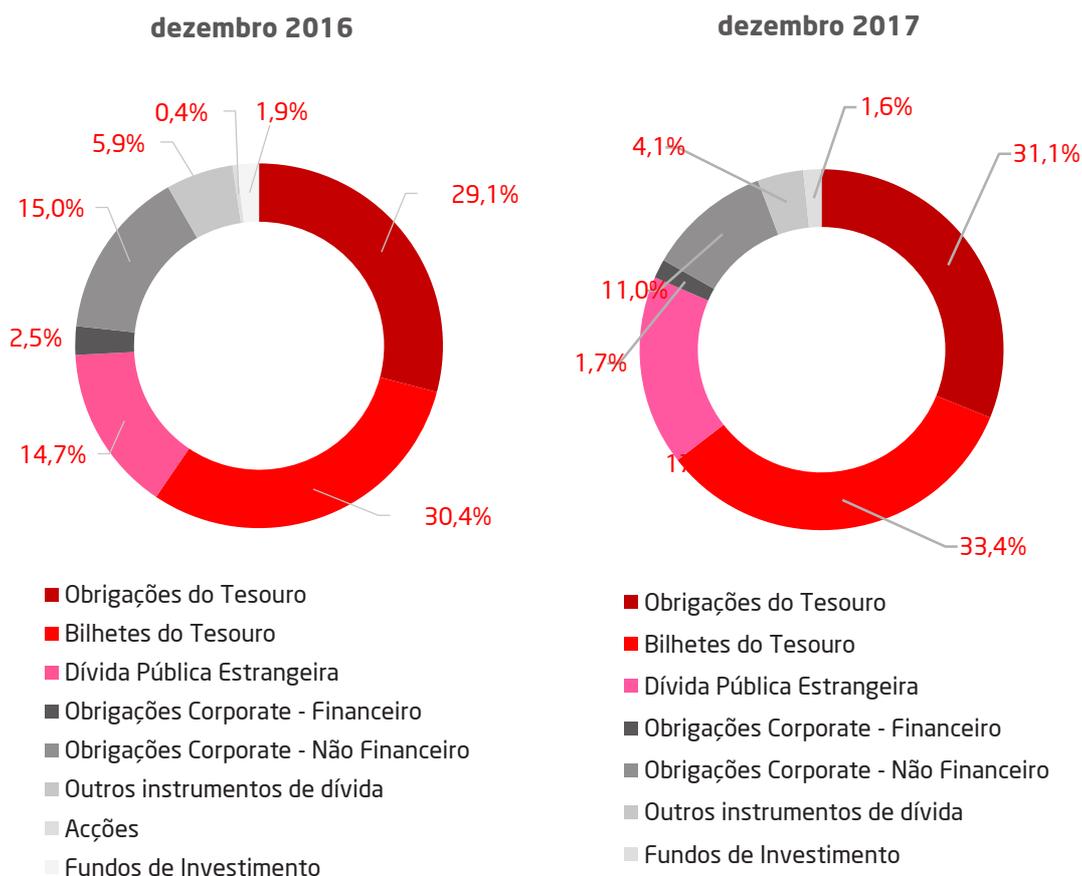
reforço de, aproximadamente, 304 milhões de euros face ao final do exercício anterior, traduz em termos percentuais um aumento de cerca de 19%.



Nota: Inclui instrumentos financeiros classificados como outros créditos e valores a receber, EMTN junto de instituições financeiras e investimentos em situação de *default*.

Tal como em exercícios anteriores, manteve-se a estratégia de investimento essencialmente em instrumentos de dívida, nomeadamente dívida soberana de curto e médio prazo e dívida *Corporate*, respeitando os critérios previstos na Política de Investimentos do EuroBic e o objetivo de otimizar o binómio risco/rendibilidade.

No final de 2016 e 2017, a composição da carteira própria do Banco era, respetivamente, em termos percentuais:



Na decisão de investimento, manutenção e desinvestimento, são ponderadas simultaneamente as maturidades, o grau de liquidez e a elegibilidade dos ativos para acesso a facilidades de financiamento junto do BCE, a rentabilidade e os riscos de crédito e de mercado. Seguindo os critérios conservadores previstos na Política de Investimentos do EuroBic para avaliar as oportunidades de utilizar a liquidez disponível, procurou-se a melhor diversificação para a carteira.

A evolução positiva dos preços da dívida pública foi determinante no desempenho positivo da carteira global no ano de 2017. Contribuiu também a alienação em dezembro das obrigações da Oi (em *default*).

Evolução curva Benchmark 10 y da Dívida Pública Portuguesa

Yield-to-maturity



Negócio Internacional - *Trade Finance*

Proximidade com os Clientes

O EuroBic conta com uma equipa especializada que tem vindo a desenvolver o relacionamento com mais bancos correspondentes e em geografias cada vez mais diversas, permitindo um apoio mais eficaz no processo de internacionalização dos nossos clientes, nomeadamente na estruturação de operações de *Trade Finance*, no apoio às exportações, projetos e investimentos internacionais.

Destaque ainda para as parcerias que o Banco tem firmado com os seus principais bancos correspondentes e com as plataformas internacionais do Universo BIC, em países como Angola, África do Sul, Cabo Verde e Namíbia, para oferecer aos seus clientes, de forma global, uma panóplia alargada de produtos e serviços internacionais, competitivos e eficazes.

MERCADO DE CAPITAIS

A atividade de mercado de capitais reforçou a sua aposta na oferta de uma gama alargada de soluções de investimento adequadas ao perfil de risco dos clientes do Banco. Para além do aumento das relações com sociedades gestoras independentes, foram criadas novas soluções de poupança, tais como Depósitos Estruturados. Assim, em 2017, os aspetos mais relevantes foram os seguintes:

- O registo de depósitos de valores mobiliários de clientes cifrou-se em 2,3 mil milhões de euros e em 30 de setembro de 2017 representava 1,3% de quota de mercado (fonte: CMVM);
- O Banco comercializou, durante 2017, três Depósitos Estruturados com garantia de capital e remuneração indexada a um cabaz de ações. Estes produtos, que beneficiam de remuneração mínima garantida, atingiram um total de 36,5 milhões de euros;
- O Banco assinou um novo acordo de distribuição, tendo continuado a reforçar a sua oferta de fundos de investimento de prestigiadas sociedades gestoras internacionais, cobrindo diferentes classes de ativos, estratégias e áreas geográficas. No final do ano, o montante sob gestão nestes fundos de investimento totalizava mais de 18 milhões de euros.

EuroBic Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2017, o montante sob gestão deste fundo ascendia a 27 milhões de euros, sendo o valor da Unidade de Participação (UP) da Categoria A de 5,8614 euros e de 7,9051 dólares para a Categoria B.

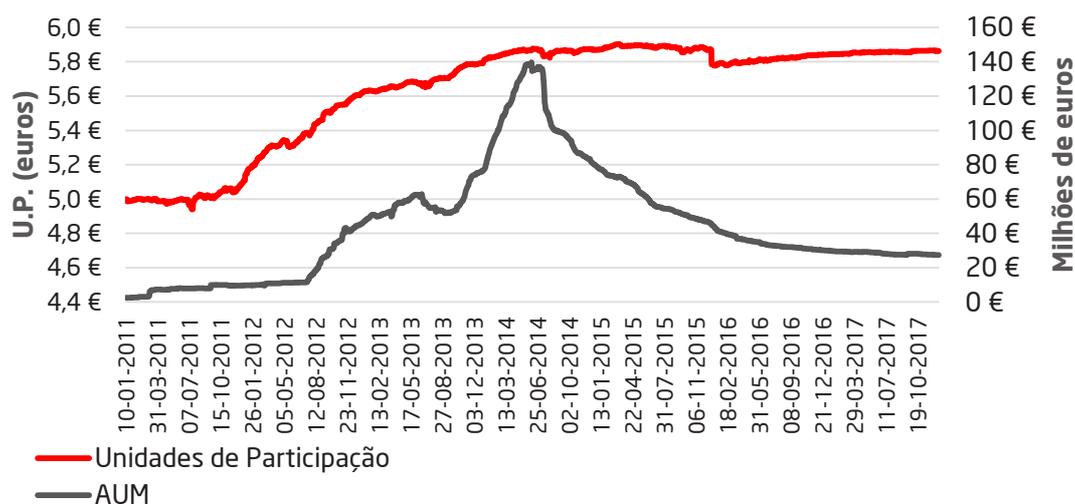
As Unidades de Participação em circulação das Categorias A e B ascenderam, respetivamente, a 4.342.081 e 279.006.

No que se refere às Unidades de Participação em circulação, e correspondente valor unitário, apresenta-se abaixo um quadro com o seu valor no final dos últimos exercícios:

Categoria A - EUR	2013	2014	2015	2016	2017
Número de UP	12.589.279	12.576.102	7.236.613	4.749.927	4.342.081
Valor da UP (euros)	5,7902	5,8692	5,7874	5,8424	5,8614

Categoria B - USD	2013	2014	2015	2016	2017
Número de UP	625.780	759.867	404.626	304.065	279.006
Valor da UP (dólares)	7,6616	7,8409	7,7396	7,8247	7,9051

Evolução do valor da unidade de participação da Categoria A - EUR e do montante sob gestão desde o arranque



Volume total sob gestão

	2013	2014	2015	2016	2017
Volume total sob gestão (milhões de euros)	76,3	78,7	44,8	30,0	27,3
Taxa de crescimento do volume sob gestão	69%	3%	-43%	-33%	-9%

Rendibilidade e risco da categoria A - Eur

	Ano	Rendibilidade Líquida	Risco	Classe de Risco
Categoria A - EUR	2013	3,33%	0,80%	2
Categoria A - EUR	2014	1,36%	0,79%	2
Categoria A - EUR	2015	-1,40%	1,59%	3
Categoria A - EUR	2016	0,95%	0,54%	2
Categoria A - EUR	2017	0,33%	0,20%	1

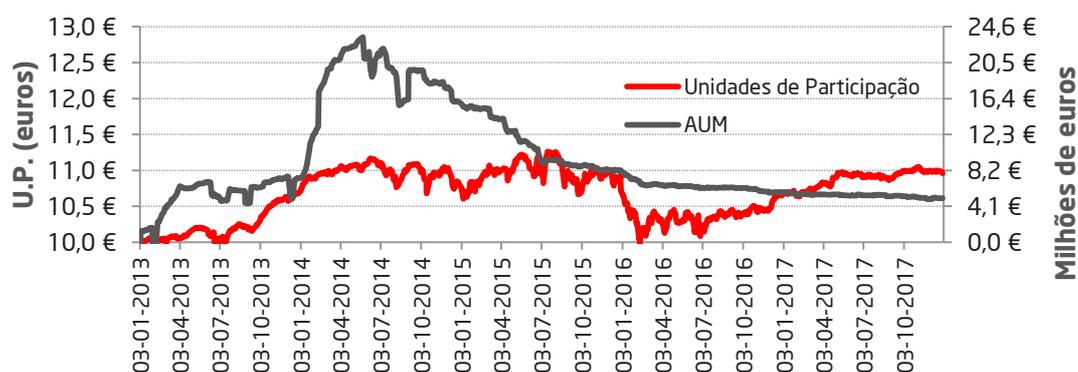
No ano de 2017, as comissões de gestão e de depositário ascenderam, respetivamente, a 67,8 mil euros e a 28,3 mil euros.

EuroBic Investimento

Em 31 de dezembro de 2017, o montante sob gestão do fundo ascendia a 5 milhões de euros. O valor da Unidade de Participação era de 10,9583 euros e em circulação registaram-se 456.463 Unidades de Participação.

	2013	2014	2015	2016	2017
Número de UP	684.916	1.467.177	751.202	534.613	456.463
Valor da UP (euros)	10,6784	10,7644	10,7025	10,6614	10,9583

Evolução do valor da Unidade de Participação e do montante sob gestão desde o arranque



Volume total sob gestão

	2013	2014	2015	2016	2017
Volume total sob gestão (milhões de euros)	7,3	15,8	8,0	5,7	5,0
Variação do volume sob gestão	-	116%	-49%	-29%	-12%

Rendibilidade e risco

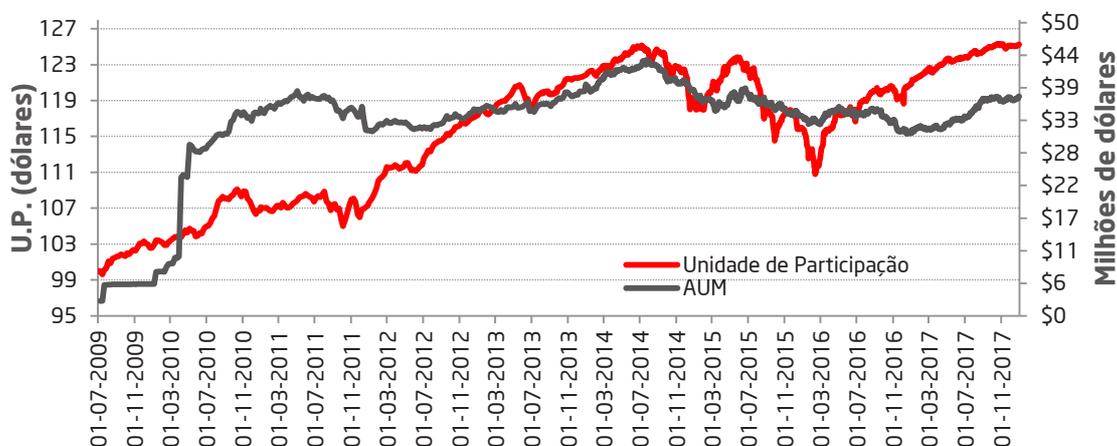
Ano	Rendibilidade Líquida	Risco	Classe de Risco
2013	6,78%	2,62%	3
2014	0,81%	5,02%	4
2015	-0,58%	6,63%	4
2016	-0,38%	7,70%	4
2017	2,78%	1,66%	3

No ano de 2017, as comissões de gestão e de depositário ascenderam, respetivamente, a 26,4 mil euros e a 10,6 mil euros.

EuroBic Obrigações Global

Em 31 de dezembro de 2017, o montante sob gestão do fundo ascendia a 37 milhões de dólares, sendo o valor da Unidade de Participação da Categoria A-USD de 125,24 e 83,02 da Categoria A-EUR.

Evolução do valor da unidade de participação da Categoria A - USD e do montante sob gestão desde o arranque



Volume total sob gestão

	2013	2014	2015	2016	2017
Volume total sob gestão (milhões de dólares)	39,1	38,0	33,6	31,2	37,1
Variação do volume sob gestão	13%	-3%	-12%	-7%	19%

Rendibilidade e risco da Categoria A - USD

	Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
Categoria A - USD	2013	3,84%	2,39%	3
Categoria A - USD	2014	-2,20%	3,40%	3
Categoria A - USD	2015	-3,85%	4,73%	3
Categoria A - USD	2016	4,30%	3,63%	3
Categoria A - USD	2017	3,62%	0,98%	3

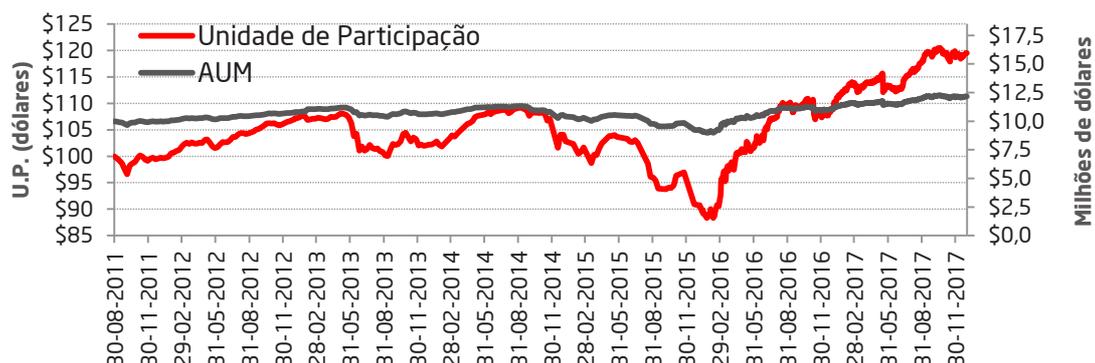
No ano de 2017, a comissão de gestão ascendeu a 94,9 mil dólares.

EuroBic Brasil

Em 31 de dezembro de 2017, o montante sob gestão do fundo ascendia a 12,2 milhões de dólares. O valor da Unidade de Participação era de 119,5278 dólares e em circulação registaram-se 101.806 Unidades de Participação.

	2013	2014	2015	2016	2017
Número de UP	104.005	101.216	101.738	101.751	101.806
Valor da UP (dólares)	102,1743	104,0834	90,9212	108,5722	119,5278

Evolução do valor da Unidade de Participação e do montante sob gestão desde o arranque



Volume total sob gestão

	2013	2014	2015	2016	2017
Volume total sob gestão (milhões de dólares)	10,6	10,5	9,3	11,1	12,2
Variação do volume sob gestão	-1%	-1%	-12%	20%	10%

Rendibilidade e Risco

Ano	Rendibilidade Líquida	Risco	Classe de Risco
2013	-4,49%	5,29%	4
2014	1,87%	4,42%	4
2015	-12,05%	8,60%	4
2016	18,61%	7,87%	5
2017	9,74%	4,53%	3

No ano de 2017, as comissões de gestão e de depositário ascenderam, respetivamente, a 52,9 mil dólares e a 23,5 mil dólares.

Por forma a elevar a qualidade dos serviços prestados e de modo a captar e fidelizar novos clientes, os principais objetivos para 2018 são:

- Desenvolvimento dos canais digitais, nomeadamente através de uma plataforma de negociação de soluções de investimento;
- Alargar a oferta de soluções de poupança e reforma, dada a crescente importância e preocupação demonstrada pelos clientes;
- Dinamizar a oferta periódica de Depósitos Estruturados;
- Continuar a aposta na formação especializada em soluções de investimento.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em 2017 o Banco obteve um resultado líquido de 25 milhões de euros, o melhor resultado da sua história, tendo a rentabilidade dos capitais próprios médios ascendido a 5,1%.

SOLIDEZ FINANCEIRA

A evolução favorável dos níveis de rentabilidade e de eficiência, evidenciada pelo aumento do produto bancário corrente (+5,8%) e pela estabilização dos custos de estrutura correntes (+0,7%), traduzem o reforço da sustentabilidade da atividade do Banco no ano de 2017.

Capitalização

Em 31 de dezembro de 2017, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*) do Banco ascendia a 12,2% (12,9% com a incorporação do resultado líquido do exercício), superior ao mínimo de 7% exigido pelo Banco de Portugal (CRD IV *fully implemented*). O rácio de fundos próprios totais ascendia a 13,4% (14,0% com a incorporação do resultado líquido do exercício).

Financiamento e Liquidez

Em linha com o verificado em anos anteriores, o EuroBic manteve em 2017 níveis de financiamento estáveis e níveis de liquidez bastante confortáveis:

- Os níveis de liquidez imediata representavam cerca de 15% do balanço (ativos monetários e liquidez disponível em outras instituições financeiras);
- A elevada liquidez dos títulos em carteira própria permite dispor de uma linha junto do BCE, não utilizada, na ordem dos 1.125 milhões de euros; e
- O rácio de transformação de depósitos em crédito situava-se em 81,7%.

Em síntese, o Banco dispõe de liquidez disponível na ordem dos 2.152 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 30% do total de balanço.

Qualidade dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, os principais indicadores sobre a qualidade do crédito são os seguintes:

	Montantes expressos em milhares de euros		
	2016	2017	Δ %
Crédito <i>non-performing</i> (NPL)	401.113	415.036	3,5%
Crédito em risco	308.933	327.263	5,9%
Crédito com incumprimento	212.191	226.068	6,5%
Provisões e imparidade de crédito	256.102	289.445	13,0%
Crédito <i>non-performing</i> / Crédito total	9,6%	9,3%	
Crédito <i>non-performing</i> , líquido/ Crédito total	3,5%	2,8%	
Crédito em Risco / Crédito total	7,4%	7,3%	
Crédito em risco, líquido / Crédito total	1,3%	0,8%	
Crédito em Incumprimento / Crédito	5,1%	5,1%	
Cobertura do Crédito <i>non-performing</i>	63,8%	69,7%	
Cobertura do crédito em risco	82,9%	88,4%	
Cobertura do crédito com incumprimento	120,7%	128,0%	
Cobertura do crédito total	6,1%	6,5%	
Custo do crédito	0,8%	0,8%	

(1) Rácio calculado de acordo com Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Em 2017, o custo do risco de crédito ⁽²⁾ manteve-se em níveis semelhantes ao observado em 2016, cerca de 80bps, que, combinado com a evolução do crédito *non-performing*, permitiu melhorar, substancialmente, os níveis de cobertura (70% em 2017 contra 64% em 2016) e continuar a comparar muito positivamente com os indicadores de qualidade de crédito observados no setor.

Ainda no que se refere a indicadores relativos à qualidade do ativo do Banco, importa destacar que a exposição do Banco a ativos não produtivos, nomeadamente a imóveis adquiridos por recuperação de crédito, representa menos de 0,1% do balanço.

(2) Imparidade para crédito e garantias em % do valor do crédito a clientes em 31 de dezembro de cada ano.

Demonstração dos resultados

		Montantes expressos em milhares de euros		
		2016	2017	Δ %
Margem financeira	1	127.376	128.924	1,2%
Rendimentos de instrumentos de capital	2	177	26	-85,3%
Comissões líquidas	3	28.841	32.179	11,6%
Resultados em operações financeiras	4	12.025	5.178	-56,9%
Outros resultados de exploração	5	933	3.461	271,0%
Produto Bancário	(=1+2+3+4+5)	169.352	169.768	0,2%
Custos com o pessoal	7	54.899	68.618	25,0%
Gastos gerais administrativos	8	40.812	40.149	-1,6%
Amortizações	9	2.887	2.998	3,8%
Custos operacionais	(=7+8+9)	98.598	111.765	13,4%
Resultado operacional	(=6-10)	70.754	58.003	-18,0%
Imparidade de crédito	12	32.708	34.126	4,3%
Imparidade de títulos	13	40.624	(12.366)	-130,4%
Provisões para outras contingências	14	14.654	1.296	-91,2%
Provisões e Imparidade	15	87.986	23.056	-73,8%
Resultados antes de impostos	(=11-15)	(17.232)	34.947	-302,8%
Impostos	17	5.437	9.918	82,4%
Resultado líquido do período	(=16-17)	(22.669)	25.029	-210,4%
Cash Flow de exploração	(=6-10+9)	73.641	61.001	-17,2%

O produto bancário de 2017 apresenta uma evolução positiva de 9,3 milhões de euros face a 2016 (+5,8%), se excluirmos a mais-valia com a venda da Visa Europe ocorrida em 2016.

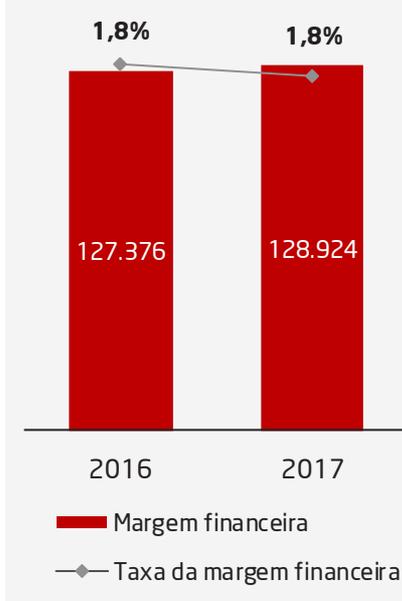
Para este desempenho muito contribuiu a melhoria verificada na margem financeira (+1,5 milhões de euros), nas comissões líquidas (+3,3 milhões de euros) e nos outros resultados de exploração (+2,5 milhões de Euros).

Margem Financeira

No exercício de 2017, a margem financeira ascendeu a 128,9 milhões de euros (+1,2%), em resultado, essencialmente, da combinação da redução do custo dos depósitos a prazo com o crescimento do volume de negócios.

Margem financeira absoluta e unitária

(milhares de Euros)



A margem financeira apresentou a seguinte evolução:

Montantes expressos em milhares de euros				
		2016	2017	Δ%
Juros e rendimentos similares				
Juros de crédito a clientes				
Juros de crédito a clientes (não titulado)	1	114.458	107.697	-5,9%
Juros de crédito a clientes (titulado)	2	17.011	15.350	-9,8%
Comissões associadas ao custo amortizado	3	14.796	14.532	-1,8%
Juros de aplicações em B.C. e O.I.C.	4	10.313	6.339	-38,5%
Juros de activos financeiros e outros juros	5	27.660	24.502	-11,4%
Total	6	184.238	168.420	-8,6%
Juros e encargos similares				
Juros de depósitos de clientes	7	42.970	28.612	-33,4%
Comissões associadas ao custo amortizado		7.617	6.461	-15,2%
Juros de recursos de B.C. e O.I.C.	8	4.441	2.702	-39,2%
Juros de passivo titulado e outros juros	9	1.834	1.721	-6,2%
Total	10	56.862	39.496	-30,5%
Margem financeira	11	127.376	128.924	1,2%
Activos remunerados (saldo médio)	12	7.009.133	7.341.629	4,7%
Passivos remunerados (saldo médio)	13	6.221.920	6.465.943	3,9%
Taxa da margem financeira	(=11/12)	1,8%	1,8%	

Comissões

As comissões líquidas aumentaram 11,6% (+3,3 milhões de Euros) em razão, essencialmente, do aumento da transacionalidade dos nossos clientes e do crescimento do volume de negócios.

Montantes expressos em milhares de euros

	2016	2017	Δ %
Por operações extrapatrimoniais:	6.107	5.608	-8,2%
Créditos documentários abertos	4.918	4.692	-4,6%
Garantias e avales prestados	1.189	916	-23,0%
Por serviços prestados:	21.633	23.373	8,0%
Transferência de valores e ordens de pagamento	16.493	17.757	7,7%
Gestão de cartões e anuidades	3.162	3.342	5,7%
Outros serviços prestados	1.978	2.274	15,0%
Rendimentos de serviços e comissões	12.601	16.239	28,9%
Por operações real. por conta de terceiros	4.542	4.979	9,6%
Outras comissões recebidas	8.059	11.260	39,7%
Serviços prestados por terceiros	-11.500	-13.041	-13,4%
Comissões líquidas	28.841	32.179	11,6%

Resultados em Operações Financeiras

A evolução dos resultados em operações financeiras é justificada, conforme referido anteriormente, essencialmente, pela mais-valia realizada em 2016 com a venda da participação na Visa Europe, no seguimento do processo de unificação da marca Visa.

Montantes expressos em milhares de euros

	2016	2017	Δ %
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(460)	290	163,0%
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8.987	1.842	-79,5%
Resultados cambiais	3.375	2.944	-12,8%
Resultados de alienação de outros ativos	123	102	-17,1%
Resultado em operações financeiras	12.025	5.178	-56,9%

Custos Operacionais e Níveis de Eficiência

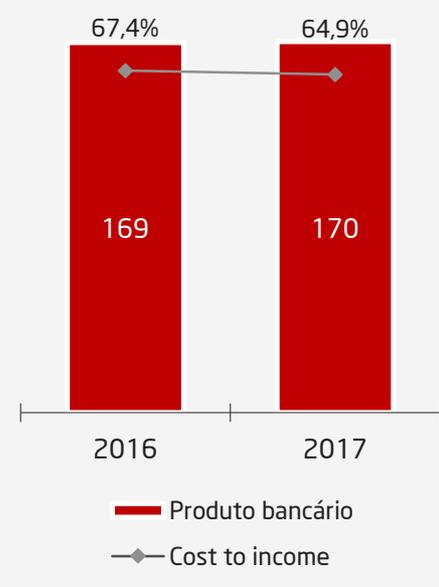
Os custos operacionais ascenderam a 111,8 milhões de euros no exercício de 2017, cerca de 13,4% acima dos valores observados em 2016 (cerca de 98,6 milhões de euros). Esta variação decorre, essencialmente, da revisão, em 2016, da política de incentivos.

A gestão rigorosa e criteriosa de custos permitiu uma diminuição, num contexto de crescimento da atividade, dos gastos gerais administrativos em cerca de 700 mil euros. (-1,6%).

A estabilização dos custos operacionais correntes, conjugados com a evolução positiva do produto bancário corrente, conduziu a uma melhoria do rácio *cost to income* corrente, de 67,4% em 2016 para 64,9% em 2017.

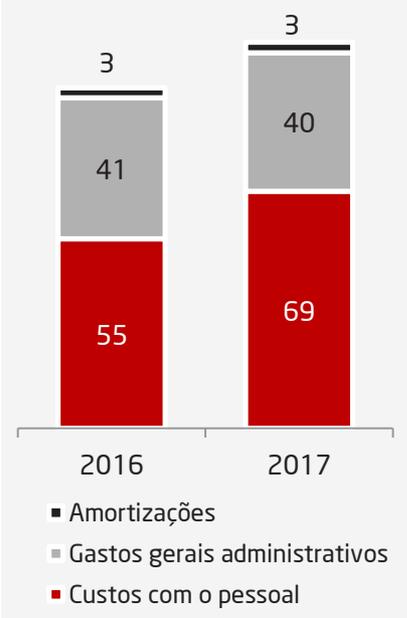
Cost to income (core)

(milhões Euros)



Custos operacionais

(Milhões de euros)



Montantes expressos em milhares de euros

	2016	2017	Δ %
Custos com o pessoal	54.899	68.618	25,0%
Gastos gerais administrativos	40.812	40.149	-1,6%
Amortizações	2.887	2.998	3,8%
Custos operacionais	98.598	111.765	13,4%
<i>Cost to income</i> ⁽¹⁾	67,4%	64,9%	
Custos com pessoal / Produto bancário	32,4%	40,4%	
Produto bancário por empregado	114,9	114,9	

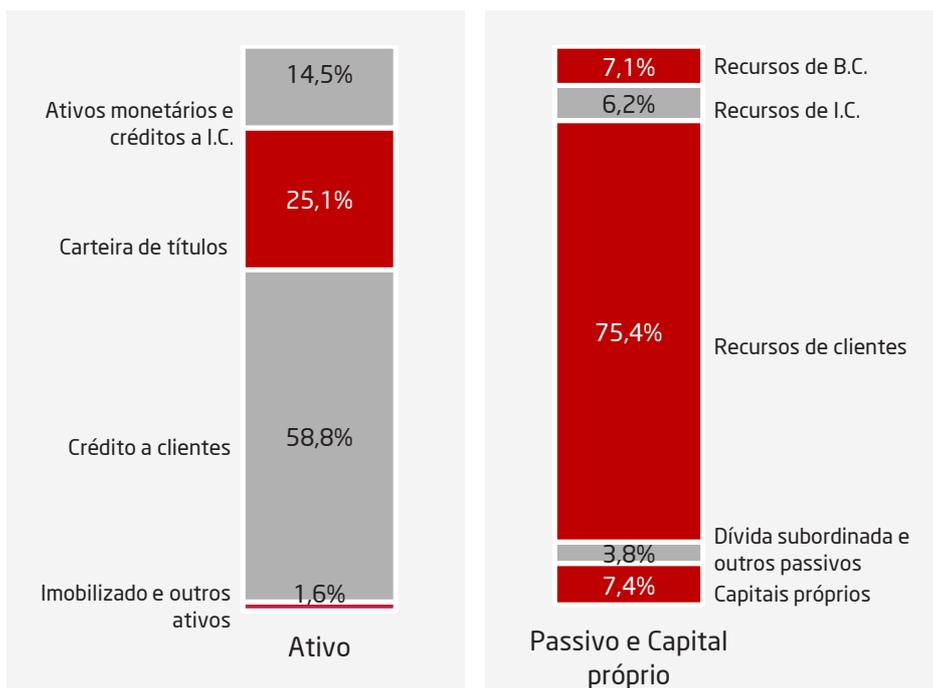
(1) Excluindo efeitos extraordinários ao nível dos custos operacionais e do produto bancário.

Balanço

Montantes expressos em milhares de euros

	2016	2017	Δ %
Ativo			
Ativos monetários e créditos a I.C.	981.999	1.027.167	4,6%
Carteira de títulos	1.450.520	1.779.873	22,7%
Crédito a clientes	3.943.197	4.172.692	5,8%
Outros ativos	100.833	111.175	10,3%
Total do Activo	6.476.549	7.090.907	9,5%
Passivo e Capital próprio			
Passivo			
Recursos de B.C.	354.162	501.184	41,5%
Recursos de I.C.	271.926	442.565	62,8%
Recursos de clientes	5.139.289	5.349.810	4,1%
Dívida subordinada	94.934	94.858	-0,1%
Outros passivos	139.291	177.828	27,7%
Total do Passivo	5.999.602	6.566.245	9,4%
Capitais próprios	476.947	524.662	10,0%
Total do Passivo e Capital próprio	6.476.549	7.090.907	9,5%

Composição do balanço em 2017



O balanço do Banco traduz a solidez financeira referida anteriormente e reflete a atividade desenvolvida no âmbito da banca comercial, nos segmentos de Empresas e Retalho. Com efeito, em 31 de dezembro de 2017, o crédito a Clientes representava 58,8% do total do ativo e os recursos de clientes representavam 75,4% do financiamento do balanço.

Crédito a Clientes

Em 2017, a carteira de crédito registou um aumento de 229,5 milhões de euros (+5,8%).

A evolução da carteira de crédito em 2017 evidencia um crescimento muito significativo do crédito concedido a particulares (+27,8%), onde o crédito à habitação se destacou com um crescimento de 36,8%, mas também um crescimento do crédito concedido a empresas (+0,6%) num período de *deleverage* da economia.

Montantes expressos em milhares de euros

		2016	2017	Δ %
Banca de empresas				
Crédito geral	1	2.477.146	2.390.472	-3,5%
Crédito titulado	2	545.532	610.591	11,9%
Factoring e GPF	3	25.629	45.395	77,1%
Locação financeira	4	160.971	183.163	13,8%
Total	(=1+2+3+4)	3.209.278	3.229.621	0,6%
Banca de particulares				
Habitação	6	607.257	830.806	36,8%
Consumo e outros	7	197.196	197.609	0,2%
Total	(=6+7)	804.453	1.028.415	27,8%
Total crédito vincendo	(=5+8)	4.013.731	4.258.036	6,1%
Crédito vencido	10	178.499	198.857	11,4%
Juros e comissões associadas ao custo amortizado	11	7.069	5.244	-25,8%
Provisões específicas para crédito	12	256.102	289.445	13,0%
Carteira de crédito líquida	(=9+10+11-12)	3.943.197	4.172.692	5,8%
Crédito por assinatura	14	307.564	334.092	8,6%

Recursos de Clientes

O ano de 2017 foi marcado por um aumento de 4,2% (+212,6 milhões de euros) dos depósitos de clientes, e por um aumento natural do peso relativo dos depósitos à ordem, em razão do atual contexto de revisão em baixa da remuneração dos depósitos a prazo.

Montantes expressos em milhares de euros

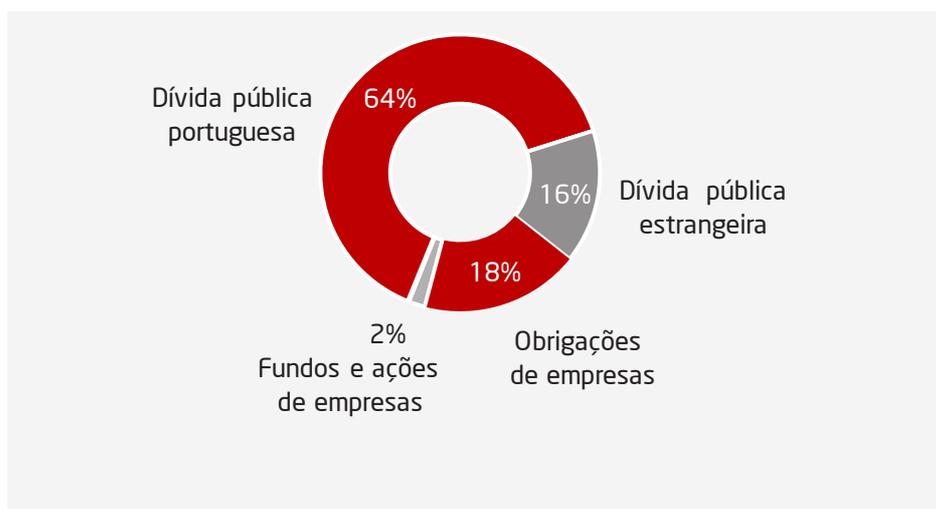
	2016	2017	Δ %
Depósitos à ordem	1.448.102	1.831.323	26,5%
Depósitos a prazo	3.641.706	3.471.091	-4,7%
Total depósitos	5.089.808	5.302.414	4,2%
Juros e comissões associadas ao custo amortizado	18.327	13.969	-23,8%
Cheques e ordens a pagar	31.154	33.427	7,3%
Recursos de clientes	5.139.289	5.349.810	4,1%

Carteira de Títulos

Em 2017, a carteira própria aumentou 329,4 milhões de euros, continuando a funcionar como um instrumento alternativo para aplicação do excedente de liquidez obtido, com rentabilidade positiva. O aumento observado em 2017 resulta, essencialmente, da aquisição de dívida pública portuguesa e italiana.

A carteira de títulos reflete uma política de investimento conservadora, sendo composta maioritariamente por ativos em dívida pública portuguesa, num total de 64% da carteira, dos quais 30% em Bilhetes do Tesouro.

Composição da Carteira de títulos em 2017



		Montantes expressos em milhares de euros		
		2016	2017	Δ %
Dívida pública portuguesa				
- ao justo valor	1	916.079	1.095.873	19,6%
- ao custo amortizado	2	56.031	54.700	-2,4%
Total	(=1+2)	972.110	1.150.573	18,4%
Dívida pública estrangeira	4	186.011	280.814	51,0%
Obrigações de empresas	5	310.042	331.216	6,8%
Instrumentos de capital	6	39.499	33.888	-14,2%
Outros ao custo histórico	7	2.379	2.379	0,0%
Juros a receber e imparidade	8	(59.521)	(18.998)	68,1%
Total	(=3+4+5+6+7+8)	1.450.520	1.779.872	22,7%

Em 2017 é de destacar a venda da totalidade das obrigações da Portugal Telecom *International Finance B.V.*, mediante a qual foi possível recuperar 10,7 milhões de euros, dos 39 milhões de euros de imparidade, que haviam sido constituídos em 2016..

GESTÃO DOS RISCOS

ORGANIZAÇÃO

A Gestão de Riscos tem como objetivo contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do Banco, procurando assegurar um desenvolvimento equilibrado e sustentado, mantendo uma adequada relação entre os níveis de fundos próprios e os riscos em que incorre no âmbito da atividade desenvolvida.

O Banco tem vindo a consolidar uma equilibrada estrutura de gestão e acompanhamento dos riscos, estabelecendo e dotando as diferentes estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelem ajustados à natureza, dimensão e complexidade das atividades desenvolvidas assim como dos riscos incorridos. Neste âmbito, procura-se que o grau de sofisticação das metodologias aplicadas na gestão dos diferentes riscos seja proporcional e adequado ao respetivo nível de exposição e grau de tolerância ao risco.

O Banco tem procurado desenvolver e manter uma cultura que incentiva uma atitude positiva em relação à gestão do risco e ao cumprimento das orientações regulamentares e das "boas práticas", bem como implementar uma *framework* de controlo interno robusta e abrangente.

A governação da gestão dos riscos do Banco assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A primeira linha de defesa assegura a gestão e a tomada de risco, de acordo com as regras, procedimentos e orientações definidas nos regulamentos internos;
- A segunda linha de defesa assegura a medição e a monitorização do risco a que o Banco se encontra exposto através da definição, do controlo e do reporte dos limites de risco definidos pelo Banco e suporte à definição de planos de ação;
- A terceira linha de defesa, assegurada pela função de auditoria interna, procede de forma independente, sistemática e eficiente à avaliação das atividades das duas primeiras linhas de defesa (compreendendo a eficiência das operações, a preservação dos ativos, a confiança e integridade dos processos de reporte e, entre outros, a conformidade com leis, regulamentos e políticas aplicáveis) e as boas práticas de governo societário, contribuindo para a melhoria e à eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco.

A gestão primeira dos riscos encontra-se distribuída por diversas estruturas orgânicas, de acordo com a tipologia de risco, designadamente:

- O risco de crédito, com gestão assegurada pela Direção de Análise de Risco de Crédito (DARC) e pelas estruturas comerciais. O acompanhamento das métricas definidas na Política de Risco de Crédito é efetuado pela Direção de Controlo de Riscos (DCR);
- O risco operacional, cuja gestão é assegurada por todas as estruturas e tem a coordenação da DCR;
- Os riscos de mercado, geridos pela Direção Internacional e Financeira (DIF) e pela Comissão de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), sendo controlados pela DCR;
- O risco de *compliance* e o risco de reputação, assegurados pela Direção de *Compliance* (DC);
- O risco de sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, apesar de se encontrar integrado no sistema de medição e gestão do risco operacional, é assegurado pela Direção de Sistemas de Informação e Tecnologias (DSIT) e pelo Gabinete de Segurança da informação (GSI) ⁽³⁾, este último em particular no que concerne à temática da segurança da informação e da proteção de dados pessoais;
- O risco de estratégia, assegurado pelo Conselho de Administração, coadjuvado pela Direção de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão (DPCG) e pelo Comité de Estratégia.

Como reforço da segunda linha de defesa, o Gabinete de Risco evolui para Direção de Controlo de Riscos, tendo sido ampliadas as suas atribuições no sentido de se assegurar o acompanhamento independente e integrado dos riscos a que o Banco se encontra exposto. O Administrador Executivo com o pelouro da área de risco não tem responsabilidades em estruturas com objetivos comerciais.

Ainda integrado no âmbito de reforço da *framework* de gestão do risco, merece destaque a criação e operacionalização da Comissão de Risco de Crédito e da Comissão de Sistemas, como estruturas dedicadas a riscos específicos, destacadas da Comissão de Risco, permitindo à Comissão Executiva um mais próximo e especializado acompanhamento dos referidos riscos.

Na esfera do Conselho de Administração destaca-se a existência das seguintes estruturas:

- Comité de Riscos Financeiros;
- Comité de Auditoria e Controlo Interno;
- Comité de Governo da Sociedade;
- Comité de Estratégia.

³ O responsável deste Gabinete exerce a função de *Chief Information Security Officer* (CISO) e de *Data Protection Officer*. A missão deste Gabinete é assegurar que todos os processos de negócio são abrangidos pelas matérias de Segurança da Informação, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade do ativo crítico «Informação» e a conformidade com toda a legislação aplicável em matéria de Proteção de Dados Pessoais.

O referido Comité de Estratégia é um órgão específico que tem como missão o acompanhamento da execução do Plano Estratégico e como atribuições analisar e refletir sobre a estratégia global do Banco, bem como acompanhar a evolução da implementação da mesma.

As orientações em matéria de gestão de riscos encontram-se plasmadas em normativo interno, nos «Princípios e Política de Gestão de Riscos». No referido documento encontram-se estabelecidas as orientações em matéria de gestão de risco e a definição do perfil de risco pretendido para a Instituição. Este serve de enquadramento para a gestão dos diferentes riscos, sendo complementado pelos seguintes documentos:

- Política de Gestão do Risco de Crédito;
- Política de Investimentos, cobrindo a carteira própria, o risco de taxa de câmbio, o risco de taxa de juro e a liquidez;
- Gestão do Risco Operacional - *Key Risk Indicators*;
- Plano de Recuperação (indicadores);
- Política de Gestão do Risco de *Compliance*;
- Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Política para o Capital Interno;
- Política para o Risco Reputacional;
- Política de Segurança da Informação.

Foram igualmente desenvolvidos os documentos «Política de Remuneração de Colaboradores Identificados» e a «Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização». Quanto a estas políticas, tem preponderância a intervenção do Comité de Nomeações e Remunerações que, em linha com as recomendações e princípios internacionais, formula juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração e sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez. Este Comité é também responsável pela preparação das decisões relativas à remuneração, incluindo as decisões com implicações quanto a riscos e a gestão dos riscos do Banco, que devam ser tomadas pelo órgão social competente, observando os interesses de longo prazo dos acionistas, dos investidores e de outros *stakeholders*, bem como o interesse público.

Foi ainda publicado o «Regulamento sobre Estrutura Orgânica do Banco», que tem por objetivo apresentar, de forma estruturada, a organização dos seguintes Órgãos/Estruturas do Banco:

- Órgãos Sociais;
- Órgãos de Estrutura;
- Estruturas de Apoio ao Conselho de Administração (CA) e à Comissão Executiva (CE) - Comités, Comissões e Assessoria, assim como a sua relação hierárquica e funcional e ainda os principais fluxos de informação regular entre estes.

Procedeu-se à nomeação de um Responsável pelo Controlo do Cumprimento em Matéria de Salvaguarda de Bens do Cliente, decorrente dos requisitos da Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiro (DMIF II) no que respeita à organização interna das Instituições Financeiras, no sentido do reforço das regras em matéria de proteção de bens de clientes.

CONTROLO E GESTÃO DOS RISCOS

Risco de Crédito

O risco de crédito constitui o risco mais relevante da atividade do Banco e entende-se como «a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior».

O governo de gestão do risco de crédito do Banco assenta no referido modelo das três linhas de defesa. Adicionalmente, com o objetivo de garantir independência no processo de gestão do risco de crédito e aumentar o nível de especialização e conhecimento, o Banco dispõe de órgãos com competências e atribuições específicas no âmbito da governação da gestão deste risco, designadamente:

- O Conselho de Crédito, com poderes para deliberar sobre concessão de crédito a clientes, conforme Regulamento de Crédito, principalmente no que respeita à concessão e acompanhamento de créditos a grandes exposições e a grupos económicos;
- A Comissão de Risco de Crédito, que acompanha mensalmente a evolução da carteira de crédito do Banco nas suas várias vertentes de análise (segmento, produto, setor de atividade, *rating*, graus de vigilância, maiores exposições, Top 20 - créditos reestruturados e garantias);
- A Comissão de Acompanhamento de Crédito em Situação Irregular, que monitoriza mensalmente o crédito em incumprimento.

Em todo o ciclo de vida do crédito, o Banco procura criar e manter um processo de gestão adequado que inclua políticas e procedimentos prudentes para identificação, medição, avaliação, monitorização, reporte, controlo e mitigação de risco.

Neste contexto, para garantir o sucesso na gestão do risco de crédito, o Banco rege-se pelos seguintes vetores de atuação:

- Rigor nos critérios de seleção e avaliação dos créditos, visando a preservação da boa qualidade da carteira de crédito;

- Desenvolvimento e manutenção de princípios, políticas e ferramentas robustas de suporte à avaliação, à quantificação, à monitorização e ao controlo do risco de crédito;
- Alinhamento do perfil de risco da operação e do cliente com o apetite ao risco definido pelo Banco, bem como adequação do *pricing* da operação ao risco;
- Foco permanente no conhecimento e no acompanhamento da carteira de crédito, de forma a estabelecer planos de ação atempados e adequados de gestão do risco de crédito;
- Recuperação tempestiva do crédito em situação irregular e de forma solidária, por todas as áreas intervenientes no processo creditício.

A gestão criteriosa de riscos consubstancia-se num dos principais objetivos estratégicos definidos pelo Banco, e neste âmbito, em 2017, o Sistema de Gestão de Risco de Crédito continuou a ser reforçado no domínio dos mecanismos de avaliação, controlo e monitorização, destacando-se as iniciativas mais relevantes desenvolvidas durante o ano:

- Constituição da Comissão de Risco de Crédito com o objetivo de acompanhar regularmente a evolução do perfil de risco de crédito da carteira do Banco, promovendo o seu alinhamento com a Política de Gestão de Risco de Crédito do Banco;
- Início do processo de criação de um grupo de trabalho vocacionado para o estudo das Grandes Exposições, procurando aprofundar o conhecimento sobre os mesmos e identificar/antecipar fatores de *stress*;
- Dinamização da cultura de gestão de risco de crédito através do desenvolvimento e da implementação de novas ferramentas, processos e procedimentos;
- Reforço do acompanhamento da carteira de crédito, através de mecanismos adicionais de deteção de sinais precoces de incumprimento;
- Reforço do acompanhamento da carteira de garantias reais, através da monitorização periódica de indicadores chave e início da implementação de um sistema de verificação de valor de bens imóveis;
- Reavaliação massiva dos imóveis dados em hipoteca ao Banco;
- Revisão do conceito de *default*, alinhando o mesmo com a definição regulamentar utilizada para efeitos de capital.

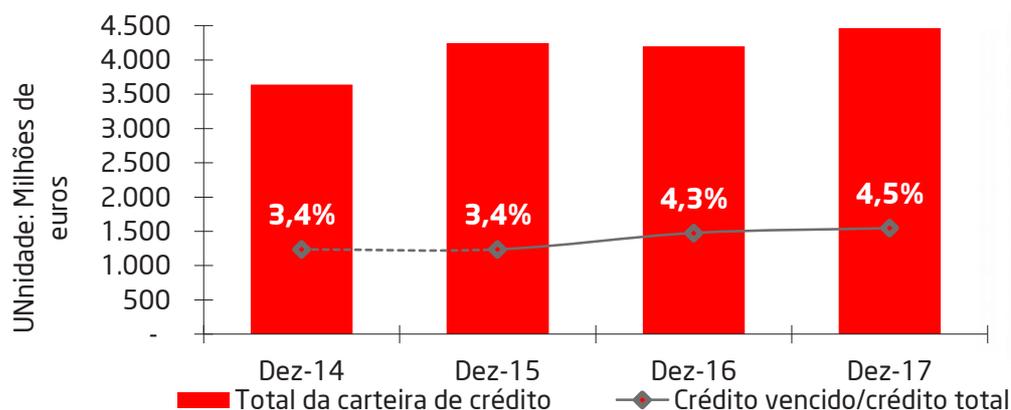
Qualidade da Carteira de Crédito

A carteira de crédito do Banco apresenta a seguinte estrutura por segmento de negócio:

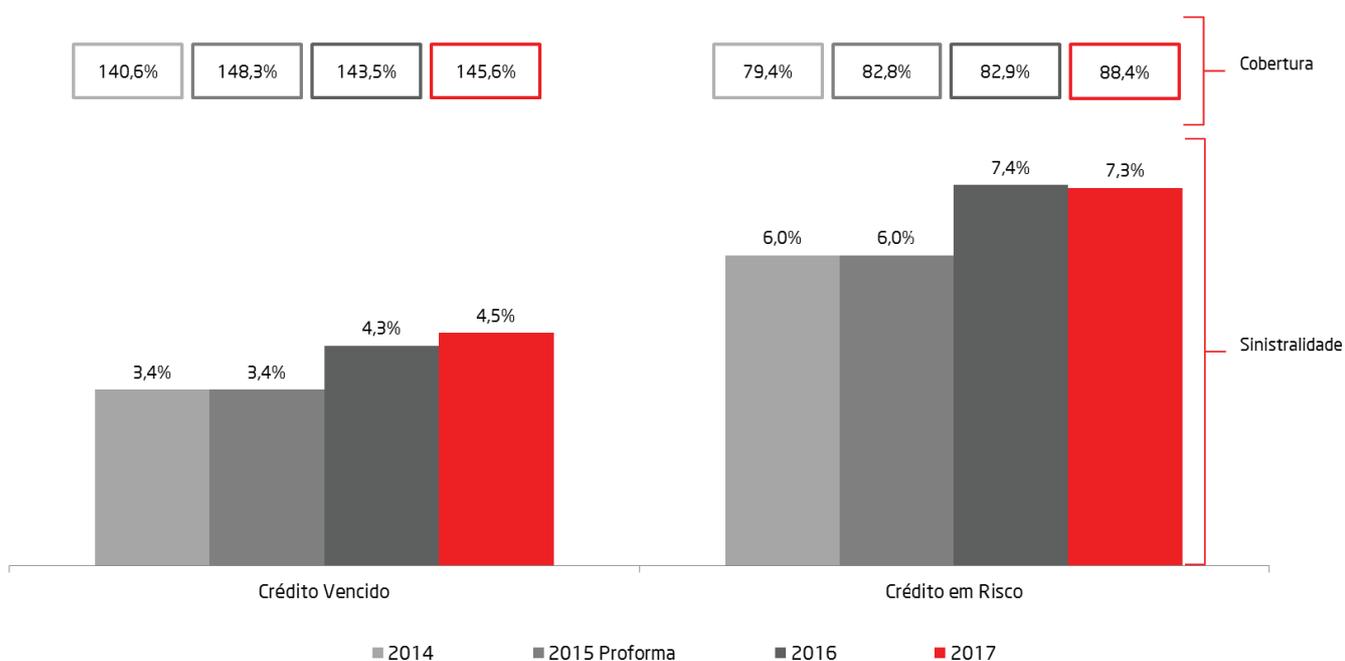
Segmento	Dez-13	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Dez-17
Empresas	2.530	2.937	3.476	3.369	3.407
Empresário em Nome Individual	39	36	42	41	46
Particulares	607	672	726	789	1.009
Total	3.176	3.645	4.244	4.199	4.462

Unidade: Milhões de euros

Evolução do Crédito Vencido no total da carteira de crédito (o crédito vencido inclui apenas as prestações de capital e juros vencidas e não pagas):



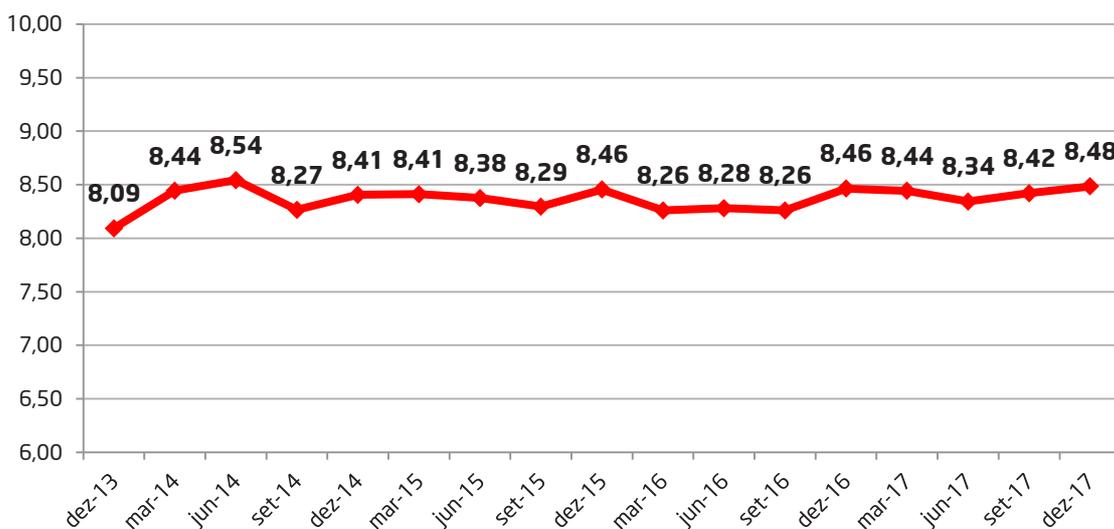
Cobertura por Provisões:



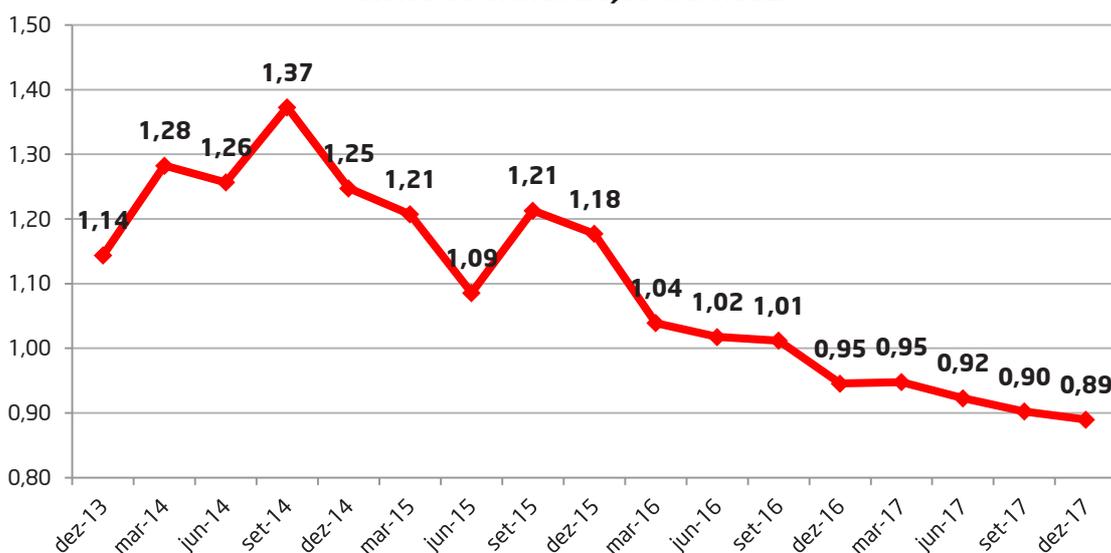
Risco de Concentração de Crédito

No âmbito do risco de concentração, a DCR analisa trimestralmente o risco de concentração da carteira de crédito com base em critérios internos, apurando para o efeito o Índice de Concentração Individual (ICI), o Índice de Concentração Sectorial (ICS) e os respetivos requisitos de capital interno. O referido relatório é analisado pela Comissão de Risco de Crédito.

Índice de Concentração Sectorial



Índice de Concentração Individual



Em conformidade com o estabelecido na Instrução n.º 5/2011, foi elaborado e remetido ao Banco de Portugal, em março de 2017, o Relatório sobre Risco de Concentração de Crédito, reportado a dados de 31 de dezembro de 2016.

Risco de Crédito de Contraparte

O processo de gestão e atribuição de limites de exposição a contrapartes financeiras é da responsabilidade do Departamento Internacional (DI) da DIF, na sua origem e suporte, sendo alvo de parecer por parte da DCR e a aprovadas pela Comissão Executiva.

No âmbito das aplicações de liquidez, a Sala de Mercados apenas pode efetuar cedências a contrapartes financeiras nos prazos e montantes máximos previamente aprovados. Ultrapassagens pontuais aos limites estabelecidos podem ser autorizadas conforme modelo de delegação de poderes em vigor.

A monitorização do cumprimento dos limites de contraparte é da responsabilidade da DCR, que elabora relatórios diários, reportando superiormente as situações de ultrapassagem não regularizadas.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo o risco de perdas financeiras resultantes de falhas ou inadequação nos sistemas de informação, processos internos, pessoas ou como consequência de fatores externos.

Modelo de Gestão

O Banco dispõe de um Sistema de Gestão e Medição do Risco Operacional (SGMRO) assente num modelo descentralizado, situação que melhor se adapta à natureza do risco, designadamente a sua abrangência e disseminação, sendo suportado por um conjunto de ferramentas informáticas destinado a garantir a sua qualidade e a sua eficiência.

Refira-se que, não obstante o Banco adotar o método do indicador básico para o cálculo do montante de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, para efeitos de gestão, o Banco utiliza modelos internos.

No âmbito da gestão deste risco, a DCR é coadjuvada por uma rede de coordenadores de risco operacional afetos às diferentes estruturas orgânicas do Banco, aos quais, para além das suas funções habituais, são atribuídas tarefas específicas no âmbito do SGMRO.

A metodologia implementada para o registo e reporte de eventos, concebida no sentido de privilegiar a gestão do risco operacional a todos os níveis da estrutura hierárquica, permite o conhecimento imediato por parte da respetiva hierarquia de todos os eventos ocorridos. Para o efeito, é disponibilizada a todas as estruturas do Banco a Aplicação de Risco Operacional, que é composta pelos seguintes módulos: Mapeamento, Registo e Aprovação de Eventos, Autoavaliação de Riscos e Controlo dos Riscos.

O módulo de Mapeamento, Registo e Aprovação de Eventos suporta o mapa global de atividades e riscos, permitindo capturar as exposições materiais ao risco operacional. Este, inclui um *workflow* que permite o carregamento, a validação, a aprovação e a contabilização dos eventos de risco operacional.

As autoavaliações qualitativas dos riscos são realizadas periodicamente por todas as unidades da estrutura orgânica, no módulo de Autoavaliação de Riscos. As avaliações abrangem os riscos mapeados e são efetuadas com base num conjunto de parâmetros, nomeadamente: frequência, severidade, controlos implementados e grau de mitigação global do risco pelos controlos.

A inclusão de dados qualitativos nos modelos internos é crítica, uma vez que introduz, no modelo, a sensibilidade dos gestores de negócio aos riscos por eles geridos e capta os riscos de reduzida frequência e elevada severidade, que raramente se encontram refletidos nas bases de dados de eventos.

O SGMRO contempla ainda Indicadores Chave de Risco (KRI), revistos e aprovados anualmente pela Administração, que permitem controlar a evolução dos principais fatores de risco, tendo em conta o grau de tolerância definido para as diferentes tipologias.

O Banco dispõe também da Aplicação de Gestão de Informação de Risco Operacional, que permite a supervisão do sistema e o tratamento de informação de base para a elaboração dos reportes.

No decorrer de 2017, foram levadas a cabo várias iniciativas e tomadas diversas medidas, tendo em vista a mitigação do risco operacional e o incremento do sistema de controlo interno, das quais destacamos as seguintes:

- Revisão do apetite ao risco, através da atualização dos limites de exposição admissíveis para cada tipologia de risco operacional (*Key Risks Indicators*) e da definição de um volume máximo de perdas por risco operacional em função do produto bancário gerado;
- Revisão e atualização contínua dos mapeamentos de risco operacional, nomeadamente de novas estruturas orgânicas do Banco e/ou de estruturas que sofreram alterações significativas dos seus processos;
- Conclusão do processo global de autoavaliações dos riscos e controlos, com a elaboração de relatório síntese da avaliação dos riscos;
- Criação de um processo automático de controlo da correspondência devolvida relativa a clientes, com a introdução de alarmística ao nível da rede comercial;
- Definição de uma Metodologia de Apuramento de um Índice de Afetação de Capital Interno, no âmbito do Risco Reputacional, e desenvolvimento do respetivo modelo de quantificação;
- Contribuição para a definição e implementação de um Processo de *Demand Management* do Banco, nomeadamente quanto ao estabelecimento de critérios de priorização dos pedidos efetuados à área de IT.

Eventos de Risco Operacional

Durante o ano de 2017 foram registados, na Aplicação de Risco Operacional, cerca de 450 eventos distribuídos pelas diferentes classes de risco.



A DCR procede trimestralmente à emissão de um relatório dedicado ao risco operacional, o qual inclui o apuramento do respetivo requisito de capital interno, apurado através de modelo interno.

Plano de Continuidade de Negócio

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) do Banco foi elaborado em conformidade com as recomendações do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) no âmbito da iniciativa de *Better Regulation*⁴⁾ e confere ao Banco a capacidade para planear e adotar, com antecedência, um conjunto de medidas de resposta a situações de perturbação da atividade, contribuindo para assegurar o estabelecimento de padrões mínimos de resiliência.

Este plano agrega o conjunto documentado de procedimentos e de informação que é desenvolvido, compilado e mantido para utilização em caso de desastre ou de interrupção disruptiva do normal funcionamento e tem como propósito permitir ao Banco que este assegure a continuidade das suas atividades, nomeadamente aquelas identificadas como críticas.

Durante o ano de 2017, foram levadas a cabo as seguintes iniciativas no sentido de melhorar a capacidade operacional do PCN:

- Finalização do processo de *upgrade* da aplicação de suporte à Gestão da Continuidade de Negócio para uma nova plataforma, o ASSURANCE5, mais flexível e com um maior conjunto de funcionalidades;
- Revisão da avaliação de impacto no negócio (*Business Impact Analysis*), que

⁴ O CNSF aprovou, em 9 de setembro de 2010, as Recomendações sobre Gestão da Continuidade de Negócio no Setor Financeiro, que foram elaboradas, conjuntamente, pelo Banco de Portugal, pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito da iniciativa de *Better Regulation*.

⁵Fornecido em regime de *cloud* pela empresa *Sungard*.

- compreendeu todas as estruturas orgânicas do Banco;
- Início do processo de revisão das várias peças documentais que compõem o PCN;
 - Divulgação de procedimentos de contingência a seguir pelas Redes Comerciais no caso de perturbação nos sistemas informáticos;
 - Adjudicação de projetos para a preparação de instalações alternativas que permitirão acomodar as áreas que desempenham as funções mais críticas;
 - Realização de um exercício à continuidade do negócio, de âmbito restrito, com envolvimento direto da rede comercial;
 - Início do processo de avaliação/revisão do grau de conforto permitido pelos prestadores de serviços mais críticos.

Realça-se ainda a existência de um Grupo de Trabalho multidisciplinar sobre Continuidade, que tem por principal objetivo impulsionar e consolidar a plena operacionalização do PCN.

Riscos de Mercado

Relativamente aos riscos de mercado, destaca-se a Política de Investimentos do Banco, que tem como enquadramento os Princípios e Política de Gestão de Risco em vigor e as diretrizes e orientações estratégicas definidas em sede da Comissão de Gestão de Ativos e Passivos. Nesta, são estabelecidos os princípios, as metodologias e as regras a adotar na Gestão da Liquidez, do Risco de Taxa de Câmbio, do Risco de Taxa de Juro e na Gestão da Carteira Própria do Banco. A Política de Investimentos visa, assim, evitar uma exposição excessiva a determinados riscos, estabelecendo mecanismos de valorização, de controlo e de reporte.

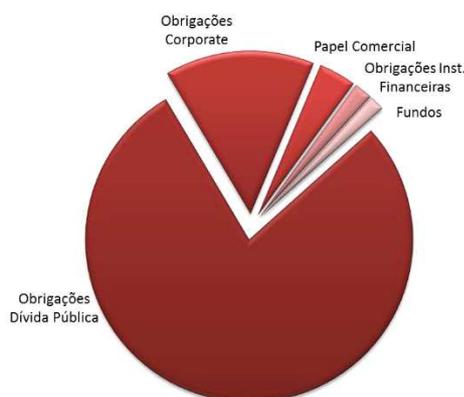
Quanto ao risco de mercado, o Banco prossegue uma política de não alavancagem da atividade através da negociação de instrumentos financeiros ou da tomada de posições de cariz especulativo. O Banco não faz investimentos em produtos estruturados complexos, nem em instrumentos financeiros derivados, com exceção de eventuais operações de cobertura de taxa de juro e de tesouraria (p.e. *swaps* cambiais e de taxa de juro).

Compete à DCR efetuar a monitorização dos limites definidos na referida política, reportando superiormente eventuais incumprimentos.

Carteira Própria

O Banco encontra-se sujeito a variações no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos em carteira própria, que em 2017 se referiam a instrumentos de capital, dívida e fundos de unidades de participação.

A carteira própria do Banco privilegia investimento em títulos de dívida em particular de dívida soberana. Em 31 de dezembro, o Banco não detinha carteira de ações, e as unidades de participação em fundos eram bastante reduzidas.



As variações ocorridas no mercado são alvo de uma análise periódica, bem como a performance destes ativos, no que se refere a oscilações no preço de mercado.

A análise da performance (valorização), na perspectiva de curto e médio prazo face à evolução do mercado, e a identificação dos principais riscos associados à carteira de investimentos do Banco é apresentada e discutida mensalmente, em sede do Conselho de Gestão de Ativos e Passivos.

A DCR procede ao acompanhamento do risco da carteira, o qual inclui a evolução do *rating* dos títulos em carteira, o apuramento do respetivo VAR e a monitorização dos limites estabelecidos na Política de Investimentos.

Risco de Taxa de Juro

O Banco monitoriza regularmente o risco estrutural de taxa de juro, com base em análises de sensibilidade da margem financeira e do valor económico, face a variações das curvas de taxas de juro.

Em sede da Comissão de Gestão de Ativos e Passivos e no âmbito do acompanhamento e monitorização do risco de taxa de juro, é analisada e discutida periodicamente a seguinte informação:

- *Gap de repricing*;
- Evolução das taxas médias, incluindo análise de *gap* de taxas médias;
- Evolução da exposição do balanço a taxa de juro fixa;
- Evolução das taxas de juro do mercado.

No âmbito do acompanhamento do Risco de Taxa de Juro, a DCR procede trimestralmente à análise de impactos na margem de juro e na situação líquida, bem como ao apuramento dos requisitos de capital interno para cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez permanece como um aspeto fundamental na gestão de tesouraria do Banco, sendo sujeito a análises periódicas que são apresentadas em sede da Comissão de Gestão de Ativos e Passivos.

A política de gestão de liquidez do Banco assenta em critérios conservadores, que visam assegurar níveis adequados de liquidez para fazer face às necessidades decorrentes da sua atividade, ao cumprimento das reservas mínimas de caixa e a eventuais saídas não programadas de tesouraria, tais como:

- Níveis mínimos de liquidez disponível (aplicações de muito curto prazo em MMI);
- Acesso aos mecanismos de política monetária do BCE;
- Ativos líquidos, passíveis de serem alienados e convertidos em liquidez no curto prazo.

São efetuados relatórios de acompanhamento do risco de liquidez, para análise e discussão em sede do Conselho de Gestão de Ativos e Passivos, nomeadamente:

- Evolução do *gap* de exposição comercial e de tesouraria;
- Evolução da estrutura de financiamento em capitais alheios;
- Mapa de fluxos previsionais de ativos e passivos (ALM);
- Níveis mínimos de liquidez disponível;
- *Liquidity Coverage Ratio* (LCR).

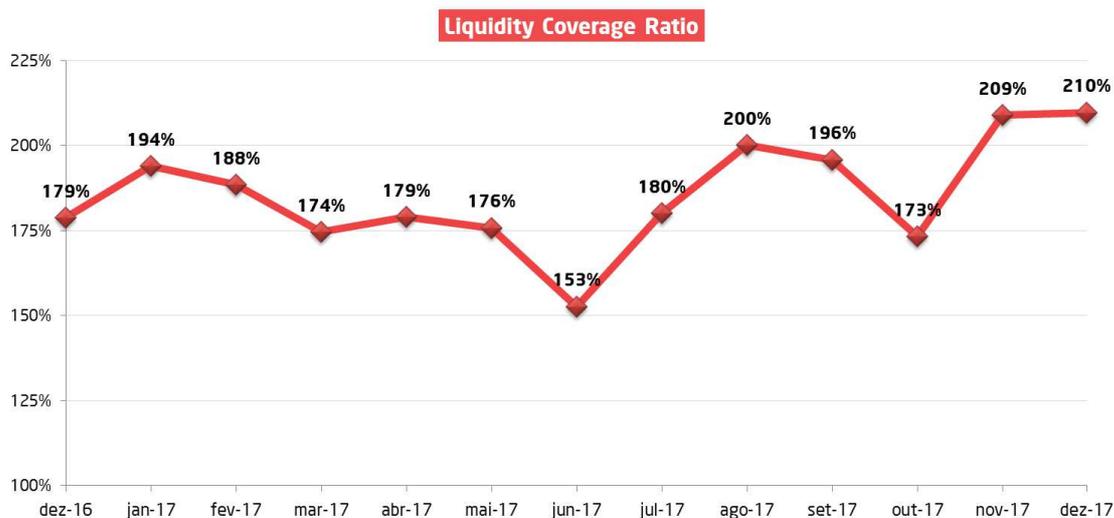
Em julho de 2017, o Banco aprovou um Plano de Contingência de Liquidez que procura reforçar a gestão e a monitorização da liquidez, procurando antecipar e responder à possibilidade de ocorrência de perturbações que possam afetar a capacidade de efetuar pagamentos.

Reportes de Liquidez (LCR e NSFR)

No âmbito do processo vulgarmente designado por Basileia III, o Banco tem cumprido com todas as obrigações regulamentares, nomeadamente em relação aos novos rácios de liquidez - *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), competindo à DCR o apuramento destes rácios.

Relativamente ao LCR, trata-se de um rácio com periodicidade de reporte mensal, que visa promover a resistência de liquidez de curto prazo ao garantir que a instituição dispõe de um nível suficientemente elevado de ativos líquidos de alta qualidade que lhe permita

sobreviver, por um período de 30 dias, a um cenário de *stress*. O Banco apresenta um rácio de LCR muito confortável.



No que respeita ao NSFR, trata-se de um rácio com periodicidade de reporte trimestral, que visa promover a capacidade de a instituição fazer face às suas necessidades de liquidez numa situação de *stress* continuado, num período de um ano, através da criação de uma estrutura mais equilibrada e estável entre maturidades de ativos e passivos. O Banco encontra-se já a proceder internamente ao cálculo deste rácio.

Risco de Taxa de Câmbio

No que se refere ao risco de taxa de câmbio, o Banco prossegue uma política de risco cambial tendencialmente nula.

As transações que originam exposição ao risco de taxa de câmbio são objeto de cobertura imediata, sendo a posição cambial do Banco reconciliada diariamente.

Risco de Compliance

O Aviso nº.5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de julho, introduziu um exigente conjunto de princípios e requisitos mínimos que o sistema de controlo interno implementado no Banco deve cumprir, nomeadamente no que respeita à denominada função de *Compliance*.

A função de *Compliance* constituiu-se, portanto, como uma atividade nuclear de todas as iniciativas desenvolvidas pelas Pessoas Sujeitas, tendo a sua criação sido perspetivada para além, naturalmente, da institucionalização da obrigação regulamentar acima mencionada, como um relevante contributo para o reforço da cultura de Integridade e de Cumprimento, tal como definida no Código de Conduta.

A Direção de *Compliance* (DC) é um órgão de primeiro nível da estrutura do Banco, diretamente dependente da Comissão Executiva, à qual reporta através do respetivo administrador do pelouro, sendo um dos chamados órgãos de controlo interno. É responsável pela gestão dos seguintes riscos:

- *Compliance* (inclui o crime financeiro e os crimes contra o mercado): probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente a leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais;
- Reputação: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma perceção negativa da imagem pública do Banco, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de Imprensa ou pela opinião pública em geral.

O Banco dispõe de uma Política de Gestão de Risco de *Compliance* e de uma Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais de Financiamento do Terrorismo, que refletem os procedimentos existentes para gerir de forma adequada e de acordo com o exigido legalmente, a exposição a este risco.

O risco de *Compliance*, na sua dimensão de risco de incumprimento legal, é assegurado e monitorizado pela divulgação interna de novidades legislativas nacionais e internacionais, para os responsáveis setoriais de *Compliance* e, bem assim, pela análise, por parte da DC, do eventual impacto no Banco e sua transposição e/ou atualização para o normativo interno.

No que respeita à gestão do risco de *Compliance* na sua vertente de prevenção de crimes contra o mercado, o Banco, para além das disposições que sobre esta matéria constam do Código de Conduta, tem definidos internamente procedimentos e regras rigorosas de limitações aplicáveis às operações pessoais realizadas por pessoas relevantes.

Tendo em conta o disposto no Aviso n.º 5/2013 do Banco de Portugal, de 18 de dezembro, a função de *Compliance* foi ainda dotada de um responsável afeto à prevenção e ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, denominado *Money Laundering Reporting Officer (MLRO)*, cujas competências refletem os requisitos regulamentares.

Durante o ano de 2017, manteve-se a política de reforço dos meios humanos, técnicos e materiais da DC, com o objetivo estratégico de reforçar esta Direção com os meios necessários para um melhor cumprimento da função.

No âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (BC&FT), o Banco dispõe de um processo de *filtering* de entidades que integram as listas oficiais de terroristas e/ou sujeitas a medidas restritivas e a diligência reforçada, de um modelo de atribuição de *scoring* de risco de BC&FT e de uma Política de Aceitação de Clientes (PAC). A PAC prevê a possibilidade de recusa de relação de negócio ou de realização de qualquer transação, quando não forem facultados os elementos para a identificação do cliente ou não for fornecida a informação sobre a estrutura de propriedade e de controlo do potencial cliente, a natureza e a finalidade da relação de negócio e a origem e o destino dos fundos, fatores que por si favorecem o anonimato, tal como mencionado na Lei 83/2017, de 18 de agosto.

No cumprimento do enquadramento regulamentar, em 2017, o Banco proporcionou aos seus colaboradores formação em matéria de combate ao crime financeiro, utilizando os canais de *e-learning* e de formação presencial.

Gestão Integrada dos Riscos

ICAAP

O ICAAP, Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno, está regulamentado pela Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, e cumpre os objetivos do comumente designado Pilar II de Basileia, no sentido de garantir que os riscos a que as instituições se encontram expostas são corretamente avaliados e que o capital interno de que dispõem é adequado face ao respetivo perfil de risco.

O Banco procede periodicamente ao acompanhamento dos requisitos de capital interno para cobertura dos principais riscos e da respetiva adequação do capital interno. Em março de 2017 realizou-se o exercício regulamentar de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno, tendo como base as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2016 e as projeções da atividade do Banco para os exercícios seguintes.

Nos cálculos para o ICAAP, o Banco utilizou metodologias de quantificação para os diferentes riscos, tendo como objetivo obter uma visão prudente e estruturada do seu perfil de risco. O apuramento das necessidades de capital interno resultou da interação das diferentes abordagens utilizadas para cada tipo de risco, tendo por base um horizonte temporal de 12 meses. Adicionalmente foi apurado um *add-on* de capital, para cada tipo de risco, para cobertura de situações de *stress*.

Neste acompanhamento, foram considerados os seguintes riscos: risco de crédito, risco de concentração de crédito, risco operacional, risco de sistemas de informação, risco de *compliance*, risco de liquidez, concentração no risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de mercado, o risco reputacional e o risco de taxa de câmbio.

Paralelamente à identificação das necessidades de capital interno, o Banco procede regularmente à determinação da *risk-taking capacity*, a qual se baseia na definição dos recursos financeiros próprios de que dispõe, para avaliar a sua adequação face à exposição aos riscos.

Plano de Recuperação

O Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), a obrigação de as instituições de crédito apresentarem ao Banco de Portugal um Plano de Recuperação. Este reporte regulamentar é atualmente regulado pelo Aviso n.º 3/2015 do Banco de Portugal, bem como pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/107.

Este Plano tem como objetivo identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas para corrigir tempestivamente uma situação em que uma instituição de crédito se encontre em desequilíbrio financeiro, ou em risco de o ficar, garantindo a continuidade da sua atividade, nomeadamente através do planeamento de medidas tendentes à recuperação de desequilíbrios financeiros quanto à solvabilidade e à liquidez.

Neste sentido, o Banco procedeu à revisão e atualização do seu Plano de Recuperação, que remeteu ao Banco de Portugal.

CONTROLO INTERNO

Em cumprimento da Instrução n.º 20/2008 do Banco de Portugal e de acordo com art.º 25.º do Capítulo VII do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 e do Regulamento n.º 2/2007 com a redação dada pelo Regulamento n.º 3/2008, ambos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o Banco enviou aos supervisores o relatório anual sobre o seu Sistema de Controlo Interno.

Na sequência da elaboração do referido relatório e tendo em vista o acompanhamento das deficiências reportadas, os Órgãos de Controlo Interno (Direção de Auditoria Interna, Direção de *Compliance* e Direção de Controlo de Riscos) procederam a *follow-ups* periódicos, junto das diferentes estruturas, sobre a evolução da implementação das medidas corretivas adotadas para resolução das fragilidades reportadas. Adicionalmente, manteve-se a realização de reuniões periódicas com a presença da Administração, da DCR, da DAI e dos *owners* das deficiências identificadas, no sentido de serem definidos planos de ação e tomadas as medidas para a sua correção, com especial enfoque nas situações classificadas como de maior risco.

Complementarmente, os mencionados órgãos de controlo interno elaboraram e apresentaram ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal os respetivos Relatórios de Atividade, nos quais, entre outras matérias, são identificadas as deficiências detetadas que se consideram evidenciar fragilidades do sistema de controlo interno, bem como elencadas as recomendações e medidas adotadas para as corrigir.

Enquanto 3.^a linha de defesa, a Direção de Auditoria Interna do EuroBic cumpriu o seu Plano para 2017, elaborado com base em matrizes de risco, atuando com rigor e de forma abrangente e tempestiva sobre os processos relevantes do Banco. Dos trabalhos realizados, resultaram relatórios remetidos ao órgão de administração, ao longo do ano. No âmbito da sua função de *advisory*, emitiu pareceres diversos nas várias matérias sempre que solicitado. Adicionalmente, a Direção de Auditoria Interna assegurou o tratamento de reclamações de clientes, analisando-as e garantindo que os reclamantes obtiveram resposta em tempo útil, e que, internamente, sempre que aplicável, se promoveram as melhorias nos processos que originaram essas reclamações.

No que respeita ao cumprimento das obrigações de divulgação de informação previsto na Parte VIII do Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, designadamente as relacionadas com a gestão de riscos e capital, em complemento à informação constante no presente relatório, o Banco divulga as mesmas em documento autónomo denominado «Divulgação complementar de informação ao abrigo do Regulamento (EU) 575/2013», disponível também no sítio do EuroBic.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2017, o EuroBic apurou um resultado líquido positivo de 25.028.635,75 euros (vinte e cinco milhões, vinte e oito mil seiscentos e trinta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos).

O Conselho de Administração do Banco propõe que o lucro apurado seja integralmente transferido para a rubrica de "Resultados Transitados".

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

ATIVO	Notas	2017		2016		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2017	2016
		Ativo bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	369.792	-	369.792	274.885	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	126.940	-	126.940	35.607	Recursos de Bancos Centrais	16	501.184	354.162
Ativos financeiros detidos para negociação	5	32	-	32	41	Passivos financeiros detidos para negociação	5	174	64
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	16.171	-	16.171	16.299	Recursos de outras instituições de crédito	17	442.565	271.926
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	1.520.077	(18.998)	1.501.079	1.257.714	Recursos de clientes e outros empréstimos	18	5.349.810	5.139.289
Aplicações em instituições de crédito	8	530.436	-	530.436	671.507	Derivados de cobertura	10	1	-
Crédito a clientes	9	4.462.137	(289.445)	4.172.692	3.943.197	Provisões	19	27.943	34.000
Investimentos detidos até à maturidade	11	262.622	-	262.622	176.507	Passivos por impostos correntes	14	15.433	1.527
Ativos não correntes detidos para venda	12	3.341	(365)	2.976	3.044	Passivos por impostos diferidos	14	12.292	6.037
Outros ativos tangíveis	13	93.720	(38.350)	55.370	56.677	Outros passivos subordinados	20	94.858	94.934
Ativos intangíveis	13	4.304	(2.662)	1.642	1.053	Outros passivos	21	121.985	97.663
Ativos por impostos diferidos	14	11.579	-	11.579	6.211	Total do Passivo		6.566.245	5.999.602
Outros ativos	15	41.156	(1.580)	39.576	33.807	Capital Próprio			
						Capital	22	410.430	410.430
						Prémios de emissão	23	6.790	6.790
						Reservas de reavaliação	23	37.471	14.785
						Outras reservas e resultados transitados	23	44.942	67.611
						Resultado do exercício	23	25.029	(22.669)
						Total do Capital Próprio		524.662	476.947
Total do Ativo		7.442.307	(351.400)	7.090.907	6.476.549	Total do Passivo e do Capital Próprio		7.090.907	6.476.549
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS									
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	35			1.914.896	1.556.030				
Compromissos	35			3.794.788	4.733.728				

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

DPCG

O Conselho de Administração

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	24	168.420	184.238
Juros e encargos similares	24	(39.496)	(56.862)
Margem financeira		128.924	127.376
Rendimentos de instrumentos de capital	25	26	177
Rendimentos de serviços e comissões	26	45.220	40.341
Encargos com serviços e comissões	26	(13.041)	(11.500)
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	27	290	(460)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	28	1.842	8.987
Resultados de reavaliação cambial	29	2.944	3.375
Resultados de alienação de outros ativos	30	102	123
Outros resultados de exploração	31	3.461	933
Produto bancário		169.768	169.352
Custos com pessoal	32	(68.618)	(54.899)
Gastos gerais administrativos	34	(40.149)	(40.812)
Amortizações do exercício	13	(2.998)	(2.887)
Provisões líquidas de reposições e anulações	19	2.624	(3.127)
Imparidade para crédito a clientes	19	(37.597)	(44.581)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	12.366	(40.024)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	19	(449)	(254)
Resultados antes de impostos		34.947	(17.232)
Impostos sobre lucros			
Correntes	14	(15.618)	(5.264)
Diferidos	14	5.700	(173)
		(9.918)	(5.437)
Resultado líquido do exercício		25.029	(22.669)
Número médio de ações ordinárias emitidas	22	104.170.000	95.333.552
Resultado por ação (Euros)		0,24	(0,24)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

DPCG

O Conselho de Administração

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido do exercício		25.029	(22.669)
Resultado não incluído na demonstração de resultados			
Itens que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Desvios atuariais e financeiros relativos a encargos com benefícios pós-emprego:			
. Valor bruto	23 e 33	521	(2.776)
. Impacto fiscal	14 e 23	(117)	624
		<u>404</u>	<u>(2.152)</u>
Itens que serão reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variações de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			
. Justo valor	7	28.752	19.007
. Impacto fiscal	7 e 14	(6.470)	(4.276)
		<u>22.282</u>	<u>14.731</u>
		22.686	12.579
Rendimento integral do exercício		47.715	(10.090)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

DPCG

O Conselho de Administração

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de Reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Capital próprio	
				Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	340.416	6.790	2.206	24.985	54.725	(27.109)	52.601	417.023	
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2015	-	-	-	1.516	-	13.494	15.010	(15.010)	-
Aumento do capital	70.014	-	-	-	-	-	-	-	70.014
Rendimento integral do exercício	-	-	12.579	-	-	-	-	(22.669)	(10.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	410.430	6.790	14.785	26.501	54.725	(13.615)	67.611	(22.669)	476.947
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2016	-	-	-	-	-	(22.669)	(22.669)	22.669	-
Rendimento integral do exercício	-	-	22.686	-	-	-	-	25.029	47.715
Saldos em 31 de dezembro de 2017	410.430	6.790	37.471	26.501	54.725	(36.284)	44.942	25.029	524.662

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

DPCG

O Conselho de Administração

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	214.378	227.059
Pagamento de juros e comissões	(52.170)	(68.227)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(98.029)	(97.418)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	4.530	3.157
Recuperação de créditos incobráveis	178	49
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	68.887	64.620
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais:		
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor	426	(1.250)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(210.248)	(173.378)
Aplicações em instituições de crédito	141.227	506.967
Crédito a clientes	(268.933)	44.049
Investimentos detidos até à maturidade	(79.858)	(96.500)
Derivados de cobertura	1	-
Ativos não correntes detidos para venda	675	1.545
Outros ativos	(5.043)	(2.740)
	(421.753)	278.693
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	148.602	(93.739)
Passivos financeiros detidos para negociação	110	(1.261)
Recursos de instituições de crédito	170.597	(283.504)
Recursos de clientes e outros empréstimos	214.880	(135.252)
Outros passivos	11.477	(13.087)
	545.666	(526.843)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	192.800	(183.530)
Impostos sobre os lucros	(1.711)	(8.752)
Caixa líquida das atividades operacionais	191.089	(192.282)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(3.087)	(17.310)
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	1	-
Caixa líquida das atividades de investimento	(3.086)	(17.310)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	70.014
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(1.713)	(1.871)
Outros	(50)	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	(1.763)	68.143
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	186.240	(141.449)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	310.492	451.941
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	496.732	310.492

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

DPCG

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco BIC Português, S.A. (adiante igualmente designado por “EuroBIC” ou “Banco”), entidade anteriormente designada por Banco Português de Negócios, S.A. (adiante designado por “BPN”), é uma instituição de crédito com sede em Lisboa, que iniciou a sua atividade bancária em 1 de julho de 1993.

Em novembro de 2008, todas as ações representativas do capital social do anterior BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de rutura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. O BPN passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do BPN foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

Durante o exercício de 2010, o Estado Português, acionista do BPN, aprovou a reprivatização do BPN através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de janeiro, tendo em 9 de dezembro de 2011 celebrado um Acordo Quadro com os acionistas do Banco BIC Português, S.A.. Este Acordo Quadro regula as relações entre o Estado Português e o EuroBIC no âmbito da operação de privatização, visando a aquisição por parte dos seus acionistas das ações representativas da totalidade do capital social e direitos de voto do BPN. O contrato de compra e venda de ações foi celebrado a 30 de março de 2012, tendo sido adquiridas a totalidade das ações do BPN pelos acionistas do EuroBIC em junho de 2012.

Neste contexto, em junho de 2012, o grupo de acionistas que passou a deter e controlar o BPN e o EuroBIC deliberou, por questões de racionalidade económica, incorporar este naquele, mediante a concretização de uma fusão por incorporação. A 7 de dezembro de 2012, após a aprovação do Banco de Portugal, foi registada a referida fusão por incorporação na Conservatória do Registo Comercial, com efeitos retroagidos a 1 de julho de 2012. Na mesma data, o BPN alterou a sua denominação social para Banco BIC Português, S.A..

O Banco tem sede em Lisboa, na Avenida António Augusto Aguiar n.º 132, e dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte na concessão de empréstimos a clientes empresas e particulares, prestando ainda outros serviços bancários, designadamente enquanto Banco correspondente na Zona Euro.

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2017, o Banco contava com uma rede nacional de 181 agências, 13 gabinetes de empresa e 2 centros de *private banking* (201 agências, 13 gabinetes de empresa, 2 centros de *private banking* e 2 centros de investimento em 31 de dezembro de 2016).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

O Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, de 7 de dezembro, vem definir que, a partir de 1 de janeiro de 2016, todas as instituições sob sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas. Desta forma as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios previstos na IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e emendas adotadas pela União Europeia

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2017:

- Emendas à IAS 12 - “Imposto sobre o rendimento” - Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas;
- Emendas à IAS 7 - “Demonstração de fluxos de caixa” - Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos de mensuração e classificação para os instrumentos financeiros. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo que os requisitos emanados da norma devem ser aplicados de forma retrospectiva, através do ajuste ao balanço de abertura a 1 de janeiro de 2018.

Os principais requisitos da norma são:

Classificação e Mensuração: Os ativos financeiros são classificados em três categorias de mensuração, i) ao justo valor através de resultados; ii) ao justo valor através de reservas; iii) ao custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros em cada uma destas categorias é feita em função do modelo de negócio utilizado para a gestão dos ativos e das características dos seus fluxos contratuais.

Conforme referido na nota introdutória, o EuroBic dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte na concessão de empréstimos a clientes empresas e particulares, não tendo em carteira ativos financeiros complexos. Assim, das análises que tem vindo a ser feitas pelo Banco, quer ao modelo de negócio utilizado para a gestão dos seus ativos, quer às características dos fluxos contratuais das diversas tipologias de ativos financeiros, não são esperados impactos relevantes ao nível da classificação e mensuração. Com efeito, os ativos que compõem a carteira de crédito e de ativos financeiros detidos até à maturidade, no âmbito da IAS 39, continuarão ser mensurados ao custo amortizado, e os instrumentos de dívida que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda manter-se-ão a ser mensurados ao justo valor por reservas.

Modelo de perdas por imparidade de ativos financeiros: A IFRS 9 define uma nova metodologia de reconhecimento das perdas por imparidade de ativos financeiros com base em perdas esperadas ("expected loss model" ou "ECL"). De acordo com esta nova metodologia, as entidades devem reconhecer perdas esperadas antes da ocorrência dos eventos de perda. Com efeito, as estimativas efetuadas devem ser ajustadas de modo a incluir tendências e cenários de evolução macroeconómica.

O Banco implementou uma metodologia de cálculo de ECL baseada na probabilidade de ocorrência de três cenários de evolução macroeconómica (baseline, cenário otimista e cenário pessimista) com recurso a estudos e projeções preparados pela Moody's.

No modelo de ECL, os ativos sujeitos ao cálculo de imparidade deverão ser classificados em três categorias, em função de alterações do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo, a saber:

- i) Stage 1: Ativos para os quais não é identificado um aumento significativo do risco de crédito. Para estes ativos é calculada uma perda por imparidade considerando as probabilidades de default (PD) nos 12 meses subsequentes à data de referência;
- ii) Stage 2: Ativos para os quais se observa um aumento significativo do risco. Para estes ativos é calculada uma perda por imparidade considerando as probabilidades de default até à maturidade do contrato;
- iii) Stage 3: Ativos para os quais já se observaram eventos que se materializaram numa perda efetiva. Nesta categoria são classificados os ativos em "default" e é calculada a imparidade até à maturidade do contrato.

Para efeitos de classificação dos ativos em default (stage 3) o Banco definiu um conjunto de critérios, em linha com os guidelines de EBA obrigatórios a partir de 2021, os quais se encontram em fase final de implementação. Adicionalmente, na definição daquilo que é o "aumento significativo do risco" o Banco considera, nomeadamente, os seguintes critérios:

- i) Existência de prestações vencidas e não pagas há mais de 15 dias para clientes particulares ou há mais de 30 dias para clientes empresas;
- ii) Existência de um montante significativo de crédito vencido em OIC;

- iii) Critérios qualitativos presentes nas ferramentas de gestão do risco de crédito, designadamente o sistema de Vigilância Especial.

Contabilidade de Cobertura: na norma são apresentadas novas possibilidades de aplicação das regras contabilísticas de cobertura através de um maior número de relações de hedge entre os itens objeto de cobertura e os instrumentos cobertos. Estas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

A adoção desta nova norma irá resultar numa diminuição dos resultados transitados do Banco em cerca de 15 milhões de euros, valor líquido de imposto, em consequência das alterações introduzidas pela nova metodologia de perdas por imparidade para ativos financeiros. Com efeito, o EuroBic estimou um impacto no seu Common Equity Tier 1 (fully loaded) de cerca de 35 bps. O impacto prudencial, contudo, será progressivo durante um período de 5 anos, de acordo com o regime transitório previsto no Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, ao qual o Banco aderiu, pelo que o impacto no Common Equity Tier 1 a 1 de janeiro de 2018 será de apenas cerca de 2bps.

- IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes - Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos, sendo aplicáveis na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
- IFRS 16 - Locações - Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17. Esta norma é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.
- Emenda à IFRS 4 - Contratos de seguros - Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17. Esta norma é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

Estas normas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Banco em 2017, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Com exceção da IFRS 9, cujos impactos relevantes se encontram anteriormente referidos, o Conselho de Administração entende que a aplicação destas normas não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros - Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros. Esta norma é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2021.
- Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transações de pagamentos em ações - Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada. Esta emenda é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento - Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo. Esta emenda é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016) - Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com a: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou *joint ventures* detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento. Estes melhoramentos são aplicáveis na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017) - Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade. Estes melhoramentos são aplicáveis na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

- Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa. Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros. Esta emenda é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.
- Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos - Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos. Esta emenda é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos - Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito. Esta interpretação é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
- IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento - Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento. Esta emenda é aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O Conselho de Administração não estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

2.3. Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”). Os resultados e posição financeira são expressos em euros, a moeda funcional do Banco.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (*fixing* do Banco de Portugal).

2.5. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, incluindo operações de locação financeira, operações de *factoring*, empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por Empresas e Outras Entidades) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os empréstimos e créditos titulados transacionados num mercado ativo são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

Sempre que aplicável, os juros, as comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorrido um dia após o seu vencimento, para a generalidade das operações com plano financeiro associado, e decorridos vinte dias para a generalidade das restantes operações.

Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respetivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas da seguinte forma:

i) Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço na rubrica "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

ii) Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no ativo e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica "Juros e encargos similares".

Factoring

Os ativos decorrentes de operações de *factoring* contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respetivos.

Os ativos decorrentes de operações de *factoring* contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de outros passivos. As entregas de fundos efetuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de "Outros passivos".

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Anulação de juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Imparidade

Periodicamente, o crédito concedido a clientes, garantias e compromissos irrevogáveis são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

Para o efeito, o Banco analisa a carteira de crédito concedido a clientes, garantias e compromissos irrevogáveis em termos individuais, através de uma análise casuística, e em termos coletivos, através de um modelo de apuramento de perdas por imparidade.

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes com responsabilidades globais (incluindo responsabilidades extrapatrimoniais) iguais ou superiores a 1.000 m.euros (ativos individualmente significativos), bem como de clientes que possuam uma exposição igual ou superior a 250 m.euros e que apresentem pelo menos uma das seguintes situações de risco:

- i. Crédito vencido no Banco;
- ii. Crédito em situação irregular em outras instituições de crédito no montante igual ou superior a 25 m.euros;
- iii. Crédito classificado em pré-contencioso, contencioso ou Processo Especial de Revitalização (PER);
- iv. Crédito classificado pelo sistema de vigilância especial (VE) do Banco, nomeadamente, com VE 1, VE 2 ou VE 3;
- v. Nível de imparidade igual ou superior a 5% em análises anteriores.

São igualmente analisados individualmente, todos os clientes com exposição superior a 100 m.euros, pertencentes a um Grupo Económico no qual se insere um cliente elegível para a análise individual, desde que as responsabilidades desse Grupo Económico sejam superiores a 3.000 m.euros.

Para os clientes não sujeitos a análise individual e os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas de imparidade, o Banco determina o valor realizável dos créditos com base num modelo de apuramento de perdas por imparidade coletiva.

Para efeitos de apuramento de perdas por imparidade coletiva, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito concedido a empresários em nome individual;
- Crédito à habitação;
- Cartões de crédito e descobertos bancários de clientes particulares;
- Outro crédito ao consumo;
- Garantias e avales prestados; e
- Compromissos irrevogáveis.

O crédito concedido a empresas foi segmentado em termos de dimensão (grandes empresas, médias empresas e pequenas empresas) e atividade económica (construção, indústria, comércio e reparações e outros setores).

A classificação entre grandes empresas, médias empresas e pequenas empresas foi efetuada com base nos seguintes critérios:

- . Grandes empresas aquelas que apresentavam um volume de negócios igual ou superior a 50.000 m.euros, ou ativo líquido igual ou superior a 43.000 m.euros ou financiamento bancário igual ou superior a 35.000 m.euros;
- . Médias empresas aquelas que apresentavam um volume de negócios igual ou superior a 1.000 m.euros, ou ativo líquido igual ou superior a 1.000 m.euros ou financiamento bancário igual ou superior a 800 m.euros;
- . Pequenas empresas as restantes empresas.

Tendo em consideração os segmentos definidos são calculados fatores de risco que determinam o cálculo do fluxo de caixa esperado: Probabilidade de Incumprimento (PI); Probabilidade de *Default* (PD); e *Loss Given Default* (LGD). Estes fatores de risco foram obtidos através da análise histórica do comportamento das operações entre janeiro de 2011 e dezembro de 2017.

Por último as operações são enquadradas numa de três classes, que diferem entre si na forma como é determinado o fluxo de caixa esperado:

- i. Para os clientes sem incumprimento, os fluxos de caixa esperados consideram a probabilidade de estas operações ultrapassarem os 90 dias de incumprimento (*default*). Caso as operações ultrapassem os 90 dias de incumprimento, o fluxo de caixa esperado corresponde ao valor em dívida nesse momento multiplicado pela expectativa de recuperação futura (1- *Loss Given Default* "LGD"). Caso o crédito não ultrapasse os 90 dias de incumprimento, o fluxo de caixa esperado corresponde ao fluxo de caixa contratual da operação. Em ambos os casos, os fluxos de caixa são descontados à taxa de juro nominal dos contratos na data de referência.

Posteriormente, o diferencial entre o valor de balanço e o fluxo de caixa esperado é multiplicado pela probabilidade de entrada em incumprimento (Probabilidade de incumprimento - "PI").

A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que esse evento é percecionado e incorporado pelo Banco (*"Incurred but not reported"*). O Banco considera um período de emergência de 6 meses para todos os segmentos da carteira.

- ii. Para os clientes com incumprimento inferior a 90 dias, os fluxos de caixa esperados resultam da aplicação do método descrito em i), sendo que a PI corresponde a 100%. Os clientes particulares, excluindo empresários em nome individual (ENI's), são classificados nesta classe se apresentarem mais de 15 dias de atraso no pagamento da prestação do crédito (30 dias no caso de empresas e ENI's).
- iii. Para os clientes com incumprimento superior a 90 dias, o fluxo de caixa esperado corresponde ao valor em dívida multiplicado pela expectativa futura de recuperação (1-LGD).

b) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado na IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

i) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados. Os instrumentos financeiros derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os instrumentos financeiros derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados incluem unidades de participação em organismos de investimento coletivo.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação e os ativos e passivos ao justo valor por resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos ativos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos ativos financeiros transacionados em mercados ativos é o seu *bid-price* ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de *discounted cash-flows*.

Quando são utilizadas técnicas de *discounted cash-flows*, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em organismos de investimento coletivo;
- Ações.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação".

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são determinados de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos/Passivos financeiros detidos para negociação", "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

De acordo com o IFRS13 entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação efetuada entre participantes no mercado à data de mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transação.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Preços (*bid-prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg*;
- As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação.

Imparidade

Conforme anteriormente referido, os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objetiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objetiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

iii) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade reconhecidas são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente, o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento de crédito que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

iv) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações.

v) Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco tinha um derivado para cobertura do risco de taxa de juro de uma operação de crédito concedida a um cliente com taxa de juro fixa, a qual apresentava condições simétricas à da operação (Nota 10). O Banco apenas aplica contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os requisitos da IAS 39.

Os ganhos ou perdas não reavaliação do derivado são reconhecidos em resultados (cobertura de justo valor), sendo os ganhos ou perdas resultantes da variação do justo valor do elemento coberto igualmente reconhecidos em resultados.

c) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem a recursos de outras instituições de crédito e de clientes, outros passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Os outros passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação.

Subsequentemente são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Os derivados embutidos em depósitos a prazo emitidos são registados separadamente nas rubricas de “Ativos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

2.6. Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano.

Estes ativos são registados pelo valor de aquisição definido no âmbito de processos de execução judicial ou adjudicação fiscal, pelo valor constante do contrato de dação em pagamento ou pelo valor de venda imediata resultante de avaliação a preços de mercado, caso este seja inferior. Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes ativos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade), sendo igualmente objeto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre a quantia escriturada e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações periódicas efetuadas por peritos avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) for inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

27. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliados ao abrigo das disposições legais nos casos aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outros ativos tangíveis	10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

2.8. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.9. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

O EuroBic está sujeito ao regime geral de IRC consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de 4 anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação eventuais correções ao resultado fiscal dos exercícios em aberto para inspeção tributária.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos resultantes de variações patrimoniais positivas e/ou negativas não refletidas no resultado contabilístico, às quais deva ser dada relevância fiscal em conformidade com a legislação fiscal aplicável. O cálculo do imposto corrente tem igualmente em consideração as tributações autónomas devidas no exercício.

A taxa de IRC para os exercícios de 2017 e 2016 fixou-se em 21% sobre a matéria coletável. A este valor acresce a Derrama Municipal prevista na Lei das Finanças Locais (taxa máxima de 1,5%), bem como a Derrama Estadual, ambas aplicáveis sobre o lucro tributável apurado no exercício.

A Derrama Estadual, introduzida pela Lei n.º 12 - A/2010, de 30 de Junho, é devida pelos sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500 m.euros, de acordo com os seguintes escalões do lucro tributável:

- Menor do que 1.500 m.euros - 0%;
- Entre 1.500 m.euros e 7.500 m.euros - 3%;
- Entre 7.500 m.euros e 35.000 m.euros - 5%;
- Maior do que 35.000 m.euros - 7%.

Os prejuízos fiscais reportáveis podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros dentro dos respetivos prazos de reporte, com o limite de 70% do lucro tributável, sem prejuízo de a parte não deduzida poder ser reportada dentro dos prazos previstos na lei.

O Decreto Regulamentar n.º 5/2016, de 18 de novembro, veio estabelecer o regime fiscal das imparidades para 2016, mantendo-se o critério de dedução fiscal das imparidades até aos limites mínimos impostos pelo revogado Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal. Para 2017, com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro, manteve-se como referência para efeitos de dedução fiscal das imparidades de crédito os limites mínimos previstos pelo revogado Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

Por outro lado, com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

- a) O passivo representativo de dívidas para com terceiros, apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos elementos do passivo que integram os fundos próprios e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - i. Elementos que, segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - ii. Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - iii. Passivos por provisões;
 - iv. Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;

- v. Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas;
 - vi. Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
 - vii. Outros passivos tratados, para efeitos prudenciais, como fundos próprios complementares (Tier 2);
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores eram 0,110% e 0,00030%, respetivamente, em função do valor apurado, conforme previsto nos números 1 e 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, alteradas pela Portaria n.º 176-A/2015 de 12 de junho e Portaria n.º 165-A/2016, de 14 de junho.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Com a aprovação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para o ano de 2018), a taxa de derrama estadual a aplicar em 2018 sobre a parte do lucro tributável superior a 35.000 m.euros passa de 7% para 9%.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos foi de 22,5% (taxa de IRC mais taxa de derrama municipal). Tendo em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros do Banco, a taxa aplicada para efeitos de registo de impostos diferidos não incorpora qualquer efeito da derrama estadual, não havendo impacto relativamente a alteração de taxas acima mencionada.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O Banco tem registado ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias dedutíveis, até ao montante que entende ser recuperável em função dos estudos de que dispõe e que demonstram a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas do Banco, nomeadamente a processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade (Nota 19).

2.11. Benefícios dos empregados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o EuroBic não tem responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência para com os seus colaboradores, incluindo responsabilidades com o subsídio por morte.

Responsabilidades com encargos com saúde

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas do Banco está a cargo do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). As contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, correspondem a 6,5% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Responsabilidades com prémios de antiguidade

De acordo com o estabelecido no Acordo de Empresa, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no ativo que completem 15, 25 e 30 anos de bom e efetivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a 1, 2 e 3 meses da sua retribuição mensal efetiva, respetivamente. Para efeito, são considerados os anos de serviço prestados no setor bancário.

Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Aplicação da IAS 19

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 - "Benefícios aos empregados".

Nos termos da Norma IAS 19 - "Benefícios aos empregados", o Banco regista na rubrica de "Custos com pessoal" da demonstração dos resultados o custo dos serviços correntes e o custo dos juros (Nota 32).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais e financeiros são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral, no que se refere às responsabilidades com encargos de saúde e da demonstração dos resultados na rubrica de "Custos com pessoal" relativamente aos prémios de antiguidade.

As responsabilidades com encargos com saúde e prémios de antiguidade são calculadas por peritos externos (*Willis Towers Watson*), com base no método "*Projected Unit Credit*". Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades com encargos de saúde e prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos - Encargos a pagar - Responsabilidades com benefícios de longo prazo" (Nota 21).

Benefícios pós emprego

Os colaboradores admitidos no Banco estão inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida ao abrigo da cláusula 114.º do Acordo de Empresa. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo uma eventual participação nos lucros pagos aos colaboradores, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.12. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efetiva em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de atos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal, ou ao valor de mercado, caso exista cotação.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade para crédito a clientes

As perdas por imparidade são determinadas com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar de acordo com a metodologia definida na Nota 2.5. a). A imparidade é determinada para as exposições significativas através de uma análise individual, tendo por base o julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e a estimativa do valor das garantias recebidas em colateral. A determinação da imparidade para as restantes operações é efetuada através de um modelo de apuramento de perdas por imparidade que assenta em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que as perdas por imparidade para crédito determinadas com base na metodologia referida na Nota 2.5. a) refletem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efetuadas no pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais à data do balanço.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda e em investimentos detidos até à maturidade

Conforme descrito na Nota 2.5. b), as menos-valias potenciais resultantes da valorização dos ativos disponíveis para venda são reconhecidas por contrapartida da rubrica “Reservas de reavaliação”. No entanto, sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados em ativos financeiros disponíveis para venda e em investimentos detidos até à maturidade é registada imparidade sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do *rating* do emitente ou das emissões detidas pelo Banco.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.11., as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Impostos diferidos ativos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Desta forma, o Banco tem registado ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias dedutíveis, até ao montante que entende ser recuperável em função dos estudos de que dispõe e que demonstram a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro (Nota 2.9.).

Adicionalmente, os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	51.184	64.497
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	318.608	210.388
	<u>369.792</u>	<u>274.885</u>

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema.

As reservas mínimas efetivamente constituídas são remuneradas, durante o período de manutenção, à média da taxa marginal de colocação (ponderada de acordo com o número de dias de calendário) das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

O valor das reservas mínimas a cumprir por cada instituição é determinado a partir da aplicação dos coeficientes de reservas à base de incidência, a qual resulta do somatório de um subconjunto de rubricas do passivo do seu balanço. As responsabilidades de prazo igual ou inferior a 2 anos estão sujeitas ao coeficiente de 1%, sendo este de 0% para as restantes.

De acordo com a Decisão do Conselho do Banco Central Europeu BCE/2014/23 de 5 de junho de 2014, os depósitos que excedam o valor médio de reservas mínimas a cumprir serão remunerados a uma taxa de zero por cento ou à taxa de juro da facilidade permanente de depósito, consoante a que for mais baixa. Como tal, sobre as reservas excedentárias poderá incidir uma taxa de juro negativa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos à ordem no Banco de Portugal que excediam o valor médio das reservas mínimas do BCE era remunerados à taxa de juro negativa de 0,40%.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
. Depósitos à ordem	341	311
. Cheques a cobrar	19.443	16.866
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
. Depósitos à ordem	105.999	17.793
. Cheques a cobrar	1.157	637
	<u>126.940</u>	<u>35.607</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

5. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Instrumentos derivados (Nota 10):		
. Com justo valor positivo	32	41
. Com justo valor negativo	(174)	(64)
	<u>(142)</u>	<u>(23)</u>

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Unidades de participação:		
. De residentes	11.114	11.337
. De não residentes	5.057	4.962
	<u>16.171</u>	<u>16.299</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outros instrumentos financeiros" inclui as seguintes unidades de participação:

<u>2017</u>				
Natureza	Moeda	Quantidade	Cotação	Montante (USD/EUR)
BIC Tesouraria - Categoria B	USD	172.134	7,91	1.361
BIC Brasil	USD	29.594	119,38	3.533
				<u>4.894</u>
Contravalor em euros				4.081
BIC Tesouraria - Categoria A	EUR	1.200.055	5,86	7.033
Nevafund GFI Class I	EUR	59.619	84,82	5.057
				<u>12.090</u>
				<u>16.171</u>

<u>2016</u>				
Natureza	Moeda	Quantidade	Cotação	Montante (USD/EUR)
BIC Tesouraria - Categoria B	USD	172.134	7,82	1.347
BIC Brasil	USD	29.594	108,57	3.213
				<u>4.560</u>
Contravalor em euros				4.326
BIC Tesouraria - Categoria A	EUR	1.200.055	5,84	7.011
Nevafund GFI Class I	EUR	59.619	83,22	4.962
				<u>11.973</u>
				<u>16.299</u>

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Instrumentos de dívida:</u>		
De residentes		
. De dívida pública	1.095.873	916.075
. De outros residentes		
Dívida não subordinada	141.021	156.306
Dívida subordinada	5.748	-
De não residentes		
. De emissores públicos	172.899	75.497
. De outros não residentes		
Dívida não subordinada	84.440	104.301
<u>Instrumentos de capital:</u>		
De residentes		
. Valorizados ao justo valor	6.010	12.075
. Valorizados ao custo histórico	2.348	2.348
De não residentes		
. Valorizados ao justo valor	11.707	11.125
. Valorizados ao custo histórico	31	31
	<u>1.520.077</u>	<u>1.277.758</u>
Imparidade (Nota 19)	(18.998)	(20.044)
	<u>1.501.079</u>	<u>1.257.714</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição (Nota 23):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mais valias potenciais, líquidas de impostos diferidos:		
. Instrumentos de dívida	52.913	26.324
. Instrumentos de capital	1.717	508
	<u>54.630</u>	<u>26.832</u>
Efeito fiscal (Nota 14)	(12.292)	(6.037)
	<u>42.338</u>	<u>20.795</u>
Menos valias potenciais, líquidas de impostos diferidos:		
. Instrumentos de dívida	-	(954)
Efeito fiscal (Nota 14)	-	215
	<u>-</u>	<u>(739)</u>
	<u>42.338</u>	<u>20.056</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos títulos classificados nesta rubrica é o seguinte:

	31-12-2017					Imparidade (Nota 19)	Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor				
			positiva	negativa	total		
Instrumentos de dívida							
De residentes - De dívida pública							
T-BILL PORTB 0 01/19/18	295.012	-	32	-	32	-	295.044
O.T. PGB 3.85% 04/15/21	161.793	4.171	9.203	-	9.203	-	175.167
O.T. PGB 4.95% 10/25/23	132.443	1.097	16.253	-	16.253	-	149.793
T-BILL PORTB 0 03/16/18	135.036	-	59	-	59	-	135.095
T-BILL PORTB 0 05/18/18	78.044	-	42	-	42	-	78.086
O.T. PGB 2.2% 10/17/22	57.309	262	5.527	-	5.527	-	63.098
O.T. PGB 4.75% 06/14/19	57.985	1.497	3.549	-	3.549	-	63.031
O.T. PGB 4.45% 06/15/18	55.349	1.334	804	-	804	-	57.487
T-BILL PORTB 0 07/20/18	34.048	-	6	-	6	-	34.054
O.T. PGB 4.8% 06/15/20	24.822	628	1.992	-	1.992	-	27.442
O.T. PGB 5.65% 02/15/2024	8.570	395	1.595	-	1.595	-	10.560
O.T. PGB 5.125% 10/15/2024	4.194	45	275	-	275	-	4.514
O.T. PGB 3.875% 02/15/30	2.090	71	341	-	341	-	2.502
	1.046.695	9.500	39.678	-	39.678	-	1.095.873
De outros residentes - Dívida não subordinada							
GALLPPL4 1/8 25/01/2019	55.955	2.125	1.685	-	1.685	-	59.765
CXGD 3 3/4 01/18	20.000	713	18	-	18	-	20.731
REN SGPS 4.125% 01/2018	16.309	615	41	-	41	-	16.965
GALPPL3 01/14/21	8.006	231	557	-	557	-	8.794
CGD 3% 01/15/19	5.802	167	188	-	188	-	6.157
PARPUBLICA - PARPUB3 0.75 07/21	4.983	92	548	-	548	-	5.623
BRISA CONCESSAO 2014-2021	1.500	44	177	-	177	-	1.721
BESPL 2.625 05/17	8.000	-	1.544	-	1.544	(7.114)	2.430
Banco Espírito Santo - BESPL 4	8.499	-	1.431	-	1.431	(7.557)	2.373
BESPL 4% 21/01/19	1.499	-	292	-	292	(1.332)	459
	130.553	3.987	6.481	-	6.481	(16.003)	125.018
De outros residentes - Dívida subordinada							
CGD 10,75% Perpétuas	5.000	-	748	-	748	-	5.748
De não residentes - De emissores públicos							
BTPS 3,75% 05/01/2021	98.000	556	1.522	-	1.522	-	100.078
SPGB 3 3/4% 10/18	51.224	313	519	-	519	-	52.056
BTPS 3.50 01/12/2018	10.233	29	118	-	118	-	10.380
BTPS 3 1/2 01/06/2018	10.109	29	53	-	53	-	10.191
ANGOL 9,5 - ANGOL 9,5 11/12/25 - REPUBLIC OF ANGOLA	167	2	25	-	25	-	194
	169.733	929	2.237	-	2.237	-	172.899
De outros não residentes - Dívida não subordinada							
ELEPOR 4.9 10/19	12.767	154	499	-	499	-	13.420
ELEPOR 4 7/8% 14/09/20	9.967	144	1.318	-	1.318	-	11.429
EDP FINANCE BV - ELEPOR 5.25% 01/21	10.476	252	681	-	681	-	11.409
EDP FINANCE BV - ELEPOR6 02/02/18	7.544	186	10	-	10	-	7.740
EDP FINANCE BV - ELEPOR 2.625 4/19	6.040	112	164	-	164	-	6.316
EDP FINANCE BV - ELEPOR 2.625 01/22	4.981	125	472	-	472	-	5.578
REN FINANCE 4.75 10/16/2020	4.002	40	515	-	515	-	4.557
EDP FINANCE BV - ELEPOR FLOAT 19 06/2019	4.169	2	46	-	46	-	4.217
TELEFONICA EMISIONES SAU	3.017	123	3	-	3	-	3.143
TITIM 4 3/4 25/05/2018	3.029	86	24	-	24	-	3.139
INTALCEMENTI FINANCE 21/02/2018	2.009	105	7	-	7	-	2.121
LAFARGE SA 6.25 13/04/18	2.024	72	4	-	4	-	2.100
ENEL SPA ENELIM 4 3/4 12/06/18	2.035	53	8	-	8	-	2.096
IBERDROLA INTL BV	2.053	19	16	-	16	-	2.088
REPSOL INTL FINANCE	2.010	75	2	-	2	-	2.087
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP	3.000	-	-	-	-	(2.995)	5
	79.123	1.548	3.769	-	3.769	(2.995)	81.445
Instrumentos de capital							
De residentes - Valorizados ao justo valor							
Banco BIC Tesouraria - FIMAT Cat.A	2.500	-	91	-	91	-	2.591
Banco BIC Brasil - FEI Aberto	1.834	-	215	-	215	-	2.049
Banco Bic Investimento	1.250	-	120	-	120	-	1.370
	5.584	-	426	-	426	-	6.010
De residentes - Valorizados ao custo histórico							
SIBS	2.343	-	-	-	-	-	2.343
Portugal Capital Ventures - SCR. SA	5	-	-	-	-	-	5
	2.348	-	-	-	-	-	2.348
De não residentes - Valorizados ao justo valor							
Nevafunds-Banco Bic Obrigações Global-I€	7.509	-	377	-	377	-	7.886
Visa Inc. Series C Convertible Participating	1.732	-	811	-	811	-	2.543
Nevafunds-Global Fixed Income-I\$	1.175	-	103	-	103	-	1.278
	10.416	-	1.291	-	1.291	-	11.707
De não residentes - Valorizados ao custo histórico							
SWIFT	31	-	-	-	-	-	31
	1.449.483	15.964	54.630	-	54.630	(18.998)	1.501.079

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos títulos classificados nesta rubrica é o seguinte:

	31-12-2016						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 19)	Valor de balanço
			positiva	negativa	total		
Instrumentos de dívida							
De residentes - De dívida pública							
T-BILL PORTB 0 09/22/17	199.991	-	29	-	29	-	200.020
T-BILL PORTB 0 01/20/17	94.999	-	11	-	11	-	95.010
T-BILL PORTB 0 05/19/17	77.986	-	22	-	22	-	78.008
O.T. PGB 4.95% 10/25/23	65.165	527	-	(552)	(552)	-	65.140
O.T. PGB 3.85% 04/15/21	64.199	1.645	649	-	649	-	66.493
O.T. PGB 4.35% 10/16/17	62.813	568	2.190	-	2.190	-	65.571
O.T. PGB 4.75% 06/14/19	58.319	1.497	4.945	-	4.945	-	64.761
O.T. PGB 2.2% 10/17/22	57.164	262	85	-	85	-	57.511
O.T. PGB 4.45% 06/15/18	56.114	1.334	2.393	-	2.393	-	59.841
T-BILL PORTB 0 17/11/17	49.996	-	14	-	14	-	50.010
T-BILL PORTB 0 03/17/17	34.996	-	15	-	15	-	35.011
T-BILL PORTB 0 07/21/17	34.992	-	17	-	17	-	35.009
O.T. PGB 4.8% 06/15/20	25.156	628	1.624	-	1.624	-	27.408
O.T. PGB 5.65% 02/15/2024	8.663	395	497	-	497	-	9.555
O.T. PGB 5.125% 10/15/2024	4.776	51	-	(182)	(182)	-	4.645
O.T. PGB 3.875% 02/15/30	2.090	71	-	(79)	(79)	-	2.082
	897.419	6.978	12.491	(813)	11.678	-	916.075
De outros residentes - Dívida não subordinada							
GALLPPL4 1/8 25/01/2019	56.567	2.125	2.349	-	2.349	-	61.041
CXGD 3 3/4 01/18	19.997	713	766	-	766	-	21.476
REN SGPS 4.125% 01/2018	16.421	615	569	-	569	-	17.605
BCPPL 3 3/8 02/17	13.006	370	-	(135)	(135)	-	13.241
GALPPL3 01/14/21	8.007	231	373	-	373	-	8.611
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	5.805	167	327	-	327	-	6.299
PARPUBLICA - PARPUB3 0.75 07/21	4.979	92	211	-	211	-	5.282
BRISA CONCESSAO 2014-2021	1.500	44	197	-	197	-	1.741
Banco Espirito Santo - BESPL 4	8.495	-	1.431	-	1.431	(7.557)	2.369
BESPL 2.625 05/17	7.998	-	1.336	-	1.336	(7.114)	2.220
BESPL 4% 21/01/19	1.499	-	251	-	251	(1.332)	418
	144.274	4.357	7.810	(135)	7.675	(16.003)	140.303
De não residentes - De emissores públicos							
SPGB 3 3/4% 10/18	52.693	313	1.030	-	1.030	-	54.036
BTPS 3.50 01/12/2018	10.489	29	210	-	210	-	10.728
BTPS 3 1/2 01/06/2018	10.372	29	146	-	146	-	10.547
ANGOL 9,5 - ANGOL 9,5 11/12/25 - REPUBLIC OF ANGOLA	190	2	-	(6)	(6)	-	186
	73.744	373	1.386	(6)	1.380	-	75.497
De outros não residentes - Dívida não subordinada							
ELEPOR 4.9 10/19	14.538	176	645	-	645	-	15.359
EDP FINANCE BV - ELEPOR 5,75	13.139	211	388	-	388	-	13.738
EDP FINANCE BV - ELEPOR 5.25% 01/21	11.939	287	586	-	586	-	12.812
ELEPOR 4 7/8% 14/09/20	9.954	144	1.467	-	1.467	-	11.565
EDP FINANCE BV - ELEPOR6 02/02/18	8.708	211	162	-	162	-	9.081
EDP FINANCE BV - ELEPOR 2.625 4/19	6.071	112	211	-	211	-	6.394
EDP FINANCE BV - ELEPOR 2.625 01/22	4.976	125	304	-	304	-	5.405
EDP FINANCE BV - ELEPOR FLOAT 19 06/2019	4.743	2	36	-	36	-	4.781
REN FINANCE 4.75 10/16/2020	4.004	40	594	-	594	-	4.638
TELEFONICA EMISIONES SAU	3.133	123	27	-	27	-	3.283
TITIM 4 3/4 25/05/2018	3.104	86	76	-	76	-	3.266
INTALCEMENTI FINANCE 21/02/2018	2.074	105	63	-	63	-	2.242
LAFARGE SA 6.25 13/04/18	2.108	90	14	-	14	-	2.212
ENEL SPA ENELIM 4 3/4 12/06/18	2.115	53	19	-	19	-	2.187
REPSOL INTL FINANCE	2.080	75	16	-	16	-	2.171
IBERDROLA INTL BV	2.120	19	29	-	29	-	2.168
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP	2.999	-	-	-	-	(2.993)	6
	97.805	1.859	4.637	-	4.637	(2.993)	101.308
Instrumentos de capital							
De residentes - Valorizados ao justo valor							
Banco BPI. SA	6.039	-	-	-	-	(1.048)	4.991
Banco BIC Tesouraria - FIMAT Cat.A	2.500	-	83	-	83	-	2.583
Banco BIC Brasil - FEI Aberto	2.087	-	33	-	33	-	2.120
Banco Bic Investimento	1.250	-	83	-	83	-	1.333
	11.876	-	199	-	199	(1.048)	11.027
De residentes - Valorizados ao custo histórico							
SIBS	2.343	-	-	-	-	-	2.343
Portugal Capital Ventures - SCR. SA	5	-	-	-	-	-	5
	2.348	-	-	-	-	-	2.348
De não residentes - Valorizados ao justo valor							
Nevafunds-Global Fixed Income-IS	1.337	-	62	-	62	-	1.399
Nevafunds-Banco Bic Obrigações Global-I€	7.508	-	229	-	229	-	7.737
Visa Inc. Series C Convertible Participating	1.971	-	18	-	18	-	1.989
	10.816	-	309	-	309	-	11.125
De não residentes - Valorizados ao custo histórico							
SWIFT	31	-	-	-	-	-	31
	1.238.313	13.567	26.832	(954)	25.878	(20.044)	1.257.714

Em 10 de fevereiro de 2017, no âmbito da oferta pública de aquisição lançada pelo grupo Caixa Bank ao capital do Banco BPI, S.A. ("Banco BPI"), o EuroBic vendeu a totalidade das ações do Banco BPI que detinha em carteira.

Em 21 de junho de 2016 foi concretizada a operação de aquisição de 100% do capital da *Visa Europe Limited* pela *Visa Inc.*, tendo em conta a oferta pública de aquisição apresentada por esta entidade no último trimestre de 2015. Os impactos desta operação para o Banco BIC foram os seguintes:

- Recebimento em numerário, no dia 21 de junho de 2016, no montante de 6.631 m.euros;
- Direito ao recebimento, em numerário, no terceiro aniversário da operação (21 de junho de 2019), do montante de 575 m.euros. O Banco regista o valor atual do montante a receber tendo por base uma taxa de desconto de 4%. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o numerário diferido encontra-se registado na rubrica de "Outros ativos" pelo valor de 543 m.euros e 522 m.euros, respetivamente (Nota 15);
- Recebimento de 2.407 ações preferenciais da *Visa Inc.* valorizadas no momento da aquisição por 1.971 m.euros. Na determinação do justo valor destas ações, o Banco utiliza o fator de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias inicialmente definido pela *Visa Inc.*, e o preço de mercado das ações ordinárias da *Visa Inc.* em cada data de relato. Ao valor obtido, o Banco aplica um *haircut* de 20% de modo a refletir um desconto pela iliquidez das ações preferenciais e a incerteza associada ao desfecho dos eventuais processos judiciais.

Em 2016, o Banco reconheceu um ganho com esta operação, o qual foi registado em "Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda" no montante de 8.987 m.euros (Nota 28).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Aplicações em instituições de crédito no país</u>		
. Depósitos	72.430	235.250
. Empréstimos	104.573	273.043
<u>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
. Empréstimos	352.312	163.041
. Outras aplicações	793	-
<u>Juros a receber</u>		
. De aplicações em instituições de crédito no país	97	71
. De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	231	102
	<u>530.436</u>	<u>671.507</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro" inclui aplicações junto de entidades relacionadas, no montante de 91.831 m.euros (Nota 37).

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro" inclui 21.082 m.euros a receber do BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A. (BPN Brasil), entidade detida pelo Estado Português. O montante a receber incluía operações de mercado monetário e um empréstimo subordinado com vencimento em 2018, nos montantes de 13.453 m.euros e 7.629 m.euros, respetivamente. Estas operações foram integralmente liquidadas durante o primeiro semestre de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Até três meses	518.382	651.168
De três meses a um ano	1.201	2.670
De um a cinco anos	10.060	10.088
Mais de cinco anos	-	7.581
Indeterminado	793	-
	-----	-----
	530.436	671.507
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2017, o montante do prazo residual "Indeterminado" refere-se aos depósitos de colateral efetuados pelo Banco no Banco Central de França à ordem do Conselho Único de Resolução para garantia dos Compromissos Irrevogáveis de Pagamento assumidos pelo Banco relativamente à Contribuição *ex-ante* de 2016 e 2017, para o Fundo Único de Resolução, nos montantes de 368 m.euros e 425 m.euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2016, a Contribuição *ex-ante* encontrava-se registada na rubrica de "Outros ativos" (Nota 15), tendo sido reclassificada em 2017 para esta rubrica.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Crédito interno</u>		
. Empréstimos	1.587.672	1.533.500
. Créditos em conta corrente	720.128	825.996
. Operações de locação financeira	191.448	168.421
. Descontos e outros créditos titulados por efeitos	92.633	90.722
. Créditos tomados - factoring	39.676	24.696
. Descobertos em depósitos à ordem	8.757	6.895
. Outros créditos	882.494	669.954
<u>Crédito ao exterior</u>		
. Empréstimos	89.413	107.331
. Créditos tomados - factoring	5.719	933
. Créditos em conta corrente	2.180	15.983
. Operações de locação financeira	1.097	513
. Descontos e outros créditos titulados por efeitos	7	70
. Outros créditos	26.228	23.186
<u>Outros créditos e valores a receber - Crédito titulado</u>	610.591	545.532
	<u>4.258.043</u>	<u>4.013.732</u>
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(8)	-
	<u>4.258.035</u>	<u>4.013.732</u>
Crédito e juros vencidos	198.857	178.499
Juros a receber	12.713	13.394
	<u>4.469.605</u>	<u>4.205.625</u>
Comissões associadas ao custo amortizado a diferir	(7.468)	(6.326)
	<u>4.462.137</u>	<u>4.199.299</u>
Imparidade em crédito a clientes (Nota 19):	(289.445)	(256.102)
	<u>4.172.692</u>	<u>3.943.197</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Outros créditos e valores a receber - Crédito titulado" inclui obrigações do Tesouro Angolano, emitidas em Dólares dos Estados Unidos, nos montantes de 46.780 m.euros e 53.224 m.euros, respetivamente, com maturidade em agosto de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Crédito a Clientes inclui 184.428 mEuros e 244.198 mEuros, respetivamente, de crédito concedido que beneficia de garantias prestadas pelo BIC Angola (Nota 37).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais do "Crédito a clientes" têm a seguinte decomposição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Até três meses	1.058.333	1.029.647
De três meses a um ano	554.803	554.730
De um a cinco anos	1.164.112	1.111.389
Mais de cinco anos	1.692.357	1.509.859
	<u>4.469.605</u>	<u>4.205.625</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o prazo residual do "Crédito a clientes" - "Até três meses" inclui crédito e juros vencidos nos montantes de 198.857 m.euros e 178.499 m.euros, respetivamente, bem como juros a receber, nos montantes de 12.713 m.euros e 13.394 m.euros, respetivamente.

Nas mesmas datas, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Até três meses	2.830	7.271
De três a seis meses	4.683	6.345
De seis meses a um ano	12.757	9.733
De um a três anos	58.962	58.853
De três a cinco anos	119.039	95.759
Mais de cinco anos	586	538
	<u>198.857</u>	<u>178.499</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017	2016
Indústrias transformadoras:		
Alimentação, bebidas e tabacos	185.794	182.098
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	180.089	167.517
Têxteis	94.461	101.908
Produtos minerais não metálicos	93.475	84.837
Papel, artes gráficas e editoriais	79.605	37.553
Químicas e atividades conexas	77.116	83.712
Madeira e cortiça	42.073	31.157
Fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras	30.302	31.029
Crédito à habitação	893.379	665.825
Construção e atividades imobiliárias	735.527	816.816
Comércio, manutenção e reparação de veículos	637.376	655.044
Transporte, armazenagem e comunicações	312.039	319.738
Atividade e intermediação financeira	184.623	143.761
Particulares	159.573	149.700
Restaurantes e hotéis	132.437	120.892
Consultadoria, aquisição de títulos ou de créditos e respetiva gestão	104.755	106.948
Agricultura e silvicultura	87.531	58.671
Eletricidade, água e gás	79.194	107.081
Administração Pública Angolana	46.780	53.224
Indústrias extrativas	13.050	14.773
Outros	292.958	267.015
	<u>4.462.137</u>	<u>4.199.299</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O apuramento da imparidade para crédito a clientes foi efetuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.5.. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a imparidade e provisões registadas têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Análise individual	183.838	171.404
Análise coletiva	119.269	101.831
	<u>303.107</u>	<u>273.235</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a imparidade e provisões encontram-se refletidas da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imparidade para crédito a clientes	289.445	256.102
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 19)	13.662	17.133
	<u>303.107</u>	<u>273.235</u>

As responsabilidades e a imparidade resultante das análises individual e coletiva, bem como outra informação relevante sobre o risco de crédito encontra-se detalhada na secção "Risco de crédito" da Nota 40.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)10. DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados apresenta o seguinte detalhe (Nota 5):

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	2017					Total	Valor nominal	
		Valor nominal						EUR	Outras
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos			
Instrumentos derivados de negociação									
Instrumentos derivados com justo valor negativo									
Forwards									
. Compras	30	1.043	580	-	-	-	1.623	1.623	-
. Vendas	-	1.035	574	-	-	-	1.609	-	1.609
Swaps - Contratos sobre cotações (equity swaps)									
. Justo valor positivo	2	-	-	-	36.480	-	36.480	36.480	-
. Justo valor negativo	(174)	-	-	-	-	-	-	-	-
	(142)	2.078	1.154	-	36.480	-	39.712	38.103	1.609
Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro									
	(1)	-	-	-	-	5.000	5.000	5.000	-
	(1)	-	-	-	-	5.000	5.000	5.000	-
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	2016					Total	Valor nominal	
		Valor nominal						EUR	Outras
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos			
Instrumentos derivados de negociação									
Instrumentos derivados com justo valor negativo									
Forwards									
. Compras	36	903	265	-	-	-	1.168	897	271
. Vendas	(58)	912	266	-	-	-	1.178	253	925
Swaps - Contratos sobre cotações (equity swaps)									
. Justo valor positivo	5	-	-	-	514	-	514	514	-
. Justo valor negativo	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-
	(23)	1.815	531	-	514	-	2.860	1.664	1.196

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os *forwards* cambiais e os *equity swaps* resultam de operações celebradas com clientes.

Em 31 de dezembro de 2017, o *swap* de taxa de juro refere-se a uma operação contratada com uma instituição financeira com o objetivo de cobrir o risco de taxa de juro de um financiamento concedido a um cliente com taxa de juro fixa no montante de 5.000 m.euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)11. INVESTIMENTOS DETIDOS À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017							
	Valor nominal	Custo de aquisição	(Prémio) / desconto	Juros a receber	Valor de balanço antes de imparidade	Valor de balanço	Valor de mercado	
Instrumentos de dívida								
De residentes - Dívida pública								
PORTUG FLOAT 21	50.000	57.500	(3.553)	753	54.700	54.700	54.146	
De residentes - Dívida não subordinada								
EDIA FLOAT 11/21/18	100.000	100.008	-	-	100.008	100.008	99.625	
De não residentes - Dívida pública								
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO - SPGB 4.85 10/2020	50.000	59.809	(3.579)	405	56.635	56.635	56.965	
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO - SPGB 1.15 30-07-2020	50.000	51.691	(654)	242	51.279	51.279	51.655	
	<u>100.000</u>	<u>111.500</u>	<u>(4.233)</u>	<u>647</u>	<u>107.914</u>	<u>107.914</u>	<u>108.620</u>	
	<u>250.000</u>	<u>269.008</u>	<u>(7.786)</u>	<u>1.400</u>	<u>262.622</u>	<u>262.622</u>	<u>262.391</u>	
	2016							
	Valor nominal	Custo de aquisição	(Prémio) / desconto	Juros a receber	Valor de balanço antes de imparidade	Imparidade (Nota 19)	Valor de balanço	Valor de mercado
Instrumentos de dívida								
De residentes - Dívida pública								
PORTUG FLOAT 21	50.000	57.500	(2.244)	775	56.031	-	56.031	53.302
De não residentes - Dívida pública								
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO - SPGB 4.85 10/2020	50.000	59.809	(252)	405	59.962	-	59.962	58.985
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO - SPGB 1.15 07/30/2020	50.000	51.691	(1.381)	242	50.552	-	50.552	51.948
	<u>100.000</u>	<u>111.500</u>	<u>(1.633)</u>	<u>647</u>	<u>110.514</u>	<u>-</u>	<u>110.514</u>	<u>110.933</u>
De não residentes - Dívida não subordinada								
PT International Finance 4,625% 05/08/20	30.000	29.839	-	901	30.740	(24.901)	5.839	9.004
PT International Finance 5,875% 04/17/18	10.250	10.537	-	426	10.962	(8.626)	2.336	3.024
PT International Finance 5% 11/04/19	7.000	7.387	-	350	7.737	(5.950)	1.787	2.066
	<u>47.250</u>	<u>47.762</u>	<u>-</u>	<u>1.677</u>	<u>49.439</u>	<u>(39.477)</u>	<u>9.962</u>	<u>14.094</u>
	<u>197.250</u>	<u>216.762</u>	<u>(3.877)</u>	<u>3.099</u>	<u>215.984</u>	<u>(39.477)</u>	<u>176.507</u>	<u>178.329</u>

Em dezembro de 2017, o EuroBic vendeu a totalidade das obrigações da Portugal Telecom International Finance que detinha em carteira pelo montante de 20.143 m.euros, tendo revertido e utilizado imparidade, na sequência desta operação, nos montantes de cerca de 10.693 m.euros e 27.108 m.euros (Nota 19).

Em 2017, o Banco adquiriu obrigações da EDIA, no montante de 100.000 m.euros, as quais beneficiam de garantia do Estado Português.

12. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Imóveis:</u>		
. Imóveis adquiridos em dação em pagamento	2.525	3.247
. Imóveis de serviço próprio para venda	447	131
	<u>2.972</u>	<u>3.378</u>
<u>Equipamentos:</u>	369	140
	<u>3.341</u>	<u>3.518</u>
Imparidade em imóveis (Nota 19):	(365)	(474)
	<u>2.976</u>	<u>3.044</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a imparidade registada para "Ativos não correntes detidos para venda" inclui os montantes de 362 m.euros e de 464 m.euros para "Imóveis adquiridos em dação em pagamento", respetivamente.

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

13. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016			Alienações e Abates			Transferências			Imparidade do exercício	Amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2017		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Adições	Valor bruto	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Valor bruto	Amortização acumulada	Imparidade acumulada			Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Outros ativos tangíveis														
Imóveis de serviço próprio														
Terrenos	11.261	-	-	-	-	-	(147)	-	-	-	-	11.114	-	11.114
Edifícios	40.285	(3.219)	244	-	-	-	(901)	315	344	(344)	(832)	39.628	(3.736)	35.892
Obras em imóveis arrendados	4.434	(2.123)	1.138	(107)	34	73	-	-	-	(73)	(393)	5.465	(2.482)	2.983
Equipamento														
Mobiliário e material de escritório	4.148	(3.879)	25	-	-	-	-	-	-	-	(52)	4.173	(3.931)	242
Máquinas e ferramentas	14.204	(11.217)	440	(2)	2	-	163	-	-	-	(1.037)	14.805	(12.252)	2.553
Equipamento informático	10.707	(10.438)	21	(43)	43	-	-	-	-	-	(190)	10.685	(10.585)	100
Instalações interiores	3.277	(2.932)	48	-	-	-	5	-	-	-	(75)	3.330	(3.007)	323
Material de transporte	248	(247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	(247)	1
Equipamento de segurança	2.771	(1.840)	54	-	-	-	-	-	-	-	(112)	2.825	(1.952)	873
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Imóveis em locação financeira	1.050	(133)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	1.050	(149)	901
Outros ativos tangíveis	292	-	236	-	-	-	(168)	-	-	-	-	360	-	360
Ativos tangíveis em curso	35	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	(8)	27
	92.714	(36.037)	2.206	(152)	79	73	(1.048)	315	344	(417)	(2.707)	93.720	(38.350)	55.370
Outros ativos intangíveis														
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	2.667	(2.214)	164	-	-	-	-	-	-	-	(272)	2.831	(2.486)	345
Outros ativos intangíveis	192	(157)	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)	192	(176)	16
Ativos intangíveis em curso	565	-	716	-	-	-	-	-	-	-	-	1.281	-	1.281
	3.424	(2.371)	880	-	-	-	-	-	-	-	(291)	4.304	(2.662)	1.642

Em 2017, o Banco transferiu da rubrica de "Outros ativos tangíveis - Imóveis de serviço próprio" para a rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda - Imóveis de serviço próprio para venda" o montante de 389 m.euros (valor deduzido de amortizações e imparidade) referentes a um conjunto de balcões encerrados em 2017.

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	Saldo em 31-12-2015			Transferências			Saldo em 31-12-2016		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Adições	Valor bruto	Amortização acumulada	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Outros ativos tangíveis									
Imóveis de serviço próprio									
Terrenos	7.581	-	3.680	-	-	-	11.261	-	11.261
Edifícios	28.115	(2.571)	12.170	-	-	(648)	40.285	(3.219)	37.066
Obras em imóveis arrendados	4.322	(1.799)	101	11	-	(324)	4.434	(2.123)	2.311
Equipamento									
Mobiliário e material de escritório	4.115	(3.803)	22	11	-	(76)	4.148	(3.879)	269
Máquinas e ferramentas	13.426	(10.227)	481	297	-	(990)	14.204	(11.217)	2.987
Equipamento informático	10.531	(10.106)	40	136	-	(332)	10.707	(10.438)	269
Instalações interiores	3.211	(2.850)	66	-	-	(82)	3.277	(2.932)	345
Material de transporte	248	(235)	-	-	-	(12)	248	(247)	1
Equipamento de segurança	2.365	(1.712)	52	354	-	(128)	2.771	(1.840)	931
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	1	(1)	-
Imóveis em locação financeira	1.050	(117)	-	-	-	(16)	1.050	(133)	917
Outros ativos tangíveis	963	-	173	(844)	-	-	292	-	292
Ativos tangíveis em curso	35	(8)	-	-	-	-	35	(8)	27
	75.964	(33.429)	16.785	(35)	-	(2.608)	92.714	(36.037)	56.677
Outros ativos intangíveis									
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	2.253	(1.954)	211	203	-	(260)	2.667	(2.214)	453
Outros ativos intangíveis	192	(138)	-	-	-	(19)	192	(157)	35
Ativos intangíveis em curso	418	-	315	(168)	-	-	565	-	565
	2.863	(2.092)	526	35	-	(279)	3.424	(2.371)	1.053

No exercício de 2016, o Banco adquiriu dois edifícios sitos na Avenida da República e na Rua Nicolau Bettencourt, pelos montantes de 6.000 m.euros e 6.498 m.euros, respetivamente, acrescidos das despesas de aquisição, procedendo ao registo de ambos em "Imóveis de serviço próprio".

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	11.579	5.911
. Relativos a prejuízos fiscais	-	300
	<u>11.579</u>	<u>6.211</u>
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>15.433</u>	<u>1.527</u>
Passivos por impostos diferidos	<u>12.292</u>	<u>6.037</u>
	<u>(16.146)</u>	<u>(1.353)</u>

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados podem ser apresentados como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos correntes		
. Do exercício	(11.638)	(700)
. De exercícios anteriores	(4)	(624)
Contribuição extraordinária sobre o setor bancário	(3.976)	(3.940)
	<u>(15.618)</u>	<u>(5.264)</u>
Impostos diferidos	<u>5.700</u>	<u>(173)</u>
	<u>(9.918)</u>	<u>(5.437)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes de impostos	34.947	(17.232)
Taxa de imposto corrente	22,50%	22,50%
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente	<u>(7.863)</u>	<u>3.877</u>
Contribuição extraordinária sobre o setor bancário	(3.976)	(3.940)
Derrama estadual	(2.094)	-
Tributação autónoma	(478)	(700)
Constituição de impostos diferidos ativos para diferenças temporárias de exercícios anteriores	3.874	-
Reversão de impostos diferidos ativos para prejuízos fiscais	(300)	(3.200)
Outros	918	(1.474)
Impostos registados em resultados	<u>(9.918)</u>	<u>(5.437)</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>28,38%</u>	<u>31,55%</u>

A taxa de IRC para os exercícios de 2017 e 2016 fixou-se em 21% sobre a matéria coletável. A este valor acresce a Derrama Municipal prevista na Lei das Finanças Locais (taxa máxima de 1,5%), bem como a Derrama Estadual, ambas aplicáveis sobre o lucro tributável apurado no exercício.

A Derrama Estadual, introduzida pela Lei n.º 12 - A/2010, de 30 de Junho, é devida pelos sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500 m.euros, de acordo com os seguintes escalões do lucro tributável:

- Menor do que 1.500 m.euros - 0%;
- Entre 1.500 m.euros e 7.500 m.euros - 3%;
- Entre 7.500 m.euros e 35.000 m.euros - 5%;
- Maior do que 35.000 m.euros - 7%.

Com a publicação da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado), o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário, tendo as condições de aplicação desta contribuição sido definidas através da Portaria n.º 121/2011, de 30 de março. A referida Portaria foi alterada pela Portaria n.º 77/2012, de 26 de março, pela Portaria n.º 64/2014, de 12 de março, pela Portaria n.º 176-A/2015, de 12 de junho e pela Portaria n.º 165-A/2016, de 14 de junho. Nos exercícios de 2017 e 2016, o Banco estimou a contribuição sobre o setor bancário, nos montantes de 3.976 m.euros e 3.940 m.euros, respetivamente.

O Decreto Regulamentar n.º 5/2016, de 18 de novembro, veio estabelecer o regime fiscal das imparidades para 2016, mantendo-se o critério de dedução fiscal das imparidades até aos limites mínimos impostos pelo revogado Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal. O Decreto Regulamentar prevê um regime optativo para "a diferença positiva, apurada a 1 de janeiro de 2016, entre o valor das provisões por perdas por imparidade de créditos constituídas ao abrigo do Aviso n.º 3/95 e as imparidades constituídas a 1 de janeiro de 2016 referentes aos mesmos créditos", ao abrigo do qual essa diferença positiva poderá ser abatida aos prejuízos fiscais gerados nos exercícios entre 2012 e 2015 que ainda se encontrem em reporte, sendo o valor remanescente considerado no apuramento do lucro tributável de 2016.

Pelo facto de as provisões ao abrigo do Aviso n.º 3/95 já não serem contabilizadas, considerou-se que a alteração contabilística aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016 implica o apuramento dos limites da dedução fiscal das imparidades numa base individual (entenda-se, crédito a crédito), tendo sido apurada uma diferença positiva de 28.718 m.euros a 1 de janeiro de 2016. À diferença positiva apurada, foram abatidos prejuízos fiscais de 2013 no montante de 24.998 m.euros, tendo a parte remanescente (3.720 m.euros) sido acrescida ao lucro tributável de 2016.

Para 2017, com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro, manteve-se como referência, para efeitos de dedução fiscal das imparidades em crédito, os limites mínimos previstos pelo revogado Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

De acordo com o "IAS 12 - Impostos sobre lucros", o Banco tem registado os impostos diferidos ativos até ao montante em que, de acordo com os estudos efetuados, a existência de lucros tributáveis futuros permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais (Nota 2.9).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017			31-12-2017
	31-12-2016	Resultados	Rendimento integral	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Imparidade para crédito concedido	-	6.000	-	6.000
Prejuízos fiscais reportáveis	300	(300)	-	-
Reservas de reavaliação (Nota 7)	215	-	(215)	-
Desvios atuariais (benefícios pós-emprego)	1.530	-	(117)	1.413
Outras provisões	4.166	-	-	4.166
	<u>6.211</u>	<u>5.700</u>	<u>(332)</u>	<u>11.579</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Reservas de reavaliação (Nota 7)	6.037	-	6.255	12.292
	<u>174</u>	<u>5.700</u>	<u>(6.587)</u>	<u>(713)</u>
	2016			31-12-2016
	31-12-2015	Resultados	Rendimento integral	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Imparidade para crédito concedido	1.139	(1.139)	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	3.500	(3.200)	-	300
Reservas de reavaliação (Nota 7)	6.185	-	(5.970)	215
Desvios atuariais (benefícios pós-emprego)	906	-	624	1.530
Outras provisões	-	4.166	-	4.166
	<u>11.730</u>	<u>(173)</u>	<u>(5.346)</u>	<u>6.211</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Reservas de reavaliação (Nota 7)	7.731	-	(1.694)	6.037
	<u>3.999</u>	<u>(173)</u>	<u>(3.652)</u>	<u>174</u>

15. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Devedores e outras aplicações		
. Setor público administrativo	17.603	18.467
. Devedores diversos	9.133	9.921
. Bonificações a receber	454	597
. <i>Visa Inc.</i> (Nota 7)	543	522
. Aplicações diversas	386	436
Despesas com encargo diferido		
. Compromissos irrevogáveis (Nota 8)	-	368
. Rendas	273	319
. Seguros	294	133
. Outras	1.069	550
Operações ativas a regularizar		
. Outras operações ativas a regularizar	8.654	2.119
. Operações sobre valores mobiliários	347	3
. Posição cambial à vista	230	243
Outros rendimentos a receber	2.170	1.612
	<u>41.156</u>	<u>35.290</u>
Imparidade para devedores diversos (Nota 19)	(1.580)	(1.483)
	<u>39.576</u>	<u>33.807</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Setor público administrativo" refere-se a valores de Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar. Este ativo respeita a imposto deduzido, decorrente da atividade normal do Banco e a regularizações de imposto incorrido em anos anteriores, em resultado da revisão dos procedimentos adotados ao nível dos métodos de dedução utilizados, os quais foram indeferidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), tendo sido registados por contrapartida da rubrica do passivo "Receitas com rendimento diferido", nos montantes de 5.144 m.euros e 5.000 m.euros, respetivamente (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Devedores diversos" refere-se essencialmente a adiantamentos efetuados a fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Devedores e outras aplicações - Bonificações a receber", diz respeito a bonificações de juros a receber de operações que se encontram ao abrigo do programa PME Investimentos e cujo pagamento será efetuado pelo FINOVA (Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco tem constituída uma provisão para as bonificações a receber no montante de 197 m.euros registada na rubrica "Provisão para outros riscos e encargos" (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Operações ativas a regularizar" inclui os montantes pagos em dezembro, por adiantamento, a fornecedores de bens objecto de contratos de locação financeira que foram regularizados em janeiro do ano seguinte, nos montantes de 2.466 m.euros e 840 m.euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desta rubrica inclui igualmente cheques bancários emitidos que foram regularizados em janeiro do ano seguinte, no montante de 2.059 m.euros.

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos de bancos centrais		
. Depósitos e outros recursos	502.538	353.936
. Juros a pagar	178	226
. Juros a receber	(1.532)	-
	<u>501.184</u>	<u>354.162</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os recursos de bancos centrais incluem tomadas de fundos junto do Banco Nacional de Angola, nos montantes de 152.538 m.euros e 203.936 m.euros, com vencimento até 1 e 10 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2017, as tomadas de fundos junto do Banco Nacional de Angola eram na íntegra denominadas em dólares dos Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2017, os recursos de bancos centrais incluem duas operações de financiamento junto do Banco Central Europeu, no montante global de 350.000 m.euros, ao abrigo da segunda série da linha Target Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO-II). A primeira operação, no montante de 150.000 m.euros, contratada em junho de 2016, apresenta vencimento em Junho de 2020. A segunda operação, no montante de 200.000 m.euros, contratada em março de 2017, apresenta vencimento em março de 2021.

Ambas as operações têm opção de reembolso antecipado por parte do Banco, parcial ou total, após 2 anos e daí em diante em cada 3 meses.

A taxa de juro aplicada a estas operações é fixa e igual à taxa aplicada às operações principais de refinanciamento (MRO) em vigor à data da colocação, a qual ascendia a 0% na data de contratação de ambas as operações supra referidas. Adicionalmente, o Banco poderá ter um benefício na taxa de juro, dependendo da evolução da atividade creditícia elegível em relação aos valores de referência reportados no início da TLTRO-II. Esse benefício corresponde a uma redução das taxas de juro aplicáveis a estas operações que pode ser, no máximo, igual à diferença entre a taxa de juro da MRO e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito em vigor à data da colocação de cada operação, a qual ascendia a -0,4% na data de contratação de ambas as operações supra referidas.

Em 31 de dezembro de 2017, em função da evolução da atividade creditícia elegível em relação aos valores de referência reportados no início da TLTRO-II e do benefício na taxa de juro das operações acima referidas, o Banco reconheceu o montante de 1.532 m.euros de juros a receber.

17. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
. Depósitos e outros recursos	6.869	19.677
. Empréstimos	-	1.719
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Depósitos e outros recursos	435.617	250.493
Juros a pagar		
. De instituições de crédito no país	6	35
. De instituições de crédito no estrangeiro	73	2
	<u>79</u>	<u>37</u>
	<u>442.565</u>	<u>271.926</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro" inclui recursos de entidades relacionadas, nos montantes de 256.913 m.euros e 147.872 m.euros, respetivamente (Nota 37).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Até três meses	403.055	230.623
De três meses a um ano	29.727	24.905
De um a cinco anos	1.050	5.000
Mais de cinco anos	8.733	11.398
	<u>442.565</u>	<u>271.926</u>

18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos a prazo	3.453.556	3.625.606
Depósitos à ordem	1.831.323	1.448.102
Depósitos de poupança	17.492	16.037
Outros recursos		
. Cheques e ordens a pagar	33.385	31.105
. Outros	85	112
	<u>5.335.841</u>	<u>5.120.962</u>
Juros a pagar	13.969	18.327
	<u>5.349.810</u>	<u>5.139.289</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
À vista	3.771.030	1.485.333
Até três meses	592.929	1.072.987
De três meses a um ano	754.428	2.122.925
De um a cinco anos	217.799	443.246
Mais de cinco anos	13.624	14.798
	<u>5.349.810</u>	<u>5.139.289</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)19. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017					Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	
Imparidade para crédito a clientes (Nota 9)	256.102	93.559	(55.962)	(4.254)	-	289.445
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 9)	17.133	4.536	(8.007)	-	-	13.662
Provisões para contingências fiscais	3.500	1.093	(1.016)	(1.296)	-	2.281
Provisões para outros riscos e encargos	13.367	1.859	(1.089)	(2.137)	-	12.000
	<u>34.000</u>	<u>7.488</u>	<u>(10.112)</u>	<u>(3.433)</u>	<u>-</u>	<u>27.943</u>
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	20.044	74	(71)	(1.049)	-	18.998
Imparidade de investimentos detidos até à maturidade (Nota 11)	39.477	605	(12.974)	(27.108)	-	-
	<u>59.521</u>	<u>679</u>	<u>(13.045)</u>	<u>(28.157)</u>	<u>-</u>	<u>18.998</u>
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 13)	-	417	-	(417)	-	-
Imparidade de outros ativos (Nota 15)	1.483	167	(37)	-	(33)	1.580
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	474	110	(208)	(11)	-	365
	<u>1.957</u>	<u>694</u>	<u>(245)</u>	<u>(428)</u>	<u>(33)</u>	<u>1.945</u>
	<u>351.580</u>	<u>102.420</u>	<u>(79.364)</u>	<u>(36.272)</u>	<u>(33)</u>	<u>338.331</u>
	2016					
	Saldo em 31.12.2015	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Saldo em 31.12.2016
Imparidade para crédito a clientes (Nota 9)	211.601	92.689	(48.108)	(79)	(1)	256.102
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 9)	28.406	5.435	(16.708)	-	-	17.133
Provisões para contingências fiscais	1.164	3.499	(750)	(413)	-	3.500
Provisões para outros riscos e encargos	1.716	14.681	(3.030)	-	-	13.367
	<u>31.286</u>	<u>23.615</u>	<u>(20.488)</u>	<u>(413)</u>	<u>-</u>	<u>34.000</u>
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	19.497	1.250	(703)	-	-	20.044
Imparidade de investimentos detidos até à maturidade (Nota 11)	-	39.477	-	-	-	39.477
	<u>19.497</u>	<u>40.727</u>	<u>(703)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.521</u>
Imparidade de outros ativos (Nota 15)	1.418	415	(359)	-	9	1.483
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	280	273	(75)	(4)	-	474
	<u>1.698</u>	<u>688</u>	<u>(434)</u>	<u>(4)</u>	<u>9</u>	<u>1.957</u>
	<u>264.082</u>	<u>157.719</u>	<u>(69.733)</u>	<u>(496)</u>	<u>8</u>	<u>351.580</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” destina-se a fazer face a contingências relacionadas com processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da atividade do Banco.

20. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.450	94.500
Juros a pagar	408	434
	<u>94.858</u>	<u>94.934</u>

As obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008 podem ser reembolsadas antecipadamente, desde que na sua totalidade, no final do décimo ano e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, mediante autorização do Banco de Portugal. As obrigações são remuneradas a Euribor 6 meses, acrescido de um *spread* de 2%. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a taxa de juro anual aplicável era de 1,73% e 1,80%, respetivamente.

Em 20 de fevereiro de 2018, o Banco de Portugal comunicou ao Banco, através de carta, que não se oponha ao pedido efetuado por este, de reembolso total destas obrigações em 31 de março de 2018.

21. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Credores e outros recursos		
. Fornecedores	13.112	11.202
. Setor público administrativo	14.261	5.381
. Outros	1.113	1.262
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
. Responsabilidades com benefícios de longo prazo	40.385	39.555
. Férias e subsídio de férias	10.422	10.368
. Outros encargos com pessoal	2.833	-
Outros encargos a pagar	13.950	14.481
Receitas com rendimento diferido		
. Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 15)	5.144	5.000
. Outras	2.033	2.264
Outras contas de regularização		
. Outras operações passivas a regularizar	18.733	8.150
	<u>121.986</u>	<u>97.663</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Setor público administrativo" inclui o montante de 8.692 m.euros e 854 m.euros, respetivamente, referente a valores a pagar ao Estado no âmbito do Acordo Quadro e do Contrato de Compra e Venda celebrado em 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Credores e outros recursos - Outros" inclui os montantes de 498 m.euros e 645 m.euros, respetivamente, referentes a depósitos que servem de caução a operações contratadas pelos clientes.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Encargos a pagar - Responsabilidades com benefícios de longo prazo" inclui as responsabilidades com encargos de saúde e prémios de antiguidade nos montantes de 18.962 m.euros e 8.451 m.euros, respetivamente (18.037 m.euros e 8.540 m.euros para os encargos de saúde e prémios de antiguidade em 31 de dezembro de 2016) (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Encargos a pagar - Por gastos com pessoal - Outros encargos com pessoal" corresponde integralmente ao valor da participação nos lucros de 2017 a ser pago aos Colaboradores e à Comissão Executiva.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Outras contas de regularização - Outras operações passivas a regularizar", inclui pendentes a liquidar relacionados com Taxas e Impostos diversos no montante de 3.517 m.euros e 57 m.euros, cuja liquidação ocorreu no início de 2018 e 2017, respetivamente.

22. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital do Banco é detido pelos seguintes acionistas:

Estrutura acionista	% capital	N.º de ações	Capital (em euros)
Santorio Financial Holding, SGPS, S.A.	25%	26.042.500	102.607.450
Fernando Leonídio Mendes Teles	20%	20.834.000	82.085.960
Finisantorio Holding Limited	17,50%	18.229.750	71.825.215
Telesgest B.V.	17,50%	18.229.750	71.825.215
Luís Manuel Cortez dos Santos	5%	5.208.500	20.521.490
Manuel Pinheiro Fernandes	5%	5.208.500	20.521.490
Sebastião Bastos Lavrador	5%	5.208.500	20.521.490
Outros acionistas	5%	5.208.500	20.521.490
	<u>100%</u>	<u>104.170.000</u>	<u>410.429.800</u>

No dia 30 de junho de 2016 foi registado um aumento do capital social do Banco no montante de 70.014 m.euros, mediante a emissão de 17,77 milhões de novas ações, totalmente subscritas e realizadas pelos seus acionistas, de acordo com as respetivas participações.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	25.029	(22.669)
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	104.170.000	95.333.552
Resultado por ação básico	0,24	(0,24)

23. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prémio de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes de valorização ao justo valor (Nota 7)		
. Mais valias potenciais (líquidas do efeito fiscal)	42.338	20.795
. Menos valias potenciais (líquidas do efeito fiscal)	-	(739)
Reservas por desvios atuariais por benefícios pós-emprego		
. Valor bruto (Nota 33)	(6.280)	(6.801)
. Efeito fiscal (Nota 14)	1.413	1.530
	<u>37.471</u>	<u>14.785</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Outras reservas	54.725	54.725
. Reserva legal	26.501	26.501
. Resultados transitados	(36.284)	(13.615)
	<u>44.942</u>	<u>67.611</u>
Resultado líquido do exercício	25.029	(22.669)
	<u>114.232</u>	<u>66.517</u>

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República - I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário, nomeadamente o artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de impostos diferidos, relativas à carteira de títulos classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda" e aos desvios atuariais por responsabilidades pelo pagamento de benefícios pós-emprego relacionados com o plano médico.

24. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	-	6
Juro de disponibilidades em instituições de crédito	155	7
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	999	646
. No estrangeiro - em outras instituições de crédito	3.653	9.654
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	100.347	106.506
. Crédito ao exterior	3.974	5.357
. Outros créditos e valores a receber	15.350	17.011
Juros de crédito vencido	3.376	2.595
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros:		
. Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	21.599	21.150
. Juros de investimentos detidos até à maturidade	2.872	6.448
. Juros de ativos financeiros detidos para negociação	10	51
. Outros juros e rendimentos similares	21	11
Outros juros a receber de Bancos Centrais (Nota 16)	1.532	-
	<u>152.356</u>	<u>169.442</u>
Comissões recebidas ao custo amortizado	14.532	14.796
	<u>166.888</u>	<u>184.238</u>
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de recursos de bancos centrais	1.952	2.183
Juros de recursos de instituições de crédito		
. No país	174	168
. No estrangeiro	577	2.090
Juros de depósitos		
. De residentes		
Do setor público administrativo	499	1.224
De emigrantes	298	536
De outros residentes	24.996	37.986
. De não residentes	2.818	3.224
Juros de passivos subordinados	1.686	1.815
Juros de passivos financeiros de negociação	23	8
Juros de derivados de cobertura	9	-
Outros juros e encargos similares	3	10
	<u>33.035</u>	<u>49.244</u>
Comissões pagas ao custo amortizado	6.461	7.618
	<u>39.496</u>	<u>56.862</u>

25. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica diz respeito a dividendos recebidos de instrumentos de capital que se encontram registados na rubrica de "Ativos financeiros disponíveis para venda".

26. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Rendimento de serviços e comissões:</u>		
Por serviços prestados	23.373	21.633
Por garantias prestadas	5.608	6.107
Outras operações realizadas por conta de terceiros	4.979	4.542
Outros	11.260	8.059
	<u>45.220</u>	<u>40.341</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	11.322	9.937
Por operações realizadas por terceiros	1.719	1.563
	<u>13.041</u>	<u>11.500</u>

27. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultados em ativos e passivos detidos para negociação	(124)	(1.148)
Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	414	688
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
. Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(21)	-
. Derivados de cobertura	21	-
	<u>290</u>	<u>(460)</u>

28. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda		
. Ganhos em instrumentos de dívida	1.829	-
. Ganhos em instrumentos de capital	13	8.987
	<u>1.842</u>	<u>8.987</u>

Em 2016, os ganhos em instrumentos de capital referem-se à mais valia realizada com a venda das ações da *Visa Europe* à multinacional norte americana *Visa Inc.*, no âmbito da operação de unificação de marca desta entidade (Nota 7).

29. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 2017 e 2016, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos nas transações de compra e venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial.

30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultados na alienação de créditos a clientes	(18)	-
Resultados em ativos não financeiros		
. Ativos não correntes detidos para venda	119	123
. Outros ativos tangíveis	1	-
	<u>102</u>	<u>123</u>

31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Outros proveitos de exploração:</u>		
Rendimentos de prestações de serviços diversos	5.009	3.881
Ganhos em rendimentos operacionais		
. Reembolso de despesas	1.230	1.311
. Recuperação de crédito, juros e despesas	178	49
Outros	1.617	409
	<u>8.034</u>	<u>5.650</u>
<u>Outros custos de exploração:</u>		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	4	2
Contribuições para o Fundo de Resolução	952	817
Contribuições para o Mecanismo Único de Resolução	2.415	2.083
Taxa de supervisão	77	99
Outros impostos		
. Impostos indiretos	147	165
. Impostos diretos	-	186
Quotizações e donativos	285	315
Outros	693	1.050
	<u>4.573</u>	<u>4.717</u>
	<u>3.461</u>	<u>933</u>

Em 2017, o saldo da rubrica "Outros proveitos de exploração - Outros" inclui os proveitos reconhecidos no âmbito dos contratos celebrados com as entidades do Universo BIC por serviços prestados, no montante de 750 m.euros.

Em 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Outros custos de exploração - Outros" inclui perdões de dívida nos montantes de 11 m.euros e 445 m.euros, respetivamente.

32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração de empregados	48.539	38.037
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização (Nota 37)	3.223	1.955
Outros encargos relativos a remunerações	13.159	11.913
Encargos com benefícios de longo prazo (Nota 33)	1.963	1.988
Outros encargos sociais obrigatórios	307	294
Plano de contribuição definida (Nota 33)	634	622
Outros custos com o pessoal	793	90
	<u>68.618</u>	<u>54.899</u>

Em 31 de dezembro de 2017 as rubricas “Remunerações de empregados” e “Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização” incluem os custos estimados com a participação nos lucros de 2017, a ser paga aos colaboradores e aos membros da Comissão Executiva, nos montantes de 1.888 m.euros e 945 m.euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Remunerações de empregados” inclui o impacto da revisão da política de incentivos aos colaboradores.

O número efetivo de empregados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por tipo de funções, foi o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Técnicos	723	684
Administrativos	461	473
Chefias	184	209
Auxiliares	9	11
Direção	100	81
	<u>1.477</u>	<u>1.458</u>

33. BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO DOS EMPREGADOS

Conforme divulgado na Nota 2.11, o EuroBic não tem responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência para com os seus colaboradores, incluindo responsabilidades com o subsídio por morte.

Encargos com saúde

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas do Banco está a cargo dos Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a contribuição anual do Banco para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o correspondente passivo encontrava-se registado em “Outros passivos” e ascendia a 18.962 m.euros e 18.037 m.euros, respetivamente (Nota 21).

Outros benefícios de longo prazo

O Banco paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva, respetivamente. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 8.451 m.euros e 8.540 m.euros, respetivamente (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os pressupostos demográficos e financeiros considerados na determinação das responsabilidades com encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo foram os seguintes:

Pressupostos financeiros:

Taxa de desconto	2,00%
Taxa de crescimento dos salários	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de rendimento das contribuições para o plano de Contribuição Definida	3,00%
Inflação	
. Revalorização dos salários até 2001 e crescimento da RMM	2,00%
. Revalorização dos salários após 2001	2,125%

Pressupostos demográficos:

Método atuarial	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	100% EKV80
Tábua de saídas	Não considerada
Idade de reforma da Segurança Social	66 anos (*)
Percentagem de casados	80,00%
Reversibilidade	60% no Regime geral da Segurança Social e 100% no plano complementar de contribuição definida.
Diferença de idades entre cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respetivos maridos.

(*) A idade de acesso à pensão tem como base os 66 anos acrescidos do número de meses, equivalentes à proporção de dois terços da evolução da esperança média de vida, aos 65 anos, verificada entre o segundo e o terceiro ano anteriores à data do início da pensão. Deste modo é definido anualmente, a idade normal de acesso à pensão de reforma, tendo como referência os 66 anos em 2014 e o aumento da esperança média de vida. A idade de acesso à pensão de velhice do regime geral da segurança social em 2018 é de 66 anos e 4 meses (66 anos e 3 meses em 2017).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2017 e 2016 a contribuição efetuada pelo Banco para o plano de contribuição definida referido na Nota 2.11 ascendeu a 634 e 622 m.euros, respetivamente (Nota 32).

O custo do exercício relativo a responsabilidades de benefícios de longo prazo relacionadas com encargos de saúde e prémios de antiguidade tem a seguinte composição (Nota 32):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo dos serviços correntes	1.591	1.503
Custo dos juros	493	552
Desvios atuariais com prémios de antiguidade	(121)	(67)
	<u>1.963</u>	<u>1.988</u>

O movimento ocorrido nas responsabilidades com encargos com saúde e prémio de antiguidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 pode ser detalhado como segue:

	<u>Encargos com saúde</u>	<u>Prémio de antiguidade</u>
Responsabilidades em 31.12.2015	<u>14.024</u>	<u>8.386</u>
Custo dos serviços correntes	912	590
Custo dos juros	350	202
(Ganhos)/perdas atuariais	2.776	(67)
Pagamentos de benefícios	(25)	(571)
Responsabilidades em 31.12.2016 (Nota 21)	<u>18.037</u>	<u>8.540</u>
Custo dos serviços correntes	1.118	473
Custo dos juros	360	133
(Ganhos)/perdas atuariais	(521)	(121)
Pagamentos de benefícios	(32)	(574)
Responsabilidades em 31.12.2017 (Nota 21)	<u>18.962</u>	<u>8.451</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Os desvios atuariais com encargos com saúde e prémio de antiguidade ocorridos nos exercícios de 2017 e 2016 podem ser explicados como segue:

	2017	
	Encargos com saúde	Prémio de antiguidade
Alterações demográficas	(505)	(164)
Alterações de salários	20	14
Outros	(36)	29
	<u>(521)</u>	<u>(121)</u>
	2016	
	Encargos com saúde	Prémio de antiguidade
Alterações demográficas	(137)	(97)
Alterações de salários	5	50
Alteração da taxa de crescimento salarial de 2,25% para 1,75%	(57)	(325)
Alteração da taxa de crescimento das pensões de 0,00% para 0,50%	725	-
Alteração da taxa de desconto de 2,50% para 2,00%	2.250	324
Outros	(10)	(19)
	<u>2.776</u>	<u>(67)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as análises de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportadas aquelas datas conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Banco com encargos com saúde e prémio de antiguidade:

Pressupostos financeiros	2017					
	Encargos com saúde		Prémio de antiguidade		Total	
	%	em valor	%	em valor	%	em valor
Alteração na taxa de desconto:						
Acréscimo de 0,25%	-6,38%	(1.210)	-1,93%	(163)	-4,99%	(1.373)
Redução de 0,25%	6,91%	1.310	1,99%	168	5,37%	1.478
Alteração da taxa de crescimento dos salários:						
Acréscimo de 0,25%	0,17%	33	1,99%	168	0,73%	201
Redução de 0,25%	-0,10%	(19)	-1,94%	(164)	-0,66%	(183)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:						
Acréscimo de 0,25%	2,75%	522	-	-	1,90%	522
Redução de 0,25%	-2,64%	(501)	-	-	-1,82%	(501)
	2016					
	Encargos com saúde		Prémio de antiguidade		Total	
	%	em valor	%	em valor	%	em valor
Alteração na taxa de desconto:						
Acréscimo de 0,25%	-6,49%	(1.171)	-1,93%	(165)	-5,03%	(1.336)
Redução de 0,25%	7,04%	1.269	1,99%	170	5,41%	1.439
Alteração da taxa de crescimento dos salários:						
Acréscimo de 0,25%	0,18%	33	1,99%	170	0,76%	203
Redução de 0,25%	-0,11%	(19)	-1,93%	(165)	-0,69%	(184)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:						
Acréscimo de 0,25%	2,49%	450	-	-	1,69%	450
Redução de 0,25%	-2,40%	(433)	-	-	-1,63%	(433)

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Com fornecimentos	2.701	2.662
Com serviços		
. Rendas e alugueres	4.453	4.906
. Comunicações	2.779	3.239
. Publicidade	2.445	3.102
. Conservação e reparação	2.240	2.146
. Transportes	1.584	1.537
. Deslocações, estadas e representação	861	898
. Seguros	566	465
. Formação de pessoal	148	144
. Com serviços especializados		
. Informática	10.997	11.944
. Avenças e honorários	1.487	1.283
. Judiciais, contencioso e notariado	1.043	590
. Limpeza	860	817
. Informações	470	640
. Segurança e vigilância	232	212
. Outros serviços especializados	5.460	4.417
. Outros serviços	1.823	1.810
	<u>40.149</u>	<u>40.812</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica "Com serviços especializados - Outros serviços especializados" inclui os honorários de revisão legal das contas e de outros serviços de garantia de fiabilidade, de acordo com o seguinte detalhe, excluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Revisão Legal das Contas	264	264
Outros serviços de garantia de fiabilidade		
. Exigidos por Lei	188	227
. Apoio ao Conselho Fiscal	157	134
	<u>609</u>	<u>625</u>

35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias, avales prestados		
. Residentes	280.811	270.726
. Não residentes	4.859	5.081
Créditos documentários abertos		
. Residentes	21.652	21.263
. Não residentes	26.769	10.494
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	92	-
	<u>334.183</u>	<u>307.564</u>
Ativos dados em garantia	1.580.713	1.248.466
	<u>1.914.896</u>	<u>1.556.030</u>
<u>Compromissos</u>		
Compromissos irrevogáveis		
. Linhas de crédito	349.661	155.323
. Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	5.182	4.390
. Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	1.124	1.124
Outros compromissos irrevogáveis	2.067	2.067
	<u>358.034</u>	<u>162.904</u>
Compromissos revogáveis		
. Linhas de crédito	783.929	868.043
. Facilidades de desconto em conta	22.382	18.623
	<u>806.311</u>	<u>886.666</u>
Responsabilidades por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	2.403.553	3.424.376
De cobrança de valores	27.051	36.690
Valores administrados pela instituição	199.839	223.092
	<u>2.630.443</u>	<u>3.684.158</u>
	<u>3.794.788</u>	<u>4.733.728</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos dados em garantia" refere-se ao valor de mercado dos títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu, como colateral de linhas de financiamento disponíveis nos montantes de 1.124.975 m.euros e 1.003.261 m.euros, respetivamente.

36. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos da Norma IFRS 8, o Banco adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, receção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a receção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido ao Banco pelos clientes ou grupo de clientes ligados entre si;
- Banca comercial: atividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais ativos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

Linhas de negócio

	2017				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	369.792	-	-	-	369.792
Disponibilidades em outras instituições de crédito	126.940	-	-	-	126.940
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	32	-	32
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16.171	-	-	-	16.171
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.501.079	-	-	-	1.501.079
Aplicações em instituições de crédito	530.436	-	-	-	530.436
Crédito a clientes (líquido)	-	1.024.024	3.148.668	-	4.172.692
Investimentos detidos até à maturidade	262.622	-	-	-	262.622
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	2.976	2.976
Outros	-	-	-	108.167	108.167
Total do Ativo Líquido	2.807.040	1.024.024	3.148.700	111.143	7.090.907
Passivo					
Recursos de bancos centrais	501.184	-	-	-	501.184
Recursos de outras instituições de crédito	442.565	-	-	-	442.565
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.236.717	2.079.666	33.427	5.349.810
Outros passivos subordinados	94.858	-	-	-	94.858
Outros	-	-	-	177.828	177.828
Total do Passivo	1.038.607	3.236.717	2.079.666	211.255	6.566.245

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Margem Financeira	29.668	(4.758)	104.017	(3)	128.924
Rendimentos de instrumentos de capital	26	-	-	-	26
Rendimentos de serviços e comissões	2.977	8.634	29.618	3.991	45.220
Encargos de serviços e comissões	(147)	(1.713)	(7.980)	(3.201)	(13.041)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	290	-	-	-	290
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	1.842	-	-	-	1.842
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	2.944	-	-	-	2.944
Resultados de alienação de outros ativos	-	-	-	102	102
Outros resultados de exploração	-	-	-	3.461	3.461
Produto Bancário	37.600	2.163	125.655	4.350	169.768
Outros custos e proveitos					(144.739)
					<u>25.029</u>

	2016				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	274.885	-	-	-	274.885
Disponibilidades em outras instituições de crédito	35.607	-	-	-	35.607
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	41	-	41
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16.299	-	-	-	16.299
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.257.714	-	-	-	1.257.714
Aplicações em instituições de crédito	671.507	-	-	-	671.507
Crédito a clientes (líquido)	260.885	800.084	2.882.228	-	3.943.197
Investimentos detidos até à maturidade	176.507	-	-	-	176.507
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	3.044	3.044
Outros	-	-	-	97.748	97.748
Total do Ativo Líquido	2.693.404	800.084	2.882.269	100.792	6.476.549

	2016				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Passivo					
Recursos de bancos centrais	354.162	-	-	-	354.162
Recursos de outras instituições de crédito	271.926	-	-	-	271.926
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.281.543	1.826.592	31.154	5.139.289
Outros passivos subordinados	94.934	-	-	-	94.934
Outros	-	-	-	139.291	139.291
Total do Passivo	721.022	3.281.543	1.826.592	170.445	5.999.602

	2016				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Margem Financeira	35.742	(15.886)	107.530	(10)	127.376
Rendimentos de instrumentos de capital	177	-	-	-	177
Rendimentos de serviços e comissões	1.742	7.258	23.229	8.112	40.341
Encargos de serviços e comissões	(60)	(1.613)	(3.597)	(6.230)	(11.500)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	(460)	-	-	-	(460)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	8.987	-	-	-	8.987
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	3.375	-	-	-	3.375
Resultados de alienação de outros ativos	-	-	-	123	123
Outros resultados de exploração	-	-	-	933	933
Produto Bancário	49.503	(10.241)	127.162	2.928	169.352
Outros custos e proveitos					(192.021)
					<u>(22.669)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Banco na construção destes mapas foram os seguintes:

- As rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram segregadas entre “Particulares” e “Empresas”, tendo sido alocados os respetivos saldos aos segmentos “Banca de retalho” e “Banca comercial”, respetivamente.
- As operações de papel comercial cujo EuroBic não intervém como banco agente encontram-se registadas na rubrica “Crédito a clientes” e alocadas ao segmento “Negociação e vendas”.
- As rubricas “Recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Negociação e Vendas” dado que a finalidade é serem utilizados na atividade normal do Banco.
- Os outros ativos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

Mercados geográficos

	2017			Total
	Portugal	União Europeia	Outros	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51.184	318.608	-	369.792
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.784	105.626	1.530	126.940
Ativos financeiros detidos para negociação	32	-	-	32
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	8.168	5.057	2.946	16.171
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.232.948	263.313	4.818	1.501.079
Aplicações em instituições de crédito	177.100	353.336	-	530.436
Crédito a clientes (líquido)	3.978.827	124.492	69.373	4.172.692
Investimentos detidos até à maturidade	154.708	107.914	-	262.622
Outros	109.562	151	1.430	111.143
Total do Ativo Líquido	5.732.313	1.278.497	80.097	7.090.907
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	348.468	152.716	501.184
Recursos de outras instituições de crédito	6.875	367	435.323	442.565
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.695.172	160.055	494.583	5.349.810
Outros passivos subordinados	94.858	-	-	94.858
Outros	177.828	-	-	177.828
Total do Passivo	4.974.733	508.890	1.082.622	6.566.245

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017			Total
	Portugal	União Europeia	Outros	
Margem financeira	122.653	6.312	(41)	128.924
Rendimentos de instrumentos de capital	2	-	24	26
Rendimentos de serviços e comissões	44.452	115	653	45.220
Encargos de serviços e comissões	(11.748)	(1.278)	(15)	(13.041)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	195	95	-	290
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	1.842	-	-	1.842
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	2.944	-	-	2.944
Resultados de alienação de outros ativos	102	-	-	102
Outros resultados de exploração	2.128	9	1.324	3.461
Produto Bancário	162.570	5.253	1.945	169.768
Outros custos e proveitos				(144.739)
				25.029

	2016			Total
	Portugal	União Europeia	Outros	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	64.497	210.388	-	274.885
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.177	2.231	16.199	35.607
Ativos financeiros detidos para negociação	41	-	-	41
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	8.289	4.962	3.048	16.299
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.067.637	185.751	4.326	1.257.714
Aplicações em instituições de crédito	508.364	50.231	112.912	671.507
Crédito a clientes (líquido)	3.727.195	119.280	96.722	3.943.197
Investimentos detidos até à maturidade	56.032	120.475	-	176.507
Outros	99.703	97	992	100.792
Total do Ativo Líquido	5.548.935	693.415	234.199	6.476.549

Passivo

Recursos de bancos centrais	-	150.000	204.162	354.162
Recursos de outras instituições de crédito	21.431	1	250.494	271.926
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.586.729	95.772	456.788	5.139.289
Outros passivos subordinados	94.934	-	-	94.934
Outros	139.291	-	-	139.291
Total do Passivo	4.842.385	245.773	911.444	5.999.602

	2016			Total
	Portugal	União Europeia	Outros	
Margem Financeira estrita	112.465	8.447	6.464	127.376
Rendimentos de instrumentos de capital	177	-	-	177
Rendimentos de serviços e comissões	39.307	197	837	40.341
Encargos de serviços e comissões	(11.149)	(342)	(9)	(11.500)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	538	(998)	-	(460)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	-	6.632	2.355	8.987
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	3.375	-	-	3.375
Resultados de alienação de outros ativos	123	-	-	123
Outros resultados de exploração	(293)	69	1.157	933
Produto Bancário	144.543	14.005	10.804	169.352
Outros custos e proveitos				(192.021)
				(22.669)

37. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, eram consideradas entidades relacionadas do Banco as seguintes entidades e pessoas singulares:

2017		
Nome	Participação direta (%)	Participação efetiva (%)
Acionistas (Nota 22)		
Santoro Financial Holding, SGPS, S.A.	25%	25%
Finisantoro Holding Limited	17,5%	17,5%
Isabel José dos Santos	-	42,5%
Telesgest B.V.	17,5%	17,5%
Fernando Leonídio Mendes Teles	20%	37,5%
Luís Manuel Cortez dos Santos	5%	5%
Manuel Pinheiro Fernandes	5%	5%
Sebastião Bastos Lavrador	5%	5%
Membros do Conselho de Administração ⁽¹⁾		
Fernando Leonídio Mendes Teles	20%	37,5%
Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	-	-
Pedro Canastra de Azevedo Maia	-	-
José António de Azevedo Pereira	-	-
Francisco Manuel Constantino Pinto	-	-
Diogo Vasco Ramos Barrote	-	1%
Fernando Teixeira dos Santos	-	-
Rui Manuel Correia Pedras	-	-
José Fernando Maia de Araújo e Silva	-	-
Manuel Alexandre Veríssimo da Luz	-	-
Pedro Miguel Godinho de Almeida e Silva	-	-
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	-	-
José Miguel Coelho Antunes	-	-
Vanessa Ferreira Loureiro ⁽²⁾	-	-
Membros do Conselho Fiscal		
Susana Nereu de Oliveira Ribeiro	-	-
Ilídio Tomás Lopes	-	-
Armando Nunes Paredes	-	-
Carlos Alexandre De Padua Corte-Real Pereira (suplente)	-	-
Instituições financeiras onde os acionistas têm influência significativa		
Banco BIC, S.A. (BIC Angola)	-	-
Banco BIC Cabo Verde, S.A. (BIC Cabo Verde)	-	-
Bank BIC Namíbia, S. A.	-	-

(1) Inclui membros executivos e não executivos.

(2) Iniciou funções em 15.02.2017.

2016		
Nome	Participação direta (%)	Participação efetiva (%)
Acionistas (Nota 22)		
Santoro Financial Holding, SGPS, S.A.	25%	25%
Finisantoro Holding Limited	17,5%	17,5%
Isabel José dos Santos	-	42,5%
Telesgest B.V.	17,5%	17,5%
Fernando Leonídio Mendes Teles	20%	37,5%
Luís Manuel Cortez dos Santos	5%	5%
Manuel Pinheiro Fernandes	5%	5%
Sebastião Bastos Lavrador	5%	5%
Membros do Conselho de Administração ⁽¹⁾		
Fernando Leonídio Mendes Teles	20%	37,5%
Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	-	-
Pedro Canastra de Azevedo Maia	-	-
José António de Azevedo Pereira	-	-
Francisco Manuel Constantino Pinto	-	-
Isabel Vizeu Pinheiro Pereira Reis ⁽³⁾	-	-
Diogo Vasco Ramos Barrote	-	1%
Fernando Teixeira dos Santos	-	-
Rui Manuel Correia Pedras	-	-
José Fernando Maia de Araújo e Silva	-	-
Manuel Alexandre Veríssimo da Luz	-	-
Pedro Miguel Godinho de Almeida e Silva	-	-
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	-	-
José Miguel Coelho Antunes	-	-
Membros do Conselho Fiscal		
Susana Nereu de Oliveira Ribeiro	-	-
Ilídio Tomás Lopes	-	-
Armando Nunes Paredes	-	-
Instituições financeiras onde os acionistas têm influência significativa		
Banco BIC, S.A. (BIC Angola)	-	-
Banco BIC Cabo Verde, S.A. (BIC Cabo Verde)	-	-
Bank BIC Namíbia, S.A.	-	-

⁽³⁾ Renunciou ao cargo em 30.11.2016.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as demonstrações financeiras do Banco incluíam os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

2017							
	Acionistas	Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Entidades onde os Acionistas têm influência significativa			Entidades onde os Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm influência significativa ⁽²⁾	Total
			BIC Angola	BIC Cabo Verde	Outras entidades ⁽²⁾		
Ativo							
Crédito a clientes	28	543	-	-	20.160	6	20.737
Outros ativos	-	-	863	16	-	-	879
	<u>28</u>	<u>543</u>	<u>863</u>	<u>16</u>	<u>20.160</u>	<u>6</u>	<u>21.616</u>
Passivo							
Recursos de Instituições de Crédito (Nota 17)	-	-	92.834	162.777	1.302	-	256.913
Recursos de clientes	42.559	609	-	-	327.606	3.434	374.208
	<u>42.559</u>	<u>609</u>	<u>92.834</u>	<u>162.777</u>	<u>328.908</u>	<u>3.434</u>	<u>631.121</u>
Resultados							
Custos							
Juros e encargos similares	(713)	(2)	(34)	(9)	(525)	(28)	(1.311)
Custos com pessoal (Nota 32)	-	(3.223)	-	-	-	-	(3.223)
Proveitos							
Juros e rendimentos similares	1	1	526	28	1.390	-	1.946
Rendimentos de serviços e comissões	8	1	211	68	430	1	719
Outros resultados de exploração	1	-	1.245	1	17	-	1.264
	<u>(703)</u>	<u>(3.223)</u>	<u>1.948</u>	<u>88</u>	<u>1.312</u>	<u>(27)</u>	<u>(605)</u>
Extrapatrimoniais							
Garantias prestadas	-	-	4.853	-	1.396	-	6.249
Créditos documentários à exportação	-	-	26.770	-	-	-	26.770
Linhas não utilizadas	120	31	-	-	23.723	14	23.888
	<u>120</u>	<u>31</u>	<u>31.623</u>	<u>-</u>	<u>25.119</u>	<u>14</u>	<u>56.907</u>
2016							
	Acionistas	Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Entidades onde os Acionistas têm influência significativa			Entidades onde os Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm influência significativa ⁽²⁾	Total
			BIC Angola	BIC Cabo Verde	Outras entidades ⁽²⁾		
Ativo							
Aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	-	-	-	91.831	-	-	91.831
Crédito a clientes	6	567	-	-	30.856	720	32.149
Outros ativos	-	-	111	1	-	-	112
	<u>6</u>	<u>567</u>	<u>111</u>	<u>91.832</u>	<u>30.856</u>	<u>720</u>	<u>124.092</u>
Passivo							
Recursos de Instituições de Crédito (Nota 17)	-	-	88.375	58.860	637	-	147.872
Recursos de clientes	42.529	626	-	-	261.584	3.437	308.176
	<u>42.529</u>	<u>626</u>	<u>88.375</u>	<u>58.860</u>	<u>262.221</u>	<u>3.437</u>	<u>456.048</u>
Resultados							
Custos							
Juros e encargos similares	(806)	(4)	(503)	(1.507)	(610)	(37)	(3.467)
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Custos com pessoal (Nota 32)	-	(1.955)	-	-	-	-	(1.955)
Proveitos							
Juros e rendimentos similares	4	1	3.883	4.611	2.063	7	10.569
Rendimentos de serviços e comissões	3	-	64	11	63	2	143
Outros resultados de exploração	2	1	970	-	16	-	989
	<u>(797)</u>	<u>(1.957)</u>	<u>4.414</u>	<u>3.115</u>	<u>1.529</u>	<u>(28)</u>	<u>6.276</u>
Extrapatrimoniais							
Garantias prestadas	-	-	5.025	-	232	-	5.257
Créditos documentários à exportação	-	-	10.494	-	-	-	10.494
Linhas não utilizadas	124	28	-	-	10.507	380	11.039
	<u>124</u>	<u>28</u>	<u>15.519</u>	<u>-</u>	<u>10.739</u>	<u>380</u>	<u>26.790</u>

⁽¹⁾ Inclui os membros executivos e não executivos. Exclui acionistas.

⁽²⁾ Abrange os cônjugues e familiares em 1º grau.

Em 31 de dezembro de 2017, os penhores de depósitos a prazo e garantias prestadas pelo BIC Angola para colateralizar operações de crédito concedidas a clientes do Banco ascendiam a 2.000 m.euros e 188.041 m.euros, respetivamente (2.000 m.euros e 281.228 m.euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os penhores de depósito a prazo prestados pelo BIC Cabo Verde para colateralizar operações de crédito concedidas a clientes do Banco ascendiam a 8.733 m.euros e 11.398 m.euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os créditos documentários à exportação encontram-se totalmente colateralizados por penhores de depósitos a prazo prestados pelo BIC Angola.

Em 31 de dezembro de 2017, o penhor de títulos detidos pelo BIC Cabo Verde ascendia a 47.070 m.euros. Em 31 de dezembro de 2016, o penhor de títulos detidos pelo BIC Angola e BIC Cabo Verde ascendiam 31.269 m.euros e 62.103 m.euros, respetivamente.

38. GESTÃO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco dispõe de uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de capital *Common Equity TIER I* acima dos mínimos regulamentares estabelecidos pelo Banco de Portugal.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (montantes expressos em milhões de euros):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)		
A1 - FUNDOS PRÓPRIOS PRINCIPAIS DE NÍVEL 1 (COMMON EQUITY TIER)		
Capital elegível	417.220	417.220
Reservas e resultados totais	107.442	59.728
Reservas e resultados não elegíveis	(33.496)	(14.095)
Outros elementos / deduções aos fundos próprios principais de nível 1	(2.857)	(1.230)
	<u>488.309</u>	<u>461.623</u>
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)		
Capital e passivos subordinados elegíveis	<u>47.225</u>	<u>56.700</u>
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B)	<u>535.534</u>	<u>518.323</u>
E - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)	<u>3.987.714</u>	<u>3.883.945</u>
RÁCIOS		
TIER I [A/E]	12,25%	11,89%
COMMON EQUITY TIER I [A1/E]	12,25%	11,89%
TIER II [B/E]	1,18%	1,46%
TOTAL CAPITAL [D/E]	13,43%	13,35%

39. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

No exercício de 2017 e 2016, o Banco reconheceu 277 m.euros e 310 m.euros, respetivamente, a título de remunerações referentes à prestação de serviços de mediação de seguros, relativas na sua totalidade a comissões recebidas sob a forma de numerário.

As remunerações do exercício decorrem integralmente da prestação de serviços de mediação junto da Real Vida Seguros, S.A., Lusitânia, Companhia de Seguros, S. A. e Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., correspondendo integralmente à comercialização de produtos do ramo vida.

No âmbito da sua atividade de mediador, o Banco não exerce qualquer atividade de cobrança junto de clientes relacionados com pagamentos associados a contratos de seguros.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

O Banco prossegue uma política de não alavancagem da atividade através da negociação de instrumentos financeiros ou da tomada de posições de cariz especulativo, reconhecendo que a sua atividade assenta no segmento comercial e de retalho. A atividade da Sala de Mercados concentra-se essencialmente numa gestão prudente da tesouraria, através de aplicação e rentabilização dos excedentes de liquidez.

É considerado fundamental assegurar a segregação de funções entre as áreas que originam o risco e as áreas que o acompanham, possibilitando a estas últimas desempenhar as suas competências de uma forma objetiva e independente.

Nesse sentido, o Banco tem vindo a desenvolver uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, procurando dotar as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelem ajustados aos diferentes tipos de risco incorridos na sua atividade. Cada uma das áreas dispõe de uma estrutura organizativa própria que atende à natureza, dimensão e complexidade das atividades desenvolvidas, procurando-se que o grau de sofisticação dos sistemas de gestão dos diferentes tipos de risco seja proporcional e adequado ao respetivo nível de exposição e grau de tolerância.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O Banco incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

Para além da elaboração do reporte semestral regulamentar de risco de taxa de juro, de acordo com a Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal, o risco de taxa de juro é também acompanhado através da análise mensal dos *gaps* de taxa de juro, resultantes da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro ou de maturidade residual no caso de taxas fixas, para todos os ativos e passivos sensíveis à mesma. Os respetivos resultados são apresentados em sede do Conselho de Gestão de Ativos e Passivos.

Adicionalmente, tendo em conta os limites estabelecidos internamente, o Banco monitoriza trimestralmente o risco estrutural de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e do valor económico face a variações das curvas de taxas de juro.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus ativos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* esperados, bem como os respetivos *gaps* de liquidez. Esta análise é realizada com periodicidade mensal.

O EuroBic tem ainda mecanismos de monitorização periódica dos níveis de liquidez, sendo de destacar a realização do Conselho de Gestão de Ativos e Passivos e o acompanhamento diário das posições por parte da Direção Internacional e Financeira.

A gestão de liquidez do EuroBic baseia-se em critérios conservadores, assegurando a permanência de níveis adequados de liquidez disponível para fazer face a eventuais pressões de tesouraria.

Neste âmbito, são definidos limites mínimos de aplicações de muito curto prazo em Mercado Monetário Interbancário (MMI), bem como regras que assegurem a existência de ativos líquidos e o acesso aos mecanismos de Política Monetária do BCE (elegibilidade dos ativos detidos na carteira própria do Banco).

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efetuado ao abrigo de um exercício de monitorização descrito na Instrução n.º 13/2009, e através do reporte regular do Rácio de Cobertura de Liquidez (*Liquidity Coverage Ratio - LCR*) e do Rácio de Financiamento Líquido Estável (*Net Stable Funding Ratio - NSFR*), enquadrados no âmbito do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, *spreads* de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

O Banco não dispõe de uma carteira de negociação.

O risco de mercado é gerido em permanência pelo Banco, dispondo diariamente de informação sobre a valorização dos instrumentos financeiros em carteira. Adicionalmente, são efetuadas análises periódicas ao *VaR* da carteira.

Ainda neste âmbito, o Banco dispõe de uma abrangente Política de Investimentos que pretende evitar a tomada excessiva de risco, encontrando-se estabelecidos limites por tipologia de ativos admissíveis; composição e estrutura da carteira, assim como níveis de concentração por entidade, área geográfica e *rating*.

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O Banco prossegue uma política prudente de gestão de ativos e passivos em moeda estrangeira que minimiza o risco de taxa de câmbio associado. O objetivo é a cobertura permanente das posições cambiais nas várias moedas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

	2017							Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	318.608	-	-	-	-	-	-	318.608
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	315.943	165.834	154.169	96.000	175.516	469.634	1.377.094
Aplicações em instituições de crédito	335.632	100.158	92.324	1.197	-	-	-	529.311
Crédito a clientes (saldo bruto)	193.056	895.076	1.762.753	1.105.500	202.552	52.400	43.057	4.254.395
Investimentos detidos até à maturidade	50.000	-	100.000	-	-	100.000	-	250.000
	897.296	1.311.177	2.120.911	1.260.866	298.552	327.916	512.691	6.729.408
Passivo								
Recursos de bancos centrais	112.770	39.054	-	-	-	150.000	200.000	501.824
Recursos de outras instituições de crédito	52.323	46.296	95.323	22.823	7.950	-	8.733	233.448
Recursos de clientes e outros empréstimos	136.194	314.842	727.489	793.988	1.219.306	309.023	5.818	3.506.660
Outros passivos subordinados	-	-	94.450	-	-	-	-	94.450
Outros passivos (inclui impostos a pagar)	-	371	-	61	53	-	-	485
	301.287	400.563	917.262	816.872	1.227.310	459.023	214.551	4.336.867
Exposição Líquida	596.009	910.614	1.203.648	443.994	(928.757)	(131.107)	298.140	2.392.541
	2016							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.388	-	-	-	-	-	-	210.388
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	95.000	48.000	83.630	360.750	326.085	260.416	1.173.881
Aplicações em instituições de crédito	103.240	248.068	312.424	7.602	-	-	-	671.334
Crédito a clientes (saldo bruto)	192.144	821.045	1.939.304	927.356	64.956	49.206	19.721	4.013.732
Investimentos detidos até à maturidade	50.000	-	-	-	-	2.674	105.099	157.773
	555.772	1.164.113	2.299.728	1.018.588	425.706	377.965	385.236	6.227.108
Passivo								
Recursos de bancos centrais	21	-	-	-	203.915	-	150.000	353.936
Recursos de outras instituições de crédito	12.138	50.343	2.904	7.880	17.000	5.000	11.398	106.663
Recursos de clientes e outros empréstimos	206.914	321.439	728.729	835.384	1.251.876	404.883	6.289	3.755.514
Outros passivos subordinados	-	-	94.500	-	-	-	-	94.500
Outros passivos (inclui impostos a pagar)	26	371	119	61	53	3	-	633
	219.099	372.153	826.252	843.325	1.472.844	409.886	167.687	4.311.246
Exposição Líquida	336.673	791.960	1.473.476	175.263	(1.047.138)	(31.921)	217.549	1.915.862

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)**Risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as operações de crédito, garantias prestadas e compromissos irrevogáveis classificadas em “crédito em cumprimento” e “crédito em incumprimento” apresentam o seguinte detalhe:

	2017									
	Exposição					Imparidade				
	Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90	Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90	
Empresas										
Grandes Empresas										
Construção	202.681	167.643	-	17.770	17.268	29.910	10.325	-	8.079	11.506
Indústria	92.143	87.384	-	-	4.759	6.420	1.627	-	-	4.793
Comércio e Reparações	107.727	105.412	-	1.069	1.246	3.507	2.288	-	856	363
Outros Setores	481.072	454.263	-	14.529	12.281	37.715	16.925	-	10.948	9.842
	883.623	814.702	-	33.368	35.554	77.552	31.165	-	19.883	26.504
Médias Empresas										
Construção	347.473	295.560	223	8.207	43.483	46.848	6.813	115	3.607	36.313
Indústria	344.407	316.900	1.384	7.681	18.442	24.338	5.853	189	2.654	15.642
Comércio e Reparações	334.093	286.666	994	4.823	41.610	44.428	4.748	377	2.501	36.802
Outros Setores	527.973	479.710	488	7.727	40.048	31.820	7.445	44	2.978	21.353
	1.553.946	1.378.836	3.089	28.438	143.583	147.434	24.859	725	11.740	110.110
Pequenas Empresas										
Construção	87.891	79.526	293	1.053	7.019	8.031	852	77	374	6.728
Indústria	44.714	40.843	110	390	3.371	4.075	502	41	212	3.320
Comércio e Reparações	94.636	83.711	1.334	687	8.904	10.687	871	237	521	9.058
Outros Setores	129.038	118.994	473	551	9.020	9.700	1.432	97	372	7.799
	356.279	323.074	2.210	2.681	28.314	32.493	3.657	452	1.479	26.905
Papel Comercial	621.317	613.668	-	-	7.649	3.574	2.426	-	-	1.148
Particulares										
Habituação	893.379	868.252	5.008	1.321	18.798	4.897	872	114	120	3.791
Consumo	109.871	92.937	1.226	801	14.907	15.883	2.000	308	420	13.155
Revolving	14.069	11.544	29	386	2.110	2.353	84	5	274	1.990
ENI's	37.122	31.790	539	293	4.500	5.259	453	134	208	4.464
	1.054.441	1.004.523	6.802	2.801	40.315	28.392	3.409	561	1.022	23.400
	4.469.606	4.134.803	12.101	67.288	255.415	289.445	65.516	1.738	34.124	188.067
Garantias Prestadas	307.414	281.391	-	26.023	-	13.445	9.131	-	4.314	-
Compromissos Irrevogáveis	349.661	347.086	662	730	1.183	217	154	1	15	47
	657.075	628.477	662	26.753	1.183	13.662	9.285	1	4.329	47
	5.126.681	4.763.281	12.763	94.041	256.598	303.107	74.801	1.739	38.453	188.114

	2016									
	Exposição					Imparidade				
	Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90	Dias de atraso < 30		Dias de atraso entre 30 e 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90	
Empresas										
Grandes Empresas										
Construção	324.530	263.715	-	19.404	41.412	47.209	19.458	-	7.994	19.757
Indústria	105.362	99.713	857	1.000	3.793	5.088	1.437	9	750	2.892
Comércio e Reparações	94.412	91.775	-	1.491	1.147	3.527	1.945	-	1.417	166
Outros Setores	462.028	441.293	4.814	2.179	13.742	20.489	8.231	48	1.107	11.102
	986.333	896.495	5.671	24.073	60.094	76.312	31.070	57	11.268	33.918
Médias Empresas										
Construção	333.173	278.698	2.703	6.504	45.268	42.266	7.362	198	2.614	32.093
Indústria	310.102	287.549	235	5.540	16.778	18.745	4.617	104	1.587	12.438
Comércio e Reparações	317.781	277.896	583	4.379	34.923	36.741	4.434	134	2.506	29.667
Outros Setores	486.293	456.472	634	5.030	24.157	21.739	6.109	75	3.007	12.549
	1.447.349	1.300.615	4.155	21.453	121.126	119.491	22.522	510	9.713	86.746
Pequenas Empresas										
Construção	151.395	142.111	713	650	7.920	7.747	1.298	72	346	6.031
Indústria	43.400	40.049	151	306	2.894	3.546	595	51	258	2.642
Comércio e Reparações	84.528	74.441	363	365	9.359	9.249	853	98	218	8.080
Outros Setores	106.724	96.313	1.203	903	8.305	8.981	1.285	678	510	6.509
	386.046	352.914	2.430	2.224	28.477	29.523	4.031	899	1.332	23.261
Papel Comercial	556.727	548.227	-	-	8.500	4.037	2.762	-	-	1.275
Particulares										
Habituação	665.825	638.480	6.330	1.986	19.029	4.419	1.141	164	365	2.750
Consumo	111.482	93.344	1.993	490	15.654	15.171	2.042	379	339	12.411
Revolving	15.526	13.174	56	235	2.062	2.146	72	7	192	1.874
ENI's	36.338	30.899	464	130	4.844	5.002	554	187	97	4.164
	829.170	775.897	8.842	2.842	41.589	26.738	3.810	737	992	21.199
	4.205.625	3.874.148	21.099	50.592	259.787	256.102	64.195	2.203	23.305	166.399
Garantias prestadas	297.069	269.878	-	27.191	-	16.876	12.128	-	4.748	-
Compromissos Irrevogáveis	155.323	152.810	9	1.683	821	257	156	-	75	26
	452.392	422.688	9	28.875	821	17.133	12.283	-	4.824	26
	4.658.018	4.296.836	21.108	79.466	260.607	273.235	76.478	2.203	28.129	166.425

A linha "*Revolving*" refere-se a contas correntes caucionadas, cartões de crédito e descobertos bancários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Garantias prestadas" não inclui os créditos documentários à exportação cujos ordenadores são clientes do BIC Angola, nos montantes de 26.769 m.euros e 10.494 m.euros, respetivamente (Nota 35). O Banco atua apenas como confirmador das cartas de crédito, não existindo risco de crédito associado a clientes do Banco, mas sim risco de crédito associado ao BIC Angola. Tratando-se de uma exposição a OIC, a mesma não se enquadra no âmbito de análise de imparidade da carteira de crédito a clientes do Banco.

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de crédito do Banco, e respetiva imparidade, apresenta o seguinte detalhe, por segmento e por ano de produção:

	2017			2016			2015			2014			2013			2012			≤2011			Total			
	Operações	Exposição	Imparidade																						
Empresas																									
Grandes Empresas																									
Construção	39	27.775	1.781	14	45.179	6.099	36	41.958	7.894	36	60.864	4.148	11	8.110	766	3	2.709	1.684	39	16.086	7.538	178	202.681	29.910	
Indústria	62	19.055	432	80	15.389	144	26	26.151	180	17	9.796	357	36	10.835	3.988	6	1.194	294	13	9.723	825	240	92.143	6.420	
Comércio e Reparações	45	16.499	133	25	8.417	725	42	19.826	318	31	11.149	945	11	13.009	829	5	6.209	55	77	32.678	502	236	107.727	3.507	
Outros Setores	79	105.055	15.130	127	35.492	2.389	80	146.378	4.489	80	113.074	8.581	24	44.174	200	9	1.768	773	31	35.131	6.153	430	481.072	37.715	
	225	168.324	17.476	246	104.477	9.357	184	234.313	12.881	164	194.883	14.231	82	76.128	5.783	23	11.880	2.806	160	93.618	15.018	1.084	883.623	77.552	
Médias Empresas																									
Construção	778	132.110	4.892	412	45.643	3.257	519	44.491	4.668	348	63.217	8.013	212	23.184	3.916	65	3.629	1.533	598	35.199	20.569	2.932	347.473	46.848	
Indústria	1.406	100.220	3.558	669	76.961	2.969	660	39.223	3.127	622	52.494	4.176	435	31.056	1.531	164	8.703	1.416	599	35.750	7.561	4.555	344.407	24.338	
Comércio e Reparações	1.877	95.503	3.238	779	55.706	3.669	1.092	47.061	3.747	773	47.729	6.732	484	31.949	3.792	176	9.003	2.940	857	47.142	20.310	6.038	334.093	44.428	
Outros Setores	1.005	163.822	4.124	666	129.250	2.594	762	113.242	5.609	599	50.596	5.531	327	31.599	3.806	87	4.544	1.690	386	34.820	8.376	3.632	527.973	31.820	
	5.066	491.655	15.812	2.526	307.560	12.489	3.033	244.017	17.241	2.342	214.136	24.452	1.458	117.788	13.045	492	25.879	7.579	2.440	152.911	56.816	17.357	1.553.946	147.434	
Pequenas Empresas																									
Construção	999	30.468	688	634	22.364	530	758	14.391	711	523	7.523	610	233	4.036	732	79	1.349	671	528	7.760	4.089	3.754	87.891	6.031	
Indústria	729	16.676	500	427	12.240	372	464	6.095	462	345	3.358	388	207	3.026	655	55	1.492	545	305	1.827	1.153	2.532	44.714	4.075	
Comércio e Reparações	1.703	35.614	884	1.205	19.663	836	1.277	14.275	1.285	875	8.622	682	504	7.113	1.088	169	1.819	751	943	7.530	5.161	6.676	94.636	10.667	
Outros Setores	1.841	50.913	842	1.508	31.527	1.189	1.720	24.507	1.374	908	10.944	875	457	4.862	563	212	2.143	1.494	782	4.142	3.363	7.428	129.038	9.700	
	5.272	133.671	2.914	3.774	85.794	2.927	4.219	59.268	3.832	2.651	30.447	2.555	1.401	19.037	3.038	515	6.803	3.461	2.558	21.259	13.766	20.390	356.279	32.493	
Parcel Comercial	98	613.668	2.427	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7.649	1.147	-	-	-	-	-	-	99	621.317	3.574	
Particulares																									
Habitacionais	3.597	300.203	166	1.587	121.384	236	1.209	86.706	205	982	70.038	96	149	11.995	219	103	8.248	92	5.751	294.805	3.883	13.378	893.379	4.897	
Consumo	2.354	37.539	1.360	2.053	20.859	1.192	1.803	18.350	1.770	1.175	8.999	990	610	3.844	1.024	2.187	7.810	5.008	535	12.470	4.539	10.717	109.871	15.883	
Revolving	5.444	3.179	19	5.861	2.442	19	5.035	1.115	63	2.391	1.102	29	910	349	45	664	294	185	10.090	5.588	1.999	30.395	14.069	2.353	
ENR's	693	10.954	326	632	6.304	407	769	4.954	324	488	3.478	293	357	3.956	536	87	872	420	1.080	6.504	2.953	4.306	37.122	5.259	
	12.288	351.875	1.871	10.133	150.989	1.854	8.816	111.125	2.362	5.036	83.617	1.408	2.026	20.144	1.824	3.041	17.224	5.705	17.456	319.467	13.368	58.796	1.054.441	28.392	
	22.949	1.759.193	40.500	16.679	648.820	26.627	16.252	648.723	36.316	10.193	523.083	42.646	4.968	240.746	24.837	4.071	61.786	19.551	22.614	587.255	98.968	97.726	4.469.606	289.445	
Garantias Prestadas	1.213	79.546	1.217	769	34.423	220	787	36.090	474	644	35.086	399	356	12.675	196	168	7.701	141	1.461	101.893	10.798	5.398	307.414	13.445	
Compromissos Irrevogáveis	223	238.176	97	234	38.617	27	359	36.701	38	364	15.897	14	463	3.499	-	225	664	-	2.860	16.107	41	4.728	349.661	217	
	1.436	317.722	1.314	1.003	73.040	247	1.146	72.791	512	1.008	50.983	413	819	16.174	196	393	8.365	141	4.321	118.000	10.839	10.126	657.075	13.662	
	24.385	2.076.915	41.814	17.682	721.860	26.874	17.398	721.514	36.828	11.201	574.066	43.059	5.787	256.920	25.033	4.464	70.151	19.602	26.935	705.255	109.807	107.852	5.126.681	303.107	

BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016			2015			2014			2013			2012			2011			≤ 2010			Total			
	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	Operações	Exposição	Imparidade	
Empresas																									
Grandes Empresas																									
Construção	18	49.212	7.486	50	81.058	11.860	50	135.302	16.703	24	31.739	1.143	6	4.056	2.221	2	996	749	48	22.167	7.047	198	324.530	47.209	
Indústria	136	14.654	133	25	36.055	318	30	19.351	506	55	19.403	3.060	17	5.153	324	3	672	15	18	10.073	731	284	105.362	5.088	
Comércio e Reparações	62	9.424	688	54	14.960	662	34	14.154	1.141	17	14.522	735	3	3.649	15	2	2.016	119	80	35.687	166	252	94.412	3.527	
Outros Setores	134	51.094	2.642	99	173.636	4.273	103	102.592	1.945	34	72.896	7.832	12	2.287	778	5	19.771	873	33	39.753	2.246	420	462.028	20.488	
	350	124.985	10.949	228	305.709	17.113	217	271.399	20.196	130	138.560	12.770	38	15.146	3.339	12	23.455	1.755	179	107.679	10.191	1.154	986.933	76.312	
Médias Empresas																									
Construção	809	74.108	3.346	634	65.846	5.124	467	101.968	9.281	302	42.310	4.159	98	5.074	1.606	147	5.760	4.588	573	38.106	14.162	3.030	333.173	42.266	
Indústria	1.686	105.510	2.686	813	54.786	2.656	717	63.784	4.383	611	39.067	2.263	205	8.069	934	92	6.875	2.383	653	32.012	3.441	4.777	310.102	18.745	
Comércio e Reparações	2.126	92.270	2.575	1.311	60.847	3.575	997	64.722	6.994	722	38.524	3.558	231	14.713	3.840	182	5.971	3.137	855	40.734	13.062	6.424	317.781	35.741	
Outros Setores	1.041	162.170	1.927	923	136.166	3.166	746	92.195	4.356	482	49.206	3.277	109	5.342	1.070	59	7.383	2.654	406	39.932	5.289	3.766	486.293	21.739	
	5.662	434.059	10.534	3.681	317.645	14.522	2.927	322.668	25.013	2.117	169.107	13.257	643	33.098	7.450	480	25.988	12.763	2.487	144.784	35.953	17.997	1.447.349	119.491	
Pequenas Empresas																									
Construção	1.088	31.676	671	935	92.888	1.384	662	10.748	627	372	5.424	739	123	1.761	734	126	2.486	1.101	597	6.412	2.490	3.903	151.395	7.747	
Indústria	842	21.954	401	573	8.488	585	414	5.081	569	303	4.271	712	72	1.436	469	52	288	213	363	1.881	597	2.619	43.400	3.546	
Comércio e Reparações	1.982	31.238	697	1.593	21.353	1.318	1.130	11.776	886	776	9.646	1.395	234	2.041	916	177	1.890	1.454	1.182	6.594	2.589	7.054	84.528	9.249	
Outros Setores	2.038	44.467	997	2.060	30.691	1.419	1.222	15.878	1.085	712	7.143	1.290	281	2.723	1.530	163	1.101	744	920	4.722	1.917	7.396	106.724	8.981	
	5.950	129.335	2.766	5.151	153.420	4.706	3.428	43.483	3.167	2.163	26.484	4.136	710	7.961	3.650	518	5.755	3.512	3.062	19.609	7.587	20.982	386.046	29.523	
Papel Comercial	81	548.227	2.762	-	-	-	-	-	-	1	8.500	1.275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	556.727	4.037	
Particulares																									
Habituação	1.813	136.117	277	1.355	101.618	313	1.087	80.201	166	160	13.545	244	108	8.873	109	409	27.999	249	5.672	297.472	3.061	10.604	665.825	4.419	
Consumo	2.468	31.469	1.166	2.385	26.679	2.203	1.708	14.304	1.445	961	6.404	1.415	4.413	15.046	5.564	257	8.092	1.189	786	9.488	2.188	12.978	111.482	15.171	
Revolving	6.042	2.363	11	5.497	3.131	53	2.701	3.323	28	1.016	357	42	638	400	191	626	252	49	11.445	5.681	1.773	28.365	15.526	2.146	
ENIs	1.088	10.283	415	1.014	7.609	395	667	5.421	431	528	4.438	722	134	1.121	452	156	1.579	867	1.305	5.886	1.719	4.892	36.338	5.002	
	11.411	180.252	1.869	10.251	139.037	2.965	6.163	103.249	2.070	2.665	24.743	2.423	5.493	25.440	6.315	1.648	37.922	2.354	19.208	318.527	8.742	56.839	829.170	26.738	
	23.454	1.416.257	28.880	19.311	915.810	39.306	12.735	740.799	50.445	7.076	367.394	33.861	6.884	81.645	20.754	2.658	93.121	20.383	24.936	590.599	62.472	97.054	4.205.625	256.102	
Garantias prestadas	1.131	67.316	497	920	42.396	544	712	47.131	3.807	390	13.413	185	213	10.342	436	403	19.941	1.287	1.424	96.531	10.119	5.193	297.069	16.876	
Compromissos irrevogáveis	7.432	63.982	56	8.575	48.843	118	4.177	20.632	30	1.361	3.728	7	370	726	1	925	1.204	3	9.313	16.207	43	32.153	155.323	257	
	8.563	131.298	553	9.495	91.239	662	4.889	67.763	3.837	1.751	17.141	192	583	11.068	437	1.328	21.146	1.290	10.737	112.738	10.162	37.346	452.392	17.133	
	32.017	1.547.555	29.433	28.806	1.007.049	39.968	17.624	808.562	54.282	8.827	384.535	34.053	7.467	92.713	21.191	3.986	114.266	21.674	35.673	703.337	72.634	134.400	4.638.018	273.235	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a imparidade da carteira de crédito tem a seguinte divisão, por tipo de avaliação:

	2017					
	Avaliação Individual		Avaliação Coletiva		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas						
Grandes Empresas						
Construção	201.211	29.447	1.470	464	202.681	29.911
Indústria	89.177	6.370	2.966	49	92.143	6.419
Comércio e Reparações	100.030	3.435	7.697	73	107.727	3.508
Outros Setores	478.104	37.440	2.968	274	481.072	37.714
	<u>868.522</u>	<u>76.692</u>	<u>15.101</u>	<u>860</u>	<u>883.623</u>	<u>77.552</u>
Médias Empresas						
Construção	233.594	32.795	113.879	14.053	347.473	46.848
Indústria	147.293	9.909	197.113	14.429	344.406	24.338
Comércio e Reparações	96.368	23.325	237.724	21.103	334.092	44.428
Outros Setores	369.326	21.989	158.647	9.831	527.973	31.820
	<u>846.581</u>	<u>88.018</u>	<u>707.363</u>	<u>59.416</u>	<u>1.553.944</u>	<u>147.434</u>
Pequenas Empresas						
Construção	7.071	956	80.819	7.075	87.890	8.031
Indústria	2.877	79	41.837	3.996	44.714	4.075
Comércio e Reparações	3.189	427	91.447	10.260	94.636	10.687
Outros Setores	3.852	212	125.186	9.488	129.038	9.700
	<u>16.989</u>	<u>1.674</u>	<u>339.289</u>	<u>30.819</u>	<u>356.278</u>	<u>32.493</u>
Papel Comercial	<u>615.861</u>	<u>3.573</u>	<u>5.456</u>	<u>1</u>	<u>621.317</u>	<u>3.574</u>
Particulares						
Habitação	15.745	536	877.634	4.361	893.379	4.897
Consumo	11.335	751	98.536	15.132	109.871	15.883
Revolving	4.503	289	9.566	2.064	14.069	2.353
ENI's	1.348	474	35.774	4.786	37.122	5.259
	<u>32.931</u>	<u>2.050</u>	<u>1.021.510</u>	<u>26.343</u>	<u>1.054.441</u>	<u>28.392</u>
	<u>2.380.884</u>	<u>172.007</u>	<u>2.088.719</u>	<u>117.439</u>	<u>4.469.603</u>	<u>289.445</u>
Garantias Prestadas Compromissos Irrevogáveis						
	213.699	11.628	93.715	1.817	307.414	13.445
	171.571	204	178.090	13	349.661	217
	<u>385.270</u>	<u>11.832</u>	<u>271.805</u>	<u>1.830</u>	<u>657.075</u>	<u>13.662</u>
	<u>2.766.154</u>	<u>183.839</u>	<u>2.360.524</u>	<u>119.269</u>	<u>5.126.678</u>	<u>303.107</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016					
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas						
<u>Grandes Empresas</u>						
Construção	320.965	46.721	3.566	488	324.530	47.209
Indústria	100.827	5.063	4.535	25	105.362	5.088
Comércio e Reparações	87.848	3.456	6.565	71	94.412	3.527
Outros Setores	457.988	20.276	4.040	213	462.028	20.489
	<u>967.627</u>	<u>75.515</u>	<u>18.706</u>	<u>797</u>	<u>986.333</u>	<u>76.312</u>
<u>Médias Empresas</u>						
Construção	218.340	29.843	114.833	12.423	333.173	42.266
Indústria	111.199	7.735	198.904	11.011	310.102	18.745
Comércio e Reparações	92.652	19.312	225.130	17.429	317.781	36.741
Outros Setores	330.710	14.783	155.583	6.956	486.293	21.739
	<u>752.899</u>	<u>71.673</u>	<u>694.450</u>	<u>47.818</u>	<u>1.447.349</u>	<u>119.491</u>
<u>Pequenas Empresas</u>						
Construção	83.310	1.811	68.084	5.936	151.395	7.747
Indústria	6.720	67	36.680	3.479	43.400	3.546
Comércio e Reparações	2.100	295	82.428	8.954	84.528	9.249
Outros Setores	3.540	590	103.185	8.391	106.724	8.981
	<u>95.670</u>	<u>2.763</u>	<u>290.376</u>	<u>26.760</u>	<u>386.046</u>	<u>29.523</u>
<u>Papel Comercial</u>	<u>553.159</u>	<u>4.019</u>	<u>3.567</u>	<u>18</u>	<u>556.727</u>	<u>4.037</u>
<u>Particulares</u>						
Habituação	17.200	580	648.624	3.840	665.825	4.419
Consumo	12.031	722	99.451	14.449	111.482	15.171
Revolving	5.320	289	10.206	1.856	15.526	2.146
ENI's	1.142	677	35.196	4.325	36.338	5.002
	<u>35.694</u>	<u>2.267</u>	<u>793.477</u>	<u>24.471</u>	<u>829.170</u>	<u>26.738</u>
	<u>2.405.050</u>	<u>156.238</u>	<u>1.800.575</u>	<u>99.864</u>	<u>4.205.625</u>	<u>256.102</u>
Garantias prestadas	214.333	15.039	82.736	1.838	297.069	16.876
Compromissos irrevogáveis	67.240	127	88.083	130	155.323	257
	<u>281.573</u>	<u>15.166</u>	<u>170.819</u>	<u>1.967</u>	<u>452.392</u>	<u>17.133</u>
	<u>2.686.623</u>	<u>171.404</u>	<u>1.971.394</u>	<u>101.831</u>	<u>4.658.018</u>	<u>273.235</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a avaliação de imparidade, por geografia das operações de crédito, apresenta o seguinte detalhe:

Geografia	2017					
	Avaliação Individual		Avaliação Coletiva		Total	
	Credito por desembolso	Imparidade	Credito por desembolso	Imparidade	Credito por desembolso	Imparidade
Portugal	2.226.402	171.009	2.032.449	117.209	4.258.851	288.218
União Europeia	92.266	700	26.039	150	118.305	850
Outros	62.216	298	30.233	80	92.449	378
	<u>2.380.884</u>	<u>172.007</u>	<u>2.088.721</u>	<u>117.439</u>	<u>4.469.605</u>	<u>289.446</u>
Geografia	2017					
	Avaliação Individual		Avaliação Coletiva		Total	
	Créd. por ass.	Imparidade	Créd. por ass.	Imparidade	Créd. por ass.	Imparidade
Portugal	377.433	11.828	263.052	1.830	640.485	13.658
União Europeia	7.817	3	1.089	-	8.906	3
Outros	20	-	7.664	-	7.684	-
	<u>385.270</u>	<u>11.831</u>	<u>271.805</u>	<u>1.830</u>	<u>657.075</u>	<u>13.661</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Geografia	2016					
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Credito por desembolso	Imparidade	Credito por desembolso	Imparidade	Credito por desembolso	Imparidade
Portugal	2.223.397	155.031	1.758.450	99.620	3.981.846	254.651
União Europeia	100.452	775	19.734	130	120.185	905
Outros	81.202	431	22.392	114	103.593	546
	<u>2.405.050</u>	<u>156.238</u>	<u>1.800.575</u>	<u>99.864</u>	<u>4.205.625</u>	<u>256.102</u>

Geografia	2016					
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Crédito por assinatura	Imparidade	Crédito por assinatura	Imparidade	Crédito por assinatura	Imparidade
Portugal	281.411	15.166	162.656	1.962	444.067	17.128
União Europeia	145	0	867	1	1.013	1
Outros	17	0	7.296	4	7.313	4
	<u>281.573</u>	<u>15.166</u>	<u>170.819</u>	<u>1.967</u>	<u>452.392</u>	<u>17.133</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o justo valor e o valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação pode ser detalhado como segue:

	2017						
	Número Imóveis	Justo Valor do ativo	Valor Contabilístico	Valor contabilístico por tempo de dação			
				< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos	
<u>Terreno</u>							
Urbano	3	159	159	-	159	-	
<u>Edifícios construídos</u>							
Comerciais	17	493	493	139	186	168	
Habitação	9	1.155	1.155	269	736	151	
Outros	5	356	356	13	330	14	
	<u>31</u>	<u>2.004</u>	<u>2.004</u>	<u>421</u>	<u>1.252</u>	<u>333</u>	
	<u>34</u>	<u>2.163</u>	<u>2.163</u>	<u>421</u>	<u>1.411</u>	<u>333</u>	
	2016						
	Número Imóveis	Justo Valor do ativo	Valor Contabilístico	Valor contabilístico por tempo de dação			
				< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos	
<u>Terreno</u>							
Urbano	3	166	166	49	117	-	
<u>Edifícios construídos</u>							
Comerciais	6	193	193	22	68	103	
Habitação	10	2.084	2.084	452	1.632	-	
Outros	2	340	340	-	340	-	
	<u>18</u>	<u>2.616</u>	<u>2.616</u>	<u>474</u>	<u>2.040</u>	<u>103</u>	
	<u>21</u>	<u>2.783</u>	<u>2.783</u>	<u>523</u>	<u>2.157</u>	<u>103</u>	

Conforme referido na nota 2.6 os imóveis recebidos em dação não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre a quantia escriturada e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações periódicas efetuadas por peritos avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução n.º 28/2014, de 15 de janeiro de 2015 do Banco de Portugal, apresenta-se de seguida informação sobre os ativos onerados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2017			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	16.171	16.171
Ativos disponíveis para venda	1.357.816	1.357.816	143.263	143.263
Investimentos detidos até à maturidade	247.615	247.447	15.007	14.944
	<u>1.605.431</u>	<u>1.605.263</u>	<u>174.441</u>	<u>174.378</u>

	2016			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	16.299	16.299
Ativos disponíveis para venda	1.093.957	1.093.957	163.757	163.757
Investimentos detidos até à maturidade	166.545	164.235	9.962	14.094
	<u>1.260.502</u>	<u>1.258.192</u>	<u>190.018</u>	<u>194.150</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não apresenta qualquer colateral recebido onerado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Qualidade do risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o *rating* de referência utilizado pelo Banco:

	2017			Total
	Portugal	Restante União Europeia	Outros	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
Sem <i>rating</i>	8.169	5.057	2.945	16.171
Emitidos por - outros emitentes	8.169	5.057	2.945	16.171
Ativos financeiros disponíveis para venda				
AL ¹	-	52.056	-	52.056
BBB- ²	-	63.248	-	63.248
BBB- ³	112.140	-	-	112.140
BBBH ¹	-	120.649	-	120.649
BBB ²	1.002.419	9.787	-	1.012.207
BBB ³	-	2.100	-	2.100
BBBL ¹	5.623	-	-	5.623
AH ¹	26.888	-	-	26.888
D ¹	2.833	-	-	2.833
B- ²	5.748	-	-	5.748
B ²	-	-	194	194
BBB+ ²	-	4.184	-	4.184
Baa3 ⁴	-	2.121	-	2.121
Sem <i>rating</i>	77.297	9.168	4.624	91.089
	<u>1.232.948</u>	<u>263.313</u>	<u>4.818</u>	<u>1.501.079</u>
Emitidos por:				
Governos e Outras Autoridades Locais	1.095.873	172.705	194	1.268.772
Corporates	95.210	81.440	-	176.650
Instituições financeiras	37.898	-	-	37.898
Outros emitentes	3.966	9.168	4.624	17.758
	<u>1.232.948</u>	<u>263.313</u>	<u>4.818</u>	<u>1.501.079</u>
Investimentos detidos até à maturidade				
AL ¹	-	57.672	-	57.672
BBB ²	54.700	-	-	54.700
BBB+ ²	-	50.243	-	50.243
Sem <i>rating</i>	100.007	-	-	100.007
	<u>154.707</u>	<u>107.915</u>	<u>-</u>	<u>262.622</u>
Emitidos por:				
Governos e Outras Autoridades Locais	54.700	107.915	-	162.615
Corporates	100.007	-	-	100.007
	<u>154.707</u>	<u>107.915</u>	<u>-</u>	<u>262.622</u>

¹ *Rating* DBRS

² *Rating* Fitch

³ *Rating* Standard & Poor's

⁴ *Rating* Moodys

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016			Total
	Portugal	Restante União Europeia	Outros	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
Sem <i>rating</i>	8.289	4.962	3.048	16.299
Emitidos por - outros emitentes	8.289	4.962	3.048	16.299
Ativos financeiros disponíveis para venda				
AH ¹	27.775	-	-	27.775
AL ¹	-	75.310	-	75.310
BBBL ¹	678.325	-	-	678.325
BBH ¹	13.241	-	-	13.241
BBB+ ²	-	4.354	-	4.354
BBB ²	19.345	10.092	-	29.437
BBB ³	-	2.212	-	2.212
BBB- ²	-	82.397	-	82.397
BBB- ³	-	2.242	-	2.242
B ²	186	-	-	186
R-2M ¹	243.036	-	-	243.036
D ¹	5.008	-	-	5.008
Sem <i>rating</i>	83.027	9.144	2.020	94.191
	1.069.943	185.751	2.020	1.257.714
Emitidos por:				
Governos e Outras Autoridades Locais	916.265	75.310	-	991.575
Corporates	96.622	101.297	-	197.919
Instituições financeiras	51.015	-	-	51.015
Outros emitentes	6.041	9.144	2.020	17.205
	1.069.943	185.751	2.020	1.257.714
Investimentos detidos até à maturidade				
AL ¹	-	110.514	-	110.514
BBBL ¹	56.031	-	-	56.031
C ²	-	9.962	-	9.962
	56.031	120.476	-	176.507
Emitidos por:				
Governos e Outras Autoridades Locais	56.031	110.514	-	166.545
Corporates	-	9.962	-	9.962
	56.031	120.476	-	176.507

¹ *Rating* DBRS² *Rating* Fitch³ *Rating* Standard & Poor's⁴ *Rating* Moodys

O Banco utilizou como *rating* de referência o atribuído pela agência *DBRS*. Para os casos em que o *rating* desta agência não estava disponível, são apresentados os *ratings* das agências *Fitch*, *Standard & Poor's* ou *Moody's*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em instituições de crédito apresentam a seguinte composição de acordo com o *rating* de referência utilizado pelo Banco:

	2017				Total
	Portugal	Bélgica	Espanha	Outros	
A1 ¹	-	118.856	-	-	118.856
A3 ¹	-	-	-	116.802	116.802
AAA ²	-	-	-	793	793
AL ²	37.999	-	-	-	37.999
BB- ³	55.505	-	-	-	55.505
BBB- ³	1.097	-	-	-	1.097
BBBH ²	-	-	116.933	-	116.933
BBH ²	22.338	-	-	-	22.338
Sem <i>rating</i>	60.113	-	-	-	60.113
	<u>177.052</u>	<u>118.856</u>	<u>116.933</u>	<u>117.595</u>	<u>530.436</u>

¹ *Rating* Moodys

² *Rating* DBRS

³ Fitch

	2016				Total
	Portugal	Brasil	Cabo Verde	Outros	
BBBL ¹	151.048	-	-	-	151.048
BBH ¹	115.233	-	-	50.295	165.528
BB- ²	47.000	-	-	-	47.000
BB- ³	45.000	-	-	-	45.000
CCCH ¹	20.000	-	-	-	20.000
Sem <i>rating</i>	130.018	21.082	91.831	-	242.931
	<u>508.299</u>	<u>21.082</u>	<u>91.831</u>	<u>50.295</u>	<u>671.507</u>

¹ *Rating* DBRS

² *Rating* Standard & Poor's

³ Fitch

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2017	2016
<u>Patrimoniais:</u>		
Crédito a clientes	4.172.692	3.943.197
Disponibilidades em outras instituições de crédito	126.940	35.607
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.480.983	1.233.183
Aplicações em instituições de crédito	530.436	671.507
Investimentos detidos até à maturidade	262.622	176.507
	<u>6.573.673</u>	<u>6.060.001</u>
<u>Extrapatrimoniais:</u>		
Garantias prestadas	334.184	307.564
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	1.165.972	1.041.989
	<u>1.500.156</u>	<u>1.349.553</u>
	<u>8.073.829</u>	<u>7.409.554</u>

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 25 e 100 *basis points* (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2017			
	-100 bp	-25 bp	+25 bp	+100 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9	2	(2)	(9)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	1	(1)	(3)
Aplicações em instituições de crédito	479	102	(89)	(281)
Carteira de títulos	30.458	7.477	(7.388)	(29.031)
Crédito a clientes (Saldo Bruto)	73.986	13.928	(11.970)	(37.474)
Total do Ativo sensível	<u>104.935</u>	<u>21.510</u>	<u>(19.450)</u>	<u>(66.798)</u>
Recursos de Bancos Centrais	(10.412)	(2.564)	2.539	10.009
Recursos de outras instituições de crédito	(1.382)	(329)	319	1.218
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19.704)	(4.796)	4.737	18.577
Outros passivos subordinados	(237)	(59)	59	234
Total do Passivo sensível	<u>(31.737)</u>	<u>(7.749)</u>	<u>7.654</u>	<u>30.039</u>
Impacto Líquido	<u>73.198</u>	<u>13.761</u>	<u>(11.796)</u>	<u>(36.759)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016			
	-100 bp	-25 bp	+25 bp	+100 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6	1	(1)	(6)
Aplicações em instituições de crédito	773	192	(188)	(704)
Carteira de títulos	28.785	7.065	(6.979)	(27.419)
Crédito a clientes (Saldo Bruto)	84.291	16.731	(10.918)	(33.365)
Total do Ativo sensível	113.855	23.989	(18.086)	(61.494)
Recursos de Bancos Centrais	(6.714)	(1.654)	1.638	6.457
Recursos de outras instituições de crédito	(1.276)	(302)	292	1.111
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22.316)	(5.469)	5.343	20.998
Outros passivos subordinados	(256)	(63)	63	248
Total do Passivo sensível	(30.562)	(7.488)	7.336	28.814
Impacto Líquido	83.293	16.501	(10.750)	(32.680)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 25 bp e 100 bp para os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção da Margem Financeira - Exercício de 2018			
	-100 bp	-25 bp	+25 bp	+100 bp
Proveitos com juros	(31.138)	(7.983)	8.128	43.709
Custos com juros	14.559	5.285	(5.565)	(22.473)
Margem financeira	(16.579)	(2.698)	2.563	21.236

	Projeção da Margem Financeira - Exercício de 2017			
	-100 bp	-25 bp	+25 bp	+100 bp
Proveitos com juros	(26.602)	(6.864)	6.791	38.824
Custos com juros	16.801	5.100	(5.261)	(21.628)
Margem financeira	(9.801)	(1.764)	1.530	17.196

Pressupostos para a projeção da Margem Financeira nos Exercícios de 2018 e 2017

Para além de se considerar o *floor* do indexante para os contratos que o têm, considerou-se que todas as operações com clientes (Crédito a clientes e Recursos de clientes) tem um *floor* natural de 0% na taxa de juro final. Para todas as restantes operações do balanço (por exemplo, operações de Money Market), considerou-se que este *floor* natural não existe.

VaR

A Direção de Controlo de Riscos procede semanalmente ao cálculo do *VaR*, com um nível de confiança de 99% e com um horizonte temporal de perda máxima a uma semana. A simulação engloba duas metodologias: paramétrico e através de simulações de Monte Carlo. Para cada uma destas análises é ainda efetuado um cálculo de perda máxima acima do valor previsível inerente ao intervalo de confiança (*expected shortfall*).

A Direção de Controlo de Riscos remete semanalmente os resultados do cálculo do *VaR* à Direção Internacional e Financeira como elemento de suporte à gestão da carteira própria por parte desta.

O cálculo do *VaR* incide sobre títulos de capital, incluindo unidades de participação em organismos de investimento coletivo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o VaR associado à carteira de instrumentos de capital era de, aproximadamente, 7.400 m.euros e 9.200 m.euros, respetivamente.

Risco Cambial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2017					Total
	Moeda					
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Iene	Outras	
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	365.853	1.662	722	10	1.545	369.792
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81.223	42.325	1.519	6	1.867	126.940
Ativos financeiros detidos para negociação	1.641	(766)	-	-	(843)	32
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12.091	4.080	-	-	-	16.171
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.472.713	47.364	-	-	-	1.520.077
Aplicações em instituições de crédito	103.366	373.991	52.639	-	440	530.436
Crédito a clientes (saldo bruto)	4.350.730	105.767	5.640	-	-	4.462.137
Investimentos detidos até à maturidade	262.622	-	-	-	-	262.622
Outros ativos	112.242	583	-	-	33	112.858
	6.762.481	575.006	60.520	16	3.042	7.401.065
Passivo						
Recursos de bancos centrais	348.494	152.690	-	-	-	501.184
Recursos de outras instituições de crédito	219.352	178.706	42.717	8	1.782	442.565
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.092.369	238.697	17.632	4	1.108	5.349.810
Outros passivos subordinados	94.858	-	-	-	-	94.858
Outros passivos	149.311	344	10	4	202	149.871
	5.904.384	570.437	60.359	16	3.092	6.538.288
Capital Próprio						
Reservas de reavaliação	34.804	2.667	-	-	-	37.471
Diferencial	823.293	1.902	161	-	(50)	825.306
	2016					Total
	Moeda					
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Iene	Outras	
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	265.007	5.960	1.032	7	2.879	274.885
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18.344	15.447	472	59	1.285	35.607
Ativos financeiros detidos para negociação	(230)	271	-	-	-	41
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11.973	4.326	-	-	-	16.299
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.225.386	52.372	-	-	-	1.277.758
Aplicações em instituições de crédito	498.640	116.819	55.717	-	331	671.507
Crédito a clientes (saldo bruto)	4.022.110	171.343	5.846	-	-	4.199.299
Investimentos detidos até à maturidade	215.984	-	-	-	-	215.984
Outros ativos	140.840	5	165	42	105	141.157
	6.398.054	366.543	63.232	108	4.600	6.832.537
Passivo						
Recursos de bancos centrais	354.141	21	-	-	-	354.162
Recursos de outras instituições de crédito	139.363	84.906	44.261	6	3.390	271.926
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.842.484	277.109	18.566	4	1.126	5.139.289
Outros passivos subordinados	94.934	-	-	-	-	94.934
Outros passivos	103.428	1.705	80	-	78	105.291
	5.534.350	363.741	62.907	10	4.594	5.965.602
Capital Próprio						
Reservas de reavaliação	13.429	1.356	-	-	-	14.785
Diferencial	850.275	1.446	325	98	6	852.150

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Justo Valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentado como se segue:

	2017		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	369.792	369.792	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	126.940	126.940	-
Aplicações em instituições de crédito	530.436	530.436	-
Crédito a clientes	4.172.692	4.288.129	115.437
Investimentos detidos até à maturidade	262.622	263.791	1.169
	<u>5.462.482</u>	<u>5.579.088</u>	<u>116.606</u>
Passivo			
Recursos de Bancos Centrais	501.184	501.184	-
Recursos de outras instituições de crédito	442.565	439.778	(2.787)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.349.810	5.354.418	4.608
Outros passivos subordinados	94.858	95.367	509
	<u>6.388.417</u>	<u>6.390.747</u>	<u>2.330</u>
	2016		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	274.885	274.885	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	35.607	35.607	-
Aplicações em instituições de crédito	671.507	672.264	757
Crédito a clientes	3.943.197	3.972.877	29.680
Investimentos detidos até à maturidade	176.507	181.428	4.921
	<u>5.101.703</u>	<u>5.137.061</u>	<u>35.358</u>
Passivo			
Recursos de Bancos Centrais	354.162	354.162	-
Recursos de outras instituições de crédito	271.926	266.094	(5.832)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.139.289	5.148.791	9.502
Outros passivos subordinados	94.934	97.109	2.175
	<u>5.860.311</u>	<u>5.866.156</u>	<u>5.845</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração destes mapas foram os seguintes:

- As rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- O mesmo racional foi aplicado às “Aplicações em instituições de crédito” à vista ou de curto prazo. Para as restantes “Aplicações em instituições de crédito” foi aplicado o método do desconto dos *cash-flows* futuros, considerando a curva de Obrigações do Tesouro Português;

- As operações de crédito a clientes foram sujeitas ao desconto dos *cash-flows* futuros (capital e juros) para a data de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos três meses anteriores, para cada segmento analisado. Para os casos em que os clientes apresentem indícios de imparidade e cujo justo valor do crédito é superior ao montante recuperável, foi considerado este último;
- Nos títulos classificados como “Investimentos detidos até à maturidade” foi utilizado o valor de mercado, acrescido dos juros corridos, à data de referência;
- Para as tomadas de fundos de curto prazo obtidas junto de Bancos Centrais foi assumido que o seu valor contabilístico constitui uma aproximação razoável do seu justo valor. Para os restantes recursos obtidos junto de Bancos Centrais, os quais estão enquadrados em operações de financiamento de longo prazo (TLTRO), foi aplicado o método do desconto dos *cash flows futuros*, considerando as taxas disponibilizadas pelo BCE nos últimos leilões efetuados;
- Para os “Recursos de outras instituições de crédito” de curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. Para os restantes foi aplicado o método do desconto dos *cash flows* futuros, considerando a curva de Obrigações do Tesouro Português;
- Recursos de clientes e outros empréstimos: do total de recursos de clientes mantidos junto do Banco em 31 de dezembro de 2017, cerca de 1,86 mil milhões de euros correspondiam a recursos à vista (1,48 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Para esta componente, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor, uma vez que a política de *pricing* para estes depósitos se manteve constante ao longo do ano. Para os restantes, que ascendiam em 31 de dezembro de 2017, a aproximadamente 3,47 mil milhões de euros (3,64 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), o Banco aplicou a taxa média ponderada pelo montante dos depósitos constituídos nos últimos três meses;
- Outros passivos subordinados: No caso destas responsabilidades foi efetuado o desconto dos fluxos futuros, tendo por base a curva de Obrigações do Tesouro Português e a maturidade dos respetivos passivos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros refletidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2017			Total
	Custo histórico	Cotações de mercado <i>Nível 1</i>	<i>Inputs</i> observáveis de mercado	
			<i>Nível 2</i>	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	16.171	16.171
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.379	-	1.498.700	1.501.079
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	262.622	262.622
	<u>2.379</u>	<u>-</u>	<u>1.777.493</u>	<u>1.779.872</u>

	2016			Total
	Custo histórico	Cotações de mercado <i>Nível 1</i>	<i>Inputs</i> observáveis de mercado	
			<i>Nível 2</i>	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	16.299	16.299
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.379	4.991	1.250.344	1.257.714
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	176.507	176.507
	<u>2.379</u>	<u>4.991</u>	<u>1.443.150</u>	<u>1.450.520</u>

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1: Cotações de mercado - nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos e transações;
- Nível 2: Técnicas de valorização - *inputs* observáveis no mercado - nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas disponíveis na Bloomberg, bem como unidades de participação em organismos de investimento coletivo;
- Nível 3: Outras técnicas de valorização - esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos de avaliação ou preços fornecidos pelas entidades estruturadoras dos produtos.

41. FUNDO DE RESOLUÇÃOMedida de resolução do Banco Espírito Santo, S.A.

Em 3 de agosto de 2014, com o intuito de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal, aplicou uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 145º C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), na modalidade de transferência parcial de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para um banco de transição, o Novo Banco, S.A. (Novo Banco), constituído por deliberação do Banco de Portugal dessa mesma data.

O Novo Banco tem como único acionista o Fundo de Resolução, o qual foi criado pelo Estado Português em 2012, tendo iniciado atividade em junho desse ano. O Fundo de Resolução é financiado pelas instituições financeiras que operam em Portugal, através de contribuições iniciais e periódicas e, devido à medida de resolução acima descrita, através de um empréstimo concedido por um sindicato bancário, num montante de cerca de 700.000 m.euros, e de um empréstimo concedido pelo Estado Português de, aproximadamente, 3.900.000 m.euros.

Por comunicado público de 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão do empréstimo de 3.900.000 m.euros originalmente concedido ao Fundo de Resolução em 2014 para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. De acordo com o Fundo de Resolução, a revisão visa assegurar a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir as suas obrigações através das suas receitas regulares, independentemente das eventuais contingências a que o Fundo de Resolução esteja exposto. No mesmo dia, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou igualmente que aumentos de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos Bancos ao Fundo de Resolução, de forma a manter o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais.

O Banco participou no sindicato bancário através de um contrato mútuo de 20.000 m.euros. Este contrato mútuo vigorava até 4 de novembro de 2014, sendo renovável automaticamente por períodos de 3 meses, até ao prazo máximo de 2 anos, contado desde 4 de agosto de 2014.

Em 15 de fevereiro de 2017, de forma a ajustar o plano de reembolso à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as obrigações emergentes do contrato mútuo com base nas suas receitas regulares, excluindo assim o recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária, foi efetuado um aditamento ao contrato de mútuo em que a data de vencimento do contrato de mútuo passou para 31 de dezembro de 2046.

Foi ainda neste aditamento consagrado o tratamento *pari passu* das obrigações do Fundo de Resolução emergentes deste contrato de mútuo e dos contratos de empréstimo celebrados pelo Fundo de Resolução com o Estado.

Em 15 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração do Banco de Portugal iniciou um segundo processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, após ter optado por interromper, em 15 de setembro de 2015, o primeiro processo de venda sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas por considerar que nenhuma delas apresentava condições adequadas em matéria de preço e de risco para o Fundo de Resolução.

Em 18 de outubro de 2017, o Fundo de Resolução comunicou a conclusão do processo de venda de 75% do capital do Novo Banco ao Lone Star. No âmbito do processo negocial, o Governo aprovou um mecanismo de capital contingente, até ao montante de 3,89 mil milhões de euros, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas.

Em 1 de setembro de 2017, o Banco Comercial Português, S.A. solicitou a apreciação jurídica da referida obrigação de capitalização contingente.

Em 2 de outubro de 2017, o Estado Português e o Fundo de Resolução celebraram um Acordo Quadro, por um período máximo de onze anos, com vista à disponibilização de meios financeiros aquele, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75% do capital do Novo Banco.

O Acordo Quadro consagra que as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução ao abrigo do mesmo apenas poderão ser satisfeitas após terem sido pagos todos os montantes devidos ao abrigo dos empréstimos concedidos pelo Estado e pelo sindicato bancário, nos montantes de 3.900.000 m.euros e 700.000 m.euros, respetivamente.

No mesmo dia, o Estado Português e o Fundo de Resolução celebraram um contrato de abertura de crédito até ao montante máximo de 1.000.000 m.euros, com o limite de utilização anual de 850.000 m.euros e vencimento em 31 de dezembro de 2046.

Medida de resolução do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal declarou que o Banif se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» («*failing or likely to fail*») e decidiu desencadear um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, o qual culminou com a venda em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (BST) da atividade do Banif por 150.000 m.euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Para o efeito, o Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, as quais foram adquiridas na totalidade pelo BST, tendo sido para o efeito prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255.000 m.euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489.000 m.euros pelo Fundo de Resolução e 1.766.000 m.euros diretamente pelo Estado, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o BST, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

Na presente data, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução resultantes do processo de alienação do Novo Banco, dos litígios associados ao processo de resolução do BES, incluindo no âmbito do denominado “processo dos lesados do BES” e tentativas de resolução do mesmo, das eventuais perdas na sequência da resolução do Banif e encargos relacionados com os respetivos processos.

Por fim, importa referir que a alteração das contribuições periódicas, cuja taxa base para a sua determinação foi aumentada de 0,02% em 2016 para 0,0291% em 2017 e as adendas aos contratos de financiamento celebrados com o Fundo de Resolução, que resultaram na extensão da maturidade dos financiamentos, conduzem a que não exista necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária futuras. Por outro lado, as contribuições periódicas serão suportadas pelos Bancos integrantes do sistema em 31 de dezembro de cada ano.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a relevar.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROCC nº 43
Registo na CHUH nº 20361369
Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
Fax: +(351) 210 487 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco BIC Português, S.A. ("Banco") que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 7.090.907 m.euros e um total de capital próprio de 524.662 m.euros, incluindo um resultado líquido de 25.029 m.euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco BIC Português, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL, e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referido como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Acesse a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Número: 501728111 | Capital social: € 200.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º 7, 1070-100 Lisboa | Escritório em Porto: Rua Saldanha Trindade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 1.º, 4150-146 Porto.

© 2018. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668745

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Imparidade do crédito concedido (continuação)

	<ul style="list-style-type: none"> Analisámos os principais pressupostos do modelo de imparidade coletiva, incluindo os critérios de agravamento do risco atribuído às operações, tratamento de operações reestruturadas, valor de realização dos colaterais e apuramento dos fatores de risco. Adicionalmente, procedemos à seleção de uma amostra aleatória de operações e recalculámos os fluxos de caixa estimados pelo modelo e as respetivas perdas de imparidade.
--	---

Divulgação de saldos e transações com entidades relacionadas

<p>Conforme evidenciado na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras, o Banco apresenta saldos e realiza transações relevantes com o Banco BIC, S.A. (BIC Angola) e com o Banco BIC Cabo Verde, S.A. (entidades do "Universo BIC"), bem como com acionistas e outras entidades relacionadas, onde os acionistas têm influência significativa.</p> <p>Tendo em conta a relevância dos saldos e transações com entidades relacionadas, consideramos a completa e correta divulgação de operações com estas entidades como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Analisámos os procedimentos de controlo interno instituídos pelo Banco ao nível de identificação e divulgação dos saldos e transações com entidades relacionadas. Obtivemos confirmações externas das entidades do "Universo BIC" sobre os saldos e as garantias recebidas / prestadas. Verificámos se as divulgações efetuadas pelo Banco refletem adequadamente os saldos e as transações realizadas com partes relacionadas e se são completas, através da sua comparação com a informação obtida como resultado dos procedimentos de auditoria desenvolvidos, bem como se a sua divulgação cumpre os requisitos do normativo aplicável.
---	---

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Fundo de Resolução (Nota 41)

<p>Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Fundo de Resolução passou a deter a totalidade do capital social do Novo Banco, S.A. (Novo Banco) e da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos. O Banco participou no sindicato bancário através de um contrato de mútuo.</p> <p>Para reembolsar estes empréstimos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que ainda possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.</p> <p>O custo com as contribuições periódicas e a contribuição sobre o setor bancário é registado numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – "Taxas".</p> <p>Conforme comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, as condições dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, nomeadamente o empréstimo de 3.900.000 m.euros concedido pelo Estado ao Fundo de Resolução e o empréstimo de 700.000 m.euros do sindicato bancário, foram renegociadas no primeiro trimestre de 2017, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Analisámos o contrato de mútuo celebrado entre os Bancos e o Fundo de Resolução e os respetivos aditamentos assinados em agosto de 2016 e em fevereiro de 2017. • Analisámos as comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Gabinete do Ministro das Finanças de 28 de setembro de 2016 e a comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos ao Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro. • Analisámos o anúncio público e o conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de 2 de outubro de 2017, que autorizou a celebração pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo quadro com o Fundo de Resolução, com vista à disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações contratuais que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco. • Analisámos o acordo quadro estabelecido entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. • Analisámos o comunicado público do Fundo de Resolução datado de 18 de outubro de 2017, referente à conclusão da venda do Novo Banco à Lone Star. • Procedemos à leitura do último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, que se refere ao exercício de 2016. • Analisámos um modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução que nos foi apresentado pelo Banco. • Revimos o enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução.
---	---

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (continuação) (Nota 41)</i>	
<p>Foi também concelhado o tratamento <i>pari passu</i> das obrigações do Fundo de Resolução emergentes do contrato mútuo celebrado com o sindicato bancário, do qual o Banco faz parte, e dos contratos de empréstimo celebrados com o Estado.</p> <p>Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado a Lone Star para concretizar a operação de venda do Novo Banco, cuja conclusão foi comunicada pelo Fundo de Resolução em 18 de outubro de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital até ao montante total máximo de 3.690.000 m.euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas. Após a conclusão desta operação, a Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco, mantendo o Fundo de Resolução uma participação de 25%.</p> <p>Em 2 de outubro de 2017, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução na qual autorizou a celebração pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo quadro com o Fundo de Resolução, com vista à disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco.</p> <p>O acordo quadro acima referido foi assinado na mesma data e prevê a disponibilização dos fundos necessários para assegurar o cumprimento das responsabilidades assumidas no âmbito do processo de venda do Novo Banco, com um limite anual de 650.000 m.euros, estando também definido que o respetivo reembolso terá presente que um dos objetivos deste acordo quadro é assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o setor bancário, ou seja, sem necessidade de serem cobradas aos participantes do Fundo de Resolução contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.</p> <p>As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 refletem a expectativa do Banco de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Obtivemos representação do órgão de gestão do Banco relativamente à sua expectativa de que os passivos e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução, bem como as responsabilidades decorrentes das transações efetuadas pelo mesmo, não implicarão o pagamento por parte do Banco de quaisquer contribuições especiais ou outro tipo de contribuições extraordinárias para o Fundo de Resolução. • Revimos as divulgações constantes nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, apresentadas na Nota 41.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Fundo de Resolução (continuação) (Nota 41)

Tendo em consideração as responsabilidades do Fundo de Resolução e os julgamentos do órgão de gestão conforme acima descritos, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.	
---	--

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Banco incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 2 de abril de 2012 para um mandato compreendido entre 2012 e 2015. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 18 de fevereiro de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 15 de março de 2018

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas do BANCO BIC PORTUGUÊS, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do **BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.** ("Banco"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 7.090.907 m.euros e um capital próprio de 524.662 m.euros, incluindo um resultado líquido de 25.029 m.euros); a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nela incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC S.A., à qual damos a nossa concordância. Foi igualmente apreciado o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização emitido por esta SROC.

Faço ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de março de 2018



Susana Nereu Ribeiro
Presidente

Nuno Tomás Lopes
Vogal

Armando Nunes Paredes
Vogal

Adoção das Recomendações do Financial Stability Forum e do Committee of European Banking Supervisor Relativas à Transparência da Informação e Valorização de Ativos

Dando cumprimento à recomendação do Banco de Portugal, emitida através da carta circular n.º 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário.

I. Modelo de Negócio

1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas: - O Banco BIC Português, S.A.; - Áreas de Negócio. Ver DF's e Notas: - Nota 1 (Nota Introdutória).
2.	Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas: - Áreas de Negócio; - Gestão de Riscos.
3.	Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas: - Áreas de Negócio. Ver DF's e Notas: - Nota 36 (Relato por Segmentos).
4.	Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas: - Áreas de Negócio. Ver DF's e Notas: - Nota 2.5 (Instrumentos Financeiros).
5.	Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas: - Áreas de Negócio

II. Riscos e Gestão de Riscos

6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Ver Relatório e Contas: - Gestão de Riscos. Ver DF's e Notas:
----	--	---

		- Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Ver Relatório e Contas: - Gestão de Riscos. Ver DF's e Notas: - Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).
III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados		
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos <i>write-downs</i> nos resultados;	Ver Relatório e Contas: - Análise Económico-Financeira.
9.	Decomposição dos <i>write-downs</i> /perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgagebacked securities</i> (RMBS), <i>colateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos <i>write-downs</i> entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	N.A.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	N.A.

IV. Níveis e Tipos das Exposições Afetadas pelo Período de Turbulência

16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver DF's e Notas: - Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i>) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Ver Relatório e Contas: - Gestão de Riscos. Ver DF's e Notas: - Nota 10 (Derivados); - Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages); - Áreas geográficas de origem; - Sector de atividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. <i>ratings</i> , peso/parcela de ativos <i>sub-prime</i> associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos ativos subjacentes: e.g. vintages, rácio <i>loan-to-value</i> , privilégios creditórios, vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver DF's e Notas: - Nota 36 (Relato por Segmentos); - Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, <i>write-downs</i> , compras, etc.);	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i> e qualidade dos ativos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; - Valor dos <i>write-downs</i> e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte;	N.A.

25.	<p>Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - <i>Stress scenarios</i>. 	<p>Ver DF's e Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nota 2.5 (Instrumentos Financeiros); - Nota 2.15 (Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas); - Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).
-----	--	---

V. Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização

22.	<p>Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;</p>	<p>Ver DF's e Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nota 2 (Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas).
23.	<p>Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;</p>	N.A.
24.	<p>Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos <i>day 1 profits</i> (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição); 	<p>Ver DF's e Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nota 2.5 (Instrumentos Financeiros); - Nota 5 (Ativos / Passivos Financeiros Detidos para Negociação); - Nota 6 (Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados); - Nota 7 (Ativos Financeiros Disponíveis para Venda); - Nota 10 (Derivados); - Nota 40 (Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros).

VI. Outros Aspetos Relevantes na Divulgação

26.	<p>Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.</p>	<p>Ver DF's e Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nota 2 (Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas).
-----	--	--